

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

MARIA ELISA DE MAGALHÃES SANTOS

**REDES DE MULHERES E O ATIVISMO FEMINISTA NO *FACEBOOK*: UMA
ANÁLISE HISTÓRICA DAS FANPAGES “NÃO ME KAHLO” E “VAMOS
JUNTAS?”**

GOIÂNIA

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ Dissertação ☐ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

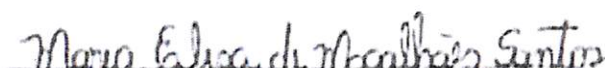
Nome completo do autor: Maria Elisa de Magalhães Santos

Título do trabalho: Redes de Mulheres e o Ativismo Feminista no Facebook: uma análise histórica das fanpages "Não Me Kahlo" e "Vamos Juntas?"

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)2

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)4

Data: 17 / 12 / 2019

1 Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

2 A assinatura deve ser escaneada

MARIA ELISA DE MAGALHÃES SANTOS

**REDES DE MULHERES E O ATIVISMO FEMINISTA NO *FACEBOOK*: UMA
ANÁLISE HISTÓRICA DAS FANPAGES “NÃO ME KAHLO” E “VAMOS
JUNTAS?”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares.

GOIÂNIA

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

SANTOS, Maria Elisa de Magalhães

Redes de Mulheres e o Ativismo Feminista no Facebook: análise
histórica das fanpages "Não Me Kahlo" e "Vamos Juntas?" [manuscrito]
/ Maria Elisa de Magalhães SANTOS. - 2019.

XX, 204 f.: il.

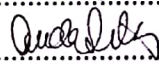
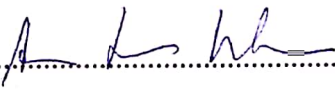
Orientador: Profa. Dra. Ana Carolina Eiras Coelho SOARES.

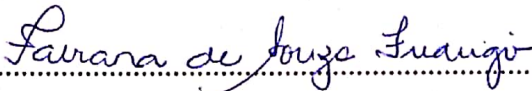
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2019.

Bibliografia. Anexos.

Inclui gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Mídias Sociais. 2. Ativismo Feminista. 3. Fanpage. 4. Análise
de Discurso. I. SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho , orient. II. Título.

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Maria Elisa de Magalhães Santos**. Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto de dois mil e dezenove (2019), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Maria Elisa de Magalhães Santos**, cujo título foi **REDES DE MULHERES E O ATIVISMO FEMINISTA NO FACEBOOK: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS FANPAGES "NÃO ME KAHLO" E "VAMOS JUNTAS?"** A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº 049/2019-PPGH, de 16 de agosto de 2019, pelos seguintes Professores Doutores: **Ana Carolina Eiras Coelho Soares (Presidente)**, **Andreia Vicente da Silva (UNIOESTE)**, **Ana Lúcia Vilela (PPGH/ UFG)**, e, como suplente **Luciane Munhoz de Omena (PPGH/UFG)**. Os Examinadores arguiram na ordem acima citada. Às 16 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido a candidata APROVADA
Profa. Dra. Andreia Vicente da Silva (UNIOESTE) - Ass.: 
Decisão (...aprovado.....)
Profa. Dra. Ana Lúcia Vilela (PPGH/ UFG) - Ass.: 
Decisão (...APROVADA.....)
Presidente da Banca Profa. Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares - Ass.: 
Decisão (...APROVADA.....)
Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: 

Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo

Secretária: 
Cintila Alves Garcia

MARIA ELISA DE MAGALHÃES SANTOS

**REDES DE MULHERES E O ATIVISMO FEMINISTA NO *FACEBOOK*: UMA
ANÁLISE HISTÓRICA DAS “FANPAGES NÃO ME KAHLO” E “VAMOS
JUNTAS?”**

Texto apresentado no Programa de Pós-Graduação
em História da Faculdade de História da Universidade
Federal de Goiás (UFG), sob a orientação da Prof^a.
Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares.

Banca de Defesa:

Prof^a. Dra. Andreia Vicente da Silva (UNIOESTE)
Prof^a. Dra. Ana Lúcia Vilela (FCS-UFG)

GOIÂNIA

2019

AGRADECIMENTOS

Toda efetivação de um projeto é construída pelas bases do coletivo. A realização deste manuscrito não foi diferente, por traz de tudo isso existem pessoas que fizeram e se desdobraram para que se concluísse, um esforço mútuo ao lado de amizades, colegas e professoras. Acredito que os laços afetivos formados através deste trabalho serão para sempre permanecidos e lembrados.

Quando já estamos a escrever os agradecimentos, como todas/os que já passaram por este processo sabem, estamos exaustas, mas é no último fôlego que sabemos a importância de deixar nosso muito obrigada a vocês que tanto nos deram força, ânimo e palavras reconfortantes. É, portanto, através desse texto, que deixo meu gesto de carinho àquelas/es que direta ou indiretamente estiveram ao meu lado para que o término desta fosse possível.

Os meus mais sinceros agradecimentos à minha professora orientadora Ana Carolina Eiras Coelho Soares, por ter me aceito como orientanda, pela generosidade e paciência ao longo desses anos, por ter recebido e acolhido com tanto afeto uma profissional mulher ainda em construção, por ter permitido e envolvido pelos desafios e entraves na construção deste trabalho. Seu olhar atento, sábio e preciso fizeram com que esta pesquisa tomasse rumos tão substanciais. Obrigada pelo aprendizado e conhecimento compartilhado.

Agradeço a Universidade Federal de Goiás (UFG) juntamente ao fomento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior) por ter tornado este trabalho possível. Aos funcionários e técnicos-administrativos que fazem a UFG e a Faculdade de História acontecer.

Às amigas, família e forças celestiais de onde renasce diariamente nossa coragem, reconforto e nossas energias. Sou imensamente grata a cada amizade construída, a cada sorriso dado e recebido, a cada conhecimento agregado e a cada esforço reconhecido.

De um jeito muito especial agradeço duas mulheres que tem me feito crescer e me reconhecer, a minha professora de graduação Josilene Silva Campos por oferecer uma oportunidade em traçar novas rotas e possibilidades tanto pessoais quanto profissionais. Obrigada por disponibilizar seu lar para que duas alunas (Eu e Jaqueline) pudéssemos enxergar além do horizonte. Sou grata também a minha companheira/amiga Jaqueline Pereira de Moraes que juntas aceitamos desbravar este horizonte. Não sei o que faria se você não estivesse ao meu lado, escrevo emocionada ao relembrar de todas nossas conversas já alto da noite, falando dos sonhos, conquistas, desafios e medos. Sempre uma para a outra, sejam nos sorrisos escandalosos, nos gostos musicais, na ajuda daquela palavrinha que nunca saia na hora da

escrita, na cervejinha do final de semana ou no silêncio sempre respeitado. Obrigada pelo conchego de sua amizade.

A Iodenis B. F. Cerqueira pela surpresa de uma amizade tão doce, regada a belos sorrisos, bons papos e boas histórias. Obrigada às amizades firmadas através de nosso grupo de estudo GEPEH-UFG, pela troca de conhecimentos qual tem alimentado nossas esperanças enquanto mulheres em um mundo tão cruel com a nossa existência. Grata pelas novas amizades construídas dentro do núcleo UFG Ludmila Carneiro e Sylmier Cardoso. Não poderia deixar de colocar também meus sinceros agradecimentos as colaboradoras, servidores da SIBI/UFG Campus Calamar Natal e Silva que nos recebem todos os dias com um sorriso de Bom Dia. Agradeço também às minhas raízes, de onde todo processo acadêmico se iniciou, a Universidade Estadual de Goiás (UEG/Cidade de Goiás) e todas/os que a compõe, estes que abriram caminho para minha carreira profissional.

Escrevo feliz pelo companheirismo de Bruna Oliveira Rodrigues, pela amiga/irmã que você é. Uma amizade construída desde a graduação e firmada dia após dia. Obrigada por estar sempre presente e pela força de mulher que de tu emana.

Muitíssimo obrigada às professoras Ana Lúcia Oliveira Vilela e Eliane Gonçalves, que foram tão prestativas ao aceitarem compor minha banca de qualificação, agradecida pelos importantes apontamentos feitos à pesquisa.

A minha família (mãe, pai, irmã e irmão) e meu relacionamento afetivo que tanto tem preocupado com minha saúde e bem-estar, pelos afetos e carinhos recebidos.

E no mais agradeço às mulheres, as mulheres que muito antes desbravaram com toda força uma sociedade que nos eram negadas. Agradeço às mulheres que me antecederam, aquelas que permaneceram nas trincheiras para que hoje eu pudesse concluir mais uma etapa na carreira acadêmica. Agradeço pela coragem e pelo impulso que hoje recebo como passo a dar para gerações que viram.

“o pessoal é político”

RESUMO

Tendo em vista as transformações que as redes de *internet* têm direcionado as relações comunicativas na sociedade, esta pesquisa se concentra nas percepções entre espaços virtuais e os ativismos feministas no *Facebook*. Para isso, determinamos como recorte temporal de 2016 a 2018 frente a duas *fanpages* feministas, *Não Me Kahlo* (2014) e *Vamos Juntas?* (2015), no intuito de compreendermos como estes espaços tem sido instrumentos importantes para a visibilidade e massificação de um novo momento do feminismo que nasce através das conexões em redes. Tecemos diante disso, pelas bases teóricas metodológicas da Análise de Discurso firmada em Orlandi (2003) e Foucault (1988;2014) suportes reflexivos para compreendermos através de suas postagens como discursos ao longo do tempo tem inferido posições de poder na construção de papéis de feminilidades e masculinidades. Para que isso fosse possível contornamos inquietações que se desdobram sob quais são os objetivos dessas mulheres e dessas páginas na permanência e na horizontalização das pautas através das ferramentas e dinâmicas que estas redes tem proporcionado. Além de problematizar as efetivações dos temas trabalhados nas vivências das seguidoras bem como se estes espaços é uma entrada para que o Movimento Feminista encontre em uma nova fase, partindo da hipótese do *Facebook* enquanto ferramenta de emancipação/ampliação da voz das mulheres nesses últimos anos. Todos estes arcabouços dentre *corpus* documental, teoria, objeto/fonte de pesquisa foram de relevância para delinear o cerne desse trabalho dissertativo, que se encontra no mapeamento do presente às novas práticas e atuações feministas, com constantes revisitações no passado para um olhar transversal nas relações do tempo e do espaço o qual tem ocupado às mulheres.

Palavras-chaves: Mídias Digitais; Ativismos Feministas; *Fanpages*; Análise de Discurso.

ABSTRACT

Bearing in mind the transformations that *Internet* networks had directed the communicative interactions into society, this research focuses on the perceptions between virtual spaces and the fan pages feminists on *Facebook*. In this regard, it has established a selected period that starts in 2016 up to 2018 using content from two feminist fan pages, *Não me Kahlo* (2014) e *Vamos Juntas?* (2015), in order to understand how these virtual spaces have been essential to give voice and popularize a new moment in the Feminist Movement that born through network connections. Faced with this phenomenon, it was used the methodological theories about Speech Analysis in the view of Orlandi (2003) and Foucault (1988; 2014) as reflexive support to comprehend through the content shared in those pages the influence over time in the positions of power to built femininity and masculinity roles. For this purpose, this research went to tackle the root of the issue: which are the aims from those women and fan pages in democratizing access to the feminist agenda through the new dynamics provided by networks. Those fan pages exemplify with real stories the importance of the feminism in the daily basis that leads thinking how virtual spaces are taking the Feminist Wave into a new phase, based on the hypothesis that Facebook is a tool for emancipation and expansion of women's voice in recent years. All these methodological theories, object and sources of research were relevant to delineate the core of this dissertation work, which is in the mapping of the present to new feminist practices and actions, with constant revisits in the past for a cross-sectional look at relationships of time and space which it has occupied to women.

Keywords: Digital Medias; Feminist Movements; Fan pages; Speech Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Babi Souza fundadora do Movimento <i>Vamos Juntas?</i> . Fonte: Site <i>Vamos Juntas?</i> . Acesso: 17/01/2019.	29
Figura 2. Definição de Sororidade segundo a <i>fanpage Vamos Juntas?</i> . Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 14/05/2019.	30
Figura 3. Layout <i>fanpage Vamos Juntas?</i> . Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 02/03/2019.	31
Figura 4. Depoimento postado pela <i>fanpage Vamos Juntas?</i> dia 29/03/2016. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 14/01/2019.	33
Figura 5. Depoimento postado pela <i>fanpage Vamos Juntas?</i> dia 27/12/2015. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 12/03/2019.	34
Figura 6. Bruna Rangel idealizadora do Coletivo <i>Não Me Kahlo</i> . Fonte: Site <i>Não Me Kahlo</i> . Acesso: 15/01/2019.	36
Figura 7. Gabriela Moura idealizadora do Coletivo <i>Não Me Kahlo</i> . Fonte: Site <i>Não Me Kahlo</i> . Acesso: 15/01/2019.	38
Figura 8. Thayssa Malaquias idealizadora do Coletivo <i>Não Me Kahlo</i> . Fonte: Site <i>Não Me Kahlo</i> . Acesso: 15/01/2019.	39
Figura 9. Flávia Dias idealizadora do Coletivo <i>Não Me Kahlo</i> . Fonte: Site <i>Não Me Kahlo</i> . Acesso: 15/01/2019.	39
Figura 10. Postagem da campanha #meuamigosecreto iniciada pela <i>Não Me Kahlo</i> publicada dia 23/11/2015. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 18/03/2019.....	40

Figura 11. Comentário feito na postagem publicada dia 23/11/2015 referente a campanha #meuamigosecreto. Fonte: Página da <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 18/03/2019.....	41
Figura 12. Layout <i>fanpage</i> <i>Não Me Kahlo</i> . Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 10/02/2019.....	42
Figura 13. Depoimento postado pela <i>fanpage</i> <i>Vamos Juntas?</i> dia 19/11/2016. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 26/03/2019.	53
Figura 14. Postagem do dia 02/01/2016 com 12,7 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	70
Figura 15. Postagem do dia 28/01/2018 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	73
Figura 16. Postagem do dia 22/10/2017 com 1,2 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2017.	74
Figura 17. Postagem do dia 24/01/2017 com 3,2 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	74
Figura 18. Postagem do dia 26/01/2016 com 21,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	76
Figura 19. Postagem do dia 01/05/2016 com 28 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	78
Figura 20. Postagem do dia 26/05/2016 com 51,9 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	80
Figura 21. Postagem do dia 04/07/2017 com 1,1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	85

Figura 22. Postagem do dia 30/04/2019 com 7,9 mil curtidas. Fonte: Páginas <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	86
Figura 23. Postagem do dia 14/07/2016 com 7,3 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	87
Figura 24. Postagem do dia 14/08/2017 com 2 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	87
Figura 25. Postagem do dia 18/10/2016 com 7,8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	89
Figura 26. Postagem do dia 14/06/2016 com 20,3 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso 08/04/2019.....	91
Figura 27. Postagem do dia 25/11/2016 com 5,2 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	92
Figura 28. Postagem do dia 04/02/2018 com 1,3 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	93
Figura 29. Postagem do dia 16/08/2017 com 1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	95
Figura 30. Postagem do dia 14/03/2018 com 6,7 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	96
Figura 31. Postagem do dia 02/12/2016 com 9,5 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	97
Figura 32. Postagem do dia 04/04/2017 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	99

Figura 33. Postagem do dia 08/03/2016 com 31 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	101
Figura 34. Comentário feito na postagem do dia 08/03/2016. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	102
Figura 35. Postagem do dia 09/11/2017 com 4,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 17/04/2019.	105
Figura 36. Postagem do dia 28/06/2016 com 54,3 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 17/04/2019.	108
Figura 37. Postagem do dia 14/11/2017 com 12,1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 17/04/2019.	109
Figura 38. Postagem do dia 06/06/2017 com 373 curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 17/04/2019.	110
Figura 39. Postagem do dia 02/08/2018 com 160 curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 17/04/2019.	113
Figura 40. Postagem do dia 13/06/2018 com 802 curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 13/06/2018.	114
Figura 41. Postagem do dia 28/09/2016 com 18,5 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 17/04/2019.	116
Figura 42. Postagem do dia 08/03/2017 com 1,8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/05/2019.	120
Figura 43. Postagem do dia 22/07/2017 com 5,2 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 06/05/2019.	122

Figura 44. Postagem do dia 04/07/2016 com 58 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 06/05/2019.	125
Figura 45. Postagem do dia 21/11/2017 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 06/05/2019.	125
Figura 46. Postagem do dia 23/06/2018 com 1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 06/05/2019.	128
Figura 47. Postagem do dia 14/09/2018 com 140 curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 06/05/2019.	128
Figura 48. Postagem do dia 02/11/2018 com 1,1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 06/05/2019.	129
Figura 49. Postagem do dia 25/07/2018 com 203 curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 06/05/2019.	131
Figura 50. Postagem do dia 20/02/2016 com 29 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	134
Figura 51. Postagem do dia 19/02/2016 com 8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.....	135
Figura 52. Postagem do dia 10/03/2016 com 8,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	136
Figura 53. Postagem do dia 16/03/2016 com 8,1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	136
Figura 54. Postagem do dia 18/07/2018 com 878 curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/019.	138

Figura 55. Postagem do dia 29/09/2018 com 988 curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	141
Figura 56. Postagem do dia 24/02/2018 com 1,8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/019.	142
Figura 57. Postagem do dia 16/11/2018 com 390 curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	143
Figura 58. Postagem do dia 28/12/2018 com 198 curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	144
Figura 59. Postagem do dia 06/09/2017 com 1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/019.	144
Figura 60. Postagem do dia 13/01/2016 com 10 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	144
Figura 61. Postagem do dia 30/09/2017 com 8,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	147
Figura 62. Postagem do dia 10/09/2016 com 6,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	148
Figura 63. Postagem do dia 29/07/2019 com 476 curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	148
Figura 64. Postagem do dia 04/11/2018 com 228 curtidas. Fonte: Página da <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	148
Figura 65. Postagem do dia 05/11/2017 com 92 curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	149

Figura 66. Postagem do dia 24/10/2017 com 179 curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	149
Figura 67. Postagem do dia 11/04/2018 com 252 curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	150
Figura 68. Postagem do dia 21/09/2018 com 925 curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	150
Figura 69. Postagem do dia 20/04/2016 com 75 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	151
Figura 70. Postagem do dia 23/02/2016 com 73,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 26/03/2019.	153
Figura 71. Postagem do dia 20/12/2016 com 8,3 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	154
Figura 72. Postagem do dia 22/08/2017 com 2,5 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 26/03/2019.....	155
Figura 73. Postagem do dia 23/02/2018 com 1,8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 26/03/2019.	155
Figura 74. Postagem do dia 21/12/2019 com 3,7 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	158
Figura 75. Postagem do dia 11/04/2018 com 2,1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	160
Figura 76. Postagem do dia 18/11/2017 com 1,5 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	162

Figura 77. Postagem do dia 10/04/2018 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	163
Figura 78. Postagem do dia 04/04/2016 com 36,8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2016.	164
Figura 79. Comentários referente a figura 93. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	164
Figura 80. Imagem postada dia 27/03/2016 com 25 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 16/05/2019.	181
Figura 81. Imagem postada dia 27/05/2016 com 7,5 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	181
Figura 82. Imagem postada dia 08/06/2016 com 8,1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	182
Figura 83. Imagem postada dia 19/07/2016 com 9,3 mil curtidas. Fonte: Páginas <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	182
Figura 84. Imagem postada dia 30/09/2016 com 5 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	182
Figura 85. Imagem postada dia 05/10/2016 com 6,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	183
Figura 86. Imagem postada dia 27/10/2016 com 10,2 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	183
Figura 87. Imagem postada dia 09/11/2016 com 7,5 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	184

Figura 88. Imagem postada dia 01/02/2017 com 5,8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	184
Figura 89. Imagem postada dia 04/04/2017 com 1,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	185
Figura 90. Imagem postada dia 14/06/2017 com 3 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	185
Figura 91. Imagem postada dia 10/07/2017 com 1,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	186
Figura 92. Imagem postada dia 19/10/2017 com 249 curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	186
Figura 93. Imagem postada dia 22/10/2017 com 1,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	186
Figura 94. Imagem postada dia 02/12/2017 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	187
Figura 95. Imagem postada dia 10/12/2017 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	187
Figura 96. Imagem postada dia 08/02/2018 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	188
Figura 97. Imagem postada dia 10/03/2018 com 1,2 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	188
Figura 98. Imagem postada dia 08/05/2018 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	189

Figura 99. Imagem postada dia 18/05/2018 com 2,7 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 01/04/2019.	189
Figura 100. Imagem postada dia 03/12/2016 com 7,8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 06/05/2019.	189
Figura 101. Postagem do dia 09/02/2016 com 7,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	190
Figura 102. Postagem do dia 03/04/2016 com 7,8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	190
Figura 103. Postagem do dia 25/04/2016 com 7,7 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2016.	190
Figura 104. Postagem do dia 01/08/2016 com 3,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	191
Figura 105. Postagem do dia 01/08/2016 com 3,6 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	191
Figura 106. Postagem do dia 22/10/2016 com 6,3 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	191
Figura 107. Postagem do dia 11/01/2017 com 5,3 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	192
Figura 108. Postagem do dia 14/02/2017 com 3,8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	192
Figura 109. Imagem postada dia 08/03/2017 com 8,7 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	192

Figura 110. Imagem postada dia 10/03/2017 com 2,7 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	193
Figura 111. Imagem postada dia 12/05/2017 com 3,1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	193
Figura 112. Imagem postada dia 26/05/2017 com 1,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	194
Figura 113. Postagem do dia 21/06/2017 com 1,9 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	194
Figura 114. Imagem postada dia 24/08/2017 com 1,1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	194
Figura 115. Postagem do dia 22/09/2017 com 2,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	195
Figura 116. Postagem do dia 25/09/2017 com 1,3 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	195
Figura 117. Postagem do dia 16/11/2017 com 930 curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	195
Figura 118. Postagem do dia 06/01/2018 com 1,7 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	196
Figura 119. Postagem do dia 31/05/2018 com 1,3 mil curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	196
Figura 120. Imagem postada dia 04/05/2018 com 2,1 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	196

Figura 121. Imagem postada dia 05/06/2018 com 347 curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	197
Figura 122. Postagem do dia 13/08/2018 com 676 curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	197
Figura 123. Imagem postada dia 13/08/2018 com 647 curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 22/05/2019.	197
Figura 124. Imagem postada dia 31/02/2016 com 23,8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.....	198
Figura 125. Imagem postada dia 05/05/2016 com 8,2 mil curtidas. Fonte <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	198
Figura 126. Imagem postada dia 04/07/2016 com 27,3 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.....	199
Figura 127. Imagem postada dia 05/08/2016 com 49,9 mil curtidas. Fonte <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	199
Figura 128. Imagem postada dia 13/09/2016 com 5,7 mil curtidas. Fonte <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	199
Figura 129. Imagem postada dia 18/11/2016 com 19,7 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.....	200
Figura 130. Imagem postada dia 16/01/2017 com 2,4 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	200
Figura 131. Imagem postada dia 08/03/2017 com 2,8 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	201

Figura 132. Imagem postada dia 13/03/2018 com 2,2 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	201
Figura 133. Imagem postada dia 24/03/2018 com 1 mil curtidas. Fonte <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	201
Figura 134. Imagem postada dia 11/07/2017 com 2,2 mil curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	202
Figura 135. Imagem postada dia 14/09/2018 com 164 curtidas. Fonte: Página <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	202
Figura 136. Imagem postada dia 03/10/2018 com 941 mil curtidas. Fonte <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	203
Figura 137. Imagem postada dia 07/11/2018 com 46 curtidas. Fonte <i>Não Me Kahlo</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 28/03/2019.	203
Figura 138. Imagem postada dia 06/12/2018 com 152 curtidas. Fonte: Página <i>Vamos Juntas?</i> no <i>Facebook</i> . Acesso: 08/04/2019.	203

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1. Dados gerais das postagens escolhidas. Fonte: Produção própria.	65
Tabela 2. Quantidade de postagens divididas por temas <i>fanpage Não Me Kahlo</i> . Fonte: Produção própria.	65
Tabela 3. Quantidade de postagens divididas por temas <i>fanpage Vamos Juntas?</i> . Fonte: Produção própria.	66
Gráfico 1. Destaque por ano para as postagens mais curtidas: <i>fanpage Não Me Kahlo</i> (2016-2017-2018). Fonte: Adaptação dados obtidos pela <i>fanpage Não Me Kahlo</i>	67
Gráfico 2. Destaque por ano para as postagens mais curtidas: <i>fanpage Vamos Juntas?</i> (2016-2017-2018). Fonte: Adaptação dados obtidos pela <i>fanpage Vamos Juntas?</i>	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. OS USOS DO <i>FACEBOOK</i> : ESPAÇO DE AÇÃO POLÍTICA FEMINISTA?	7
1.1. AS MÍDIAS DIGITAIS E AS TRANSFORMAÇÕES PARA/NOS SUJEITOS DISCURSIVOS	7
1.2. O <i>FACEBOOK</i> COMO FERRAMENTA PARA A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES?	16
1.3. SUJEITAS DO DISCURSO: MULHERES E OS USOS DAS <i>FANPAGES</i> COMO ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DAS AÇÕES POLÍTICAS	24
1.4. CIBERFEMINISMO: DEFINIÇÕES CONTEXTO HISTÓRICO.....	45
1.5. A QUARTA FASE FEMINISTA É DIGITAL? CARACTERÍSTICAS E FORMAS DE ATUAÇÃO.....	56
CAPÍTULO 2. ESPAÇOS QUE SE CONECTAM, SUJEITAS QUE SE ENCONTRAM: DISCURSOS E PRÁTICAS DO ATIVISMO FEMINISTA NO <i>FACEBOOK</i>	64
2.1. “NÃO ME KAHLO” E “VAMOS JUNTAS?”: CONEXÕES E DIFERENÇAS	64
2.2. CATEGORIA 1 – CULTURA DO ESTUPRO: ABUSOS/ASSÉDIOS SEXUAIS	69
2.3. CATEGORIA 2 – VIOLÊNCIA: AGRESSÃO FÍSICA E MORAL	83
2.4. CATEGORIA 3 – DIREITO REPRODUTIVO/LEGALIZAÇÃO DO ABORTO.....	104
2.5. CATEGORIA 4 – MULHERES NEGRAS: LUTAS ANTIRRACISTAS	117
2.6. CATEGORIA 5 – EMPODERAMENTO FEMININO E SORORIDADE	132
2.7. CATEGORIA 6 – OUTROS: SUPERIORIDADE DO MASCULINO, IDEAL DE BELEZA, DESCONSTRUÇÃO DE PADRÕES	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	171
ANEXO	181

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa buscamos refletir sobre os novos espaços de atuação feminista. Entre estes novos espaços, destacamos especialmente o *Facebook* como nossa fonte primária para desenhar as bases analíticas. Dessa forma, partimos da hipótese de que esta rede social é uma ferramenta de emancipação para as mulheres, selecionando, nesse sentido, como objeto de análise duas *fanpages* de cunho feminista para compreendermos como o ativismo em redes sociais têm ganhado maior visibilidade e popularizado o debate de uma emancipação das mulheres.

Inserida em um campo interdisciplinar, manifestada na fronteira nas áreas da História e Comunicação, esta dissertação se concentra em temas como relações de poder, história cultural, história das mulheres e gênero, mídias digitais e redes sociais. Sua importância está fundamentada numa contribuição aos estudos sobre os ativismos feministas em redes virtuais, ou seja, uma História do Tempo Presente, porém com raízes profundas estruturadas no passado.

Nesta perspectiva, para o seu desenvolvimento optamos por trabalhar com as *fanpages* *Não Me Kahlo* criada em 2014 por Bruna Rangel, Thaysa Malaquias, Gabriela Moura e Flávia Dias e a *Vamos Juntas?* idealizada por Babi Souza em 2015, sob um recorte temporal de três anos, de 2016 a 2018. Estabelecemos este recorte na estratégia de incorporarmos nosso campo analítico nos anos em que as duas se correspondessem de formas iguais, ciente que elas foram criadas em períodos diferentes. Isso nos possibilitou que na coleta de dados os meses e anos fossem estabelecidos na mesma sequência. Além disso, consideramos essa delimitação temporal na medida em que 2016 foi, também, o ano que ambas lançaram livros trazendo para o físico as estratégias traçadas a partir do virtual. Por último, 2017 e 2018 foi pela condição de verificarmos em forma retilínea sua atuação.

Dentre estes anos selecionamos as duas postagens mais curtidas/visualizadas por mês. Atribuímos como base 6 categorias/temas para pensarmos os conteúdos das publicações, utilizando lentes teóricas e metodológicas da Análise de Discurso asseguradas por Eni Orlandi (2003) e as conceituações de Michel Foucault (2014;1998) para analisarmos as produções de discurso enquanto forma de poder dada por cada publicação. São elas: Cultura do Estupro: abuso/assédios sexuais; Empoderamento Feminino e Sororidade; Violência: agressão física e moral; Direito Reprodutivo/Legalização do aborto; Mulheres Negras: lutas antirracistas e a categoria ‘Outros’, que inclui, Superioridade Masculina, Ideal de Beleza, Desconstrução de Padrões. Desta forma, esperamos compreender como foram produzidos e articulados os

discursos enquanto parte de uma construção cultural histórica na relação dos conteúdos gerados pelas *fanpages* com seu público seguidor.

Os objetivos que guiam esta pesquisa têm passagem na relação dos usos políticos do *Facebook* seja diante suas funcionalidades para a presença, seja em sua disseminação, ou ainda na permanência da luta feminista nos espaços sociais, permeadas a partir de um ativismo virtual. Além de entender como estes espaços abriram novas visões para que práticas e pautas feministas chegassem em lugares/pessoas antes não alcançadas. E também, como perceber as possibilidades que os recursos virtuais apresentaram para que estas mulheres pudessem dialogar mais abertamente sobre questões que, historicamente, tem sido invisibilizadas dentro das relações de poder operacionalizadas através do machismo e do racismo.

Assim, a elaboração de nossas inquietações partiu das observações com as fontes de pesquisa buscando compreender: quais os objetivos dessas mulheres e dessas páginas que surgem nas redes sociais digitais? Quais são as dinâmicas utilizadas pelas *fanpages* em apresentar o que são as pautas feministas? Elas possuem esta preocupação? Há uma quarta fase feminista? Quais são suas características e efetividades?

Desse modo, toda a base descritiva do trabalho além de ter como fundamentação teórica metodológica da Análise de Discurso, já mencionada, incorporamos também, leituras no campo bibliográfico, em artigos, teses, dissertações, obras, estatísticas, entre outros. Selecionamos os textos partindo do princípio que estes nos oferecem suporte no diálogo entre temática, objeto e fontes de pesquisa.

Destarte, no capítulo 1 utilizamos como base autores como Thompson (2014), Bauman (2001), Lévy (2010;2015), Castells (1999), Paula Sibilia (2008), dentre outros, no intuito de fazermos um panorama contextual sobre como tem se desenhado as formas de interações entre sujeitos sociais discursivos e suas relações pessoais com a chegada das mídias digitais.

Comprendemos a partir de Thompson (2014), que as transformações criadas com a chegada das novas redes de comunicações geraram um impacto tanto nas organizações espaciais quanto temporais. Segundo o autor,

[...] o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo. [...] De um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum (THOMPSON, 2014, p. 26-27).

A contextualização que o autor faz diante as esferas individuais, coletivas e midiáticas são importantes para assimilarmos as transações e as transformações que cada uma exercem sobre a outra. As relações discursivas produzidas e reproduzidas nos meios de comunicação nos ajudam entender como são formadas as permanências simbólicas e como isso influencia as subjetividades e os relacionamentos sociais dos sujeitos.

Estabelecemos também, compreensões sob o ponto de vista de Bauman (2001) quando este trabalha a liquidez adquirida a partir das “flexibilizações da sociedade moderna” (p. 17). “Desassociada das relações físicas, do palpável” (BAUMAN, 2001, p. 16) sua particularidade está na instantaneidade, no rápido acesso, rápido conhecimento, mas também da rápida desvalorização das coisas, do espaço. Produzida por via de uma modernidade leve/líquida, o autor entende que o que houve foi um encolhimento do espaço diante a aceleração do tempo (p. 16-17).

Podemos relacionar este processo como uma ilusão óptica, uma vez que, estando no campo das perspectivas a relação entre tempo e espaço na modernidade produz variações diante as distâncias e a velocidade. A rapidez com que enxergamos nossa vida prática mostra a impressão que o espaço reduziu e o tempo acelerou. Bauman (2001) explica que um dos possíveis entendimentos para este movimento foram iniciados quando começamos a “depende da tecnologia, de meios artificiais de transporte para percorrer distâncias numa unidade de tempo” (BAUMAN, 2001, p. 17). Atualmente, com o uso das redes de *internet*, dispomos das possibilidades de conectarmos a lugares antes inimagináveis, temos a sensação que o mundo, visto como o campo espacial, se tornou pequeno diante a velocidade da qual podemos conquistá-lo.

Esses, são mecanismos férteis de um período digital que se consolida a partir das redes de *internet* associadas ao meio técnico de produção. São desses encontros, que surgem as concepções do ciberespaço. Entendida por Mota (2012) como um “lugar por onde circulam as informações produzidas pela rede mundial de computadores. Nele o internauta experimenta a sensação de extensão, desdobramentos ou mesmo transfiguração de sua personalidade” (MOTA, 2012, p. 20).

Castells (1999) vai, entretanto, compreender que o diálogo presente no ciberespaço possibilita que as “redes interativas de computadores cresçam exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida, bem como, sendo moldados por ela” (CASTELLS, 1999, p. 40). As transformações que as mídias digitais dimensionaram diante das relações pessoais e coletivas estão em consonância com as argumentações de Sibilia (2008),

pois, mesmo com todos os mecanismos deliberados por esta massa midiática, ainda é um espaço carregado de identificações pessoalizadas, um arcabouço de coisas prontas, onde subjetividades e individualidades se encontram podendo fomentar e influenciar variadas formas na construção do *eu* pessoal.

Para além disso, buscamos neste capítulo especificar quem são as idealizadoras de cada *fanpage* e como elas tem articulado e pensado a formação desses feminismos digitais possuindo como norte as redes virtuais e estas como espaços de estratégias e efetividades políticas para o movimento. Sua construção teve por critério, apresentar cada uma dessas mulheres e em seguida descrever a formação de cada uma das páginas.

A partir de um foco que buscou uma contextualização histórica sobre o conceito ciberfeminista e sua consolidação diante a formação e atuação de mulheres no envolvimento com o mundo virtual. Trazemos para esta análise uma base teórica fixada em Donna Haraway (2009), Lemos (2009) e o grupo australiano VNS Matrix, primeiro coletivo em fazer a releitura entre feminismo/máquina. Foi com este grupo adotando como ponto partida a obra de Haraway *Cyborg Manifesto* (1984), que veio a aparecer pela primeira vez o termo ciberfeminismo. São justamente as conceituações desse termo que vão nos instrumentalizar para pensarmos os delineamentos do que posicionamos como quarta fase do feminismo, pensando esta, sobretudo, através da massificação/ampliação de alcance do movimento enquanto usuário de rede virtual.

O segundo capítulo é destinado às análises das fontes amparadas principalmente por Eni Orlandi (2003) e Michel Foucault (2014;1988) e suas posições teóricas metodológicas da Análise de Discurso enquanto via de acesso para interpretar os sentidos presentes nas postagens de cada *fanpage*. É também neste capítulo que foram analisadas as cargas simbólicas na conjuntura social, e na construção social das mulheres em específico, sendo esta, mediada através das categorias/temas selecionadas. No total foram 59 postagens pelo lado da *fanpage Não Me Kahlo* e 71 pela *fanpage Vamos Juntas?*.

Dessa forma, interpretamos os conteúdos de cada postagem dentro das perspectivas históricas do Movimento Feminista e da construção histórica social/cultural das mulheres, trazendo um panorama geral e os contextos emergentes associados aos discursos investidos de poder onde cada época tratou de definir padrões de feminilidade e masculinidade. Estes sentidos estiveram em nossas análises focados a partir das fontes, na relação entre linguagem e as formações sociais e culturais nos sujeitos através do tempo. Em Foucault (2014;1988) utilizamos a questão do discurso enquanto produção de sentidos para enfatizar as relações de

poder elaboradas a partir de um discurso histórico enquanto verdade no delineamento das subjetividades e do controle do corpo feminino.

No entanto, observamos que os espaços virtuais se fizeram efetivos ao colocar os ativismos feministas enquanto movimento mais polemizado, uma vez que suas possibilidades angariaram forças para que estes fizessem das ferramentas uma atualização da luta feminista. Sarti (2004) identifica que o Movimento Feminista no Brasil desde sua penetração mais firme como movimento político a partir de 1970, se desenvolveu como um campo questionador em várias áreas sociais causando “impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher com repercussões em toda a sociedade brasileira” (SARTI, 2004, p. 36). Esta persuasão foi crescente pelos anos que se seguiram, na busca por reafirmar a presença das mulheres nos âmbitos sociais que sempre mantiveram críticas diante aos modelos tradicionais.

Notamos, que um dos recursos que mais tem causado efetivações para estes ativismos de rede tem sido a criação e o uso de *hashtags*. Sua função tem muitas vezes um caráter de denúncia e em outras uma conscientização e provocação a reflexões de assuntos vigentes no momento, como podemos ver pela *#MeuAmigoSecreto*¹. Esta campanha foi iniciada em 2015 pela *Não Me Kahlo* e já em 2016 após ver sua grande influência virou livro *#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes*. As autoras destacam que

Pouco se sabe ainda sobre o impacto da militância virtual no “mundo real”. Recebemos inúmeros e-mails com *feedback* bastante positivos de mulheres que conheceram o feminismo por meio das nossas redes sociais ou, por exemplo, que saíram de relacionamentos abusivos após lerem sobre o tema em nosso site, e sabemos que o mesmo ocorre com outras páginas feministas. Sendo assim, acreditamos que a internet é, sem dúvida, uma plataforma de extrema importância para a disseminação de nossa mensagem e para a pulverização de conteúdo feminista. E o maior exemplo que podemos citar desse engajamento virtual e de seu impacto na vida das mulheres se deu através da *#MeuAmigoSecreto* (LARA, *et al.*, 2016, p. 13-14).

Nesse sentido, no espaço virtual um “novo” feminismo tem emergido, tecendo mudanças nas relações dos seus espaços de atuação e na sua forma de publicizar suas demandas,

¹ “A *hashtag*, criada em 2015 não surgiu de uma campanha planejada, mas sim de uma construção coletiva e espontânea. Como acontece com muitas coisas na *internet*, é difícil definir o momento exato em que a *tag* nasceu. Porém, não há dúvidas de que o pontapé inicial foi dado em nossa conta no Twitter. Estávamos nos aproximando do final de ano, quando acontece, encontros festivos e brincadeiras, como a do amigo oculto. Lendo nessa época os tweets das pessoas que seguimos, um nos chamou atenção. Uma menina reclamava do amigo secreto que havia tirado no sorteio, que não lhe agradava. Inspirada no formato de seu microrrelato, resolvemos fazer série de tweets que trouxéssemos uma perspectiva feminista à situação. Fizemos isso várias vezes em outras ocasiões, mas nunca havíamos tido o alcance que conseguimos com o *#MeuAmigoSecreto*” (LARA, *et al.*, 2016, p. 14)

uma vez que, “o grau de autonomia da descentralização das redes abriu um vasto campo de estratégias inesperadas de mobilização e comunicação política” (COSTA, 2018, p. 44).

Há, portanto, uma diferenciação quando revisitamos o Movimento Feminista da década de 1970, quando este tinha por características as ruas e os jornais impressos como ambientes de atuação. Também temos por considerar os efetivos desses espaços virtuais pela capacidade engajadora que o *#movimentovamosjuntas* causou através das redes ao tornar possível transcenderem uma ação nascida nestes espaços para as ruas.

O livro produzido pela sua idealizadora Babi Souza *Vamos Juntas? O guia da sororidade para todas* (2016) tem suas diretrizes firmadas através das conceituações que levam o termo sororidade, segundo Souza (2016) identificado como substantivo feminino, é a capacidade de união entre as mulheres em que umas às outras estabeleçam empatia e companheirismo (SOUZA, 2016, p. 41). Na prática, isso ocorre quando ao sentirem medo em andarem na rua pela noite, estas mulheres, criem laços com outras companheiras para caminharem juntas. Esse foi o principal sentido quando Babi Souza publicou seu primeiro *post*² indignada pelo pavor ao descer do transporte público e ir até sua casa sozinha.

Mesmo que o *Facebook* seja marcado por relações de controle e poder, esta rede possui funcionalidades para que grupos feministas ganhem mais visibilidades. Isto porque cresce o interesse das mulheres em transformarem os espaços privados (cuidados da casa, filhos, marido) em um espaço que possibilite uma conexão com o lado público. Dessa forma elas redirecionam suas visões enquanto sujeitas que foram marcadas historicamente por ideias que sejam dadas como “naturais”.

As redes sociais, para a atuação das mulheres têm se verificado como uma ferramenta de publicização e denúncia de comportamentos, muitas vezes agressivos, existentes em todas esferas sociais que antes eram tratados como normais. Identificar esta rede social como substrato emancipatório, bem como para a permanência do ativismo feminista é caracterizar uma relação plausível no acesso a informações e conhecimentos diante do que se pretende o fortalecimento das mulheres.

Em suma, esta dissertação adentra nas possibilidades e contestações de um emergente feminismo nas redes sociais, nossos delineamentos analíticos estão na base de uma ainda crescente produção nos estudos historiográficos. Portanto, avistamos com esta pesquisa frestas para pensarmos os novos posicionamentos que este movimento vem ocupando, em termos de engajamento político, fortalecimento de suas demandas, democratização da luta e a capacidade

² Publicação; postagem.

em agregar suas potencialidades através da mediação dos usos virtuais enquanto ferramenta estratégica de atuação.

CAPÍTULO 1. OS USOS DO *FACEBOOK*: ESPAÇO DE AÇÃO POLÍTICA FEMINISTA?

1.1. AS MÍDIAS DIGITAIS E AS TRANSFORMAÇÕES PARA/NOS SUJEITOS DISCURSIVOS

Ao longo deste tópico iremos fazer uma breve contextualização sobre como concedeu a presença das mídias digitais nas esferas sociais, sua inserção de forma simbólica nos comportamentos dos sujeitos, nas transformações referentes a conversações, acessos, rapidez, mobilidade e produções das subjetividades. Tais elementos vão nos ajudar a caracterizar como esta onda vem reestruturando o modo que enxergamos e construímos nossas relações.

Consideradas um meio de difusão e propagação em larga escala, as mídias digitais se apresentam como uma forma de disseminação rápida e constante de informações e interações vinculadas tanto através da fala, quanto da escrita. Assegurada pelos meios tecnológicos: televisão, computador, telefone, sua expansão chegou aos dias atuais numa velocidade sem precedentes, propiciando transformações culturais e sociais.

Estes avanços por uma mídia mais difusa de acordo Thompson (2014) podem ser compreendidos como um “poder simbólico”. Para o autor, existem várias formas de caracterizar poder: “econômico, político, coercitivo e simbólico” (THOMPSON, 2014, p. 38-39). Socialmente, cada indivíduo carrega em si, símbolos. Segundo o autor, esta é uma “atividade que nasce na produção, transmissão e recepção. Indivíduos se ocupam com atividades de expressões de si mesmo ou de interpretações das expressões usadas por outros” (THOMPSON, 2014, p. 43). Assim, compreendemos que são nessas ocasiões, de imitar o outro ou transmitir certas personalidades que o poder simbólico atende aos meios de informações e comunicações presentes nas mídias digitais.

Thompson (2014) descreve que já no século XV ocorreram as primeiras aparições da mídia de uma forma mais simbólica, estas, presente no avanço das “técnicas de impressão”³ (p. 83). Tais técnicas, como afirma Lévy (2015), inauguram os pressupostos da mídia ao possibilitar “a reprodução e a difusão em massa dos textos e imagens” (LÉVY, 2015, p. 54).

³ Originalmente desenvolvidas por Gutenberg (THOMPSON, 2014, p. 83).

Em virtude de uma série de inovações técnicas associadas à invenção da impressão e, conseqüentemente, à codificação elétrica da informação, as formas simbólicas começaram a ser produzidas, reproduzidas e distribuídas numa escala sem precedentes, os modelos de comunicação e interação se transformaram de maneira profunda e irreversível. Estas mudanças, que incluem o que chamaríamos de “mediação da cultura”, tinha uma base cultural muito clara: o desenvolvimento das organizações da mídia que apareceram primeiramente na segunda metade do século XV e foram se expandindo suas atividades a partir de então. Atentando para as atividades e produtos destas organizações, e examinando como eles foram recebidos e usados pelos indivíduos, teremos uma visão mais pertinente das transformações culturais associadas ao nascimento das sociedades modernas (THOMPSON, 2014, p. 77).

Em razão de tais transformações, a partir do século XX novas formas irrompem as relações entre mídias e sujeitos sociais, cenário este atribuído pelo florescimento maciço das redes de *internet*.

Os avanços condicionados por meio desta rede tiveram influências sistemáticas dentre as percepções de “produção, armazenamento e circulação de materiais que são *significativos* para os indivíduos que os produzem e os que recebem” (THOMPSON, 2014, p. 35). Estes elementos são hoje verificados em plataformas de redes sociais *online* como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *You Tube*, entre outras, uma vez que, são oferecidas aos receptores, conteúdos que estimulam a fazerem daquilo seu produto diário. Assim, mediante tais versatilidades e facilidades “as formas simbólicas se tornaram mercadorias que podem ser compradas e vendidas de um jeito fácil e acessível” (THOMPSON, 2014, p. 35) no mercado digital.

Na produção de formas simbólicas e na transmissão para outros, os indivíduos geralmente empregam um *meio técnico*. O meio técnico é o substrato material das formas simbólicas, isto é, o elemento material com que, ou pelo meio do qual, a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor para o receptor. Todos os processos de intercâmbio simbólico envolvem um meio técnico de algum tipo (THOMPSON, 2014, p. 44).

De acordo com o autor supracitado, é sob as possibilidades desse meio técnico de comunicação que vem a ocorrer a “reorganização tanto espacial quanto temporal, mostrando que o distanciamento espacial não mais implica o distanciamento temporal” (THOMPSON, 2014, p. 58). Assim se torna explícito que nas relações entre indivíduos, as formas de comunicações mais rápidas culminaram uma ilusão de que a distância entre uma pessoa e outra foi reduzida no sentido de que em uma conversa ao telefone ou no envio de uma mensagem, a proximidade faria presente como se estivessem frente a frente.

Bauman (2001) defende que esta é uma das características predominantes da sociedade moderna. Denominada de modernidade leve, ela começa quando o espaço e o tempo “são separados da prática da vida e entre si” (BAUMAN, 2001, p. 16). Sua capacidade fluída, garantiu uma flexibilidade para a conquista do espaço, sendo estas visualizadas pelos tempos “pré-modernos”⁴ como o lado sólido e impassível, pesado e inerte, o principal impasse para a dinamização do tempo. Enquanto antes, espaço e tempo estariam entrelaçados, na modernidade isso não mais existiria, a velocidade com que manuseavam o tempo, resultariam uma conquista maior do espaço. Segundo o autor, “a emancipação do tempo em relação ao espaço” é a principal função em momentos de *software*⁵, a instantaneidade dessa ferramenta, “refere a um movimento muito rápido e a um tempo muito curto, isso condiciona a uma desvalorização do espaço” (BAUMAN, 2001, p. 143-149).

O desenvolvimento dos meios de comunicação cria *novas* formas de ação e de interação e *novos* tipos de relacionamentos sociais – formas que são bastantes diferentes das que tinham prevalecido durante a maior parte da história humana. [...] com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a interação se dissocia do ambiente físico, de tal maneira que os indivíduos podem interagir uns com os outros ainda que não partilhem do mesmo ambiente espaçotemporal” (THOMPSON, 2014, p. 119).

Os novos sistemas de comunicação – computador, celular, tablet e a *internet* – com capacidade cada vez mais universal, mostrou-se como um grande salto para a inclusão do que significaria rede social dentro da categoria *ciberespaço*⁶. Para Lévy (2010), essa categoria representa

[...] o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 2010, p. 17).

Este mecanismo, para o composto atual das redes sociais *online* (*Facebook, Twitter, Instagram, etc.*) que são redes comunicacionais que nos permitem curtir, comentar,

⁴ Chamo de pré-moderno aquilo que Bauman caracteriza de “modernidade sólida”. Constituída, segundo o autor, pelos aspectos tradicionais do sagrado, dos direitos costumeiros, obrigações que atavam pés e mãos, impediam os movimentos e restringiam as iniciativas (2001, p. 10).

⁵ Segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa “qualquer programa ou conjunto de programas de computador. Um conjunto de sistemas” (FERREIRA, 2010, p. 1955).

⁶ Inventada em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromancer*. No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descritos como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural (LÉVY, 2010, p. 94).

compartilhar em uma velocidade mínima de tempo, faz com que as interações virtuais destas, ocasionem mudanças repentinas frente às organizações público e privado, fazendo crer no que o próprio Lévy denomina de cibercultura⁷. O diálogo, no *ciberespaço*, possibilita que essas “redes interativas de computadores cresçam exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida, bem como, sendo moldados por ela” (CASTELLS, 1999, p. 40).

[...]as particularidades técnicas do ciberespaço permitem que os membros de um grupo humano se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, e isto quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários (LÉVY, 2010, p. 51).

Eu defino ciberespaço como o *espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores*. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônico, na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluído, calculável, com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço (LÉVY, 2010, p. 94-95).

À vista disso, o *ciberespaço*, comprometido com a inteligência coletiva⁸, se verifica como um instrumento que tem por capacidade a concentração de um volume extenso de informações que podem se diversificar entre línguas, faixas etárias, lugares e posições sociais. As informações se interligam, formando uma mesma identidade comunicacional à base das redes digitais.

A palavra ciberespaço é utilizada como significante de um ‘lugar’ por onde circulam as informações produzidas pela rede mundial de computadores – *internet*. No ciberespaço o internauta experimenta a sensação de extensão, desdobramentos ou mesmo de transfiguração de sua personalidade. Este universo virtual possibilita extremas mudanças psicológicas nos seres humanos de forma que a identidade se torna flexível, ou mesma anônima, além de permitir demolir fronteiras, alterar a geografia, a coordenação ou a expansão do tempo, e, ainda, a transformação das relações humanas (MOTA, 2012, p. 20-21).

⁷ Nesse composto, caracteriza-se “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 2010, p. 17).

⁸ “É uma inteligência distribuída por parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. Acrescentemos à nossa definição este complemento indispensável: a base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuo das pessoas, e não o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas” (LÉVY, 2015, p. 29).

Nessa perspectiva, Paula Sibilia (2008) ao escrever “O show do eu” faz reflexões sobre como a era digital têm transformando nossa intimidade em um grande espetáculo virtual. Para enunciar sua escrita e dar legitimidade ao seu objeto de estudo, ela nos apresenta a edição de 2006 da revista *Time*. Esta revista, anualmente, traz em seu conteúdo em forma de eleição o denominado *Personalidade do ano*, uma espécie de “prêmio” para mostrar personagens que se destacaram durante aquele período (SIBILIA, 2008, p. 08).

Diante disso, observando a atual conjuntura midiática, a eleição desta edição foi unânime em eleger nós, pessoas comuns, desconhecidas. Sua capa ilustrava um grande espelho que brilhava, e com isso, segundo a autora, “convidava seus leitores a nele se contemplarem, como Narcisos satisfeitos de verem suas “personalidades” cintilando no mais alto pódio da mídia” (SIBILIA, 2008, p. 08).

A autora, no entanto, questiona: “quais foram os motivos dessa curiosa escolha?” (SIBILIA, 2008, p. 08). Compreende-se, diante disso, que os indivíduos (todos nós) avistamos na era da informação um grande momento para nos colocar no mundo, de uma maneira rápida e eficaz. Esse novo universo nos mostra o que antes era quase intocado, e que agora em curtos minutos podemos vislumbrar lugares e conhecer pessoas sem ao menos ter o contato físico.

Além disso, este universo nos permite adentrar em meio a uma rede que nos olha como o principal realizador de toda a trama que compõe o ciberespaço. Com o avanço da *internet* estamos sempre à procura de produzir e revelar o novo, e de acordo com Sibilia (2008) “modificando as artes, a política, e o comércio, e até mesmo a maneira de percebemos o mundo” (SIBILIA, 2008, p. 09).

A mídia tem na informação o seu objeto e na liberdade de disseminação de informação seu objetivo, constituindo-se em poder libertador ou controlador, atendendo a interesses da sociedade ou a ideologia políticas e mercadológicas de poucos. Nesse jogo entre mídia e a informação tem-se configurado o ciberespaço (MOTA, 2012, p. 20).

O uso das redes sociais *on-line*, através de dispositivos eletrônicos, representa o intermédio pelo qual as relações são propagadas, as pessoas se conhecem e se interagem. Quanto maiores são as visualizações, maior sua “popularidade”, seu ego, seu status. As interações face a face estão perdendo seus créditos por uma tela que se mostra instantânea e cheia de conteúdos que são inéditos e se renovam a cada momento, o que representa uma das grandes alterações de convivência. As relações interpessoais se modificam, fazendo com que, através dessas redes você possa fazer e desfazer amizades, curtir e comentar virtualmente fotos, pode entrar em bate-papos, tornar-se mais público ao compartilhar sua rotina diária.

Thompson (2014), nesse sentido, nos dá credibilidade ao afirmar que o

[...]desenvolvimento da mídia, não somente enriquece e transforma o processo de formação do *self* [aquele momento que Sibilia chama de Narcisos, a contemplação de si mesmo], ela também produz um novo tipo de intimidade que não existia antes e que se diferencia em certos aspectos fundamentais das formas de intimidade característica da interação face a face (THOMPSON, 2014, p. 265).

O momento que somos eleitas (os) personalidades do ano, segundo a revista *Time*, formamos o substrato dessa arena sem fim, sugados por uma avalanche digital que não mais conseguimos nos desprender.

A rede mundial de computadores se tornou um grande laboratório, um terreno propício para experimentar e criar novas subjetividades: em seus meandros nascem formas inovadoras de ser e estar no mundo, que por vezes parecem saudavelmente excêntricas e megalomaniacas, mas outras vezes (ou ao mesmo tempo) se atolam na pequenez mais rasa que se pode imaginar. Como quer que seja, não há dúvidas de que esses reluzentes espaços da Web 2.0⁹ são interessantes, nem que seja porque se apresentam como cenários bem adequados para montar um espetáculo cada vez mais estridente: o show do *eu* (SIBILIA, 2008, p. 27).

Esta nova forma de ver o mundo, de um jeito individual, porém, no coletivo virtual pela tela de um aparelho tecnológico, mostra uma reestrutura de personalidades no que diz respeito à capacidade de exploração, inovação e comportamento social.

Chegou a vez da liquefação dos padrões de dependência e interação. Eles são agora maleáveis a um ponto que as gerações passadas não experimentaram e nem poderiam imaginar; mas, como todos fluidos, eles não mantêm a forma por muito tempo. Dar-lhes forma é mais fácil que mantê-los nela. Os sólidos são moldados para sempre. Seria imprudente negar, ou mesmo subestimar, a profunda mudança que o advento da “modernidade fluida” produziu na condição humana. [...]requer que repensemos os velhos conceitos que costumavam cercar suas narrativas. Como zumbis¹⁰, esses conceitos são hoje mortos-vivos (BAUMAN, 2001, p. 15-16).

Essa válvula de escape determinada pelas redes sociais *on-line*, estimula em nós o que Nobre & Moreira (2013) chamam de “teia fantasística”, esta, compõe “a totalidade de nossa

⁹ “Web 2.0, voltada para a sociabilidade dos internautas, novos recursos a tornaram dinâmica, quando emissores e receptores passaram a alternar suas posições. O destaque dessa geração é o surgimento de sites de relacionamentos que possibilitam a reunião de pessoas em grupos e comunidades virtuais com interfaces simples e acesso gratuito. Os internautas podem interagir e inserir conteúdos, em uma prática marcada pela existência da inteligência coletiva” (ISIDORO, 2017, p. 59).

¹⁰ “Numa entrevista a Jonathan Rutherford no dia três de fevereiro de 1999, Ulrich Beck (que alguns anos antes cunharam o termo “segunda modernidade” para conotar a fase marcada pela modernidade “voltando-se sobre si mesma”, a era da assim chamada “modernização da modernidade”) fala de “categorias zumbis” e “instituições zumbi”, que estão “mortas e ainda vivas”. Ele menciona a família, a classe e o bairro como principais exemplos do novo fenômeno” (BAUMAN, 2001, p. 13).

vida, seu caráter fronteiro e extremamente móvel lhe permite grande circulação entre os sistemas psíquicos – o que talvez seja sua principal função para a subjetividade” (NOBRE; MOREIRA, 2013, p. 287). Um mecanismo crescente para essa reestrutura de comportamento é concebida categoricamente pelo uso da *internet*, pois, segundo Nobre & Moreira (2013) ela representa “uma gama de conteúdos imagéticos e textuais, diversos roteiros virtuais como convite para o exercício da fantasia circulando como uma defesa do Eu (ego) e amortece os interesses fazendo crer em nossa realidade interna, a psíquica” (p. 287).

Os compostos simbólicos que circundam às novas tecnologias elevam ao inconsciente dos indivíduos o mecanismo da atração. Este mecanismo corrobora para um permanente estado de sacies e ociosidade da nossa capacidade subjetiva. Somos, a partir disso, “estruturados em uma oposição bipolar” (CASTELLS, 1999), denominados de “*Rede e Ser*”, uma vez que “em um mundo de fluxos de riquezas, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social” (CASTELLS, 1999, p. 41). Thompson (2014), em consonância, mostra que na atual conjuntura que se encontram as “sociedades modernas, o processo de formação do *self* se torna mais reflexivo e aberto, no sentido que os indivíduos dependem cada vez mais dos próprios recursos para construir uma identidade coerente para si mesmo” (THOMPSON, 2014, p. 265).

[...]a identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são (CASTELLS, 1999, p. 41).

A partir dessas afirmações, Recuero (2009), bem como Thompson (2014), vão trazer à tona novas implicações pelo que denominam de *sociedade mediada*. Para Recuero (2009), essa nova denominação (“comunicação mediada pelo computador”) sugere ao indivíduo que está ali conectado, o desencadeamento das “formas de organização, identidade, conversação e mobilidade social” (RECUERO, 2009, p. 16). Esse fenômeno, tende a repercutir como “um entrelaçamento de diferentes formas de experiências” (THOMPSON, 2014, p. 292). O autor defende que para muitos indivíduos, o que caracteriza como construção do seu eu (*self*) são as condicionantes de suas experiências já vividas, aquilo que Koselleck (2006) denomina de “espaço de experiência” (KOSELLECK, 2006, p. 309).

Neste caso, Thompson (2014) utiliza o método da comparação entre nós, no presente (com todo este arsenal tecnológico), com aqueles sujeitos que viveram no passado. Sua

constatação se dá ao perceber que “parece claro que a estrutura da experiência mudou de várias e significativas formas” (THOMPSON, 2014, p. 292).

Enquanto experiências vividas permanecem fundamentais, há uma crescente suplementação de experiências mediadas, que assumem um papel cada vez maior no processo de formação do *self*. Os indivíduos dependem mais e mais de experiências mediadas para informar e remodelar o próprio projeto de *self* (THOMPSON, 2014, p. 292).

O autor aponta que na sociedade mediada, para além da formação de novas capacidades de experiências ao indivíduo, é desenvolvida também as “novas oportunidades, novas opções, novas arenas para a experimentação do *self*” (THOMPSON, 2014, p. 292). Visualizamos essas novas concepções nas representações entre passado e presente. Antes do “desenvolvimento da mídia digital, os materiais simbólicos empregados por muitos indivíduos para a formação do *self* eram adquiridos em contextos de interação face a face” (THOMPSON, 2014, p. 269). Era legítimo que essas interações tivessem por capacidade a produção de “formas de intimidade que são essencialmente recíprocas” (THOMPSON, 2014, p. 265).

Para a sociedade mediada, a capacidade de construção de sua “autoformação” inclina a

[...]depender mais e mais do acesso à comunicação, impressa ou eletronicamente veiculadas. O conhecimento local é suplementado, e sempre mais substituído, por novas formas de conhecimento não locais que são fixadas num substrato material, reproduzidas tecnicamente e transmitidas pelas mídias” (THOMPSON, 2014, p. 269).

Assim sendo, os indivíduos intercambiados pelas novas tecnologias se fragmentaram quanto a capacidade de se reconhecerem dentro de uma comunidade que tem nos processos orais sua busca para se verem inseridos no mundo. Sibilia (2008) nos aponta que esse mundo sem fronteira vendido pela rede nos propicia um “alargamento nos limites do que se pode dizer e mostrar, ou seja, a esfera da intimidade se exacerba sob a luz de uma visibilidade que se deseja total” (SIBILIA, 2018, p. 34). Esse caráter crescente do eu visível, da busca por uma identidade mediada, produz “consequências negativas para a formação do *self*” (THOMPSON, 2014, p. 271), por exemplo, caracterizando pela “intrusão mediada de mensagens ideológicas” (THOMPSON, 2014, p. 271).

O autor coloca o conceito de ideologia para que tenhamos em mente as formas nas quais são articulados os materiais simbólicos, pois podem eles se “estabelecer e sustentar relações de domínio e relações assimétricas de poder” (THOMPSON, 2014, p. 271). E explica:

[...]mensagens mediadas podem ser ideológicas, dependendo de como serão recebidas pelo indivíduo e incorporadas reflexivamente em sua vida. Textos e programas da mídia repletos de imagens estereotipadas, mensagens tranquilizadoras, etc., podem de fato ser recebidas pelos receptores e usadas de maneiras as mais inesperadas. Para entender o caráter ideológico das mensagens da mídia, deve-se considerar como estas mensagens são incorporadas nas vidas dos receptores, como elas se tornam parte de seus projetos de formação de *self* e como elas são usadas por eles nos contextos práticos de vida (THOMPSON, 2014, p. 272).

É interessante, especificamente no caso do *Facebook*, que os discursos que o circundam possuam uma carga simbólica¹¹ muito acentuada através da produção exacerbada de conteúdo, promovendo, portanto, que indivíduos se recriem para poderem se encaixarem a padrões delineados.

Aproveitando esta lacuna, cabe dizer o quanto esta flexibilidade digital tem crescido, em especial nas redes sociais, produzindo compartilhamentos de discursos/noticiários que creditam de uma “má fé” ao público seguidor. Esses discursos dentro do mundo cibernético, são popularmente denominados de *Fake News*. Levando em consideração a definição feita pelo Professor Doutor Diogo Rais no Portal Mackenzie, *Fake News*, “são notícias falsas, que aparentam serem verdadeiras. Não é uma piada, uma obra de ficção ou uma peça lúdica, mas sim uma mentira revestida de artifícios que lhe conferem aparência de verdade” (*on-line*, 2017).

Muitas vezes, se o receptor não tiver uma carga crítico/interpretativa, pode cair em um universo de compartilhamentos dando, assim, credibilidade para tais assuntos e fazendo com que outras pessoas também caiam nesta mesma farsa digital. Ainda, segundo Diogo Rais, *Fake News*, “não é uma novidade na sociedade, mas a escala em que pode ser produzida e difundida é que a eleva em uma nova categoria, poluindo e colocando em xeque todas as demais notícias” (*on-line*, 2017).

Quanto a isso, Lévy (2010) descreve que nem tudo que é criado, reproduzido com/pelas redes sociais digitais seja necessariamente “bom”, ele nos esclarece que isso “seria tão absurdo quanto supor que todos os filmes sejam excelentes” (LÉVY, 2010, p. 12). O que o autor procura nos passar quanto a esta influência digital/virtual é que “permanecemos abertos, benevolentes, receptivos em relação à novidade” (LÉVY, 2010, p. 12), que reconheçamos as “mudanças

¹¹ “Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo [...] É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição e legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuem assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 1989, p. 9-11).

qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural” (LÉVY, 2010, p. 12).

Sobre a questão da violência simbólica¹² nas redes sociais Recuero e Soares (2013) explicam que estes lugares mesmo sendo vistos como uma nova dinâmica alterando o “espaço onde o discurso é publicado, reproduzido e significado” (RECUERO; SOARES, 2013, p. 242), produzem uma violência simbólica que “tem um importante papel na reprodução dos estereótipos e dos estigmas sociais” (RECUERO; SOARES, 2013, p. 241), fomentando causas e efeitos para quem consomem tais conteúdos.

É importante que sejamos coerentes em visualizarmos as especificidades que estas redes tem nos oferecido, seja através da socialização, ou da informação e velocidade comunicacional. Dessa forma é preciso que façamos entender também como suas estruturas tem exercido mecanismos de controle e poder na formação de nossas subjetividades.

1.2. O FACEBOOK COMO FERRAMENTA PARA A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES?

Contextualizamos anteriormente sobre como os meios virtuais contribuem para a formação das/dos sujeitas/os sociais a partir das reorganizações dos comportamentos individuais e também das relações interpessoais. Notamos que tais mudanças tiveram um papel fundamental para ampliar as possibilidades de interações, rapidez e redirecionamentos do tempo e do espaço. Nesse sentido, tencionamos para as análises subsequentes a hipótese de que o *Facebook* opera, de forma dinâmica, como um campo significativo para promoção de ações que envolvam transformações sociais e culturais aos ativismos feministas. Visamos pormenorizar se este modo virtual de fazer ativismo configura uma ferramenta para a emancipação das mulheres.

A história dessa rede social, segundo o seu site oficial *Newsroom Facebook Brasil (on-line)*, consta, que em 2018, a rede bateu uma marca de 2,2 bilhões de usuários ativos a cada

¹² “[...] é aquela que advém da linguagem. É um produto das relações históricas de dominação nos espaços sociais, que passa a residir também nos espaços *on-line* [...] Bourdieu (1989, 1991) vê a violência simbólica como resultado do poder simbólico, reforçando a imposição dos sentidos e a naturalização das relações de poder. É, portanto, resultado também da imposição da ideologia através do discurso. Ele caracteriza a violência simbólica como uma violência silenciosa, porque suas vítimas não se reconhecem como vítimas, já que falham em identificar a própria violência como tal. Trata-se da naturalização dos sentidos gerados pela dominação, criada e legitimada pelo discurso” (RECUERO; SOARES, 2013, p. 240-241)

mês. Com 15 anos de existência, desde sua criação¹³ em 2004, sua missão sempre foi dar as pessoas “o poder de compartilhar e fazer do mundo um lugar mais aberto e conectado” (SITE *FACEBOOK BRASIL*, *on-line*).

Tratando-se de uma rede social parcialmente nova no mercado cibernético, o *Facebook* tem mostrado uma rede de impacto no modo organizacional da vida de quem a possui. Correia e Moreira (2014), nos esclarece que os estudos das

[...] redes sociais digitais, em geral, e o do Facebook, em particular, ainda tendo poucas fontes fidedignas, têm sido temáticas impulsionadoras de trabalhos de investigação que geram, quase diariamente, uma vasta literatura. [...] À medida que os cientistas avaliam o impacto desta rede em termos sociológicos, reconhecem a sua utilidade como ferramenta de observação comportamental (CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 168-169).

Estudar redes sociais “é estudar os padrões de conexão expressos no ciberespaço. É explorar uma metáfora estrutural para compreender elementos dinâmicos e de composição dos grupos sociais” (RECUERO, 2009, p. 22). Deste modo, esta rede social “está a mudar a forma como centenas de milhões de pessoas se inter-relacionam e partilham informações” (CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 168).

Procuramos então, subsídios teóricos para formularmos concepções a fim de compreender se realmente o *Facebook*, é um campo proliferador para a atuação, permanência e alargamento da voz feminina/feminista, tendo em vista que tal ambiente virtual atua sob posições simbólicas de controle e poder.

Ferreira (2017), ao escrever *Em busca da autonomia da mulher: análise do contrato de comunicação da Marcha das Vadias*, relaciona a atuação feminista na mídia digital, através do movimento Marcha das “Vadias” e sua articulação a partir da criação de sua *fanpage* na rede social *Facebook*. A autora explica que o *Facebook*

[...] foi o principal canal de comunicação para suas enunciatárias. [Tendo em vista que foi de extrema importância a] contribuição da internet e das redes sociais e demais movimentos pós-globalização, pois, além de expandir o contato de comunicação dos movimentos, a internet foi o canal de comunicação para organização e discussão das questões que antecediam aos atos, [proporcionando que as] manifestantes ou simpatizantes das “vadias” soubesse o posicionamento do movimento e também na promoção à interatividade, estimulando que as internautas lessem, respondessem, compartilhassem ou curtissem publicações (FERREIRA, 2017, p. 13-23-52).

¹³ Mark Zuckerberg: fundador, presidente e Chief Executive Office (CEO). “Responsável por definir a direção geral e a estratégia de produto da empresa. Ele também lidera o planejamento dos serviços do *Facebook* e o desenvolvimento da infraestrutura e de tecnologias principais” (Site *Newsroom Facebook Brasil*, online).

Em 2017, o jornal *on-line* Gaucha Zero Hora, publicou uma matéria por Jéssica Rebeca Weber, sob o título *Redes sociais amplificam vozes feministas, mas o quanto a luta pela igualdade de gênero avançou?* O argumento da autora se divide em dois casos: O primeiro, pela publicação feita por uma mulher no *Facebook* relatando as agressões sofridas em um relacionamento abusivo com um músico da banda *Apanhador Só*, produzindo um efeito em resposta no qual o grupo, horas depois, anunciava a suspensão das atividades desse músico na banda.

Já o segundo caso seria o relato da escritora Clara Averbuck afirmando que havia sido estuprada. Estava ela em um Uber e tal motorista aproveitou do seu estado (álcool, saia) e nas palavras da escritora “ele enfiou o dedo em mim”. O resultado advindo com a manifestação à público da vítima foi uma avalanche de comentários de mulheres em sua postagem demonstrando apoio e o aplicativo de transporte logo se pronunciava ao afirmar ter banido o motorista.

A ideia lançada por Jéssica Weber para o fenômeno está na “força feminina na internet, onde historicamente, coadjuvantes em espaços tradicionais de debate, as mulheres amplificam e fazem valer nos canais digitais – além de oferecer o ombro para as outras ou estimular alguma reação coletiva” (2017, *on-line*).

Segundo suas concepções, as redes sociais amplificaram estas vozes, uma vez que possibilitaram que estas dialoguem instantaneamente com milhares de pessoas e coloquem à tona problemas que são estruturais na sociedade. Entretanto, por quê diariamente, quando se acessa a *internet*, existem os mesmos noticiários? Se estão denunciando, expondo, questionando, mobilizando, empresas “banindo” seus funcionários, por quê os mesmos discursos/práticas estão sendo perpetuados socialmente?

Para isso, Jéssica Weber, com o objetivo de dinamizar esse assunto, utiliza o diálogo com algumas mulheres como mecanismo de ver o que estas têm a dizer dessa nova ferramenta para os Movimento Feminista. A ativista Maria Fernanda Geruntho Salaberry, integrante do Coletivo de Mulheres da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e da Organização da Marcha das Vadias, acredita que: “com o advento das redes sociais, as mulheres entraram para denunciar e também discutir sua realidade fora dos espaços convencionais”, tendo em vista, continua, “antigamente, a mulher apanhava e achava que o problema era ela. Hoje, entra na internet e percebe que não é só com ela. E outras mulheres se solidarizam” (SALABARRY, *apud* WEBE, 2017, *on-line*).

A filósofa Márcia Tiburi, acrescenta que “de tempos em tempos, o movimento irrompe na história, valendo dos mecanismos de sua época”. Porém, ela vai além e nos alicerça que, impulsionado pelas redes sociais, “o feminismo cresceu no Brasil apenas como discurso, já que a representação política das mulheres continua ínfima” (TIBURI, *apud* WEBER, *on-line*). E para a historiadora Ana Maria Colling: “são novos tempos, mas a palavra de ordem segue a mesma da década de 1970, quando dizíamos: “Meu corpo me pertence”. Se a palavra de ordem ainda é a mesma é porque alguma coisa não avançou” (COLLING, *apud* WEBER, *on-line*).

Em um movimento como o feminismo, uma geração conquista, a seguinte usufrui e, em determinado momento, há uma geração posterior que naturaliza a nova realidade – dando-se conta de que ainda faltam avanços. Se há um resultado prático esperado do ativismo feminista nas redes sociais, para Ana Maria é a capacidade de desnaturalizar qualquer tipo de agressão contra a mulher, a começar pela cultura do estupro (WEBER, 2017, *on-line*).

Também em 2017 a revista eletrônica *Congresso em foco: respeitamos as diferenças* publica um artigo escrito por Patrícia Marins e Miriam Moura com o título *Redes sociais potencializam o movimento feminista* fazendo referências positivas ao dizer que, neste período, a *internet* contabilizando um total de 3,7 bilhões de usuários, esteja por meio das redes sociais como um palco por excelência de movimento como o das mulheres. Patrícia e Miriam deixam evidente que 2017 representou um marco na história da luta das mulheres isto impulsionado pelas redes sociais em todo o mundo. Segundo elas, o

Movimento Feminista ganhou poder e engajou milhares de países ao mesmo tempo, tendo como pauta a parada internacional das mulheres, a #8M, que invadiu o Twitter e Facebook. Paralisação feminista, contra toda a forma de opressão, machismo, violência doméstica e feminicídio, foi um ato de coragem especialmente para sociedades campeãs na desigualdade, como a brasileira (...) o universo digital da internet serve de caixa de ressonância para esses protestos, com o poder de aglutinar apoios em questão de segundos (MARINS; MOURA, 2017, *on-line*).

Da mesma forma Ferraz (2015) fez um levantamento na relação entre a construção cultural feminina e as possibilidades constituídas no meio digital defendendo que: “tecnologia e mídias sociais, em especial o *Facebook*, surgem como plataforma que abrange contatos e conexões em larga escala, além de tornar o espaço virtual propício à construção e interação de identidades” (FERRAZ, 2015, p. 10). Nesse caso, com a atuação pertinente da massa feminina na rede social em questão, a escrita da autora faz valer seu objetivo, qual concentra no estudo “antropológico entre gênero e mídia, inspirado pela sociologia do cotidiano para pensar as sociabilidades *online* femininas” (FERRAZ, 2015, p. 12-13). Essa inquietação, teve surgimento

após esta “investigar a ação social/virtual da concentração do público feminino no *Facebook*” (FERRAZ, 2015, p. 12).

Sobre isso, Canuto (2016) tem seu esforço voltado para uma epistemologia que busca compreender como as “produções teóricas “clássicas” contribuem na formulação de determinados conceitos e são amplamente utilizadas, reinterpretadas e capazes de produzir uma variedade de sentidos no cotidiano de um *blog* feminista (CANUTO, 2016, p. 26).

Interesso-me em investigar como tem se configurado a produção de um “sujeito” do feminismo. Até a virada do milênio as discussões conceituais acerca do “sujeito” do feminismo encontravam lugar nas obras clássicas ou em circuitos restritos da produção do conhecimento. No entanto, com o advento da internet, tais debates começaram a adentrar outras esferas ganhando “novos” cenários, personagens e vozes (CANUTO, 2016, p. 26).

No intuito de explorar os sentidos produzidos sobre as “mulheres como sujeito do feminismo” (CANUTO, 2016, p. 27), a autora encontra em Simone de Beauvoir, bell hooks, Monique Wittig e Judith Butler um caminho favorável para as constatações teóricas de suas duas perguntas, quais são:

Como diferentes vozes, argumentos e posicionamentos têm articulado ao longo do tempo uma rede de sentidos sobre “mulheres” do feminismo? Como essa articulação tem se configurado em conflitos em relação a noção de “sujeitos” “mais” ou “menos” feministas na contemporaneidade? (CANUTO, 2016, p. 27).

Para isso, sob uma genealogia foucaultiana, a autora busca entender a relação entre a vida, contexto e produção teórica dessas feministas, tendo como enfoque como as experiências e cenários oportunizam que determinados pensamentos e indagações ganhem espaço. Sua análise se concentra nas mídias alternativas *online* feministas, em como estas ganharam espaços, no que a autora interpreta como uma “nova” forma de produzir e circular conhecimentos, quem são as autoras, as narrativas e as questões contemporâneas que permitem a nomeação de alguns dilemas no feminismo” (CANUTO, 2016, p. 27).

Nesse sentido, suas constatações finais foram,

[...] o “sujeito” do feminismo tem conferido lugar a uma diversificada gama de discursos, vozes, posicionamentos e identidades individuais ou coletivas importantes para a construção de feminismos mais sintonizados com a contemporaneidade. Não há consenso entre as feministas de quem seria o “sujeito” do feminismo, ele tem sido constantemente dimensionado por distintas vias argumentativas e correntes teórico-ativistas do feminismo. Percebo o alargamento de sujeitos que têm falado “com” e “pelo” feminismo como um movimento que não se dá de forma isolada, mas acompanha a própria contemporaneidade, as discussões teóricas, sociais, identitárias, políticas e econômicas, e com o advento da internet ampliou de forma decisiva as

possibilidades enunciativas de sujeitos falarem “pelo” feminismo e reconhecerem-se com feministas. No entanto, torna-se imprescindível estar atento e refletir sobre como esses “novos” espaços feministas têm defendido e argumentado em seus projetos políticos. Compreender as preocupações, pautas e reivindicações feitas por essas novas gerações (CANUTO, 2016, p. 172-174).

Claudia Gavenas em um artigo publicado no *Blog Blogueiras Feministas* afirma que “ser feminista é, antes de tudo, desempenhar um papel político”. Ela é uma das que utiliza o virtual para expor aquilo que pensa, e por este caminho tem percebido um movimento de troca, onde muito se aprende, mas também muito se ensina. Um de seus maiores desafios está fixado em trazer a ótica feminista para questões que são cotidianas. “O feminismo (ou feminismos) está muito claro para nós, que já o conhecemos e vivenciamos. Mas, e para os outros?” (2011, *on-line*).

Marcia Tiburi ao escrever *Lugares do feminismo – sobre o feminismo que aparece nas redes* (2015) para a revista *Cult on-line*, demonstra o que significa essa representação feminista pelas redes sociais/mídias virtuais. A frase final de seu artigo possui um peso muito grande quando declaradamente reforçamos que o virtual seja um espaço próprio para a emancipação feminista: “entre o diálogo, o dissenso e a alegria política, as feministas vêm de longe e continuarão indo longe com ou sem internet e redes sociais”.

As corajosas jovens que hoje se expressam na internet são herdeiras de uma história de mulheres que pagaram alto por seu desejo de existir como cidadãs. Elas abriram caminhos muito antes da invenção dos meios de comunicação de massa, quando o simples ato de escrever parecia um luxo e era reivindicado como direito. Muito antes da internet muitas mulheres abriram a selva bárbara e amedrontadora do machismo com armas bem menos impressionantes. Se hoje ainda há medo entre as mulheres é porque não se livraram desses arcaísmos presentes na cultura (TIBURI, 2015, *on-line*).

Tiburi levanta críticas quando olhamos o feminismo somente pelas redes virtuais. Isso faz com que esqueçamos do feminismo que surge em escolas e universidades, no trabalho, que aparece na família, nas ruas, cidade, centro, periferia. A autora diz que esquecemos até o feminismo na história.

Não entenderemos o feminismo nas redes sem antes entendermos como funcionam as redes e como funciona o próprio feminismo e como um pode afetar o outro. É certo que as redes como meios de comunicação fazem muita diferença hoje em dia, pois aumentam o poder de difusão ao alcance da mão de todos. É um erro comum, portanto, creditar às redes sociais o avanço do feminismo atual. Sem dúvida, creditar as redes o que acontece com o feminismo hoje é um exagero, mas isso invalida, antes obriga, à necessidade de entender o porquê dessa interpretação. As feministas estão fazendo feminismo ao desenvolverem seu protagonismo nas redes. As mulheres que não se

sabiam feministas estão se descobrindo, saindo do armário do patriarcado também pelos portais virtuais (TIBURI, 2015, *on-line*).

Desse modo, é importante validarmos, que as redes não configuram o movimento no todo, mas parte do princípio que o virtual assegurou a possibilidade de mais pessoas conhecerem esta luta. E saber que existe ali problemas estruturais e que mulheres, a anos, vêm tentando dismantelá-los. É preciso estar nesses espaços, ocupá-los. Resistir, significar perpetuar vozes, tornar visível nossa presença.

O feminismo que ocupa as redes nos faz pensar na expansão virtual do feminismo e nos demais lugares do feminismo. O que o feminismo coloca em cena é o direito a aparecer. O direito das mulheres pelo aparecer é um direito de participar da esfera pública, o direito de estar no âmbito do poder que sempre escondeu as mulheres na esfera privada. Ninguém poderá negar a importância das redes, mas é preciso pensar em seu verdadeiro lugar no processo para não jogar fora o desejo como potência política em nome de uma habilidade técnica. No caso do feminismo, podemos dizer que as redes são a arma da luta que move o feminismo como um desejo de democracia radical. A internet é a escola feminista para muitas pessoas. Mil vezes melhor do que a escola do patriarcado que proíbe de falar em gênero, que ensina o autoritarismo da vida cotidiana do qual o machismo estrutural é a origem e o efeito (TIBURI, 2015, *on-line*).

É imprescindível não ignorarmos as facilidades e as controvérsias que as redes sociais virtuais trouxeram para dentro da ótica dos movimentos feministas. O virtual nos últimos anos ganhou extensivamente a vida cotidiana dos indivíduos e, através dessa facilidade, de encontro com o público, é que o feminismo cibernético ganhou sua face enquanto ativismo das redes.

As pesquisas demonstraram, que os avanços e as reorganizações dos ativismos tiveram no seu bojo mudanças estruturais relacionadas aos espaços e formas de se expressar. Essas mudanças, por um lado, tiveram posicionamentos desfavoráveis na produção informativa do que seja o movimento. Atualmente, feminismo, é uma palavra que tem ocupado a maioria dos ambientes, através, principalmente, das redes e a má distribuição dos conteúdos que envolvam significativamente seu teor teórico acaba por deslegitimar uma luta que vem de longe.

Por outro lado, ao estabelecermos uma conexão a nossa hipótese de pesquisa e partindo dos trabalhos acima apresentados temos possibilidades em estreitarmos uma linha de raciocínio na qual o *Facebook* é uma prerrogativa a emancipação das mulheres. Pois, à medida que cresce o interesse destas em transformarem os espaços privados em um espaço que possibilitem uma conexão com o público, assurge viabilidade para manifestar-se como uma emancipação enquanto sujeitas. Nesse sentido, acreditamos que as redes sociais, para o pertencimento das mulheres, têm sido a ferramenta de publicização de muitos comportamentos que antes não estariam tão intrinsecamente nítidos para as pessoas.

Nesse caso, dentre as inúmeras funcionalidades¹⁴ que o *Facebook* oferece às suas/seus usuárias/os a ferramenta *fanpage* é uma delas. Sistemáticamente, é uma página criada, específica dentro da rede social para fins de que o público, o fã, esteja mais perto e interagindo com seu ídolo ou com alguma causa que lhes convém.

As páginas são perfis públicos que artistas, figuras públicas, empresas, marcas, organizações e ONGs usam para criar uma presença no *Facebook* e se conectar à comunidade do *Facebook*. Quando uma pessoa curte uma Página, ela começa a ver as atualizações no seu Feed de Notícias. Quando alguém curte ou comenta uma publicação em uma Página, essa atividade pode ser compartilhada com amigos da pessoa, aumentando a exposição e o alcance da Página (*Newsroom Facebook Brasil, on-line*).

Para seu desenvolvimento, produzimos tabelas para cada uma das páginas, a fim de realizamos uma análise superficial de coleta e separação de dados dentre os períodos correspondentes a nosso recorte temporal. Essa coleta e separação de dados, consiste em escolhermos os dois *posts* mais curtidos/visualizados de cada mês de acordo com as categorias/temas que delineamos para compor nossas análises: cultura do estupro: abusos/assédios sexuais; empoderamento feminino e sororidade; violência: agressão física e moral; direito reprodutivo/legalização do aborto; mulheres negras: lutas antirracistas e a categoria outros, que inclui, superioridade masculina, ideal de beleza, desconstrução de padrões.

Esse mecanismo inicial, teve por finalidade nos ajudar a minerarmos informações para podermos construir procedimentos que dessem suporte ao nosso campo teórico/metodológico, representado pela Análise de Discurso. Segundo Orlandi (2003), Análise de Discurso é a busca em compreender os sentidos do uso da linguagem, do seu uso no mundo, sendo esta, ligada a “produção de sentido enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membro de uma determinada forma de sociedade” (ORLANDI, 2003, p. 16).

A Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância [valor, importância] para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicar como o texto organiza

¹⁴ “sistema de mensagem, tanto privado quanto público; *homepage*, ou melhor, a página inicial do *facebook*; *feed* de notícias: listas atualizadas de tudo que seus amigos virtuais estão postando; permissão em fazer e desfazer amizades em sua página pessoal; compra e venda de produtos; dizer com um simples clique reações sobre um post de amigos como: gostei, amei, uau, triste, bravo; comentar, compartilhar; formar grupos: “com eles, as pessoas têm um espaço particular para conversar com pequenos grupos formados por parentes, colegas de trabalho, melhores amigos” ou grupos de estudos; criar páginas: estas que, “são perfis públicos de artistas, figuras públicas, empresas, marcas, organizações e ONGs usam para criar uma presença no Facebook e se conectar à comunidade do Facebook” (*Newsroom Facebook Brasil, on-line*), etc.

os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura (ORLANDI, 2003, p. 26-27).

Este campo metodológico terá como função nos auxiliarmos acerca das compreensões discursivas impressas em cada postagem, sua carga simbólica e investigar se de algum modo este espaço social (*Facebook*) está para as mulheres como um lugar de emancipação.

Nessa perspectiva, faz-se necessário para o próximo tópico, trazermos quem são as idealizadoras de cada *fanpage*, para conhecermos cada uma dessas sujeitas, bem como apresentar quais os objetivos e o processo de formação de ambas as páginas, tanto a *Não Me Kahlo* (2014) quanto a *Vamos Juntas?* (2015).

1.3. SUJEITAS DO DISCURSO: MULHERES E OS USOS DAS FANPAGES COMO ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DAS AÇÕES POLÍTICAS

“Só as mulheres entendem o alívio que é olhar para trás na rua e ver que quem está atrás de você é outra mulher. Na próxima vez que estiver em uma situação de risco (à noite, num lugar pouco movimentado), observe: do seu lado pode haver outra mulher passando pela mesma insegurança. E se vocês fizessem juntas esse trecho do caminho? De quebra você ainda bate um papo e, quem sabe, faz uma amiga!”.

(SOUZA, 2016, p. 19)

Buscamos como central neste tópico trazer as sujeitas contemporâneas que estão revolucionando e traçando nos espaços virtuais ações que envolvam cada vez mais potencialidades para uma nova geração do ativismo feminista. De forma descritiva, fizemos uma breve contextualização sobre como tem ocorrido a constituição do papel da mulher na sociedade e em seguida apresentamos as idealizadoras de cada *fanpage*, bem como a criação de cada uma.

Sua importância analítica é enfatizar e entender como estas sujeitas tem se articulado e pensado esse feminismo digital. Para isso, de um modo individual, iremos conhecer as idealizadoras de cada uma das *fanpages* aqui trabalhadas – *Vamos Juntas?* e *Não Me Kahlo* e aprofundarmos em questões hipotéticas da pesquisa, como por exemplo, se os usos das páginas são eficazes como lugar de estratégias e efetividades políticas para o movimento feminista e para as/os usuárias/os dessas redes.

Lembrando, que ao longo da escrita, colocarei como representante ao falar da voz ativa das mulheres, a categoria “sujeitas discursivas”. Este posicionamento, tem se delineado através

das perspectivas histórico-cultural, onde na faixa dual entre ‘sujeitas e sujeitos, um se sobrepõe a outra’ nas categorias primeiras – desigualdade e poder. Isso pelo fato de que dentro do processo histórico, a mulher foi pensada sob uma base tradicional masculina de um ser para o silêncio. A negação feminina aos bancos escolares e logo na construção historiográfica¹⁵, trouxe o que Perrot (2012) denomina de função anônima do corpo, essencialmente o silenciamento das fontes (PERROT, 2012).

Este mecanismo, analisado por Djamila Ribeiro (2019) no livro de Simone de Beauvoir *O Segundo Sexo*, enfatiza que a “figura feminina é discutida por meio de um sujeito que não é o que a representa, mais sim o outro: o masculino” (RIBEIRO, 2019, p. 20) ela declara que a base constituidora para ser mulher tem sido modelada a partir da visão do Outro, no sentido de que ser mulher é sobretudo ser guiada por razões que não são suas. Del Priore (2010), também em estudo à obra de Beauvoir, deixa evidente, que as mulheres, não constituindo de uma história, passaram a orgulharem de si próprias. A autora explica que sua célebre frase “uma mulher não nascia mulher, mas tornava-se mulher” (DEL PRIORE, 2010, p. 217), leva a compreensão que este tornar, é a submissão a uma rede de relações complexas advindas da construção histórica, visto este como “determinante de seu papel social e seu comportamento diante do mundo” (DEL PRIORE, 2010, p. 217).

Para Beauvoir, a mulher não seria definida em si, na sua originalidade, mas em comparação ao homem e em detrimento dele; é vista e definida pelo olhar masculino que toma um caráter absoluto e sem reciprocidade; está enredada na má-fé dos homens que a querem como um objeto, o que segundo Beauvoir é um dos maiores crimes: querer destituir outro ser humano de sua própria humanidade. As “qualidades” da mulher como Outro são exaltadas e perpassadas pela sociedade como algo definitivo (RIBEIRO, 2019, p. 22-23).

A visão do Outro, sobre a construção social do corpo da mulher, é desenvolvida por diversos fatores simbólicos que são culturalmente¹⁶ estruturados. Anatomicamente, corpos são

¹⁵ A história das mulheres segundo as autoras Rangel e Nader (2014), dentro do campo acadêmico, sofreu, desde sua legitimação “ininterruptos processos de aperfeiçoamento, constantes reorientações dos enfoques temáticos, reformulações conceituais e renovações metodológicas” (p. 102). Desde seu auge, tardiamente, isto em meados da década de 1960, como eixo temático “estudo das experiências “femininas””, pesquisadores viram, que era preciso o mais brevemente possível, discutir o que estava por traz da ausência da mulher na historiografia. Estes, no entanto, foram preponderantes ao realizar “questionamentos nas bases tradicionais dos conhecimentos históricos, uma revisão profunda das análises universais, tanto na temporalidade quanto na centralização do sujeito”, chegando a uma conclusão de que “era preciso privilegiar uma análise relacional do objeto selecionado” (RANGEL E NADER, 2014, p. 102).

¹⁶ Cultura para Geertz (2008) é algo que deve ser vista como uma ação simbólica, ela se constitui como uma ideia (não existindo, porém, sendo construída), não devemos nos perguntar o que ela é, mas qual sua importância explicativa para comportamentos e/ou modos organizacionais existentes em nosso meio. A cultura é pública, porque seu significado o é. Uma vez que operamos sob uma descrição densa aos fatos que sedimentam nossas

definidos pelas diferenças – vagina, corpo feminina; pênis, corpo masculino – a problemática formada, é o que se faz das diferenças, após descobrir quem é quem na formação biológica.

De acordo com Scott (1995), ao explorar as conceituações de gênero, explica que tais produtos (mulher e homem) são pensados com bases nas “relações sociais nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86). Os símbolos são denominados por Scott (1995), como sendo “culturalmente disponíveis” (SCOTT, 1995, p. 86), e analisados por Maria Rita Kehl (2016), como mecanismos dados naturalmente na idealização das/os sujeitas/os.

Desde antes do nascimento, as/os sujeitas/os são influenciadas/os a uma carga de representações simbólicas onde vão serem condicionadas/os a andarem a uma esteira de comportamentos já delineados. Estes comportamentos são demarcados quando é dado de forma enfática a “definição da criança na pergunta: “é menina ou menino?” (KEHL, 2016, p. 23), como se ali, já comessem formas de tratamentos diferenciados, uma vez que, quando passamos a enaltecer estas formas de significantes, estamos moldando, de acordo com a autora “não apenas uma diferença anatômica, mas o pertencimento a um de dois grupos identitários carregados de significações imaginárias” (KEHL, 2016, p. 23).

Significações imaginárias têm haver com: ‘não poder e poder’, com sim e não, tem relações com frágil e forte, com cores, princesa e príncipe, com demarcações sociais (lugares que cada um é estimulado a ocupar). Chartier (1995) no artigo *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica*¹⁷, faz inferências significativas ao estabelecer que se definirmos a submissão imposta as mulheres como sendo concretamente postuladas como violência simbólica, teríamos melhor facilidade em entendermos as relações de dominação – “uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre firmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal” (CHARTIER, 1995, p. 42).

Pelo processo historiográfico, Del Priore (2010) enfatiza que estes sempre esteve atrelado a um dos lados do sexo, o espaço empírico científico condicionava aos homens mecanismos de poder e empurrava destes limites os lugares femininos (DEL PRIORE, 2010, p. 217).

Espaços comuns de homens e mulheres, a família, acabou por torna-se uma região particular, uma espécie de geografia insular. Sobre este solo de história, as mulheres,

ações, estamos agindo dentro de uma ciência que é interpretativa, verificando que o que foi construído ao longo do processo histórico é a prerrogativa explicativa aos padrões sociais.

¹⁷ Este artigo foi publicado na *Revista Annales ESC*, juillet-août 1993, n° 4, pp. 997-998, e faz parte de uma série de leituras críticas apresentadas num colóquio realizado na Sorbonne, em 1992, a propósito do “Historie des Femmes em Ocident” e publicado posteriormente nas Atas do colóquio (Paris, Plon, 1993). E autorizado por Roger Chartier a tradução e publicação nos *Cadernos Pagu*.

de forma precária, tornarem-se herdeiras de um presente sem passado, de um passado decomposto, disperso, confuso (DEL PRIORE, 2010, p. 217).

Condicionadas “a um silêncio de longa duração, inscrito na construção do pensamento simbólico da diferença entre os sexos, mas reforçado ao longo do tempo pelo discurso médico ou político” (PERROT, 2003, p. 20) cultural e histórico, o silenciamento tiveram marcas eloquentes para a constituição de padrões que sejam restritos aos corpos das mulheres, sejam eles caracterizados pelo seu lugar social e/ou pelos modelos padronizados da “mulher ideal”.

Os códigos são resultados daquilo que foram programados em cada corpo social, a distinção incessante entre ser mulher, o sujeito fraco, silenciado, objetificado, em relação ao homem, que detém a força, proteção, voz ativa. Isso mostra o que Perrot (2003) chama de o corpo silenciado, que não fala de si, por si. Portanto, é necessariamente nestes planos, que posicionamos a falar a partir do que denomino de “sujeitas discursivas”.

Ao compreendermos que o corpo da mulher tem sido carregado de complexidades germinadas por meio de dogmas e naturalizados ao longo do processo histórico, pretendemos pensa-la como produtora de seus próprios discursos, revendo os condicionamentos antes delimitados e pensando os espaços agora ocupados.

Foucault (2014), nos parâmetros da filosofia, supõe que socialmente toda produção de discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 8-9). Para o autor, o discurso é sustentado sob um tripé. Se fixa pela produção da escrita, na concretude da fala e na capacidade de interpretação. É um jogo, “onde se anula em sua realidade, colocando-se na ordem do significante” (FOUCAULT, 2014, p. 47).

O discurso nada mais é a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2014, p. 46).

O discurso, além de dar condições, permitir a fala, demarcar posições, grupos e relações, é inerente a todas/os sujeitas/os, mas foi direcionado dentro das relações de gênero, somente para um dos lados dos grupos, no caso, permissível ao masculino. Por estes direcionamentos, culmina-se a mulher à privacidade, anula-a como sujeita pública, logo introjeta o não pertencimento às narrativas históricas.

Segundo Del Priore (2010), produzir a história das mulheres¹⁸ é um modo de fazer/dizer que elas existem, e um dos papéis da História, da historiadora, do historiador é este, narrar. Narrar de um jeito que não esmiúcem os erros e acertos, mas que fale delas através da “submissão, da negociação, das tensões e das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas” (DEL PRIORE, 2010, p. 235).

Neste caso, falar dessas mulheres e desse feminismo virtual implica em reconhecer um esforço de luta que já vem de longe e estas narrativas serão aqui trabalhadas sob dois pontos basilares, primeiro na apresentação destas mulheres e segundo na inferência ao manuseio por parte destas aos meios virtuais (em perspectivas *on-line*) na formação de um ativismo feminista cada vez mais presente nos meios sociais.

Fundadora da Bertha Comunicações¹⁹, Babi Souza é também idealizadora do Movimento *Vamos Juntas?*, autora do livro *Vamos Juntas? – O guia da sororidade para todas* e do aplicativo lançado em 2017 “*Vamos Juntas?*”²⁰ desenvolvido pela Thoughtworks. Babi Souza é feminista e formada em jornalismo, teve o objetivo em criar o movimento na ideia primeira “em unir a outras mulheres para inibir o assédio e qualquer tipo de violência” (SOUZA, 2016, p. 18) principalmente em lugares públicos.

¹⁸ “A exploração de fontes documentais e arquivos, que até então não suscitavam maior interesse, foi fundamental para o desabrochar de uma história das mulheres no Brasil. Na esteira dos demógrafos historiadores e historiadores da família, os arquivos passaram a ser visitados e seus documentos compulsados no sentido de deles extrair alguma luz sobre a história dos grupos subalternos” (DEL PRIORE, 2010, p. 227).

¹⁹ Empresa focada em impulsionar negócios de mulheres (Site *Vamos Juntas?*, *on-line*).

²⁰ “A ideia de criar o aplicativo do “*Vamos Juntas?*” nasceu, inclusive, entre comentários nas redes sociais. A ferramenta, criada em versões para IOS E Android, funciona por meio de GPS do dispositivo. O app vai notificar a usuária quando outras meninas estiverem próximas a ela a um raio de 1 km, mas sem especificar exatamente onde ela está. Ela conseguirá visualizar quem é a outra garota através do perfil no Facebook. “Isso é para evitar que a pessoa interaja com um homem, por exemplo, que é uma situação que muitas meninas têm medo”, explica Babi Souza” (FRAGA, R., 2015, *on-line*).



Figura 1. Babi Souza fundadora do Movimento Vamos Juntas?. Fonte: Site Vamos Juntas?. Acesso: 17/01/2019.

Nesse sentido, foi através do termo sororidade que o movimento foi tomando formas mais consistentes. Babi Souza (2016) escreve em seu livro que a partir do momento que se deparou com esta palavra já sabia que este definiria todo o projeto (SOUZA, 2016 p. 40-41).

Naquele momento, ficou clara a preciosidade daquilo que o movimento precisava explorar. O que eu chamava de “olhar carinhoso para a mulher ao lado” já tinha nome, era revolucionário e se encaixava em todas as vivências das mulheres – e não só na rua, mas em qualquer situação de insegurança (SOUZA, 2016, p. 42).

Para Babi, sororidade “são práticas de união e irmandade entre mulheres, sob a ideia de companheirismo e alcance de objetivos juntas” (ver figura 2). A finalidade em expor este conceito é incentivar que na prática mulheres possam estar juntas para diminuir ou inibir as práticas de assédio, abuso e o medo de andarem sozinhas na rua, principalmente, pela noite. De acordo com Penkala (2014) o exercício da sororidade²¹ centra na noção de pacto entre mulheres. Porém, este não é sobre romantizar relações, mas é não odiamos umas às outras pelo fato de sermos mulheres.

²¹ “O termo *sororidade* tem origem no período pós-medieval, na palavra *sorōritās* (do Latim Renascentista) e do termo em latim para *irmã*, *soror*. Nos EUA, muitas freiras ainda usam *soror* para designarem, com o mesmo sentido que se usa *irmã*, no português, como sinônimo de freira. Também nos EUA, as organizações femininas de universitárias são chamadas *sorority* como sinônimo de *sisterhood*, termos para os quais o português é neutro (irmandade) ou masculino (fraternidade)” (PENKALA, 2014, p. 225).

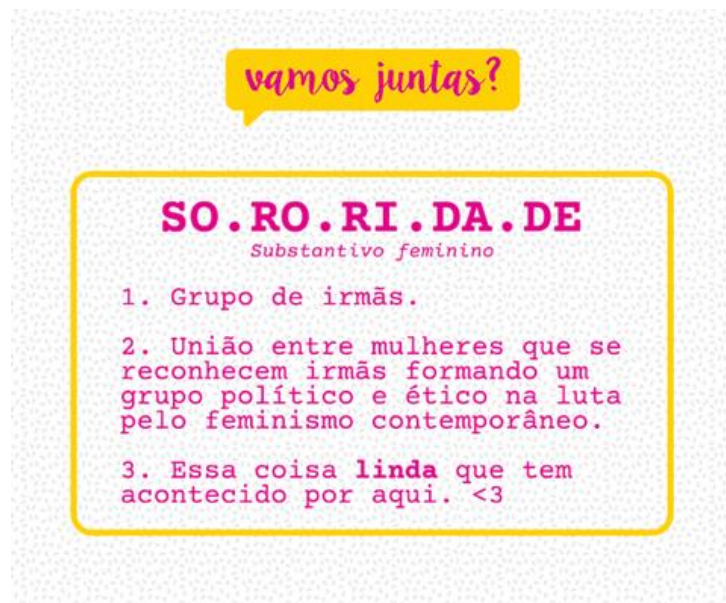


Figura 2. Definição de Sororidade segundo a fanpage *Vamos Juntas?*. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 14/05/2019.

A sororidade é uma relação pactual de irmandade entre mulheres instituída política e eticamente, como um corpo unido com um propósito em comum, de onde advém práticas que propõe, prescrevem e estimulam mútua proteção, solidariedade e a defesa de direitos de classe (da “classe feminina”) a partir de vivências no contexto patriarcal (PENKALA, 2014, p. 225).

Babi Souza, segundo a revista *Think Olga*, está na lista das mulheres mais inspiradoras do Brasil. Se posiciona entre as 10 mulheres que estão transformando o mundo da Plan Internacional e vencedora do Prêmio Mulheres que Inspiram da Revista Donna de Zero Hora. Atualmente seu tempo é dividido entre o movimento *Vamos Juntas?*, a Bertha Comunicações e as palestras sobre empoderamento feminino (Site *Vamos Juntas? on-line*).

O movimento já foi pauta dos principais veículos de comunicação no Brasil, sendo também assunto em veículos internacionais como The Guardian. Hoje a página do movimento no Facebook tem quase meio milhão de curtidas e não fala apenas sobre a importância de “irmos juntas”, mas também, sobre a importância de “estarmos juntas” (Site *Vamos Juntas?, on-line*).

Olga de Mello do Projeto #Colabora, descreve os primeiros passos em que Babi Souza iniciou o *Vamos Juntas?*

[..]quando em 2015 Babi Souza ao descer sozinha de um ônibus em Porto Alegre, numa noite de inverno, imaginou como reduzir a angústia comum a tantas mulheres que precisam atravessar ruas desertas e escuras, caminhando distâncias consideráveis ao voltar do trabalho. Duas semanas mais tarde, no mês de julho, ela publicava o primeiro post com a hashtag #vamosjuntas? em seu perfil no Facebook. Diante da repercussão imediata, criou uma página onde mulheres passaram a contar seus

temores em relação a assédio e violência sexual, enquanto tomavam coragem e se juntavam à desconhecidas para percorrer o trajeto dos pontos de ônibus ou metrô até suas casas. Nascia ali um movimento espontâneo, sem qualquer sistemática, mas que vem ajudando a “democratizar o feminismo”, acredita Babi (MELLO, 2016, *on-line*).

Desse *post* em diante, Babi Souza passou a receber não apenas relatos de assédios, mas histórias de meninas contando como tinham sentido mais seguras ao colocarem o *Vamos Juntas?* em prática, formando uma corrente de sororidade, tornando o movimento mais conhecido e ganhando espaços na mídia (Site *Vamos Juntas? on-line*).

A jornalista é uma entre muitas criadoras de movimentos surgidos depois da Web 2.0., desenvolvidos a partir do interesse de quem a ele se associa, sem qualquer organização formal. Mesmo sem intenção – no momento – de criar uma organização não-governamental, Babi deixou o emprego, devido à necessidade de dedicar tempo a desenvolver um conteúdo cada vez mais embasado em questões de gênero e nas temáticas feministas (MELLO, 2016, *on-line*).

Criada em 30 de julho de 2015, atualmente com um total 448.137 mil curtidas (visualizado dia 04/06/2019) em sua página²² no *Facebook*, o movimento também está inserido em plataformas digitais como *Instagram*²³, *Site*²⁴, *Twitter*²⁵. Estas plataformas têm ajudado de forma exponencial para o crescimento e o fortalecimento de meninas/mulheres a procurarem sempre estarem e andarem juntas, inibindo assim, aqueles estereótipos criados e estimulados a uma competitividade feminina.

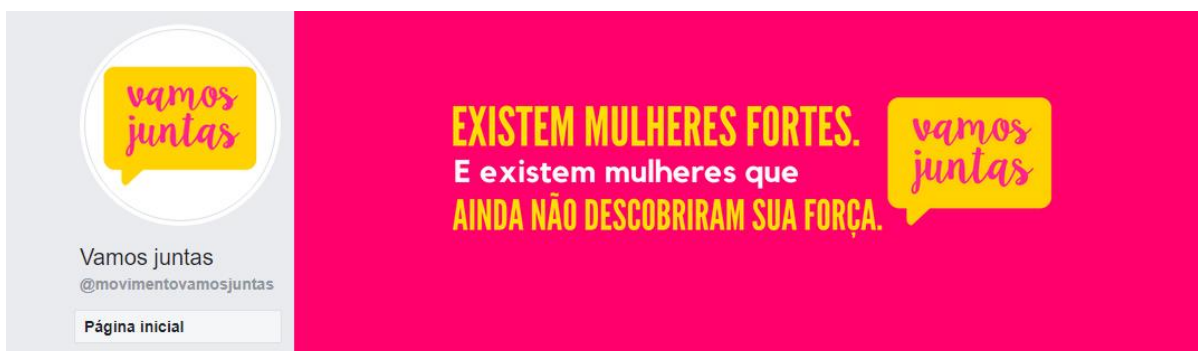


Figura 3. Layout fanpage *Vamos Juntas?*. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no *Facebook*. Acesso: 02/03/2019.

A estratégia em enunciar para irmos juntas é uma realocação das normas que sempre nos fizeram afastar umas das outras ao incitarem disputas e constrangimentos nas relações sociais entre mulheres. Podemos relacionar o ‘irmos juntas’ sobre o que Adrienne Rich citada

²² Página Facebook *Vamos Juntas?* <<https://www.facebook.com/movimentovamosjuntas/>>.

²³ Instagram *Vamos Juntas?* <<https://www.instagram.com/movimentovamosjuntas/>>.

²⁴ Site *Vamos Juntas?* <<https://www.movimentovamosjuntas.com.br/>>.

²⁵ Twitter *Vamos Juntas?* <<https://twitter.com/MovVamosJuntas>>.

por Swain (2010) coloca ao explicitar *continuum lesbiano*. Esta categoria, invisibilizada através do que Rich denomina de heterossexualidade compulsória²⁶ são todas as relações de partilha, não só sexuais, que entre mulheres tem sido negada, apagadas, “relações de amizade, de companheirismo, de partilha e de comunhão de interesses e ações” (RICH, *apud* SWAIN, 2010, p. 53). O desenvolvimento do conceito age em um efeito contrário desse mecanismo patriarcal que historicamente nos introjetou a desunião, de onde condiciona que se uma sofre um comportamento agressivo este, não será ouvido ou não terá importância para as outras, porque, estabelecidas dentro de um sistema que nos ensina a apatia para satisfazer as relações hierárquicas masculinas, não teremos considerações pelas demais e o jeito impositivo do homem não causará impacto social.

Podemos visualizar estes comportamentos na “normalização” em muitos lares pela frase “em briga de marido e mulher não se mete a colher” sendo a premissa de que se ela está apanhando é porque o marido está colocando ordem em casa ou porque fez algo e mereceu, levando a posicionar que o feminino sem valor, tende a ser propriedade do homem. É nesse estágio que as considerações do *continuum lesbiano* tem passagem, uma vez que vai de confronto com o que a ‘escola’ da dominação masculina sempre nos determinou.

O *continuum lesbiano* de Adrienne Rich vai muito além do horizonte epistemológico habitual, da sediciosa utilização de palavras desconstruindo seus significados habituais! O *continuum* nos apresenta uma longa tradição de união, o que é totalmente contrário aos paradigmas sobre as mulheres, que seriam rivais e, logo, concorrentes ferozes. O *continuum* nos fala de amizade e de relações passionais, afetivas e/ ou eróticas; o *continuum* acende o medo patriarcal, uma vez que desvenda os segredos ocultos pelos saberes oficiais e mostra seres não submissos à dependência masculinas (RICH, *apud* SWAIN, 2010, p. 54).

Nesse sentido, as significações estampadas na imagem da *fanpage*, nos mostram que é um ato político, questionar às armadilhas que a sociedade tem nos limitado. Ao explicitar que ainda existem mulheres que não conheceram sua própria força, a autora determina que

²⁶ “Rich acrescenta que a heterossexualidade também é política (assim como o “privado é político” ou “o pessoal é político”), isto é, política na naturalização dos seres na exclusão e no confinamento de um feminino construído como oposto e complemento do masculino. Inferior, porém, já que “diferente”. “Diferença de sexos” é uma categoria fundadora da heterossexualidade compulsória, carregando a ideia de que os corpos sexuados são determinantes do papel e *status* no social e de que a “natureza” define a importância dos seres humanos de acordo com a sua biologia. A diferença dos sexos é, portanto, também política, na medida em que sela a desigualdade no social [...] A heterossexualidade compulsória é, assim, uma instituição política com todas as variáveis que isso implica, na importância social, na estrutura de empregos, na divisão do trabalho e sua remuneração, no sistema produtivo em geral, nas esferas administrativas das empresas públicas e privadas, no governo e nas relações sociais de modo geral, em que o masculino é mais valorizado do que o feminino” (RICH, *apud* SWAIN, 2010, p. 47-48).

reconhece-la não é algo permitido, isso pois, uma estrutura oprime e segrega nossas vontades produzindo um papel negativo na construção de sujeitas sociais/discursivas.

Diariamente, Babi Souza recebe depoimentos de mulheres que sofrem ou sofreram algum tipo de assédio, tanto em casa, na rua e no trabalho, levando a estabelecer que este espaço tem funcionado como um mecanismo de ajuda mútua, onde formam correntes de apoio e fortalecem umas às outras contra o machismo que opera institucional, social e em âmbito privado. Além disso, muito dos depoimentos tem um sentido de agradecimento, seja por ter dado o incentivo de acompanhar alguém ou por ter recebido um ato de sororidade ou também por ter aberto um espaço e possibilitado que falassem de horrores sofridos quando criança, adolescência e assédios quando adultas. A rivalidade é lida como apatia e a sororidade como empatia, afeição, que busca procurar entender as sensibilidades das outras. Por isso, a importância de que se entenda sobre o termo.

O depoimento da figura 4, publicado em 29/03/2016 é um exemplo disso: as relações de companheirismo acontecem quando nos colocamos no lugar da outra, e isso é explícito quando a depoente fala “eu já estava apavorada, apertando o passo quando, do nada, escuto bem alto “Camila, olha lá, é a Fernanda!” e vem correndo as duas gurias”. Há situações que nos deixam vulneráveis e sentimos aliviada quando mulheres/meninas percebem o contexto que estamos inseridas e faz desses episódios uma saída para que permaneçamos juntas.

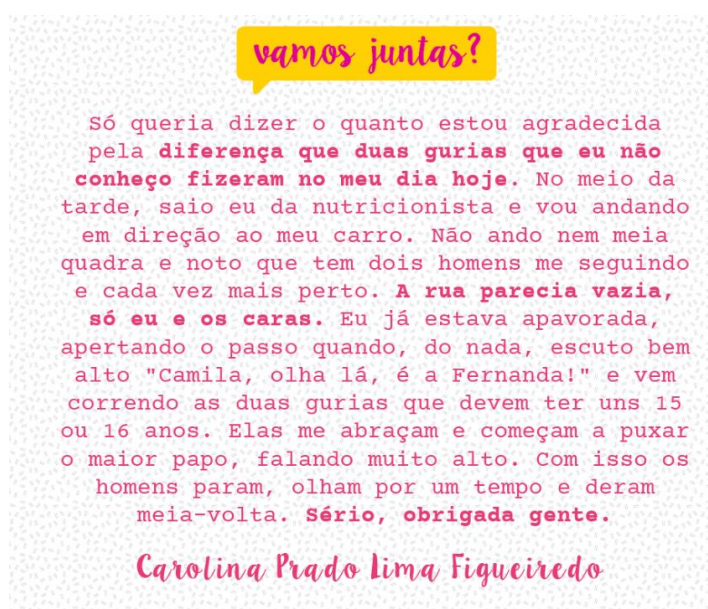


Figura 4. Depoimento postado pela fanpage Vamos Junta? dia 29/03/2016. Fonte: Página Vamos Juntas? no Facebook. Acesso: 14/01/2019.

Em um outro depoimento (ver figura 5), publicado em 2015, podemos também identificar essa prática. Com a lógica de agradecimento sobre como tem sido positivo as pautas abordadas pela página, a depoente pôde identificar como nos quesitos de relações entre mulheres sempre existem um pré-julgamento, uma não aceitação. E como isso deve ser mudado. Quando falamos em união, é porque existe uma força ainda muito presente que nos condicionam exercerem esse papel tão cruel entre nós mulheres. Porém, é por essa permanência que temos visto crescer a cada dia um desejo em entender e procurar reestabelecer conexões de irmandade.



Figura 5. Depoimento postado pela fanpage *Vamos Juntas?* dia 27/12/2015. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 12/03/2019.

Em entrevista à revista *Capricho*, Babi Souza explica que a ideia do movimento, pode parecer simples, mas determinante no final. Assédio, estupro, agressão física, medo é algo vivenciado por milhares de meninas/mulheres todos os dias e isso é silenciado (BONAFÉ, 2015, *on-line*). A causa existe, e o que é central para tornar isso visível é a liberdade e o espaço para se expressar. O silenciamento nos trouxe muitas dores e frustrações, este vindo de uma estrutura narrada pelo pudor e fomentada dentro de uma rede substancialmente aparelhada por quem opera a fala e quem não possui este direito.

A ideia da Babi é incentivar as garotas a andarem juntas pelas ruas de suas cidades, para evitar situações de risco. O estímulo vem de imagens e ilustrações postadas na própria página do Face. A ideia motivou meninas de várias partes no Brasil a contarem suas histórias de sororidade, que são compartilhadas pela página. O foco da campanha é salientar a importância do apoio entre garotas, sejam elas amigas ou desconhecidas (BONAFÉ, 2015, *on-line*).

Nesse sentido, o objetivo buscado por Babi Souza ao criar o movimento teve como pulsão um caráter colaborativo. O incentivo em usar os espaços virtuais para unirmos forças a sempre estarem juntas é renovador em um ambiente tão hostil que é a cultura machista. Sua referência pelos caminhos da sororidade tornam mais fáceis compreendermos como essas redes de mulheres nos fazem exercerem nossa capacidade de enxergar a outra e a entender o que está acontecendo à sua volta. É como se fosse um treinamento as nossas capacidades de empatia.

Nestes mesmos direcionamentos, fazemos referências às idealizadoras da outra *fanpage*. A *Não Me Kahlo* é um coletivo fundado em julho de 2014, tendo como principais impulsionadoras 4 mulheres: Bruna Rangel, Thaysa Malaquias, Gabriela Moura e Flávia Dias. Hoje a respectiva página no *Facebook* soma um total de 1.232.958 milhões de curtidas (verificado dia 04/06/2019).

O objetivo dessas mulheres ao idealizarem este coletivo foi pelo fato que estas acreditam na informação como arma para a autonomia feminina (Site *Não Me Kahlo, on-line*), bem como, acreditam numa organização social em defesa do direito das mulheres e do desenvolvimento de estudos que abarcam o feminismo. Possuem um caráter integrador com posturas pluralizadas ao abrangerem demandas de várias vertentes dos feminismos. O que tem sido publicado em sua página, são mistos de temas como empoderamento, desconstrução de estruturas machistas, luta contra o racismo, misoginia e homofobia, isto, sem perder seu objetivo: um espaço virtual de conhecimento, voltado para à sociedade como um campo de saber e pertencimentos.

Trabalhando com os dois lados, tanto *on-line* quanto *off-line*, perceberam que os dois mundos se conectam e complementam. Se de um lado possibilitam que elas massifiquem temas, expandam conteúdos, de outro elas participam de eventos em Universidades, escolas e instituições, promovendo trocas que carregam particularidades que talvez não cheguem para todos os públicos (Site *Não Me Kahlo, on-line*).

Para a difusão desses conteúdos, são utilizadas as plataformas digitais como *Site*²⁷, *Facebook*²⁸, *Twitter*²⁹ e *Instagram*³⁰ como ferramentas de formação crítica e colaborativa para a difusão sobre questões de gênero. Os pontos basilares para a permanência do coletivo se reforçam pela interseccionalidade, construção coletiva e auto organizada, comunicação e ética,

²⁷ Site Não Me Kahlo: <<https://www.naomekahlo.com/sobre/>>.

²⁸ Facebook Não Me Kahlo: <<https://www.facebook.com/NaoKahlo/>>.

²⁹ Twitter Não Me Kahlo: <<https://twitter.com/naokahlo>>.

³⁰ Instagram Não Me Kahlo: <<https://www.instagram.com/naokahlo/>>.

tendo como visão um trabalho que cause importante impacto social (Site *Não Me Kahlo*, *on-line*).

Bruna Rangel é uma das cofundadoras da *Não Me Kahlo* e do Advogadas Feministas, é graduada em Direito pela Universidade de Brasília, escritora e editora de conteúdo do site do coletivo (Site *Não Me Kahlo*, *on-line*).



Figura 6. Bruna Rangel idealizadora do Coletivo *Não Me Kahlo*. Fonte: Site *Não Me Kahlo*. Acesso: 15/01/2019.

Em entrevista à Ana Gil para a *Organização ObservatorioViolencia.org*, um projeto da Fundación Mujeres, com foco na campanha #stopviolenciamachista, Bruna Rangel fala sobre sua trajetória no coletivo e da importância do papel das redes sociais para os ativismos. Feminista, ela diz que o que mais a instigou a adentrar por estes assuntos foram os casos de assédio e machismo que via sendo produzido diariamente. Perguntada sobre o Brasil ser o quinto país com maior número de feminicídio, Rangel diz que infelizmente essa ‘prática’ por aqui é comum, “vemos noticias de mujeres asesinadas por cuestiones de género de forma cotidiana” (RANGEL, *apud*, GIL, 2016, *on-line*).

Há uma invisibilidade e uma máscara muito forte da violência de gênero e ainda na maioria, se não em todos os casos uma culpabilização constante da vítima. Ela ainda acrescenta que não é possível analisar violência de gênero sem levar a cabo os recortes raça e classe, uma vez que no norte do Brasil, enquanto houve uma queda pelo lado das mulheres brancas, pelo lado das afrodescendentes teve um aumento de 54% na violência (RANGEL, *apud*, ANA GIL, 2016, *on-line*).

Sua entrevista ainda colabora para compreendermos sua percepção quanto a importância das redes sociais na difusão das ideias feministas e para o ativismo. Além disso, faz uma relação desta para a importância da informação sobre questões de gênero aos jovens, sendo este, assunto ainda tabu ao que fere os ‘valores tradicionais da família’. Sua proposta é pensar o significado que este espaço trabalha as questões de produzir conteúdo significativo, bem como pensa as falhas que este possui.

Las redes sociales cumplen un papel muy importante en la propagación de la información. Es en muchas ocasiones el único espacio que tenemos. Por ejemplo, pueden negar un espacio para nuestras ideas en los medios de carácter tradicional, pero podemos transmitir ese mensaje a través de las redes sociales. Existe, como dije, una enorme barrera para discutir el tema género en las escuelas brasileñas, pero los jóvenes pueden tener contacto con esos temas gracias a las redes sociales. Las redes posibilitan que la información llegue y sea transmitida con mucha facilidad, y eso es algo muy positivo. No obstante, tiene algunos aspectos negativos también, no conseguimos hacer llegar aquellas informaciones rápidas y breves frente a la gran cantidad de información que existe. No hay forma de leer un texto de 20 páginas en una *timeline* de Facebook. Nadie se pararía a leerlo. Lo peor de las redes sociales es que también posibilitan la diseminación de informaciones falsas en contra del contenido feminista, así como informaciones misóginas³¹ (RANGEL, *apud*, ANA GIL, 2016, *on-line*).

Não obstante, Gabriela Moura, também cofundadora do *Não Me Kahlo* é formada em Relações Públicas com especialização em Sociopsicologia; formação em estudos árabes pelo Centro Árabe Sírio de São Paulo e cofundadora da Idánimo, consultoria de comunicação especializada em diversidade racial e de gênero (Site *Não Me Kahlo*, *on-line*). Em entrevista a Karliete Nunes para o Jornal O Dia de Teresina, Gabriela Moura comenta a relação do feminismo em tempos de redes sociais. Ela colabora ao dizer “que ao mesmo tempo em que este espaço dá visibilidade às questões referentes à igualdade de gênero, também faz ecoar a voz daqueles que querem manter os privilégios masculinos”, Gabriela sente necessidade em procurar uma educação igual para meninas e meninos visando uma formação social mais justa (MOURA, *apud*, NUNES, 2017, *on-line*).

³¹ Tradução própria: “As redes sociais cumprem um papel muito importante na propagação da informação. Em muitas ocasiões é o único espaço que temos. Por exemplo, podem negar um espaço para nossas ideias na mídia tradicional, mas podemos transmitir essa mensagem através das redes sociais. Existe, como eu disse, uma enorme barreira em se discutir a temática de gênero nas escolas brasileiras, mas os jovens podem ter contato com esses temas graças às redes sociais. As redes posibilitam que a informação chegue e seja transmitida com muita facilidade e isso é algo muito positivo. No entanto, existem alguns aspectos negativos também, não conseguimos fazer chegar aquelas informações rápidas e breves diante da grande quantidade de informação que existe. Não há forma de ler um texto de 20 páginas em uma *timeline* de Facebook. Ninguém pararia para ler. O pior das redes sociais é que também posibilitam a disseminação de informações falsas contra o conteúdo feminista, assim como informações misóginas” (RANGEL, *apud* ANA GIL, 2016, *on-line*).



Figura 7. Gabriela Moura idealizadora do Coletivo *Não Me Kahlo*. Fonte: Site *Não Me Kahlo*. Acesso: 15/01/2019.

Ela acrescenta que o coletivo, teve um crescimento muito natural e orgânico. Ao lado de Bruna Rangel, atuava em outra organização, porém não tinha espaço para colocar suas pautas, e tudo era decidido e aprovado por homens.

“Tudo que queríamos é que engajassem na luta, temas como violência contra a mulher, assédio, maternidade, racismo e situações de dificuldade para o mercado de trabalho, foi por estas insatisfações que surgiu o *Não Me Kahlo*” (NUNES, 2017, *on-line*).

No entanto, Gabriela Moura tem uma ideia amadurecida do que vem representando o ativismo feminista nas redes sociais, apesar de entender que este meio foi uma roda precursora para o engajamento feminino, ela acredita que este modelo ainda se apresenta superficial. Para isso, em conversa Ana Paula Marques da Revista Gambiarra, argumenta,

A superficialidade do feminismo na rede não é uma realidade única. Você tem na Internet um grande potencial de educação de alcance que você não teria se não fosse esse meio, uma rede interligando as pessoas no mundo. O problema é que a gente é tão bombardeado de informações, todos os dias, que não conseguimos nos aprofundar em alguns assuntos. Acho que vale conhecer, passar a entender a necessidade de escolher um determinado momento para se aprofundar (MOURA, *apud*, MARQUES, 2016, *on-line*).

Esta, portanto, é a preocupação que possuem quanto a publicização dos conteúdos. Na busca por permitir que as mulheres aprendam mais sobre temas que estão sendo expostos, o coletivo expande suas ideias com um certo grau de aprofundamento e contundência em assuntos como gênero, machismo, LGBTfobia, entre outros. Segundo a *Não Me Kahlo*, não é uma tarefa

fácil, isso “significa sair de sua zona de conforto e questionar o que nos é dado como certo e imutável” (Site *Não Me Kahlo*, on-line).

Uma outra idealizadora do coletivo é Thayssa Malaquias. Segundo informações no site, é graduada em Arquitetura e Urbanismo e Mestre em arquitetura na área de História, teoria e crítica pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Trabalhando de forma autônoma na área de arquitetura, acredita sempre no papel social de sua profissão (Site *Não Me Kahlo*, on-line).



Figura 8. Thayssa Malaquias idealizadora do Coletivo *Não Me Kahlo*. Fonte: Site *Não Me Kahlo*. Acesso: 15/01/2019.

Flávia Dias, a quarta idealizadora do coletivo, seguindo a listagem do site, é formanda em “jornalismo e mestra em comunicação e cultura pela UFRJ. Pesquisadora de estudos feministas e percussionista, utiliza música e intervenções urbanas como instrumento de luta” (Site *Não Me Kahlo*, on-line).



Figura 9. Flávia Dias idealizadora do Coletivo *Não Me Kahlo*. Fonte: Site *Não Me Kahlo*. Acesso: 15/01/2019.

A *Não Me Kahlo*³², desde 2014 vem sendo referência quanto atuação e pertencimento nas esferas digitais. Em 2015, de acordo com informações de seu site, iniciou a campanha com a hashtag #MeuAmigoSecreto, seu status nas redes foi tão impactante que já em 2016, para dar continuidade nesse projeto, as criadoras da página produziram o livro *#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes*. Essa *hashtag* marcou de uma forma metafórica umas das brincadeiras mais populares de fim de ano (o amigo secreto ou amigo oculto). Lidando com temas como assédio, estupro, racismo, homofobia, aborto, tinha como intenção através de relatos, denunciar atitudes que acontecem de forma “natural” no cotidiano, como por exemplo, colega no trabalho que não respeita as mulheres; um familiar que diz que é carinho mas assedia sobrinhas/sobrinhos; pessoas que pedem a criminalização do aborto, que é a favor da vida, mas acha ‘que bandido bom é bandido morto’, colega que diz não ser racista por já ter beijado uma negra; diz não ser homofóbico, mas se o filho nascer gay ele o mata, entre outros tipos de relatos (Site *Não Me Kahlo*, on-line). No exemplo abaixo, há uma demonstração de como essas postagens foram sendo estimuladas, sob a indagação ‘Que mensagem você enviaria para seu amigo secreto?’ e surgiram comentários dos mais variados.

Entendemos que estas iniciativas colaboram a pensar, que metaforicamente a cultura machista é como se fosse uma construção invisibilizada e encoberta por um cuidado opressor para o auto favorecimento masculino. Segue o exemplo da figura 10.

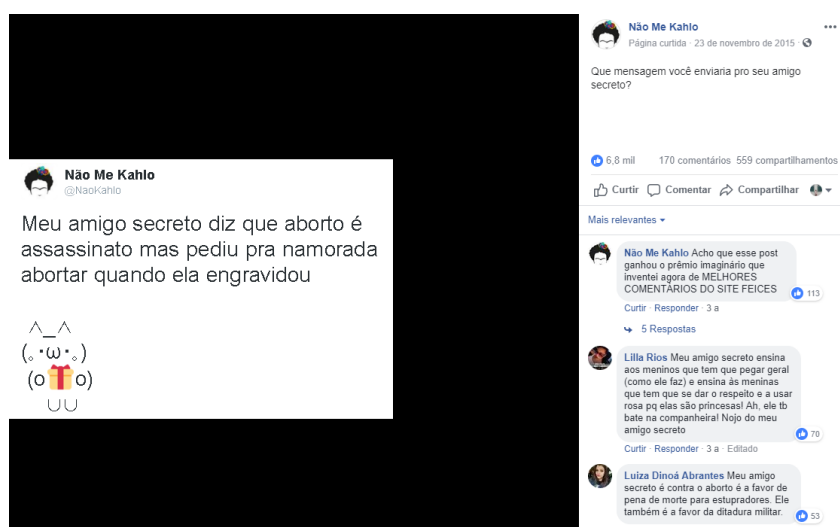


Figura 10. Postagem da campanha #meuamigosecreto iniciada pela *Não Me Kahlo* publicada dia 23/11/2015. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 18/03/2019.

³² Contudo, em 2018 a *Não Me Kahlo* iniciou umas das campanhas, que segundo o site, foi um dos maiores passos do coletivo a “Ajude o Não Me Kahlo a ser uma ONG”, e desde então, sendo um sucesso, se tornou uma Organização Sem Fins Lucrativos, fazendo com que todas as doações sejam total revertidas para a realização de sua missão “utilizar a força da informação para promover a autonomia feminina” (Site *Não Me Kahlo*, on-line).

Há dentro dos Movimentos Feministas, uma luta histórica pela descriminalização do aborto. Mulheres tem sido alvo de ataques em todos os ângulos e a autonomia sobre seus corpos, visto como algo público, perpassa primeiro dentro dos dogmas da igreja, do discurso político, da estrutura machista social e do patriarcalismo familiar.

A prática de expelir do corpo humano o resultado do encontro entre o óvulo e o espermatozoide é polêmica. Trata-se de uma prática. Ainda que secular, dominada, em grande medida, pela moral cristã. É, no Brasil, criminalizada, um crime contra o feto. [...] É neste terreno de lutas que se dá a produção de conhecimento históricos sobre as práticas de aborto. É sem dúvida, uma escrita comprometida com a reflexão nos campos das éticas e das morais em sua diáde com as lutas por conquistas de direitos humanos no que diz respeito a autonomia sobre o próprio corpo (SAMPAIO, 2015, p. 16-17).

Existe um discurso velado dentro dos gritos de ordem: “aborto é crime”. Segregadas ao Estado, existem todos os dias, involuntariamente, mulheres sendo mortas em procedimentos de abortos precários, sem custeios dos órgãos públicos e a negação a proclamar suas próprias decisões, sendo colocadas em situações de vulnerabilidades onde o preço da liberdade custa a vida.

Um comentário (figura abaixo), feito nesse mesmo *post* (figura 11), diz muito da construção das crianças dentro da cultura machista, a hereditariedade desses comportamentos são visuais desde o pertencimento a um dos sexos. Construções estas, germinadas nas bases simbólicas, transferindo sentidos e relações sobre meninas e meninos.

Assim como diz o comentário, “ensinar”, traz um significante que o machismo é algo remanejado/hereditário dentro do corpo familiar. Ensinar é alfabetizar, direcionar, e isso é refletido de gerações em gerações no posicionamento que subjuga uma sobre o outro.

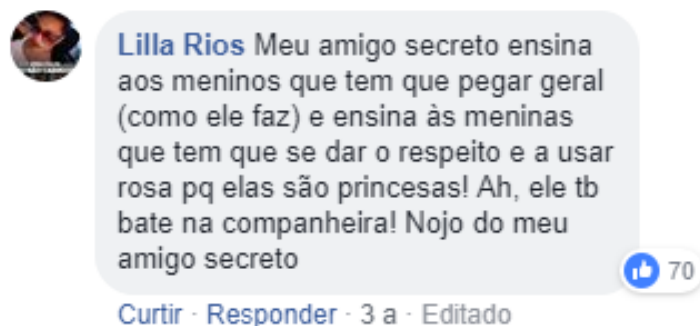


Figura 11. Comentário feito na postagem publicada dia 23/11/2015 referente a campanha #meuamigosecreto. Fonte: Página da Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 18/03/2019.

Foucault (2014), todavia, adverte que discurso é jogo. Sempre pertencendo ao significante, no elemento tangível, material das coisas, ele pode ser construído tanto na escritura, na leitura e na troca (p. 46-47). Apoderar-se desses códigos é sedimentar de verdades, uma vez que “o discurso pode ser dito a propósito de tudo” (FOUCAULT, 2014, p. 46) e é por ele que são construídos os sentidos dos domínios sociais.

Deste modo, lutando em prol de algo real, *Vamos Juntas?* e *Não Me Kahlo*, possuem foco para autonomia feminina enquanto sujeitas sociais. Se por um lado, uma zela por dinamizar a segurança e a sororidade nas relações cotidianas, a outra tem no espírito, a busca por produzir informações mais pulverizadas e acessíveis ao público nas questões de gênero, raça e classe.

A *fanpage* *Não Me Kahlo* em seu layout de apresentação, faz um jogo de duplo sentido ao estabelecer em seu nome uma mensagem ativista, de que mesmo nos condicionando ao silêncio, a fala é um meio que devemos nos apoderar.



Figura 12. Layout *fanpage* *Não Me Kahlo*. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 10/02/2019.

No entremeio das cores utilizadas, a conotação do Kahlo para falar, é referência de uma narrativa histórica que invariavelmente tem sido luta, mas permanece na construção de nossas subjetividades. Ao designar como ilustração uma sujeita da década de 90, fazendo inferência de uma vida marcada pelo desejo de ser aceita, sem estar dentro de padrões estabelecidos, só nos faz pensarmos que as raízes dessa sociedade calcada nas relações patriarcais ainda estão bastante profundas.

A referência à Frida Kahlo não foi sem intenção. Ela, mulher mexicana, “pintora e militante do partido comunista mexicano, sofreu muito e foi na pintura que encontrou o refúgio para sua história amarga” (NOSCHANG; TESCH, 2016, *on-line*). As cores fortes, vibrantes, com flores e traços firmes é a identidade e as singularidades de Frida Kahlo. Durante sua vida, vivendo e enfrentando toda uma estrutura machista, principalmente por parte de seu relacionamento com Diego Rivera, “onde tinha um comportamento infiel e abusivo, Frida

sofreu vários abortos”. Hoje, tem sido símbolo do feminismo, representando a força e a coragem da mulher (NOSCHANG; TESCH, 2016, *on-line*).

Representada por um ideal ativista/revolucionário, *Não Me Kahlo* remete a duas características bastante simbólicas dentro da lógica estruturada para a mulher enquanto ser social: a negatividade e a noção do calar/silenciar. Encontra-se socialmente, dentro de uma cultura ainda tradicional rejeitos desta educação estabelecida sob uma recusa fria e calculada para aquelas que aspiram alcançar a liberdade.

Sinônimo de muitas lutas, liberdade hoje, possui fortes implicações para a atuação dos corpos femininos nas ruas. Desses corpos, o negro é o que mais desestrutura a base opressora. Sedimentados através de uma herança histórica colonial escravista, os arcabouços declinantes que estes corpos foram colocados tem sido diariamente pauta problematizadora para a desestruturação de uma sociedade racista e misógina. Nesse sentido, de acordo com Sueli Carneiro citada por Berth (2018) que a

[...] a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela história hegemônica masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como um fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (CARNEIRO, *apud* BERTH, 2018, p. 50).

Negação a fala, ao espaço público, a autonomia sobre seus corpos foram pilares de toda a trajetória das mulheres (brancas e principalmente negras). Foucault (2014) aponta, que falar, discursar, implica poder e que “discurso é aquilo que é o objeto do desejo, ele não é aquilo que traduz as lutas ou o sistema de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 2014, p. 10). Visualizamos este objeto do desejo nos espaços acadêmicos, na medicina, na política e socialmente em uma fala que é universal. Engessada nos parâmetros masculinos tiveram dentro desses espaços autonomia e liberdade para delinear corpos e gerenciar ações.

Não se calar é redimensionar uma carga de comportamentos que nos foram impostos e até hoje nos vemos revestidas por eles, é repensar uma série de atributos somados e delegados a nós e visto socialmente como processos naturais. É questionar o porquê que nos foram dadas estas posições, o porquê dos abusos sofridos na rua, em casa e no trabalho, o porquê do

silenciamento, do medo e da imposição. Sobrecarregadas por negatividades e silenciamentos, o corpo da mulher se tornou a deriva de um sistema que sutilmente nos coordena a uma versão única do que sermos socialmente.

Direcionadas por ativismo em rede digital, as páginas possuem algumas estratégias para criarem mecanismos que possibilitem efetividades políticas e mobilizações sociais. Predispomos a seguir de algumas das várias formas que a *internet* e o mundo cibernético propiciaram para que cada vez mais reflexões e práticas feministas se dissemine.

Nesse contexto, uma das grandes estratégias visualizadas pelos ativismos feministas em rede *on-line* tem sido a utilização das *hashtags*³³. Sua capacidade em agrupar assuntos através do código forquilha (#) viabilizou e centralizou campanhas, palavras de ordens, denúncias e eventos. A produção desse mecanismo por parte dos movimentos tem possibilitado a criação de memórias virtuais que sejam vinculadas a ações e reivindicações.

Deborah Rodriguez (2016), em exemplo a popularização da *#MeuAmigoSecreto*, considera que o movimento feminista “tem encontrado na virtualidade um ambiente propício para gerar lutas que não só denunciam, mas que também contribuem para sua unificação e para que as ideias que defendem atinjam o maior número de mulheres possíveis” (p. 09).

A efetividade deste elemento tem produzido reações com ondas de protestos organizados por mulheres no Brasil e em várias partes de outros países. Essas eclosões podem ser vistas em diferentes ângulos, seja contra a corrupção, contra os assédios, feminicídios, luta pelo direito ao aborto, contra racismo, homofobia. Desde 2013, com *#chegadefiufiu*³⁴, as atuações com as *hashtags* não cessaram, foram vistas a partir desse período, *#primeiroassédio*; *#meuamigosecreto*; *#vamosjuntas?*; *#trateseupreconceito*; *#agoraéquesãoelas*; *#naoenao*; *#mexeucomumamexeucomtodas*; *#mariellepresente*; *#elenao*. Essa possibilidade se fez favorável para que ativismos se mostrem mais plurais, mais abrangente em seu campo de coalizão não na formação de uma identidade que seja universal, mas como uma aliança que irá difundir forças para pautas em comuns.

³³ “Hashtag é um composto de palavras-chave, ou de uma única palavra, que é precedido pelo símbolo cerquilha (#). Tags significam etiquetas e referem-se a palavras relevantes, que associadas ao símbolo # se tornam *hashtags* que são amplamente utilizadas nas redes sociais, em especial no Twitter, onde a adesão delas as tornaram tão populares” (CANALTECH, *on-line*).

³⁴ “Nascida em 24 de julho de 2013, a Chega de Fiu Fiu é uma campanha de combate ao assédio sexual em espaços públicos pelo Think Olga. Inicialmente, foram publicadas ilustrações com mensagens de repúdio a esse tipo de violência. As imagens foram compartilhadas por milhares de pessoas nas redes sociais, gerando respostas tão positivas que acabou sendo o início de um grande movimento social contra assédio em locais públicos” (Site Think Olga, *on-line*).

A repercussão maciça de produção de imagens, frases de efeitos, textos informativos, jargões, estatísticas por parte dessas *fanpages* vem amparando a entrada de muitas mulheres ao processo de restabelecimento enquanto sujeitas na sociedade. Ferreira (2013) deixa evidente que mesmo a *internet* sendo um lugar hostil, cheio de repressões e que demarca limites é o caminho pelo qual democraticamente as feministas puderam retratar e divulgar suas ideias (p. 38). A autora explica que este espaço de produção é oportuno para a difusão das pautas reivindicatórias, uma vez que, ele possibilita com mais suavizes que o público acompanhante reaja às postagens (FERREIRA, 2013, p. 38).

Para além disso, o que nos chamou atenção foi o fato que todas as idealizadoras das *fanpages* possuem formação em nível superior levando a crer que estes novos espaços de atuação podem ser verificados como espaços de democratização dos saberes, uma ferramenta para popularizar as temáticas debatidas nas universidades. A importância dessa formação acadêmica por parte das meninas reflete principalmente no acesso popular do conhecimento pois ao levar uma linguagem de fácil acesso elas conseguem trabalhar as discussões de gênero no meio social na forma de que a teoria torne mais compreensível.

Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer uma contextualização histórica para pensar em como os usos políticos da *internet*, bem como as redes sociais presentes nestes ambientes virtuais puderam intercambiar maneiras de ações e reflexões, na forma que possibilitem as práticas e teorias feministas se comunicarem virtualmente, advindo, principalmente da categoria entendida como *ciberfeminismo*. Além disso, iremos entender o contexto das relações cibernéticas com os posicionamentos feministas, tendo como importância uma assimilação mais ínfima sobre as configurações de um novo mecanismo para se fazer ativismo.

1.4. CIBERFEMINISMO: DEFINIÇÕES CONTEXTO HISTÓRICO

Não é nenhuma novidade, que, atualmente o Movimento Feminista (dentre as suas várias vertentes) tem ocupado das ferramentas virtuais a busca por novas interações na reconstrução daqueles discursos criados sobre os corpos, a liberdade e os direitos das mulheres. Estes encontros, sendo datados muito antes do aparecimento dessas mídias digitais, quando Movimentos Feministas se organizavam em páginas de jornais impressos³⁵, revistas, e/ou em

³⁵ Sob um recorte temporal entre as décadas de 70 e 80 temos como exemplo “*Jornal Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1987), *Maria Quitéria* (1977), *Correio da Mulher* (1979), *Liberta*

mídias alternativas mostravam significativos quanto ao apoio e disseminação de temáticas que sempre tem sido pautas desse movimento³⁶.

Todavia, hoje, a *internet* tem se classificado como uma ferramenta de grande valia na capacidade deliberativa de informações, possibilitando interações mais incisivas em assuntos que antes não alcançavam tanto a sociedade, por exemplo, a política e os políticos.

Isidoro (2017), nesse sentido, caracteriza que “o ambiente digital é favorável aos relacionamentos e a uma série de possibilidades de uso, porém, como toda tecnologia, é o “homem” que a utiliza como deseja e não ao contrário” (ISIDORO, 2017, p. 12), saibamos que estamos à mercê de uma avalanche de conteúdos que a cada segundo se renova e é a nós que compete selecionar informações e saber quais irão agregar sentido às nossas vivências.

Para Rabelo (2012), “a *internet*, mais do que um conceito teórico, já se configura como uma dimensão fundamental na vida prática contemporânea, tanto social quanto individual” (p. 13).

Este modo deliberativo faz com que os espaços virtuais se manifestem como um produto gerenciador nas dinâmicas e nos destaques discursivos de pessoas, grupos e coletivos feministas. Segundo Ferreira (2015), os usos políticos da *internet* no prisma da atuação do Movimento Feminista concentram-se na “forma de tradução de termos, ideias e lutas, [...] deixando mais claro o uso de determinados conceitos, temas e/ou “palavras de ordem”” (p. 211).

Marina Lemos (2009), em sua dissertação, faz considerações que se mostram bastante eficaz para nossas discussões. Trazendo uma reflexão entre “ciberfeminismo e sua relação histórica com o feminismo”, seu intuito é mostrar novas “possibilidades de discursos feministas em redes de comunicação, interrogando como esse movimento se dá, e como o uso das novas tecnologias constrói essas novas histórias” (LEMOS, 2009, p. 07), nessa busca, a autora caracteriza que “no contexto da discussão sobre as identidades, e em particular no campo da ação dos novos movimentos sociais, o campo comunicacional emerge como espaço de luta política” (LEMOS, 2009, p. 07). A autora ainda afirma, que estas ações têm possibilitado um “redimensionamento dos modos de organização de inúmeros movimentos sociais, por exemplo, o feminismo, que nesse contexto é atualizado por uma nova prática denominada ciberfeminismo” (LEMOS, 2009, p. 07). Compreende-se que uma das teses que se firmam

Porto Alegre, 1980), *ChanacomChana* (do grupo de ação lésbico-feminista, 1982), *Mulher ABC*, o goiano *Mariação*, as revistas *Fotochoq* e *Maria Sem Vergonha*, o programa de rádio *Mulher em 360°* (Rádio Capital/SP), o programa *Elas e mais elas* (Rádio Solimões)” (WOITOWICZ, 2014, p. 108).

³⁶ “trabalho feminino, participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para as mulheres, condições de trabalho, violência, entre outras” (WOITOWICZ, 2014, p. 107).

diante dessa vertente, é que ela delibera que o espaço da mulher deva ser entendido mais veemente ao espaço das tecnologias, junto à Internet (LEMOS, 2009, p. 07).

De forma resumida, ciberfeminismo, é a junção da tecnologia/máquina com o ativismo feminista no ciberespaço, tendo como princípio, desestruturar a divisão sexo e gênero através da tecnologia.

O Ciberfeminismo surgiu no início da década de 1990 junto com o aparecimento das primeiras redes de computadores. O movimento teve origens pontuais em diferentes partes do mundo, em especial, em alguns países da Europa, América do Norte, e principalmente na Austrália com o grupo VNS Matriz (...) Ciberfeminismo, pretendeu questionar as relações das mulheres com a tecnologia e as estruturas de gênero na cultura eletrônica do mesmo modo que os feminismos da década de 1960 buscavam questionar as estruturas de gênero em outras estruturas mais básicas. No caso do Ciberfeminismo o ponto de partida questionado são as tecnologias de informação, seu mercado de trabalho, ambos controlados pela ordem patriarcal (LEMOS, 2009, p. 12-36).

Um dos primeiros grupos que fizeram essa releitura do feminismo/máquina, através do uso da arte, foi o coletivo australiano VNS Matrix. Com uma abordagem subversiva³⁷, usava-se do corpo da mulher como arma na luta política para desestruturar relações naturalizadas da feminilidade. Em 1991, uma de suas marcas mais eloquentes, adotando como ponto partida a obra de Donna Haraway *Cyborg Manifesto*, foi a publicização e distribuição de um texto-canônico sob o título *Um manifesto Cyberfeminista do século XXI*, sendo, a partir desse, a primeira aparição do termo “ciberfeminismo”. Seu texto/imagens, ao falarem do corpo e fazerem inferências diretas às suas partes íntimas, mostra-o como principal arma para se começar uma luta e quebra de um silenciamento que é tabu socialmente. Assim, o manifesto, VNS Matriz descreve:

“nós somos a boceta moderna
anti razão positiva
ilimitada desencadeada implacável
nós somos o vírus do novo mundo desordem
rompendo o símbolo de dentro
sabotadores do mainframe big daddy
o clitóris é uma linha direta para a matriz

³⁷ Subversiva é o feminino de subversivo. Segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa “que, ou aquele que pretende destruir ou transformar a ordem política, social e econômica estabelecida; revolucionário” (FERREIRA, 2010, p. 1976).

Matriz VNS”
(MATRIZ VNS, *online*).

Ainda de acordo com Lemos (2009), a Teoria Ciborgue da filósofa Donna Haraway – em trabalhos como *Cyborg Manifesto* e *Manifesto Ciborgue ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX* – “oferece um grande espectro das relações entre feminismo e novas tecnologias, ela tem sido a principal teoria na análise frente as relações dicotômicas entre natureza e tecnologia e o lugar da mulher dentro do cenário tecnocrático” (LEMOS, 2009, p. 10).

O ciborgue está determinadamente comprometido com a parcialidade, a ironia e a perversidade. Ele é oposicionista, utópico e nada inocente. Não mais estruturado pela polaridade do público e do privado, o ciborgue define uma *pólis* tecnológica baseada, em parte, numa revolução das relações sociais do *oikos* – a unidade doméstica. Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de Ciborgues, as relações para se construir totalidades a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas (HARAWAY, 2009, p. 39).

Seguindo suas conceituações, um “ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura da ficção” (HARAWAY, 2009, p. 36), ou seja, somos representantes das manifestações globalizantes, seres Ciborgues, criaturas que “vivem de um lado e do outro da fronteira que separa máquina do organismo” (LEMOS, 2009, p. 49). Nessa hibridização, realidade e ficção se misturam fazendo com que criemos novas subjetividades advindas da interação com a máquina,

Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo. Os movimentos internacionais de mulheres têm construído aquilo que se pode chamar de “experiência das mulheres”. Essa experiência é tanto uma ficção quanto um fato do tipo mais crucial, mais político. A libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade. O ciborgue é uma matéria de ficção e também de experiência vivida – uma experiência que muda aquilo que conta como experiência feminina no final do século XX. Trata-se de uma luta de vida ou morte, mas a fronteira entre ficção científica e a realidade social é uma ilusão ótica (HARAWAY, 2009, p. 36).

Nessa ocasião, a relação da arte no intermédio a máquina determina o que Lemos (2009) referência de “re-contextualização de fragmentos” (LEMOS, 2009, p. 90). Mesmo não sendo uma novidade, agora “o campo da arte ciberfeminista torna-se uma releitura na mediação direta das interfaces maquínicas como elemento artístico (LEMOS, 2009, p. 90).

Tendo como foco de análise as características teóricas cibernéticas, uma vez que, as *fanpages*, são inteiras produzidas e atuantes dentro do ciberespaço, pontuamos que existem disparidades entre este ramo ativista atual, com grupos anteriores, necessariamente nas décadas 1960 e 1970. Nesta época, passaram a entender a importância das representações artísticas para questionar como eram mantidas em muitas esferas as posições das mulheres. O privado passou a ser revisitado de uma forma que pretendesse vir ao debate social. As diferenças entre um e outro, são basicamente os usos dos recursos tecnológicos³⁸. Desde modo,

O vídeo e os veículos de comunicação de massa se tornaram um dos suportes das feministas da década de 1960, bem como de outros movimentos sociais, servindo como instrumentos que potencializam o debate sobre as estruturas de gênero na sociedade. Porém, pouca ou nenhuma discussão se deu sobre como as subjetividades femininas foram alteradas pelo circuito tecnológico e seu uso em si. Já o ciberfeminismo, entendido como prática pós-feminista na rede, (pós-feminista no sentido de se dar após os movimentos da década de 1960 e 1970) foi um complexo território tecnológico, e também político, onde seus instrumentos (o vídeo, a Internet e demais tecnologias de comunicação) estão no centro da questão sobre a causa das desigualdades das estruturas de gênero. Para as Ciberfeministas o mundo tecnológico, em princípio, sempre tem sido um domínio tradicionalmente masculino (LEMOS, 2009, p. 37).

As possibilidades angariadas por este termo foram significantes para o enfrentamento via *internet* daquilo que foi posto como natural/biológico em nossa cultura. Ciberfeminismo é a “ideia de que a conjunção com a tecnologia reconstrói as sexualidades, as subjetividades a partir da heterogeneidade que as redes eletrônicas possibilitam” (LEMOS, 2009, p. 42).

Nesse sentido, o ciberfeminismo representa a produção de uma consciência as categorias mulheres/máquinas. De acordo com Goulart e Hetem Jr. (2009), “as tecnologias da informação e da comunicação oportunizam novo espectro de possibilidades liberatórias para as mulheres”, uma vez que, sua “inserção no mundo virtual não seria mais cerceada e seu potencial criativo e participativo não teria delimitação definida (GOULART; HETEM, 2009, p. 20). Ferraz (2015) denomina essa descoberta como uma “corrente pertinente aos anos noventa que enxergava o ciberespaço como um lugar virtual de intensas transformações do hábito e da identidade” (FERRAZ, 2015, p. 48).

³⁸ O Ciberfeminismo não é uno, desde o seu surgimento ele se apresentou de diversas formas e grupos, mas identificamos em seu processo algo que o diferencia de outros feminismos anteriores. Enquanto os movimentos feministas dos anos 1960 e 1970 se multiplicaram pelo resultado de sucessivas cisões internas, resultando em grupos que buscavam ações identitárias afins, diferentes grupos ciberfeministas utilizam a Internet para se reunirem, trocarem experiências e discutirem as relações entre gênero e tecnologia. Dessa forma, este movimento, mesmo com seus variados grupos identitários, buscou uma aproximação para trocas e ações de experiências de diferentes fundos culturais em conjunto (LEMOS, 2009, p. 9).

Hoje, surgiram muitas pesquisas mostrando a importância que esta categoria tem fomentado às mulheres no conjunto que envolvem tecnologias. A *internet*, para os ativismos feministas do século XXI se mostrou, mais do que nunca, uma ferramenta de rápido e fácil acesso, dinamizando as relações espaciais e temporais, bem como, o aumento dos instrumentos oferecidos pelos sites de buscas, redes sociais, a exemplo, *Facebook, Instagram, Twitter, Blogs*, tem angariado os movimentos um caráter mais dinâmico e disseminado.

Leidiane Farias em seu trabalho dissertativo no ano de 2015 pela UFBA (Universidade Federal da Bahia) foi bastante profícua ao levantar sua bandeira sobre esses novos espaços (cibernéticos) ocupados pelos Movimentos Feministas. Sob título *Comunicação e Feminismo: experiência ciberfeminista no Brasil*, sua inquietação nasce a partir da seguinte pergunta: “como as ciberfeministas brasileiras vêm utilizando as Tecnologias de Informação e Comunicação, especialmente a Internet, no século XXI?”. Esta sua inquietação foi suscitada pelo fato que seu objetivo era chegar a uma compreensão de como o fenômeno ciberfeminista tem se manifestado no Brasil, a partir do estudo de caso da rede Universidade Livre Feminista (ULF)³⁹ (FARIAS, 2015, p. 23-24).

Segundo a autora, este trabalho contribui, para além dos estudos feministas, uma compreensão das transformações e expansão das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e a participação das mulheres nela (FARIAS, 2015, p. 23-24).

Utilizando como método de pesquisa o estudo de caso exploratório e descritivo nas esferas qualitativas e etnográficas, Farias (2015) deixa nítido que

[...]na fronteira entre o processo histórico do surgimento das TICs e o feminismo no século XXI, os estudos ciberfeminista apontam que a presença ou ausência das mulheres nas TICs tem sido fonte fundamental de transformação e dominação também na cibercultura. A emergência dessas práticas e as discussões teóricas de ciberfeminista brasileiras ocorreram quase uma década depois do surgimento do termo entre as artistas australianas, ou seja, enquanto que a consolidação da Internet na Europa e Oceania possibilitava o surgimento dos ciberfeminismos e suas discussões no início dos anos 90, no Brasil, os pontos de conexões de acesso e “popularização” da Internet ainda estavam em expansão, assim como os estudos ciberfeministas que começavam os primeiros debates por volta de 2006 (FARIAS 2015, p. 131-132).

³⁹ A Universidade Livre Feminista, um portal de comunicação idealizado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) surgiu no Brasil em 2009. Esse projeto de mulheres que se propunha a uma construção coletiva e colaborativa de formação, informação e comunicação feminista, cuja ideia nascia a partir da dificuldade de captar recursos para realização de formações educativas feminista, mas principalmente, da necessidade de formar e comunicar conhecimento e saberes populares e acadêmicos, com base no pensamento e na prática política feminista (FARIAS, 2015, p. 96).

E ainda nos coloca a par, de que, com “a convergência da Internet, da Web 2.0 e novos sistemas de mobilidade, acesso as TICs, impulsionaram o aumento exponencial de mulheres acessando a Internet no Brasil a partir de 2014” (FARIAS, 2015, p. 132-133).

Esse processo que marca o aumento significativo do número de mulheres utilizando o ciberespaço, enquanto práticas políticas fizeram emergir as primeiras ciberfeministas brasileiras no ambiente digital, assim como ocorreu com a Universidade Livre Feminista, que, fazendo uso das potencialidades da conectividade, acabaram estabelecendo estratégias táticas das tecnologias de informação e gerando novos modos de engajamento político de mulheres (FARIAS, 2015, 133).

A teoria Ciberfeminismo, nasceu como uma reação das mulheres aos estereótipos criados entre gêneros na atuação em áreas tecnológicas. É uma questão de recriar e ocupar espaços onde antes tinha uma carga masculina bastante acentuada.

Utopia, manifesto, ou conceito, esses eram reflexos de um movimento social/virtual, transbordando as raízes de suas contestações de base, não mais para uma equidade de gêneros, mas rumo a uma superação dessa condição, pelas interações humanas com a máquina. Faith menciona que a mulher inserida nas novas tecnologias poderia dar vazão a outra forma de existir e atuar, superando as dicotomias binárias já dadas e construídas historicamente, dados os referenciais tecnológicos que celebravam a possibilidade de emergir múltiplas diferenças assimétricas. Novos sistemas representacionais seriam metáforas da matriz digital, desdobradas em inúmeras outras relações capazes de ofuscar os tradicionais estereótipos de gêneros, bem como as leis de dominação patriarcal e capitalista (FERRAZ, 2015, p. 47).

O complexo que envolvem tecnologias e mídias sociais digitais – referenciando o *Facebook*, para o movimento feminista de um modo particular – de acordo com Ferraz (2015), se configura como “plataformas que abrangem contatos e conexões em larga escala, além de tornar o espaço virtual propício à construção e interação de identidades” (FERRAZ, 2015, p. 10). Dessa forma Rocha (2017), ao citar a “interseccionalidade de discursos feministas”, pontua que este “permeia e caracteriza a configuração de um movimento social em rede, onde pautas plurais universalizam-se em caráter de luta coletiva, angariando a disseminação de problemáticas sociais plurais” (ROCHA, 2017, p. 67).

O movimento feminista na internet, imbuído de valores próprios de caráter antagônico aos imbricados no processo de evolução da sociedade patriarcal, manifestar-se-ia como ator da mudança, na medida em que, utilizam-se das plataformas digitais para divulgação dos ideais do movimento, angariando decisivo poder de influência nos meios de comunicação em massa (ROCHA, 2017, p. 69-70).

Para além disso, de uma maneira avassaladora, os Movimentos Feministas avistaram nessas esferas digitais um caminho para se estabelecerem no campo atuante da

despatriarcalização social. Desse modo, transformou este espaço em um novo caminho para o fortalecimento das pautas, empregando um tom de liberdade, na democratização e pluralização das ideais.

Entretanto, pelas características descritivas formuladas ao longo deste tópico, o ciberfeminismo não prepondera somente um espaço, mas um espaço ressignificado, constituindo mais uma quebra de barreira, tabu. As dimensões que intercambiam os discursos presentes nessas esferas, ultrapassam mais do que espaço cibernético, abarca segundo Rocha (2017) fronteiras, desde “questões sociais locais, regionais, nacionais e inclusive globais, permitindo que os movimentos sociais locais promovam reflexões acerca das dialéticas transnacionais, aprendendo e importando novas formas de articulações globais” (ROCHA, 2017, p. 67).

Contudo, a força do ativismo feminista nesses contingentes despertou para o *corpus* social uma relação de representatividade para àquelas que visualizam nas redes sociais um espaço de busca/navegação e leitura. Fazer desse lugar luta, oportuniza para as que acompanham, um momento de se reconhecerem e conseqüentemente avistar problemas estruturais que estigmatizam mulheres a todo momento. A capacidade visual dessas redes, demonstram um fenômeno promissor para um novo momento que caminha os Movimentos Feministas. Segundo Rocha (2017), ao “transpor tal movimento social a nível global, insere-se no bojo, discussões que propiciam sua visibilidade e a construção de novas teias de relacionamentos” (ROCHA, 2017, p. 67).

Nessa perspectiva, segundo Lemos (2009),

[...]a questão do feminismo não se dará somente pela ótica das múltiplas identidades, mas também, pelas variadas formas e maneiras de poder e discursos subjetivos mediados pelos meios de comunicação. O espaço e a forma como essas lutas são travadas foram e são ampliados pela mídia e pelos meios tecnológicos (LE MOS, 2009, p. 15).

Assim, pretendemos entender como são as articulações de cada *fanpage* – através de suas postagens – para compreender como se estabelecem as estratégias de lutas. Sabendo que cada uma dispõe de estratégias específicas, porém com objetivos entrelaçados, há em sua essência, perspectivas que nos levam a buscar por transformações práticas em nossas relações diárias.

No processo organizativo da *Vamos Juntas?* (2015) há o intuito da criação de um espaço para dar voz e para serem ouvidas meninas/mulheres que já sofreram e sofrem com abusos, assédios, estupros tanto nas ruas e dentro da própria casa. Muitas vezes, por medo de expor esse

processo cruel a alguém, se resguardam e carregam esses traumas como se fossem merecidos, uma vez que, construídas em um meio cultural machista, a falha é sempre remetida ao feminino: estar na rua até tal horas da noite não é certo; vestir tal roupa está pedindo; dizer não, implica ser mal criada. Foram por essas nuances, pela “fragilidade” criada ao feminino, que essa *fanpage* idealizou um espaço encorajador para que essas dores vivenciadas fossem exteriorizadas, não como forma de exposição, mas como maneira de demonstrar que elas não estão só, que existem ali, uma rede de apoio.

Este espaço – universo virtual – “seria como um espaço de troca e compartilhamento de experiências, lágrimas, sonhos e esperanças; além de conscientizar dos problemas sociais vivenciados e proposições de luta contra os poderes instituídos” (ROCHA, 2017, p. 70).

Na forma de um pequeno texto, essas meninas/mulheres – anônimas ou não – descrevem seu processo e contam como a *Vamos Juntas?* abriram espaço para que esses dizeres acontecessem. E, através das relações de empatia, em cada postagem, há muitos comentários voltados para o fortalecimento e empoderamento, na recuperação da autoestima, do poder e da perca do medo em dizer, expor suas dores e a importância da denúncia.

O depoimento a seguir, revela como a opressão vivenciada pelas mulheres ainda estão bastante latentes. A um temor criado envolta do corpo da mulher que as fazem declinarem ao silêncio. No caso do exemplo, quando a moça visualizou na página relatos de outras meninas/mulheres na mesma situação, estimulou as outras colocarem para fora todos os medos e crueldades por ela vivenciados. Este processo, de se sentir forte em escrever está proporcionando para outras mulheres um espaço para lutar contra uma sociedade que oprime, maltrata e mata mulheres. São nesses casos, que estes espaços ganham importância, pois condicionam relações de irmandade a construir novos mecanismos para mulheres desarticularem posições que por décadas sujeitam seus corpos a humilhações e opressões.

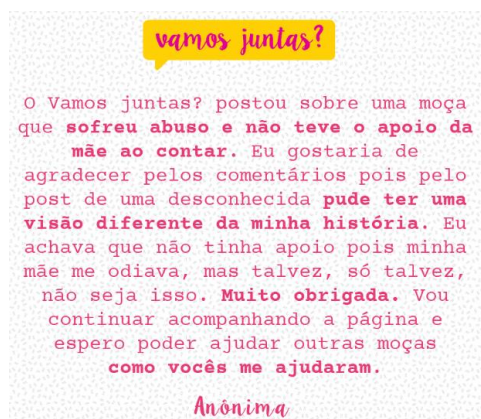


Figura 13. Depoimento postado pela *fanpage* *Vamos Juntas?* dia 19/11/2016. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 26/03/2019.

A particularidade da *fanpage*, é promover um ativismo mais íntimo, acolhedor, que ultrapassa as telas e estimulam a procurarem sempre estarem juntas. Na rua, no ponto de ônibus, indo embora de uma festa, quando ver uma mulher sozinha, pare e pergunte se quer companhia, se quer carona, se podem ficarem juntas. A um caminho do que é a ideia dessa *fanpage*, e se revela pela sororidade.

De certo modo, o ativismo em rede social tem sido ponto de encontro para muitas que não conseguiam desprender de uma realidade que por tempos tinham sido acometidas. Os espaços virtuais por mais que também seja opressor, pode ser também um caminho aberto para autoridades e sociedade enxergarem o tamanho do problema herdado de uma construção machista e misógina.

As plataformas virtuais vem sendo a ferramenta primordial para o cenário contemporâneo, uma aliada que garante a ampliação, difusão e articulação de ideias dos movimentos, buscam restabelecerem relações de poder, reprogramando interesses e fomentando a mudança social (ROCHA, 2017, p. 68-69). Desse encontro, entre virtual e movimentos sociais segundo a autora supracitada

O movimento feminista na internet, imbuído de valores próprios de caráter antagônico aos imbricados no processo de evolução da sociedade patriarcal, manifestar-se-ia como ator da mudança, utilizando-se das plataformas digitais para divulgação dos ideais do movimento, angariando decisivo poder de influência nos meios de comunicação em massa (ROCHA, 2017, p. 69-70).

É nesse sentido que o ciberfeminismo é fixado como um processo de empoderamento para mulheres, sendo um mecanismo que as conectam a aparelhos e desses, a páginas, assuntos, blogs qual regimentam temáticas que abarcam nossa realidade social. Sendo colocado como atuante nos ambientes virtuais, os Movimentos Feministas vem ganhando forças, isto é, demonstrado por uma pesquisa realizada em 2016 pela PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – onde é revelado que o público feminino possui parcela maior do que a do masculino ao acesso à *internet*, enquanto as mulheres somam 65,5%, os homens somam um total de 63,8% (Agência IBGE Notícias, 2018).

Esses números mostram como a presença das mulheres nas esferas virtuais tem se colocado cada vez mais ativa, porém, lembramos que essa estatística é do todo, não é direcionando para o que elas fazem deste *espaço*, mas o quanto aumentou sua participação nele. Esta representatividade, pode ser quanto aos objetivos estabelecidos pelas criadoras do coletivo

Não Me Kahlo (2014). Em um breve relato, elas identificam que a informação é uma das armas poderosas para promover a autonomia das mulheres.

Por isso, utilizam-se as redes sociais como ferramenta para alargar e difundir conhecimentos sobre questões de gênero. De uma forma interseccionalizada – nas relações de raça, classe, orientação sexual, entre outras – acreditam que assim é possível abranger uma “heterogeneidade do ser mulher”, possuindo como compromisso “alinhar pensamento crítico com formas acessíveis de comunicação para pulverizar um conteúdo feminista *online* e *off-line*” (Site *NÃO ME KAHLO*, *on-line*).

Começamos com um grupo de discussão no Facebook (em 2013) que chegou a reunir cerca de 3.000 mulheres. Vendo o potencial de crescimento, criamos uma página no próprio Facebook, pretendendo ali, difundir todas as ideias que antes ficavam restritas ao grupo (no mesmo ano, começamos uma conta no Twitter e Instagram). No intuito de expandir nossas ideias com textos aprofundados, mantemos um blog colaborativo. Falar sobre questões de gênero, machismo, racismo, lgbtfobia, entre outros, não é fácil, significa sair da zona de conforto e questionar o que nos é dado como certo e imutável (Site *NÃO ME KAHLO*⁴⁰, *on-line*).

As perspectivas acima, retiradas de seu *blog*, não são diferentes do modo operacional da sua *fanpage* no *Facebook*, uma vez que buscam promover temáticas que problematizam e nos fazem refletir sobre situações desagradáveis que estão presentes em nossas vivências. Mesmo sendo carregada por narrativas de controle e poder é também o modo pelo qual visualizamos a entrada de muitas discussões e pertencimentos para nos fortalecerem enquanto sujeitas. A *Não Me Kahlo* nesse sentido, tem nos impulsionado a estar continuamente nos munindo de informações, pois, bem como Berth (2018) ao citar Baquero explica, “uma das vias teóricas para compreender as possibilidades do empoderamento se faz pela informação, escrita, leitura e conhecimento” (BERTH, 2018, p. 22).

Segundo suas análises o período da Reforma Protestante, confrontava o controle hegemônico da informação pelo clero, onde, antes, sem saber latim, a população mais abastada acreditava e aceitava aquilo que se pretendia ser a palavra de Deus (BERTH, 2018, p. 22). A teoria empoderar mediante o conhecer, indica até hoje uma das armas fiéis para entender os processos que nos censuram, Berth (2018), a luz da ideia de Baquero, indica que a escrita

⁴⁰ Em 2015 a Não me Kahlo deu pontapé inicial na campanha #MeuAmigoSecreto, esta viralizando nas redes sociais com relatos de abusos cometidos por pessoas próximas: colega de trabalho, professor, chefe. Em 2016 foi lançado o livro #MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes. Em 2018 dando um passo ainda maior, lançando no dia 08 de março a campanha de financiamento coletivo “Ajude o Não Me Kahlo a Ser uma ONG”, agora, oficialmente, uma Organização Sem Fins Lucrativos (Site *NÃO ME KAHLO*, *on-line*).

sempre esteve a favor do poder e a informação como seu instrumento de libertação (BERTH, 2018, p. 23).

Nesse sentido, podemos entender que os objetivos que envolvem as *fanpages*, não se resumem somente em postar e repostar imagens, ao procurarem apresentar como são efetuados os comportamentos sociais no dia-a-dia, em escrever uma frase motivadora ou iniciar algum projeto, elas estimulam o público a perceberem os sentidos daquelas ações negativas exercidas por um amigo, colega de trabalho, na rua, dentro de casa.

Não obstante, estas novas formas de comunicações permitiram transcender as possibilidades de visualizar as relações construídas socialmente para um patamar mais global e mais palpável. Não podemos perder de vista que os comportamentos são naturalizados, porém, quando isso é transformado em algo visual, interpretável, assim como é posto pelas *fanpages* compreendemos que seu valor social está na aproximação do problema com a realidade, com a cultura que a exerce, ou seja, dos atores, daqueles que praticam com aqueles que recebem tais comportamentos. Desde então, ficamos atentas as possibilidades e controvérsias que estes espaços cadenciam para os ativismos. Seu modo em elucidar e expressar esse movimento se firma no caráter de massificar o feminismo e seu conteúdo. A forma mudou, os meios mudaram e o público se ampliou.

1.5. A QUARTA FASE FEMINISTA É DIGITAL? CARACTERÍSTICAS E FORMAS DE ATUAÇÃO

Dado o que foi exposto no tópico anterior, faz importante estabelecermos para o contínuo epistêmico uma construção analítica do que já denominam de “quarta onda” feminista. Isto proveniente de uma leva de mulheres que avistaram no virtual uma ferramenta propícia para a permanência e a ampliação das pautas do movimento.

Para seu desenvolvimento elegemos como importante ao falar de “quarta onda” a palavra ‘fase’. Isso nos ajuda a equilibrarmos conceitualmente a formação desse novo momento dentro das práticas teóricas dos Movimentos Feministas. Além disso, a definição de ondas cria uma homogeneidade de sujeitas e pautas que não condizem com as experiências feministas do passado, cuja pluralidade de ideias, reivindicações e trajetórias de mulheres podem ser verificadas em maior ou menor grau desde meados do século XIX. Porém, os autores que utilizamos aqui referenciam este estágio já como uma ‘quarta onda’. Segundo Silva (2019),

o termo “onda feminista” se refere ao tempo histórico em que houve efervescência acentuada de determinadas pautas e problemáticas das mulheres que agiam e tomavam a frente dos debates. Cada onda feminista tem suas particularidades [...] uma das formas de identificar uma “onda” do feminismo é ter como base suas principais demandas e os ideais que buscavam defender e alcançar. Isto posto, é bastante comum que se faça a distinção do feminismo como momento de três ondas principais (SILVA, 2019, p. 6).

Segundo Pinto (2003), a primeira fase do feminismo, especificamente no Brasil, se deu assim como em outros países – Inglaterra e Londres – através da massificação das mulheres em relação a luta pelo voto. Conhecida como as Sufragistas teve como principal expoente Bertha Lutz e a incorporação das mulheres “como sujeito portador de direitos políticos” (PINTO, 2003, p. 14). A segunda fase do feminismo possui como peso a relação direta com a dominação masculina, as implicações da dualidade entre público e privado de onde traz como central a frase “o pessoal é político” bem como a luta pela autonomia de seus corpos.

[...] na segunda metade do século XX é que se identifica o surgimento da segunda onda do feminismo, o movimento incorpora pautas culturais, desta vez relacionadas ao questionamento dos padrões sociais que atribuem a homens e a mulheres papéis específicos nas relações afetivas, na vida política e no trabalho, o que estaria na base da preservação de desigualdade (MARTINS, 2015, p. 234).

A terceira fase do movimento, se intensificou a partir de um movimento anarquista, “das mulheres trabalhadoras e intelectuais, que defendem a liberação da mulher de uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão da exploração do trabalho como central” (PINTO, 2003, p. 15).

De acordo com Martins (2015) é nessa fase que insurge socialmente um diferencial diante as duas fases anteriores do feminismo. Enquanto que na primeira e na segunda “as mulheres conquistaram o lugar de sujeito inscrevendo-se nos cenários em que, antes, atuavam de modo invisibilizado e oprimido”, na terceira fase o que está em jogo é o “sujeito do feminismo: as mulheres”, saindo daí novas possibilidades ao movimento trazendo para o centro a questão da diversidade entre as mulheres (MARTINS, 2015, p. 236).

Nesses parâmetros, lembramos de Ribeiro (2006) quando a mesma aborda que o movimento feminista não é “um movimento homogêneo”, uma vez que em seu desenvolvimento há uma série de dificuldades principalmente quando se pensa “no tratamento da diversidade entre as mulheres (racial, étnica, condição socioeconômica, orientação sexual, geração ou cultura)” (RIBEIRO, 2006, p. 803). Sua organização enquanto movimento político ao longo dos anos foi, e tem sido, alvo de muitas críticas principalmente nas relações entre classe e raça, pois, sua formação levou a imagem de um feminismo localizado pelos traços

esteticamente branco e da classe média para alta. A partir disso é que mulheres negras começaram “a busca pela ampliação da plataforma de ação feminista, tecendo críticas quanto à invisibilidade de sua ação política especialmente pela secundarização da opressão [mantidas] pelo sistema” (RIBEIRO, 2006, p. 803).

Esta discussão vem sendo necessária para entendermos as novas posições, articulações e pautas que os Movimentos Feministas vêm pulverizando dentro das atuais redes de conexões da qual tem atuado. Experenciamos este fato quando visualizamos como tem sido atribuídas as suas demandas dentro dos espaços virtuais. De modo geral, há uma engrenagem discursiva sobre a presença de um feminismo mais massificado e disseminado apoiado por uma leva de mulheres que avistaram nos espaços cibernéticos uma possibilidade em agregar os variados temas para uma pluralidade feminina. Segundo Costa (2018),

No caso da diversidade de feminismos que se desdobram e se anunciam a cada dia, as redes se mostram ainda uma base suficiente flexível para articular as múltiplas posições identitárias feministas dentro das lógicas interseccionais indispensáveis para a expressão dos novos ativismos das mulheres. Talvez somente agora, a partir de modos de fala e uso de vozes individuais em rede, o feminismo tenha conseguido encontrar um modelo de comunicação efetivamente contagioso (COSTA, 2018, p. 47).

É através desse funcionamento que conceitualmente vem nascendo um processo lento de bases a se pensar uma nova fase do feminismo que para muitos pode ser denominado de “quarta onda”. De acordo com Bogado (2018) mesmo que somente em 2015 “a quarta onda feminista tenha alcançado maior amplitude, capaz de atingir diferentes setores da sociedade, desde a década de 2010 ela já vinha mostrando sua força em manifestações públicas” (BOGADO, 2018, p. 33) como por exemplo o Movimento Marcha das Vadias⁴¹ ocorrido no ano de 2011 em Toronto no Canadá e chegado ao Brasil no mesmo ano.

A principal pauta levantada nessa marcha tem sido “a mulher como autonomia sobre seu próprio corpo” (BOGADO, 2018, p. 33). O fato de a Marcha das Vadias ser um protesto de abertura para as discussões de uma nova fase feminista está na potencialização das dinâmicas corporais enquanto meio comunicacional para desestruturar práticas naturalizadas da sociedade em posicionar o corpo feminino como o causador de suas próprias opressões.

Além disso, é dada pela grande proporção que este tomou as redes midiáticas levando a estabelecer que um dos direcionamentos diante sua massificação nas ruas foi ocasionada por

⁴¹ [...] criada em 2011, em Toronto, no Canadá, a Marcha das Vadias se tornou um marco desse processo. Quando, após uma série de estupros ocorridos na Universidade de York, um policial afirmou que as mulheres haviam sido agredidas por se vestirem como “vadias”, uma onda de protestos correu o mundo (BOGADO, 2018, p. 33).

sua repercussão em canais virtuais principalmente através do *Facebook*. Esse plano foi significativo para a atuação e performance nos espaços públicos bem como Ferreira (2017) coloca, que “a *web* foi o principal caminho para que as manifestantes brasileiras soubessem do evento” (BOGADO, 2018, p. 24)⁴².

Nesse sentido, foi pós 2014 que a presença desse momento feminista se acentuou. Enquanto uma nova fase, as reivindicações via *internet*, viabilizaram o uso das frases de efeito acompanhadas pelas *hashtags* demonstrando um outro aspecto para o ativismo das mulheres.

Os demonstrativos para a chamada “quarta fase feminista” são naturalmente pelo fato que as mulheres tomaram/ocuparam um novo espaço para falar e fortalecer o debate sobre gênero, machismo, racismo, homofobia, transfobia, entre outros. Costa (2018) compreende que os conteúdos geridos pelos feminismos decorrentes das redes virtuais não diferem daquelas criadas pelas outras ondas, por exemplo “violência, assédio, sexualidade, aborto, trabalho, sexismo, padrões compulsórios de beleza e de comportamentos” (COSTA, 2018, p. 60). Ela estabelece que sua diferença nasce a partir do

[...] encaminhamento dessas questões através da capacidade multiplicadora e articuladora da internet. Outro dado importante é que a rede potencializou uma estratégia feminista histórica, que se baseia na força agregadora do privado e das narrativas pessoais” (COSTA, 2018, p. 60).

De acordo com Nana Queiroz (2016) organizadora do livro *Você já é feminista!* e diretora executiva da Revista AzMina descreve que atualmente podemos presenciar fragmentos para uma “quarta onda” através de um movimento conectado marcado pela “popularização e democratização do feminismo na rede ou através dela” (QUEIROZ, 2016, p. 30). A autora cita que para este momento as bandeiras se apresentam diversos e os temas das outras ondas são revisitados e insinua que “sua principal característica não é a temática abordada, mas a massificação do feminismo” (QUEIROZ, 2016, p. 30).

Rocha (2017) considera que os estudos que embasam uma quarta onda feminista, tem se revelado pelas relações de mudanças efetivadas entre tecnologia da informação culminando com as divulgações maciças das “ideias que constituem essa faceta do movimento social feminista” (ROCHA, 2017, p. 11).

⁴² Ver: FERREIRA, Juliana Cristina da Silva. **Em busca da autonomia da mulher: análise do contrato de comunicação da Marcha das Vadias**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2017.

As tecnologias, principalmente a internet, alongaram um viés de discussão, disseminação e até mesmo um certo tom de ‘rebeldia’ contra os padrões taxativos de normatização da mulher em sociedade que estaria ligada à feminilidade, à expressão feminina da natureza humana, à naturalização de certas características relacionadas ao gênero feminino. [...] a internet se estabelece como um espaço democrático para a divulgação de ideias e convenções feministas [...] a propagação do movimento, empregando em seus discursos pautas de suas experiências intrínseca à sua história, expressão de opiniões e pensamentos, estabelecendo-se como diário pessoal (ROCHA, 2017, p. 60-66).

Queiroz (2016), por exemplo, descreve que no Brasil esse quarto momento feminista teve seus créditos a partir de 2014.

No Brasil, esse período começou com movimento de rua como Marcha das Vadias e, em 2014, ganhou espaço em grandes campanhas virtuais antiassédio e contra a cultura do estupro, como a Chega de Fiu Fiu e a #NãoMereçoSerEstuprada. Fortaleceu-se em 2015 e início de 2016 com discussões em torno do #PrimeiroAssédio, questionando sobre a ausência de vozes femininas na imprensa com o #AgoraQueSãoElas, a luta pelo #CarnavalSemAssédio – esta última com forte apelo antirracista – e a popularização de youtubers feministas como Jout Jout e o Canal das Bee. [...] O jornalismo independente começa a adotar recorte de gênero para ver o mundo, com o nascimento (ou fortalecimento) de páginas e portais como Gelédes, Think Olga, Revista AzMina, Revista Capitolina, entre outras (QUEIROZ, 2016, p. 30).

Segundo Bogado (2018) várias são as maneiras de identificar as características desta fase, uma delas são a criação das *hashtags*. É quase que uma ampliação do que foi a voz do corpo iniciado pela Marcha das Vadias. A autora declara que enquanto na Marcha o corpo tinha efeito de voz, agora as *hashtags* tem função de “expor publicamente as vivências mais íntimas” (BOGADO, 2018, p. 36). Isso parte do princípio de como os usos das linguagens deste espaço tem atraído os Movimentos Feministas há aderir novas formas e composições para seu modo atuante. Costa (2018) esclarece que a pertença deste lugar por parte desses movimentos se solidifica a partir de experiências pessoais em relação a exposição pública (COSTA, 2018, p. 46), isso então revisita o que na “segunda onda” ainda se lutava pelo: “o pessoal é político”.

As linguagens que o feminismo explora nas redes têm características próprias. Em primeiro lugar, está o investimento pesado nas perspectivas abertas para as muitas experimentações possíveis entre o pessoal e o público. É um território complexo, no qual as interdições e violências vividas pelas mulheres são atualizadas. Na sequência, vem a exploração metódica da força mobilizadora dos relatos pessoais, um dos principais instrumentos políticos do feminismo em rede. As experiências em primeira pessoa, tornadas públicas na rede, passam a afetar o outro (COSTA, 2018, p. 46).

As *hashtags* nesse meio tem se posicionado a partir da noção de horizontalização das pautas. Estas se dão através de falas em que agregam não a centralização de uma voz que fala por todas, mas a importância “do quê e como diz” (COSTA, 2018, p. 48) e isso tem

interferências diante o efeito potencializador do uso desse símbolo. Sua presença pelo feminismo, segundo a autora supracitada, se deu deste 2014 enquanto eleita a “principal ferramenta política do movimento” (COSTA, 2018, p. 47).

Desse encontro, puderam agregar as mais variadas pautas que antes os movimentos das outras fases não conseguiram retratar. Os ativismos em redes digitais têm caráter pluralizado e de dinâmicas acentuadas em setores sociais que eram invisibilizados como por exemplo Coletivos Lésbicos, Ativistas Trans e ainda o Feminismo Negro como indica Costa (2018, p. 60).

Filhas do ciberfeminismo, as ativistas virtuais engradem o movimento quando tornam questionáveis posições antes tratadas como superadas, no caso, as relações abusivas do machismo e do racismo. A partir do momento que isso é atualizado e denunciado pelas redes passamos a verificar no dia a dia comportamentos que tem sido naturalizado dentre o convívio intrapessoais.

Podemos entender este processo quanto ao caráter dinamizador que a *fanpage Vamos Juntas?* operacionalizou ao disponibilizarem um espaço que mulheres possam falar sobre os abusos sofridos em ambientes que tem frequentado, na rua, em casa, no trabalho, nas relações afetivas, entre outros. E também pelas bases ativistas que a *Não Me Kahlo* intensificou ao produzir um movimento através de *hashtags*, a exemplo *#MeuAmigoSecreto*.

Segundo as autoras do livro *#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes* identifica que ao transformarem esta brincadeira em mecanismo de ação política viram que “milhares de mulheres estavam compartilhando seus relatos, interagindo e se conectando com as histórias uma das outras” (LARA, *et al*, 2016, p. 15). Elas perceberam que este efeito foi importante ao abrirem oportunidades para que diferentes mulheres tivessem coragem de falar, nesse sentido, “a *hashtag* se transformou em algo muito maior do que havíamos imaginado, passando a ser utilizada para se falar, de forma indireta, sobre os abusos que mulheres sofrem por pessoas próximas, em tom de denúncia” (LARA, *et al*, 2016, p. 15). Para tanto, de acordo com Lemos (2009) o ciberfeminismo vai remodelar as formas de fazer ativismo,

muitos dos grupos ciberfeministas utilizam as tecnologias de comunicação, como a Internet, não só para se organizarem em rede, mas também para construírem novos discursos que problematizam as questões de gênero através de trabalhos que vão desde a produção audiovisual e experiências com mídia até as experimentações artístico-ativista na Internet (LEMOS, 2009, p. 9).

Estas novas formas de atuações demonstram um movimento ainda vivo e presente nos contornos sociais. Muito se fala de uma morte do feminismo ou “ironicamente batizado como

ativismo de sofá, minimizando a importância que a rede teve nessa mobilização insurgente” (COSTA, 2018, p. 53).

Porém, o que houve foi uma reavaliação em sua organização enquanto movimento político principalmente a partir das possibilidades avistadas pelas redes virtuais. Ribeiro (2006) por exemplo, vai falar que é “preciso identificar as diferentes vertentes dos feminismos, explicando as diferenças, encontrando os nossos comuns” (RIBEIRO, 2006, p. 809) é preciso posicionarmos criticamente em relação as suas falhas durante o processo de construção na história para estabelecermos mecanismos de mudanças que atinjam todos os setores sociais. Ribeiro (2006) ainda acentua que “infiltrar as ideias feministas em todos os espaços parece ser uma forma de quebrar inércias sociais” (RIBEIRO, 2006, p. 809).

No entanto, Costa (2018) nos chama a atenção para ficarmos atentos aos ataques e contra-ataques desse espaço. Ela considera que mesmo entendendo a importância das mídias digitais para ao o fortalecimento desse movimento, este ambiente é carregado de controvérsias, principalmente no caráter “de ódio, misógino e conservador” (COSTA, 2018, p. 59).

Um dos obstáculos enfrentados por muitos grupos, coletivos, *fanpages* feministas presentes nas redes. Recuero e Soares (2013) também tem discutido sobre a violência simbólica gerida através desses espaços. As autoras acentuam que mesmo o *Facebook* ter trago dinâmicas em relação a comunicação, além de permitir que debates fossem revisitados a forma com que são geridos os aspectos discursivos, a naturalização da violência é evidente (RECUERO; SOARES, 2013, p. 240). Com sua forma universal, estas redes disponibilizam de todo o tipo de discurso e propagam as mais variadas formas poder.

Dessa forma, podemos compreender que “a violência simbólica tem um importante papel na reprodução dos estereótipos e dos estigmas sociais” (RECERO; SOARES, 2013, p. 241), isto é visto quanto os esquemas gerados a partir do humor e são fortalecidos através de comentários, *posts*, textos, imagens por indivíduos que desejam satirizar a luta feminista.

As autoras ao estudar o caso da *fanpage Diva Depressão* no objetivo de “discutir como os discursos reproduzidos no *Facebook* reconfiguram formas simbólicas de violência” identificam que “o humor, a graça, não apenas auxilia a popularizar o discurso, mas também, a naturalizá-lo, reproduzindo e amplificando o poder simbólico” (RECUERO; SOARES, 2013, p. 251). Nesse sentido,

Herring (2001. P. 612) define o discurso mediado pelo computador como aquela “comunicação produzida quando seres humanos interagem uns com os outros através da transmissão de mensagens pelas redes de computadores”. Esses discursos, explica a autora, têm efeitos nos sujeitos e são também impactados pelas apropriações desses

sujeitos das ferramentas de comunicação. Esses discursos possuem características linguísticas que são resultados das apropriações e das restrições e possibilidades das ferramentas. Estudar o discurso *on-line* é estudar a linguagem em uso e a construção de sentidos em ambientes diferentes, mediados e apropriados. E essas apropriações também podem gerar comportamentos diferentes, inclusive violentos e hostis, como a reprodução de formas de agressividade *on-line* (HERRING, *apud* RECUERO; SOARES, 2013, p. 243).

Contudo, permite a nós estarmos atentos em todos estes arcabouços que vem surgindo através da elaboração dessa nova fase do feminismo culminando com a potencialização que as redes tem oferecido. Bogado (2018) bem como Costa (2018) mesmo apresentando todo um sentido relacional entre ativismo e redes sociais ainda se sentem temerosas quanto ao chamado “novo momento”.

Enquanto Bogado (2018) diz que é “arriscado pensar que são fundamentalmente novas, mesmo com a estrutura e o potencial comunicativo das redes” (BOGADO, 2018, p. 42), Costa (2018) acentua que também não podendo “atribuir integralmente a força das ruas às redes sociais, a web foi um fator estratégico e central das marchas feministas. Nunca as táticas e a militância das mulheres foram tão potencializadas e produziram reações como se vê hoje” (COSTA, 2018, p. 43).

Queiroz (2016), no entanto, adverte que será difícil prever o que acontecerá com essa nova leva de feministas, uma vez que, segundo suas constatações, há duas possibilidades para esse novo status do feminismo. Há por um lado o ativismo na corda bamba de um desmoronamento enquanto luta; por outro uma força motriz de transformação social que desmantele as bases estrutural do machismo, principalmente através da mobilização da opinião pública. É por via desta última constatação, que muitas teóricas/os acreditam não estarmos numa quarta onda e sim uma extensão da terceira, pois acreditam que só haverá um redimensionamento social assim que as estruturas sofrerem transformações.

As características do ativismo pela internet apresentam ameaças e oportunidades nunca antes à mão. Há risco de a agressividade características da despersonalização da rede acabar por dividir e enfraquecer o movimento – ou que nunca passe de um feminismo personalista, em clima de desabafo e sem noção. Mas há também possibilidades animadoras, como uma transformação real, cultural e profunda e a criação de um exército de fiscais antimachismo que mobilizem a opinião pública e não cansem de causar barulho. Seguimos esperançosos de que a segunda opção vencerá (QUEIROZ, 2016, p. 30-31).

Para além disso, mesmo ainda caminhando a passos lentos verificamos que nunca se falou tanto do feminismo quanto nos últimos anos, Costa (2018) considera que mesmo as redes não sejam esse “mar de rosas” como gostaríamos que fosse é evidente que o movimento

feminista soube aproveitar o mínimo de seu aspecto descentralizado. Para se ter ideia, uma matéria realizada por Hyndara Freitas para o *Estadão de S.Paulo (on-line)* em 2017 detectou segundo estudo divulgado pelo Google BrandLab que as buscas sobre feminismo crescem 200% em dois anos no Brasil. Esta pesquisa mostrou que o interesse pelos brasileiros em pesquisar temas sobre diversidade tem crescido muito nos últimos anos “entre 2012 a 2017, as buscas por estes temas duplicaram e o crescimento de visualizações sobre homofobia, LGBT, racismo e feminismo aumentou 260% só nos últimos seis meses” (FREITAS, 2017, *on-line*).

Segundo Costa (2018),

em outubro de 2015, no calor dos protestos feministas, o *Facebook* atingiu o número de 74,8 milhões de usuários no país, conectando três de cada quatro internautas brasileiros. Verificamos em janeiro de 2016, na esteira do boom de 2015, a enorme quantidade de páginas que tratam do feminismo com diferentes linguagens e abordagens (COSTA, 2018, p. 45).

É neste impulso que acreditamos em uma nova fase, uma fase da representatividade e da descentralização de personagens, na efervescência das pautas e da possibilidade em expandir as bases teóricas em linguagens de fáceis acesso aos usuários destas redes. Desde modo, verificamos para o próximo capítulo uma análise frente a nossas fontes pesquisas como norte para pensar os discursos produzidos na recepção entre redes sociais, ativismos feministas e seguidores. Além de posicionar estas páginas diante a viabilidade que os usos do *Facebook* trouxeram para a disseminação e dilatação do feminismo enquanto luta política.

CAPÍTULO 2. ESPAÇOS QUE SE CONECTAM, SUJEITAS QUE SE ENCONTRAM: DISCURSOS E PRÁTICAS DO ATIVISMO FEMINISTA NO FACEBOOK

2.1. “NÃO ME KAHLO” E “VAMOS JUNTAS?”: CONEXÕES E DIFERENÇAS

“o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?” (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Neste capítulo, teremos como norte pensar nossas fontes de pesquisas em diálogo com nosso referencial teórico metodológico. Delimitadas a um recorte temporal de três anos, de 2016 a 2018, nossas fontes representadas pelas postagens das *fanpages* serão distribuídas em 6 amplas categorias/temas: cultura do estupro: abusos/assédios sexuais; empoderamento feminino e sororidade; violência: agressão física e moral; direito reprodutivo/legalização do

aborto; mulheres negras: lutas antirracistas e a categoria ‘outros’, que inclui, superioridade masculina, ideal de beleza e desconstrução de padrões. Fizemos primeiramente a coleta superficial dos dados escolhendo as duas postagens mais curtidas de cada mês⁴³, sendo estas correspondentes às categorias selecionadas.

A tabela abaixo nos aponta a quantidade de postagens escolhidas para cada ano.

Tabela 1. Dados gerais das postagens escolhidas. Fonte: Produção própria.

Dados Gerais das postagens escolhidas <i>Fanpage Não Me Kahlo</i>		Dados Gerais das postagens escolhidas <i>Fanpage Vamos Juntas?</i>	
Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
2016	24	2016	24
2017	15	2017	24
2018	20	2018	23

A maneira que encontramos de melhor reunir as postagens foi ao entrar no perfil (página inicial) de cada *fanpage* ir na opção do lado esquerdo da página chamado “foto” e em seguida “todas as fotos”. Assim como tiveram meses que não visualizamos postagens, também há categorias/temas que não tiveram dois *posts* direcionados, nesse caso, podemos inferir que, primeiro: realmente não tinha postagens condizentes; segundo, pode ser que a quantidade de curtidas tenha sido menor que a de um outro tema; ou terceiro, podemos supor que essas diferenças se dão pela formação objetiva de cada *fanpage*: como articulam cada temática para a interação das/os seguidoras/es.

Nas tabelas abaixo (2 e 3) separamos a quantidade de postagens, divididas por ano, para cada tema.

Tabela 2. Quantidade de postagens divididas por temas *fanpage Não Me Kahlo*. Fonte: Produção própria.

Quantidade de postagens, divididas por ano, para cada tema: <i>Fanpage Não Me Kahlo</i>			
Categorias/temas	2016	2017	2018
Cultura do estupro: abusos/assédios sexuais	5	1	1
Empoderamento Feminino e Sororidade	4	4	8
Violência: agressão física e moral	4	1	1

⁴³ Houve meses que não visualizamos postagens, outros tinham postagens que não direcionavam as categorias estabelecidas e em outros casos só visualizamos uma postagem no mês. Por isso, na tabela de dados gerais (tabela 1) mostram quantidades diferentes.

Direito reprodutivo/Legalização do aborto	3	2	2
Mulheres Negras: lutas antirracistas	2	3	4
Outros (superioridade masculina, ideal de beleza, desconstrução de padrões)	6	4	4

Tabela 3. Quantidade de postagens divididas por temas *fanpage Vamos Juntas?*. Fonte: Produção própria.

Quantidade de postagens, divididas por ano, para cada tema: <i>Fanpage Vamos Juntas?</i>			
Categorias/temas	2016	2017	2018
Cultura do estupro: abusos/assédios sexuais	7	9	4
Empoderamento Feminino e Sororidade	10	11	13
Violência: agressão física e moral	3	3	1
Direito reprodutivo/Legalização do aborto	0	0	0
Mulheres Negras: lutas antirracistas	0	0	0
Outros (superioridade masculina, ideal de beleza, desconstrução de padrões)	4	1	5

Pretendemos filtrar dessas postagens os sentidos que inter cruzam os discursos nas relações entre as *fanpages*, *posts* e as/os seguidoras/es na intenção de produzir significados para as inquietações da pesquisa. É válido ressaltarmos que as redes digitais têm produzido novas práticas de convivência e relações interpessoais. Estes intercâmbios, indicaram também novas possibilidades aos movimentos sociais, desses, o feminista foi um dos mais preponderantes. De certa forma, o diálogo ficou mais popular, os questionamentos sobre os direitos das mulheres mais acentuados e os efeitos provocados pela estrutura machista mais visíveis.

Sob nota explicativa, os recortes direcionados às fontes como por exemplo 6 conjuntos de temas e as duas postagens mais curtidas foram pensadas na perspectiva de trazer um melhor aproveitamento aos dados coletados. A relação pelas duas postagens mais curtidas mensalmente foi condicionada para observarmos o tema que mais está atraindo, afetando ou sensibilizando as/os seguidoras/es. Mas também, podemos relacionar este “mais curtida” pelo fato que em determinado período há notícias que tomam proporções maiores na mídia, muitas postagens são concentradas ao que socialmente está em voga, em ascensão e isso pode ser uma ressalva para as visualizações. E por último, os 6 conjuntos de temas foram essencialmente escolhas mais gerais do que se desdobra sobre a construção social das mulheres.

Fizemos nos gráficos abaixo uma sistematização dos temas que mais tiveram destaques por ano para cada *fanpage*.

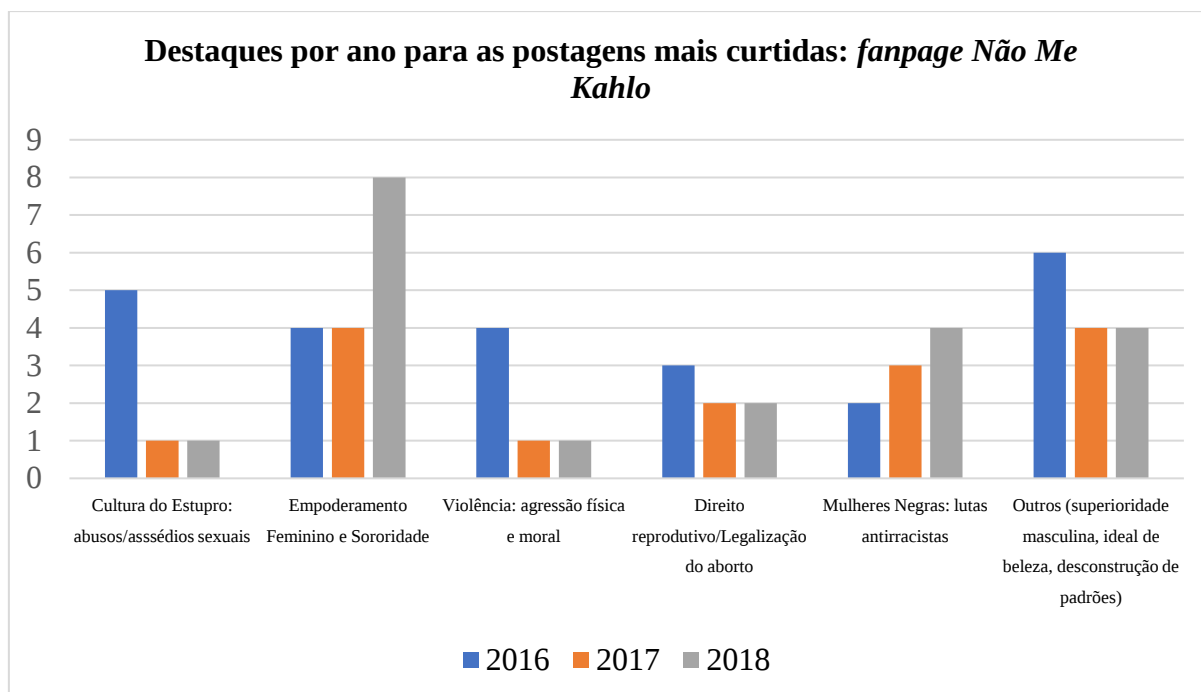


Gráfico 1. Destaque por ano para as postagens mais curtidas: *fanpage Não Me Kahlo* (2016-2017-2018). Fonte: Adaptação dados obtidos pela *fanpage Não Me Kahlo*.

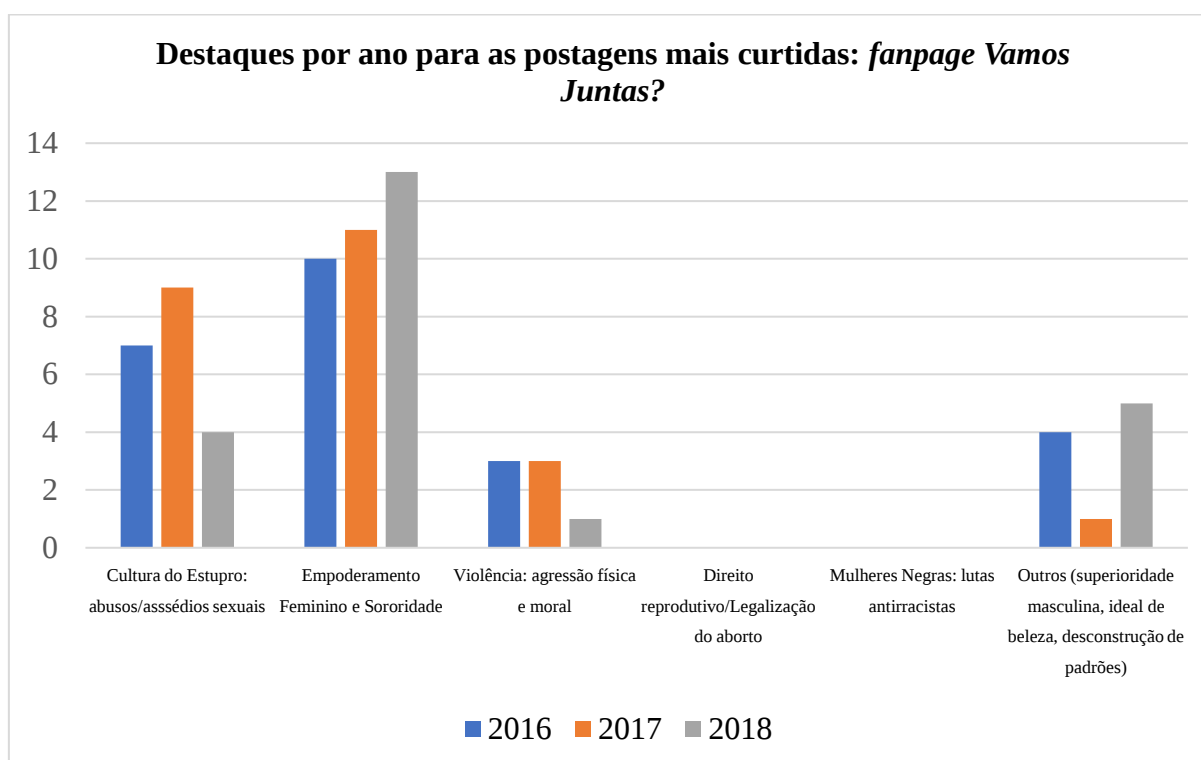


Gráfico 2. Destaque por ano para as postagens mais curtidas: *fanpage Vamos Juntas?* (2016-2017-2018). Fonte: Adaptação dados obtidos pela *fanpage Vamos Juntas?*.

Partindo desses pressupostos, as dimensões de temas mais curtidos variam de página para página. O ano em que as duas *fanpages* mais dialogaram foi em 2018, nos temas

Empoderamento Feminino e Sororidade. Nos outros anos e nas outras categorias os resultados foram bastante diversificados, considerando ainda que há por parte da *Vamos Juntas?* uma ausência de dados em duas delas: Direito Reprodutivo/Legalização do Aborto e Mulheres Negras: Lutas Antirracistas.

Dessa forma, supomos que este fato pode ser reflexo das propostas que pretenderam abordar. Ao observarmos no livro publicado pela idealizadora da página, o tema central é versado nos parâmetros de uma luta contra o machismo institucionalizado e pelas relações de poder por ele perpetuadas, mas isso torna problemático na medida que a mesma trabalha com questões de empoderamento e principalmente com as conceituações de sororidade. Este fato pode ser explicado uma vez que “não é possível formar um pensamento crítico completo, em qualquer área do conhecimento, negando os apagamentos e exclusões fomentadas ao longo da nossa história” (BERTH, 2018, p. 51).

Para além disso, podemos atribuir esta ausência ligando os fatos através das formações acadêmicas e as áreas de estudos de cada idealizadora das páginas, isto pode ser uma linha de raciocínio a se pensar as diversificações de temas que cada uma atribui. Mas porém, isso não inviabiliza que assuntos tão necessários não sejam inseridos, como bem pontua Djamil (2017), que é importante ao falarmos de feminismo negro fugirmos de “análises simplistas e de uma universalidade que exclui, é importante tirarmos as pautas da invisibilidade e [trazer] um olhar interseccional” para que abandonemos estas opressões aparentemente sutis (DJAMILA, 2017, p. 43).

Posto isto, notamos entre as duas *fanpages* estilo individuais de organizarem enquanto ativistas virtuais. A *Não Me Kahlo*, ao rolar sua linha do tempo⁴⁴ dispõe de um aspecto dinâmico, abarcando princípios mais acentuados pela interseccionalidade. Com publicações que remetem aspectos informativos de recortes de jornais, manchetes e estatísticas, suas particularidades são relacionadas no poder da informação e no engajamento social com campanhas virtuais e palestras nos âmbitos *off-line*. Caminhando em temas centrais como construção social de feminilidade e masculinidade, machismo, racismo, empoderamento, sexualidade, maternidade, cultura do estupro, violência contra a mulher, padrões de beleza, feminismo, entre outros.

A *Vamos Juntas?* tem se consolidado em expressões mais íntimas, com relatos mais pessoais de suas seguidoras, como se fosse um diário, onde colocam suas frustrações e medos. Suas particularidades, estão nos princípios da sororidade com um caráter além das redes,

⁴⁴ Linha do tempo é onde, no seu perfil, as pessoas podem visualizar todas as suas postagens, de forma cronológica.

instigando que mulheres enxerguem umas às outras para que juntas conquistem autoconfiança e estimulem alianças de irmandades para aquelas que “ainda não descobriram sua força”. No *layout*, e em todas as suas postagens, o que nos chamaram atenção foi o design, em tons de rosa e amarelo de onde os aspectos de diário fica ainda mais evidente.

De acordo com os resultados obtidos pelos gráficos, observamos que na *fanpage Não Me Kahlo* (gráfico 1) o tema que mais se sobressaiu foi a categoria ‘Empoderamento Feminino e Sororidade’ com 16 *posts*; Seguido pela categoria ‘Outros’ (Superioridade Masculina, Ideal de Beleza e Desconstrução de Padrões) com 14, depois ‘Mulheres Negras: lutas antirracistas’ com 9 postagens mais curtidas, depois tivemos 7 postagens para ‘Direito Reprodutivo/Legalização do Aborto’ e ‘Cultura do Estupro: abusos/assédios sexuais’ e por último com 6 *posts* ‘Violência: agressão física e moral’.

Na ocasião, a *fanpage Vamos Juntas?* ao somarem os três anos 2016, 2017 e 2018 tivemos 34 postagens quando se trata de ‘Empoderamento Feminino e Sororidade’, 19 *posts* em ‘Cultura do Estupro: abusos/assédios sexuais’, 10 postagens na categoria ‘Outros’ (Superioridade Masculina, Ideal de Beleza, Desconstrução de Padrões) e 7 *posts* em ‘Violência: agressão Física e Moral’. Nas categorias ‘Direitos Reprodutivo/Legalização do Aborto’ e ‘Mulheres Negras: lutas antirracistas’, não encontramos nenhuma postagem que tivessem um número de curtidas a mais do que a de um outro tema.

Desse modo, nossas análises serão realizadas através da junção dos *posts* das duas *fanpages* para cada categoria. Vamos agrupar postagens de ambas de forma que possamos ver em dimensões amplas como tem sido tratada cada temática. E postagens com teor semelhantes serão colocadas em anexo.

No entanto, nosso esquema teórico metodológico baseia-se na Análise de Discurso com fundamentação em Foucault (2014;1998) e Eni Orlandi (2003), quando esta pondera que a estrutura que rege uma análise é direcionada para o que se entende de processo discursivo, que é basicamente compreender como o objeto simbólico (as postagens das *fanpages*) produz sentido. É um ir-e-vir entre teoria, consulta ao corpus e análise, nos princípios da construção, modo de circulação e diferentes gestos de leitura (ORLANDI, 2003, p. 66-67-68).

2.2. CATEGORIA 1 – CULTURA DO ESTUPRO: ABUSOS/ASSÉDIOS SEXUAIS

Abusos, assédios sexuais e cultura do estupro são denominadores que não são dispare, os sentidos que os compõem ocasionam um ao outro. Ao compreender essa lógica,

consideramos que uma das causas primeiras que devemos desmistificar é a associação das práticas machistas como ‘natural/cultural’. Pois, ao fazermos esta conexão, assimilamos que os abusos, os assédios sexuais são praticados porque se estabelecem socialmente e fazem parte das organizações humanas.

Prescrever que algo é cultural, é o mesmo que incitarmos que são fatores próprios de uma comunidade. Cultura é toda prática exercida através do tempo: conhecimento, arte, costumes, moral, ela tem um estado sólido que transmuta para séculos posições de pensamentos e atitudes. Sobretudo, a “cultura é pública porque o significado o é” (GEERTZ, 2008, p. 9). Os códigos produzidos culturalmente dão veemência às atitudes dos indivíduos. Conduzir o ato do estupro nesses parâmetros é permanecermos numa constante aceitação que explorar sexualmente o corpo da outra é permissível pois isso foi dado pelos significantes das práticas culturais.

Listamos ao longo do texto, dentro desta categoria, algumas postagens para podermos entender como cada uma tem exteriorizado e problematizado tais fatores. Verificamos que em ambas as *fanpages* das mais variadas formas tem instrumentalizado meios para que o público seguidor possa identificar onde socialmente se instaura os mecanismos da opressão.

Na figura 14 por exemplo, com 12,7 mil curtidas, o uso da charge instrumentaliza uma das frases mais comuns quando uma mulher é assediada/abusada sexualmente. Desenhada por Cesar Filho, sua discursividade tanto na forma da linguagem, quanto nos traços dos desenhos, traz metaforicamente, de forma simples, uma objetividade para a compreensão de como transmuta as relações de poder. Nas falas dos personagens o recurso do humor evidenciou os traços da naturalização e permanência do assédio, a relação da pertença e controle dos corpos das mulheres pelos olhares e discursos machistas.



Figura 14. Postagem do dia 02/01/2016 com 12,7 mil curtidas. Fonte: Página Vamos Juntas? no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

A indagação primeira que se faz a uma vítima é: “o que ela estava vestindo?” ou “o que ela estava fazendo na rua àquela hora da noite?”. Interpretar um crime sexual dentre os fatores de vestimenta e/ou do espaço/tempo, verbaliza que o estuprador é inocente e a culpa sempre é da vítima.

Segundo o Centro de Mulheres Marshall University, cultura do estupro

[...] é um ambiente em que o estupro é prevalente e no qual a violência sexual contra a mulher é normalizada e dispensada na mídia e na cultura popular. A cultura do estupro é perpetuada através do uso da linguagem misógina, a objetificação do corpo das mulheres e o glamour da violência sexual, criando assim uma sociedade que desconsidera os direitos e a segurança das mulheres. O estupro de uma mulher é uma degradação, terror e limitação para todas as mulheres. A maioria das mulheres e meninas limitam seus comportamentos por causa da existência de estupro. A maioria vive com medo de estupro. Homens, em geral, não. É assim que o estupro funciona como um meio poderoso pelo qual toda a população feminina é mantida em posição subordinada a toda a população masculina, embora muitos homens não estuprem e muitas mulheres nunca seja vítima de estupro. Este ciclo de medo é o legado da Cultura do estupro (CENTRO DE MULHERES MARSHALL UNIVERSITY, *on-line*).

Para além disso, o Centro de Mulheres Marshall University, nos apresenta 15 fatores que são preliminarmente significados da Cultura do Estupro, são eles: Culpando a vítima (“Ela pediu por isso!”); trivializando agressão sexual (“Garotos serão garotos!”); piadas sexualmente explícitas; tolerância ao assédio sexual; inflar estatísticas de relatórios de estupro falso; examinar publicamente o vestuário, o estado mental, os motivos e a história da vítima; violência de gênero gratuita em filmes e televisão; definindo “masculinidade” como dominante e sexualmente agressiva; definindo “feminilidade” como submissa e sexualmente passiva; pressão sobre os homens para “marcar”; pressão sobre as mulheres para não parecerem “frias”; assumindo que só as mulheres promíscua sejam violadas; assumindo que os homens não sejam estuprados ou que apenas homens “fracos” sejam estuprados; recusando-se a levar as acusações de estupro a sério; ensinar as mulheres a evitar ser estupradas em vez de ensinar os homens a não violentar (CENTRO DE MULHERES MARSHALL UNIVERSITY, *on-line*).

É preciso entender que o processo ‘normatizador’ que a sociedade instaurou diante a formação educativa de meninos e de meninas, intensifica o corpo da mulher sempre como um objeto público e acessível⁴⁵. Em 2014 a SIPS (Sistema de Indicadores de Percepção Social) através do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), realizou uma pesquisa com tema

⁴⁵ Este processo também pode ser identificado nos conteúdos e depoimentos das imagens 83; 84; 89; 90; 95; 96; 97 e 98 apresentadas no anexo.

Tolerância Social a Violência Contra as Mulheres onde revela que “três quintos dos entrevistados, 58%”, afirmam (concordam) que *se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupro*.

Esses dados segundo a pesquisa revela que ainda, socialmente, o controle pelo comportamento e corpo da mulher é bastante acentuado sendo, portanto, intensificado pelo que muitas autoras chamam de cultura do estupro, onde “tolera e muitas vezes se incentiva a violência sexual contra as mulheres, com a vítima culpabilizada pelo ocorrido, por causa do ambiente frequentado, da roupa ou de seu comportamento” (OSORIO; FONTOURA, 2014, p. 3-23-24).

A diferença de postura de tolerância/intolerância à violência sexual reafirma mais uma vez a dificuldade de se estabelecer no Brasil uma agenda de direitos sexuais e de direitos reprodutivos e uma visão de que os corpos das mulheres a elas pertencem. Neste sentido, demandas feministas presentes há décadas ainda são bastante atuais em nosso país, e a permanência de ideias tão avessas a uma perspectiva de direitos humanos, apesar de confirmarem estudos qualitativos e percepções gerais sobre o ambiente social, ainda causam espanto (OSORIO; FONTOURA, 2014, p. 24).

Verificamos por exemplo na figura abaixo, também publicada pela *fanpage Vamos Juntas?* com um total de 1,6 mil curtidas, o depoimento de uma moça relatando o abuso sexual sofrido. Quando criança ao sofrer uma dessas violências partindo de um médico e seu pai relacionar o fato ocorrido como “invenção e fantasia” mostra como ainda a deslegitimação da fala da criança tem transformado em um problema a segurança dessas vítimas, como afirma a pesquisa realizada pela BBC News Brasil (veja a seguir).

Saffioti (2015) ao falar sobre tabu do incesto, determina que o pai biológico é o adulto masculino no qual a criança (menor de 18 anos) mais confia” (SAFFIOTI, 2015, p. 21). Ao levar isso em consideração, estabelece que o fato do médico ser adulto e ela uma criança credita-se que o profissional esteja correto, levando posteriormente a um silenciamento onde não mais exterioriza os abusos e as violações sexuais sofridas.

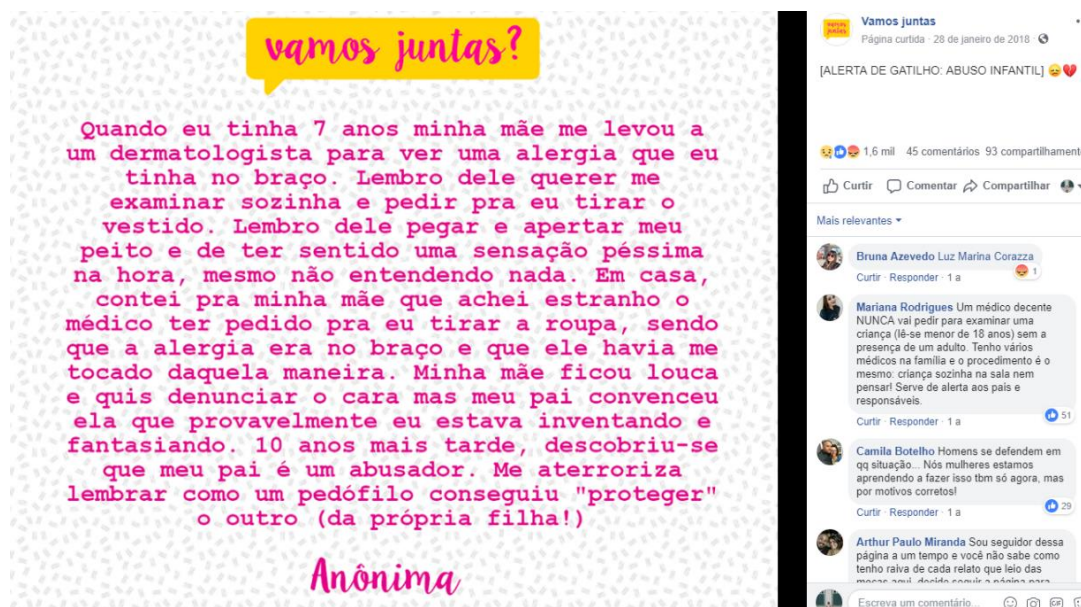


Figura 15. Postagem do dia 28/01/2018 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página Vamos Juntas? no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

Desse fato, podemos entender a pesquisa realizada por Letícia Mori para BBC News Brasil, sobre como o silenciamento das vítimas, principalmente crianças, estão se tornando um caos, pois a ausência de dados está dificultando que estabeleçam políticas públicas que combatam este crime.

a falta de dados centralizados prejudica o combate – já que o primeiro passo para a criação de políticas públicas contra o crime é saber o tamanho do problema, como ele costuma acontecer, se há maior ocorrência em determinados Estados e que questões, em alguns casos culturais, precisam ser combatidos em busca de uma solução. [...] Se muitas vítimas adultas já não denunciam seus casos à polícia por medo de represália ou de serem desacreditadas as crianças estão ainda mais vulneráveis (MORI, 2018, *on-line*).

A ausência desses dados é ocasionada por uma estrutura que ao mesmo que tempo abusa, apontando a culpa para a vítima desacreditando e fazendo com que estas permaneçam caladas. De acordo com a pesquisa, os únicos dados mais centrais – específicos de crianças – que conseguiram agrupar mostram como esse crime se revela ainda mais brutal. Tais dados são restritos àquelas crianças que chegam a serem levadas nos hospitais “com machucados, doenças ou outros problemas decorrentes do abuso” (MORI, 2018, *on-line*).

Em 2016, o sistema de saúde registrou 22,9 mil atendimentos a vítimas de estupro no Brasil. Em mais de 13 mil deles – 57% dos casos – as vítimas tinham entre 0 e 14 anos, dessas, cerca de 6 mil vítimas tinham menos de 9 anos. As estatísticas são do Sinan, o sistema de informações do Ministério da Saúde, que registra casos de atendimento de diferentes ocorrências médicas desde 2011. É uma espécie de ponta do iceberg do problema (MORI, 2018, *on-line*).

Valendo-se do mesmo contexto, os depoimentos das figuras 16 e 17 mostram como o núcleo familiar, um espaço onde as crianças acreditam ser a segurança apresenta como um lugar hostil e sexista. As relações de poder dentro desse núcleo reforçam ainda mais as permanências do silenciamento das vítimas.

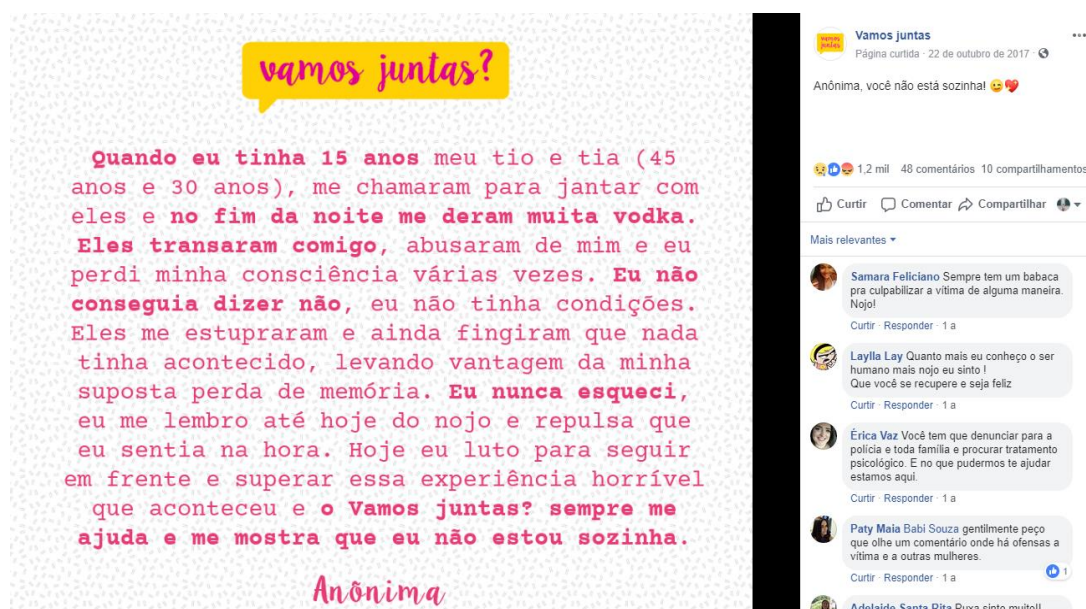


Figura 16. Postagem do dia 22/10/2017 com 1,2 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2017.

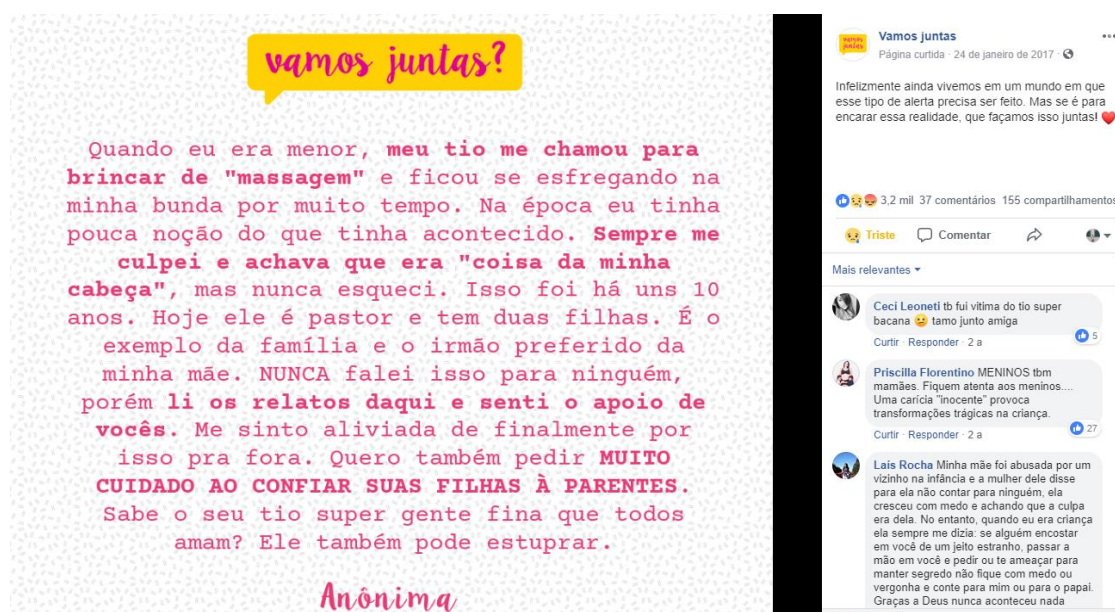


Figura 17. Postagem do dia 24/01/2017 com 3,2 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

As relações abusivas mencionadas nos depoimentos partiram essencialmente de tios. Sendo figuras mais velhas, aproveitam da construção de um imaginário social no qual são socialmente interpretados como bons seres humanos. No caso da figura 16, buscamos entender

pela variante dos abusos partirem tanto do tio quanto da tia, consideramos fato por ambos estarem inseridos no mesmo processo ‘cultural’ machista e, portanto, estruturalmente seus corpos foram construídos sob a perspectiva de um dominante e a outra dominada.

Orlandi (2003) ao falar sobre análise de discurso, compreende que devemos nos entrever para além do que a língua significa, ela quer que alcance sua memória, pois acredita que só assim podemos fielmente compreender como o texto funciona enquanto objeto simbólico (p. 70). Quando a depoente na figura 16 fala “eu não consegui dizer não” e na figura 17 “sempre me culpei e achava que era “coisa da minha cabeça””, há intrínseco como o entendimento sobre o corpo da mulher tem sido moldado sempre a culpa e a vergonha.

Estabelecemos esses pontos com o que Soares (2015) ao citar Joan Scott enfatiza, que o mecanismo de “naturalização e normatização das relações sociais de sexo, induz uma forma primária de divisão de poder na sociedade” (SOARES, 2015, p. 242). Foucault (1988) argumenta que nas “relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido” (FOUCAULT, 1988, p. 98), mas compreende que essa seja o elemento que mais possui capacidade de operacionalizar outras possibilidades de regimento, sendo dele a realização das maiores execuções de controle e articulações sociais (FOUCAULT, 1988, p. 98).

A operacionalização das estratégias heteronormativas de poder sobre sexo equivale que mulheres, dentro das oposições binárias segundo Soares (2015), tem constituído como um ser através do Outro, no caso o masculino, sempre estabelecida dentro das categorias de sua feminilidade “fragilidade; emoção; beleza; verborragia “sem conteúdo”; dependência social e nutriz emocional e física de outros” (SOARES, 2015, p. 242) em relação a objetividade, firmeza, autoconfiança do homem.

Pensando dentro da história, cultura do estupro não é uma expressão nova. Pelo processo constitutivo do Movimento Feminista este é um termo que já vem sendo discutido desde a década 70 pelas feministas estadunidenses na considera segunda onda do feminismo. De acordo com um dossiê da Revista Cult, desde a década de 1960 com o lema “o pessoal é político” criado por Carol Hanisch tendo como propósito que as mulheres se “livrem da própria culpa”, feministas vem questionando os lugares que estas ocupam e instigando-as a participarem mais ativamente da vida pública, intensificando para que elas falem por elas mesmas (RODRIGUES, 2016, p. 34).

As feministas da segunda onda buscaram compreender a origem da condição feminina, isto é as razões que fundamentam a opressão de gênero, queriam entender qual deveria ser o elemento essencial que une todas as mulheres sob a mesma condição, ou seja, o que todas as mulheres existentes, indiscriminadamente, têm em

comum que justifique estarmos todas em situação de vulnerabilidade se comparada aos homens, de forma geral. A resposta para essa questão: o sexo, a prerrogativa de engravidar (SILVA, 2019, p. 11-12).

Silva (2019) considera que a partir do momento que elas passaram a entender como esses fatores influenciavam a construção do seu eu enquanto sujeita social e que todas estavam a ‘bordo do mesmo barco’, é que tiveram as primeiras iniciativas à coletividade. Foi nesse momento que veio a surgir o termo sororidade (*sisterhood is powerful*) – o que a *fanpage Vamos Juntas?* sempre nos incentiva – sendo um dos primeiros jargões da segunda onda feminista (SILVA, 2019, p. 12). De acordo com Rodrigues (2016), “destaca-se aqui uma fase em que problemas culturais e políticos se mesclam, devendo as mulheres encorajarem-se para combater as estruturas sexistas do poder” (RODRIGUES, 2016, p. 34).

Desse modo, as práticas da cultura do estupro são pautas permanentes dentro das teorias que fundam o Movimento Feminista. Soares (2015) ainda sobre constatações de Joan Scott articula que “ao significar culturalmente um conjunto de características como parte da “normalidade”, pretende reforçar espaços de ação, interdição e possibilidades de atuação social” (SOARES, p. 242). Desses fatores, é que se articulam as redes de poder pelo sexo (pode ser o homem adulto sobre a mulher adulta ou adultos sobre crianças).

O exemplo a seguir, tanto pelos comentários da figura 17 acima, quanto às instruções da publicação feita pela *fanpage Não Me Kahlo* com 21,6 mil curtidas, figura 18, veremos como esses fatores tem efeitos de alienação nas crianças, principalmente.



Figura 18. Postagem do dia 26/01/2016 com 21,6 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

Repостada da página *Tudo Eu*, esta imagem nos tenciona, levando para o campo das hipóteses, a observamos como funciona o plano de alienar uma criança diante as faces do poder que um adulto dispõe. Foucault (1988), por exemplo, considera que a respeito do sexo, o poder é uma das instâncias que regimenta a regras e dita as leis. Esse domínio a propósito de tudo que o autor falar, tem seu estabelecimento através da linguagem, quando o discurso é o legislador que gerencia o estado de direito (FOUCAULT, 1988, p. 81).

Levando em consideração este estado de direito e poder que a pessoa adulta opera, compreendemos que uma das formas primeiras em estimular a criança a esconder os processos abusivos é pela compra do silêncio, seja ela através de brinquedos ou doces. Os discursos de alienação, quando estes proibem de contar a mãe ou ao pai pois pode ocorrer de não ganhar “tal coisa”, é onde permanece obscurecida os índices dos abusos sexuais em crianças.

O teor discursivo que o texto acima oferece, quanto aos comentários na figura 17, estabelecem que mesmo permanecendo em muitos lares um sistema opressor onde muitas/os são violadas/os, a não exteriorização destes atos acaba por ocasionar uma sistematização e uma prerrogativa para a permanência e consolidação de práticas agressivas fisicamente e psicologicamente levando a destinos desastrosos. E ainda, ensinar/explicar a filhas e filhos para não sentirem coagidas/os, instigam a estabelecerem pontos de veracidade nas suas palavras, pois na maioria dos casos, a fala da criança é sempre desacreditada.

Correlacionando a estes fatores, temos nas imagens abaixo publicadas também pela *fanpage Não Me Kahlo* dois ângulos de como as mulheres tem sido projetada enquanto sujeitas sociais, são duas faces que obscurecem uma abertura para que mulheres gozem de uma liberdade própria, dessas, de serem donas de seus próprios corpos.

A mídia, mesmo se apresentando de forma corrente na vida das pessoas, em termos de convívio e informação, mostra o seu lado obscuro e machista. O exemplo da imagem 19 representa como a linguagem jornalística trata a defensiva de uma mulher pela tentativa de estupro por parte do marido. Existe enviesado no título da reportagem duas causas que culturalmente têm estruturado a mulher, a proibição do não e o corpo sempre disponível.

Criadas para o silêncio, sob uma construção discursiva à feminilidade, as mulheres devem serem educadas para realizarem obrigações próprias advindas de sua natureza biológica. Esta é uma das concepções masculinas mais pesadas para designar e estruturar mulheres ‘obedientes’. Constituída pelo Outro, a subjetividade da mulher sempre esteve refletida pelos parâmetros civilizacionais do que o Outro acha melhor para ela.



Figura 19. Postagem do dia 01/05/2016 com 28 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

O impacto da narrativa “Mulher nega sexo e mata marido”, reverbera a noção do que é trabalhada as concepções de patriarcado nos âmbitos sociais. Lima & Souza (2015) dispõe de uma conceituação na qual o patriarcado é uma “expressão utilizada para referir a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder” (LIMA; SOUZA, 2015, p. 515).

Nesse mesmo caminho, Carole Pateman em 1993 publica o livro *O contrato sexual*. A autora, no entanto, trabalha a noção de que do mesmo modo que existe um contrato social, que regimenta sociedade civil e direito político, existe também um contrato sexual, todavia, este, pouco ou nada é debatido fica mantido “em um profundo silêncio”. Pateman (1993), determina, que, se o contrato social se instaura pelas instâncias do direito político, o contrato sexual não é diferente, porém, ele “trata o direito político enquanto *direito patriarcal* ou instância sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 15-16). Assim ela explica,

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. O pacto original é tanto um contrato sexual: é sexual no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de “lei do direito

sexual masculino”. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

Portanto, são pelas vias das leis do direito que a manchete do jornal denomina que a causa principal que levou à prisão da mulher foi pelo fato que ao se opor a fazer sexo, declaradamente ela estava negando um estado seu de dever e um estado de direito do homem de possuí-la. Foucault (1988) explica que a norma da dominação fica na mesma instância que o sexo está para o poder, o autor explica que “ele reduz a um regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido. O poder prescreve ao sexo uma “ordem” que funciona, como forma de inteligibilidade: o sexo se decifra a partir da lei e o poder pronuncia a regras” (FOUCAULT, 1988, p. 81). São dessas instâncias que as ordens da dominação se instauram, a partir de um jogo dual em que um se proclama ativo e o outro moldado a passividade.

Observamos este produto, quanto aos comentários que aparece na figura 19. As seguidoras enfatizam como a sociedade e os meios jornalísticos ainda regimentam uma estrutura machista, preservando uma naturalização da dominação masculina sobre o corpo da mulher. No comentário, quando uma das moças diz “como se o estupro só fosse normal entre estranhos, e que em casamentos a mulher tem que está à disposição do homem, caso contrário, ele tem “direito” de fazer isso”, são justamente os desígnios das relações construídas e determinadas pelo sistema patriarcal.

Neste mesmo nível, vemos o comentário das outras seguidoras, quando as mesmas declaram em veículos nacionais que o crime de feminicídio está inserido nos parâmetros de crimes passionais. Considerar feminicídio – assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres – dentro das instâncias passionais referindo a um crime incitado por um alto grau emoção, delibera que a matança de mulheres não é condicionada pelas forças misóginas que culturalmente prescreveram aos homens a um grau de liberdade e a mulher a um corpo sem significância.

A *fanpage Não Me Kahlo* sob a perspectiva de uma expressão machista que sempre ouvimos falar: “ninguém é estuprada em casa lavando a louça” traz uma lista de 4 manchetes confirmando o que acima falamos sobre sociedade patriarcal e dominação masculina. Se observamos nas datas das publicações de cada notícia dos jornais podemos identificar que no mês de maio de 2016 foram cometidos quatro crimes com mulheres estando estas dentro de suas próprias casas.



Figura 20. Postagem do dia 26/05/2016 com 51,9 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

Todavia, quando veio a eclosão da segunda onda do feminismo conhecido como o “feminismo radical” (SILVA, 2019, p. 12), as feministas avistaram no “o pessoal é político” uma maneira de dizer que os crimes cometidos pelos maridos no status privado era preciso ultrapassar as camadas do lar e estender ao conhecimento público. Nesse sentido, os conteúdos das notícias acima revelam como estes crimes ainda são consumados sob um teor que prepondera o poder sobre o sexo. Estabelecer que as mulheres hoje têm seus corpos violados por estarem nos espaços públicos é uma falácia, assim como dizer que se elas existirem nos espaços privados estão a salvo das violências patriarcais.

Para exemplificar citamos o trabalho de Lia Zanotta Machado (2001) *Masculinidade e violência. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea*. A autora a partir de entrevistas com “prisioneiros apenados por crimes de estupro, agressores acusados de violência física contra suas companheiras e de jovens infratores” (MACHADO, 2001, p. 2) estabelece reflexões sobre como a masculinidade contemporânea vem construindo as relações sociais de gênero, bem como a construção social de violência (MACHADO, 2001, p. 2).

Sua relação com a pesquisa parte da problemática em entender “como o exercício de atos violentos em sociedades “pacificadas”⁴⁶, pode refletir sobre a articulação entre os valores hegemônicos do masculino e os valores do exercício da violência física” (MACHADO, 2001, P. 2). Para isso descreve,

⁴⁶ “(onde a violência deveria ser monopólio exclusivo do Estado em nome da justiça), isto é, sociedades modernas informadas pelo ideário da universalidade de direitos” (MACHADO, 2001, p. 2).

A escuta dos estupradores remete às indagações sobre a articulação entre masculinidade e uma concepção de sexualidade que antagoniza o masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como objeto da sexualidade. Sujeitos e corpos femininos são controlados como se “pessoas” não fossem, isto é, como se fosse possível suprimir o saber sobre a sua inserção em relações sociais, e fossem, assim, puros corpos disponíveis. A escuta de parceiros agressores de suas companheiras exige refletir sobre a articulação entre masculinidade e a vontade do controle dos desejos e das vontades de outrem. Sujeitos e corpos são controlados para repetir infinitamente a mesma rede e um mesmo formato de relações sociais que se quer (MACHADO, 2001, p. 2).

Cumpre estabelecermos que as submissões de mulheres nas relações entre de gênero, concentra a partir dos modelos de masculinidades que a tempos tem moldado o homem. O projeto de indivíduo para eles desenhado, mancha, sobretudo, a capacidade de sobrevivência da Outra enquanto ser social. É pertinente, nesse sentido, as considerações que Foucault (1988) estabelece diante as relações entre poder e o sexo. Das cinco operacionalizações dessa relação: *a relação negativa; a instância da regra; o ciclo de interdição; a lógica da censura e a unidade do dispositivo*, prepondero significativo que esta última, nos possibilita uma compreensão do que tem sido explorado acima. O autor faz uma sistematização sobre como se predomina as articulações entre poder e sexo. Daqui se extrai toda estrutura de sentidos que demarca relações e posições⁴⁷. Assim ele compreende,

O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo a todos os níveis. De alto a baixo, em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apoie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura [...] encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder. Essa forma é o direito, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo [...] Em face de um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito – que é “sujeitado” – é aquele que obedece [...] Poder legislador, de um lado, e sujeito obediente do outro (FOUCAULT, 1988, p. 82).

Para fechar esta passagem, demarco aqui, duas citações que considero importantes para entendermos as relações de opressões entre sexo. Uma primeira advém de Machado (2001), quando tenciona a falar sobre o campo imaginário que se formou diante a sexualidade ocidental. Esse imaginário, vamos dizer que também é carregado de símbolos, dispõe que somente o homem possui o dever de apoderar da iniciativa e para a mulher resta a sedução, o lugar da espera. Esse modelo, segundo a autora, “constrói a passividade feminina e a agressividade masculina”, pois delibera ao homem o animal feroz da relação, persuadindo os sentidos do que considera ato sexual e estupro (MACHADO, 2001, p. 9). Esse ideal de relações é perigoso pelo

⁴⁷ Podemos estabelecer estas demarcações e posições na construção de modelos de masculinidades e feminilidades com o conteúdo exposto na figura 86 (em anexo).

fato que sempre a dualidade entre caça e caçador irá desmistificar as possessões agressivas praticadas sobre o corpo da ‘presa’.

A segunda citação é de Maria Amélia de Almeida Teles (2017), logo na introdução de seu livro *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios* vai esboçar a importância de construir uma história que seja plena sobre as transformações sociais e históricas das mulheres. Para isso, de forma compreensiva, delibera que precisamos entender esses processos para modificar as relações opressoras instauradas enquanto sujeitas. Diante disso a autora expõe,

Falar de mulher, é compreender que a submissão, por mais sutil que seja, é resultado de um processo de tal forma brutal que acaba por impedir a própria vontade de viver dignamente. Ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer. Uma ideologia patriarcal e machista tem negado à mulher o seu desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica. A mulher não é apenas a metade da população e mãe de toda humanidade. É um ser social, criativo e inovador (TELES, 2017, p. 21).

Considero, que a pertinência das *fanpages* em abordar essa categoria é estabelecer que o público tenha visão para o que de atroz o processo histórico estabeleceu enquanto ‘natural/cultural’ às relações *intra* sexos, bem como tem condicionado corpos e estruturado ações que degenera as subjetividades de umas e a concepção social de outros.

De certa forma, revisitando o processo do movimento feminista no período da ditadura no Brasil, uma das características que as feministas encontraram em fortalecer o movimento foi deliberar publicações impressas para “servir como fonte de observação das dinâmicas sociais que marcaram os chamados ‘anos de chumbos’” (WOITOWICZ, 2014, p. 105). A imprensa alternativa nessa época foi de grande importância para a realização de debates e publicações que não era possível um alcance tão grande quanto os jornais poderiam elevar, uma vez que, continua Woitowicz (2014), a imprensa atuou como uma

importante aliada para a conscientização de diferentes setores da sociedade, surgem as publicações do movimento feminista, que discutiam aspectos e tendências dos movimentos a partir de temáticas, por exemplo, do trabalho feminino, participação política, igualdade de direitos, aborto, políticas, públicas para as mulheres, condições de trabalho, violência, entre outras (WOITOWICZ, 2014, p. 107).

Neste caso, assim como nas décadas de 60-70 a imprensa alternativa teve um papel significativo para a luta do Movimento Feminista, principalmente no desenvolvimento de debates onde o público pudesse ver de frente os desdobramentos sociais, atualmente, as mídias virtuais vêm trabalhando para desempenhar esta mesma função. Hoje, as funcionalidades das redes de *internet*, mediadas pelos meios operacionais dos aparelhos eletrônicos, permitiram

uma dinamização e uma repercussão mais exponencial das informações. O feminismo digital tem experienciado uma nova lógica de fazer ativismo, a capacidade comunicacional dessas redes permitiu que diferentes dinâmicas estabelecessem para estreitar laços cada vez mais informais com o público e possibilitar um debate mais preciso diante as demandas estabelecidas.

2.3. CATEGORIA 2 – VIOLÊNCIA: AGRESSÃO FÍSICA E MORAL

Interligada com a primeira categoria, estabelecemos como principal para esta, outras duas formas de violência. Seu conteúdo tem se verificado importante para identificarmos como as *fanpages* tem articulado esta temática entre suas/es seguidoras/es, sendo ‘ações comuns’ na vida de muitas mulheres. De acordo com Pinto (2003), no Brasil, o tema sobre violência contra a mulher veio aparecer dentro do movimento feminista de forma mais precisa só a partir da década de 1980, quando tencionou sua partidarização e a institucionalização. A autora entende que

As eleições de 1982 haviam dividido as militantes em dois grandes grupos, as peemedebistas e as petistas. As feministas começam a ocupar cargos estaduais com eleição de alguns governadores do PMDB, principalmente em São Paulo, e federais, com a criação do CNDM, em 1985, que teve papel decisivo na conquista de um conjunto importante de direitos na Constituição de 1988. Ao lado das ações mais políticas, muitas vezes identificadas partidariamente, se firmaram no país grupos autônomos organizados, principalmente em torno de duas temáticas específicas: violência e saúde. [...] No início da década de 1980 surgiram pelo Brasil inúmeras organizações de apoio à mulher vítima de violência; a primeira delas foi o SOS Mulher, inaugurado no Rio de Janeiro em 1981. [...] A partir de 1985, a questão da violência contra a mulher toma outros rumos com a criação da primeira delegacia especializada. Essas delegacias se popularizaram por todo o país e, em 1992, já somavam 141, nas mais diversas regiões⁴⁸ (PINTO, 2003, p. 79-80-82).

Segundo o TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios) há diversas formas de identificar violência contra a mulher. Nesse caso, a justiça, para melhor distinguir estas variadas formas de agressões, instituiu em 2006 a lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Nela, em seu artigo 7º descreve formas de violência doméstica contra a mulher, como sendo, dentre outras: violência física, pela prática de atos que ofendem a sua saúde ou integridade física; violência psicológica, por condutas que lhes causem qualquer forma de danos emocionais; violência sexual, por qualquer forma de constrangimento

⁴⁸ Essa foi uma política pública bem-sucedida que, em primeiro lugar, atendia a uma demanda das feministas, ou seja, a criação de um espaço na polícia no qual o ambiente não fosse hostil à mulher (PINTO, 2003, p. 82).

a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada; violência patrimonial, por atos que restrinjam ou impeçam o uso de seus bens, direitos e recursos financeiros, bens ou documentos pessoais ou de trabalho; e, violência moral, caracterizado por atos que configurem calúnia, difamação ou injúria (TJDFT, *on-line*).

A violência executada em diversos âmbitos, constitui como uma das marcas predominantes quando se pensa a virilidade masculina. Saffioti (2015) argumenta que esta questão “se situa na tolerância e até mesmo no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer” (SAFFIOTI, 2005, p. 79).

O incentivo a estes comportamentos são classificados desde quando a criança ainda está em formação (feto). A partir do momento que o resultado do sexo é exposto, as delimitações já começam a se estruturar. E uma dessas estruturas tencionam a criança nascida com pênis, que ela já deve cumprir uma série de regras para que se prove um ‘homem de verdade’.

Foucault (2014) em *A Ordem do Discurso* na busca por esclarecer uma de suas hipóteses elabora três mecanismos que nos fazem entender como os discursos produzem meios de controle e dominação. Os mecanismos que Foucault (2014) nos leva a pensar, perpassam pelos procedimentos de exclusão, que são eles: a interdição, a separação ou rejeição e a vontade de verdade (FOUCAULT, 2014, p. 8).

O autor salienta que a interdição é um dos mecanismos mais comuns socialmente, ela é a extrema das exclusões, é dela que ao mesmo tempo circunda “o não direito de dizer tudo, o tabu do objeto, o ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo de quem fala” (FOUCAULT, 2014, p. 9). Ao mesmo tempo que proíbe, ela dá condições para quem tem o poder da fala. Pensando nisso, a violência, em todas suas instâncias tem sua discursividade ligada majoritariamente às características da dominação masculina ou patriarcal. Sendo estas construídas por um ideal simbólico, exercem sobre o corpo da mulher a deflagração para uma sujeita subserviente.

Desse modo, dialogando com as imagens ao longo desse tópico vamos compreender a dimensão que estes atos de violência acarretam para a vítima. Saffioti (2015) considera que qualquer que seja o tipo de violência ela não ocorre isoladamente, “a violência emocional está sempre presente” (SAFFIOTI, 2015, p. 79).

O medo que encobre a possibilidade de fala é marca constitutiva das relações abusivas estabelecidas entre homens e mulheres. O efeito da dominação e do controle figurado na fala da moça da imagem abaixo: “tenho muito medo dele, pois ele me ameaça e ameaça a vida de

minha irmã” e “Ela não sabe da situação, mas ele promete matá-la ou agredi-la caso eu não o satisfaça”, são uns dos efeitos mais temerosos mediados pelo mecanismo da interdição.

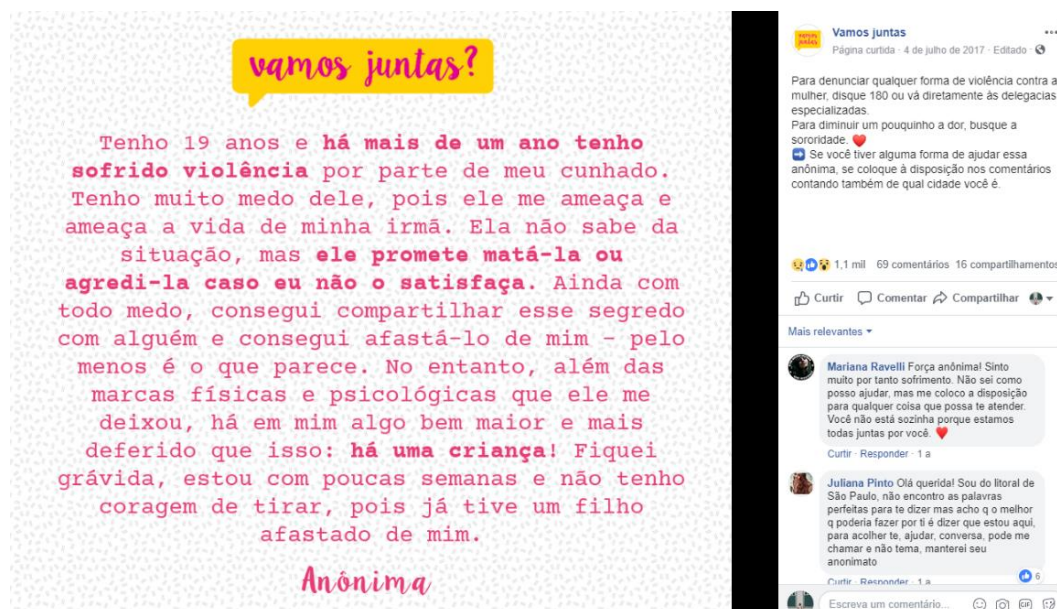


Figura 21. Postagem do dia 04/07/2017 com 1,1 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

Foucault (1988) infere que este ciclo da interdição além de ter um objetivo e um instrumento ele também regimenta a negação: “não te aproximes, não toques, não consumas, não tenha prazer, não fales, não apareças; em última instância não existirás, a não ser na sombra e no segredo” (FOUCAULT, 1988, p. 81). Existe uma formação cruel estruturada dentro do universo dos homens que de tempos vem fazendo das mulheres objetos. O poder manipulador e ameaçador entremeio a estas falas revelam uma das condições mais pesadas que o corpo da mulher é posto. A violência, de ambas as circunstâncias, deflagra a vítima a um estado de inércia que esta não mais consegue conduzir ações e práticas em prol de sua integridade pessoal. O silenciamento e sua exclusão dos espaços sociais/públicos são os resultados mais comuns que estes atos possam estabelecerem.

Segundo pesquisa realizada pela SIPS através do IPEA, a mesma citada na categoria 1, nos traz números preocupantes quando se pensa as relações conjugais. Na pesquisa, há um discrepância entre a concordância das medidas de punição ao marido agressor, 78% concordam que o agressor deve ser preso, entretanto, no momento em que perguntaram sobre como devemos proceder diante estes atos agressivos “63% concordam que *casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família*, 89% diz que *a roupa suja deve ser lavada em casa* e 82% concordam que *em briga de marido em mulher não se mete a colher*” (SIPS, 2014, p. 3).

É paradoxal os resultados, uma vez que, no mesmo momento que concordam que os atos de agressão devem transcenderem os aspectos privados e tramitar através do Estado, há uma dissociação e estes estabelecem que entre casal as coisas devem ser resolvidas dentro de casa. Porém, a SIPS ainda nos mostra que outros resultados da pesquisa modificam esta contradição, mas, sempre tendem concluir que o núcleo familiar dever ser majoritariamente patriarcal.

Estabelecendo relação com as postagens, verificamos abaixo como é importante que estes atos ultrapassem o mundo particular para que o público e, consequentemente, o Estado passe a entender as consequências de uma estrutura machista que vem socialmente levando mulheres a fins desastrosos. A denúncia se mostra uma das formas mais importante para romper com o ciclo da violência, sendo elas em todos os aspectos.

Observamos nos depoimentos abaixo, a sujeição das mulheres a estes ambientes agressivos tem sua passagem primeira pelas tramas da violência psicológica. O efeito de persuasão que o agressor exerce na vítima, delibera que qualquer reação sua, transforme as agressões em algo maior. É por este fato, que o crime conhecido como feminicídio no Brasil tem um percentual elevadíssimo de morte de mulheres.

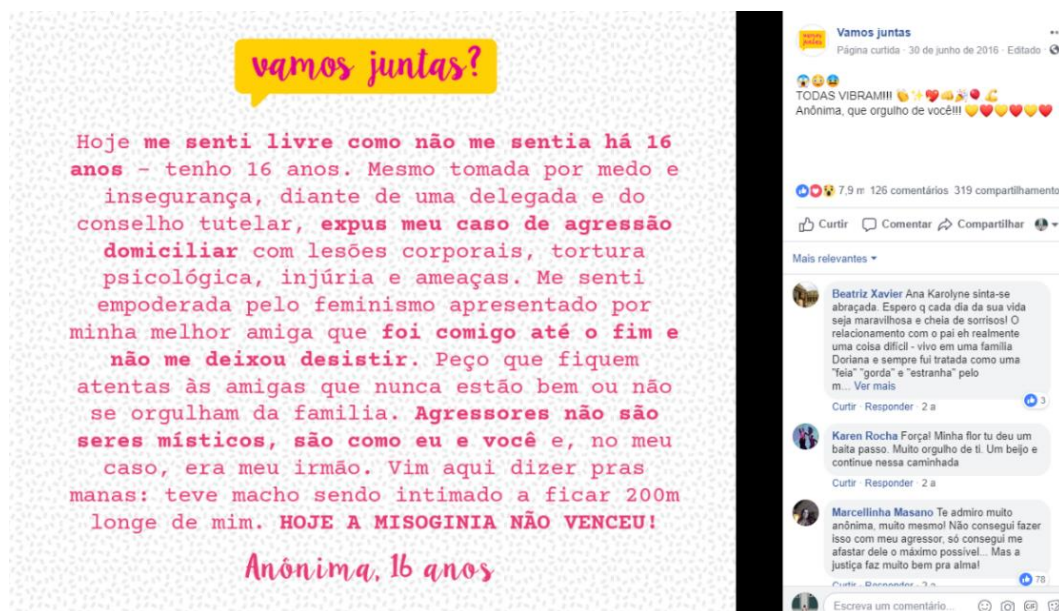


Figura 22. Postagem do dia 30/04/2019 com 7,9 mil curtidas. Fonte: Páginas *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

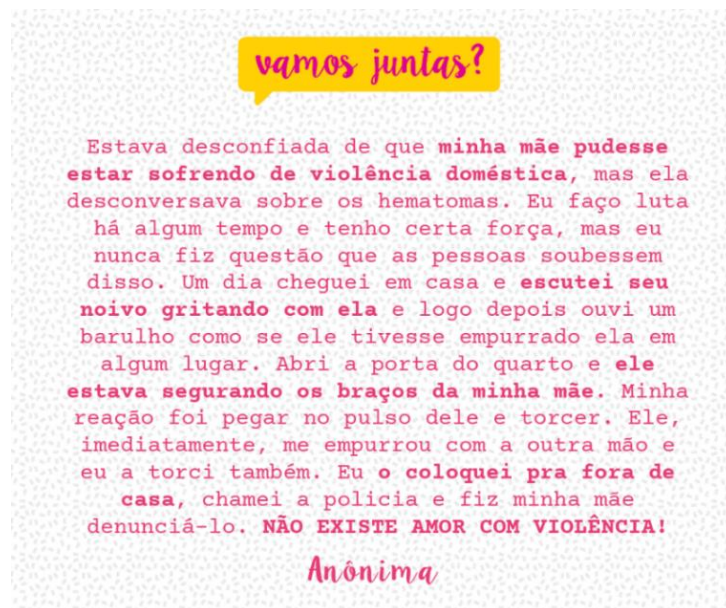


Figura 23. Postagem do dia 14/07/2016 com 7,3 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

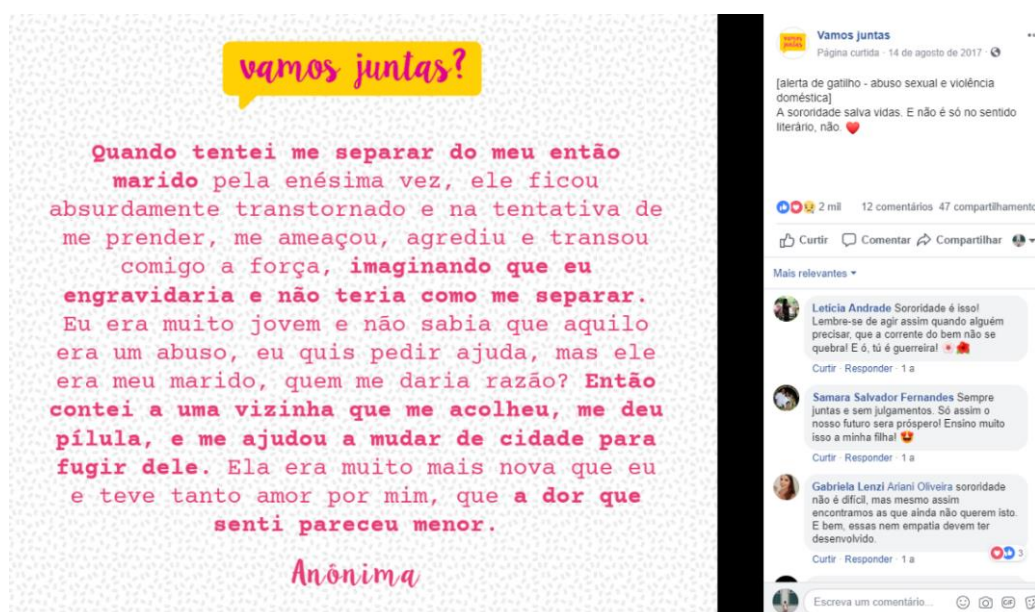


Figura 24. Postagem do dia 14/08/2017 com 2 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

Em um levantamento feito pela Folha de S. Paulo nesse ano de 2019, para marcar o Dia Internacional da Mulher (8 de março) mostra que “71% dos feminicídios e das tentativas têm parceiro como suspeito”, só em janeiro desse ano (2019), foram registrados “119 mortes de mulheres no Brasil por causa de seu gênero e 60 tentativas de feminicídio”, as causas que mais se destacam quando pesam as agressões são o “inconformismo com o fim do relacionamento (18%), logo atrás vem às brigas, ciúmes ou suposta traição (25%) (CARAZZAI et al., 2019, on-line).

O feminicídio é a morte violenta de uma mulher pela sua condição de gênero – esta é sua definição mais abrangente. Discutir sobre as mortes de mulheres é tarefa de ordem teórico-prática bastante complexa, na medida em que são tantas as singularidades frente à letalidade da violência de gênero, que o terreno de análise torna-se instável, mas imprescindivelmente necessário percorrer (GOMES, 2017, p. 1).

Pateman (1993), por exemplo, ao relacionar relações conjugais como uma espécie de contrato, estabelece que “o contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil” (PATEMAN, 1993, p. 21). Desse modo, estabelecer os crimes cometidos contra a mulher dentro dos parâmetros do feminicídio, é relacionar que estes atos são resultados de uma estrutura que de tempos em tempos tem sido construída socialmente e culturalmente. A morte de uma mulher dentro dos crivos de ciúmes, fim do relacionamento, brigas, traição, é fatalmente crimes relacionados a gênero, poder e patriarcado.

Desde os anos 70, os movimentos de mulheres denunciaram os assassinatos de mulheres como produtos do patriarcado e, com base numa epistemologia feminista, se elaborou, pesquisou e fundamentou sobre esse fenômeno social (Mariza CORRÊA, 1981; 1983; Guita Guin DEBERT; Daniele. ARDAILLON, 1987; Myrian JIMENO, 2002). Entretanto, apenas nos anos 2000, a letalidade da violência de gênero contra as mulheres passou a ser nomeada enfaticamente como feminicídio na América Latina, em um processo bastante singular em cada país. Reconhecer a existência dos feminicídios e identifica-los dentre as mortes de mulheres é tarefa fundamental, no marco de um processo em defesa dos direitos humanos, porque apropriar-se do vocabulário “feminicídio” implica em apreender um conjunto de concepções teóricas-políticas que localizam a violência de gênero, suas características e seu contexto de produção (GOMES, 2017, p. 3).

Para exemplificar, no ano de 2016 as argentinas começaram a perpetuar uma série de greves e iniciar uma atenção mais acentuada em torno do Feminicídio. Tudo começou quando uma adolescente de 16 anos ao entrar em contato com dois homens para comprar maconha, foi brutalmente estuprada e assassinada. Com utilização de outros instrumentos, além do órgão genital, os homens conseguiram tirar sua vida. Veja imagem abaixo.



Figura 25. Postagem do dia 18/10/2016 com 7,8 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

O campo minado que as mulheres têm ocupado, sumariamente é ligado ao poder culturalmente destinado aos seus corpos, respectivamente por serem mulheres. Ligar estes crimes como sendo feminicídio e deliberar que socialmente existe uma vertente que subestima um sexo ao outro, é deliberar que políticas públicas sejam aplicadas para combater e estabelecer mecanismo que reestruture comportamentos ligados as práticas violentas pelo uso do sexo.

Entendemos por feminicídio todo crime cometido sobre a construção ‘vulnerável’ de ser mulher, sobre as condições das relações que regimentam dominação e controle para um e fragilidade para outra. É sobre crimes que deliberam uso privilegiado do *status quo* para deflagrar sobre uma pessoa seu poder.

Todavia, citamos abaixo, algumas formas das quais mulheres podem pedir ajuda em caso que sofram algum tipo de violência, são centros especializados para que mulheres possam denunciar qualquer tipo de agressão. O que podemos ver também na parte superior direita da figura 21, publicada pela *fanpage Vamos Juntas?* onde coloca na espécie de utilidade pública dois elementos essenciais para que os órgãos sejam notificados sobre estes atos, são tanto pelo número 180⁴⁹, quanto pelas DEAMs (Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher).

⁴⁹ Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – Ligue 180 – é um serviço de utilidade pública gratuito e confidencial (preserva o anonimato), oferecido pela Secretaria Nacional de Políticas, desde 2005. O Ligue 180 tem por objetivo receber denúncias de violências, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário. Desde 2014, o Ligue 180 atua como disque-denúncia, com capacidade de envio de denúncias para Segurança Pública com cópia para o Ministério Público de cada Estado. Para isso, conta com o apoio financeiro do programa ‘Mulher, Viver sem Violência’. Ele é a porta principal de acesso aos serviços que integram a Rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, sob amparo da Lei Maria da Penha, e base

Para além dessas, temos: Centros Especializados de Atendimento à Mulher; Casas-Abrigo; Casas de Acolhimento Provisório; Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns; Defensoria Pública e Defensoria da Mulher (Especializadas); Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Promotorias e Promotorias Especializadas; Casa da Mulher Brasileira e Serviços de Saúde Geral e Serviços de Saúde voltados para atendimento dos casos de violência sexual e doméstica (SENADO FEDERAL, s.d, *on-line*).

As denúncias têm verificado uma das reações mais eficazes para o combate desses tipos de crimes, uma vez que, os tramites estatais só fomentam projetos e/ou políticas públicas quando indicadores se tornam estatísticas. Porém, uma das principais causas que levam as mulheres silenciarem diante estas agressões é em primeiro momento pelo fato que partem de parceiros afetivos ou por parentes próximos, segundo, pela vergonha social, onde enxergam a vítima sempre como culpada, e terceiro o medo das ameaças do agressor.

“Não existe mulher que gosta de apanhar”. Esta é frase que enuncia a figura 26 com um total de 20,3 mil curtidas e nos tenciona a pensamos como fecunda o processo de violência nas subjetividades das mulheres. Teles (2017) explica esta frase ao falar que “ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer” (TELES, 2017, p. 22), por trás de todo ato violento, existem as formações de cada sujeito nas relações históricas, relações estas, que possibilitaram a supremacia de um sob o outro, fomentou poder e constitui por ordens biológicas a permanência de uma sociedade baseada nos modelos patriarcais.

Nesses parâmetros, Orlandi (2003) considera que na análise de discurso “o processo de sentido está necessariamente sujeito a deslize, havendo sempre um “outro” possível que o constitui, todos os sentidos são afetados pelo efeito metafórico” (ORLANDI, 2003, p. 79), isso é o que devemos compreender ao analisar um *corpus* documental, pois os “sentidos discursivos se diferenciam dependendo do lugar que o enunciador está falando” (ORLANDI, 2003, p. 39), ou, como a/o sujeita/o é afetada/o dentro do processo histórico.

de dados privilegiada para a formulação das políticas do governo federal nessa área (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, *on-line*).



Figura 26. Postagem do dia 14/06/2016 com 20,3 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso 08/04/2019.

Esta estratégia, tem aspecto fundamental em mostrar para as/os que estão de fora, como as sujeitas dentro de um ambiente de violência se fundam de uma vulnerabilidade. A humilhação, a dor, o medo e a condição financeira, são fatores que não devemos deixar de lado quando consideramos que se uma mulher não consegue se desvencilhar de um meio opressor, é porque ela gosta de estar nele, ou porque não tem amor próprio.

Nos comentários da imagem acima “*se você tem medo demais para lutar pela sua vida você não a merece*” e “*quem se sujeita a viver em baixo de uma bota tem que se conformar em ser esmagado. Se vive apanhando reaja ou morra apanhando o resto é desculpa para sua covardia*”, determina o que Foucault (2014) caracteriza como o jogo dos três tipos de interdição: o tabu, o ritual e o privilégio. Este tripé se reforça numa grade que regula duas regiões sociais que estamos inseridos, a sexualidade e a política (FOUCAULT, 2014, p. 9).

Ao fazermos uma análise frente a estas afirmações temos o que Orlandi (2003) chama de relações de forças. Entende-se sobre estas relações o lugar/posição que se fala/ocupa cada sujeito. Em primeiro plano, fazemos a indagação, quem são eles enquanto sujeitos sociais/históricos? e em segundo plano, onde estão situados o lugar de fala enquanto indivíduo homem dentro de um sistema que garante seu *status* e reprimi a mulher enquanto sujeita? Foucault (1998) considera que no ciclo da interdição, a lógica do discurso enquanto mecanismo de estruturação, regimenta a sexualidade e predomina socialmente a proibição. Nesse sentido, o discurso, “longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes” (FOUCAULT, 2014, p. 9).

Os comentários na postagem demarcam uma discursividade que na lógica social regimenta e coíbe o corpo da mulher. Sabendo ele que pertence a um estado privilegiado de poder e controle, retorno a Orlandi (2003) para entendermos que a partir do lugar social do enunciador é que nascem os sentidos da fala, o enunciador determina que a vítima sujeita às opressões está ali porque merece ou porque se conformou e delibera através de seu estado próprio de direito que a culpa deveras é sua, por permanecer e existir sujeitada a estas práticas.

A violência doméstica apresenta características específicas. Uma das mais relevantes é a rotinização (Saffioti, 1997c), o que contribui, tremendamente, para o codependência e o estabelecimento da relação fixada. Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio *gênero* acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim o determina (SAFFIOTI, 2015, p. 90).

Na figura 27, publicada pela *fanpage Vamos Juntas?*, veremos como estas práticas de violência são manifestadas. Muitas vezes, estas práticas podem passar despercebidas por muitos olhares e outras vezes diagnosticadas como “normais” e “homem é assim mesmo”, porém, os efeitos que esses tipos ‘sutis’ de tratamentos são perpetuados causam danos irreversíveis nas mulheres, principalmente psicológicos.

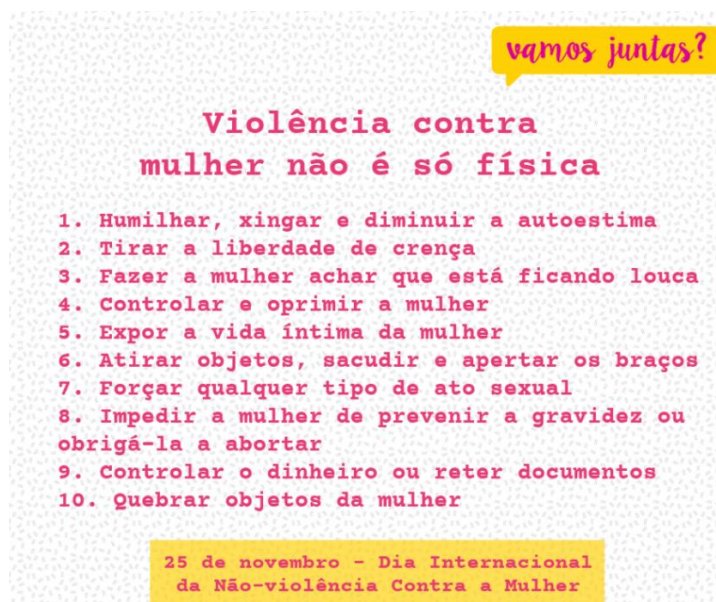


Figura 27. Postagem do dia 25/11/2016 com 5,2 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

Este *post* foi realizado para o dia 25 novembro, conhecido como o Dia Internacional da Não-violência Contra a Mulher⁵⁰, um dia para lembrar e refletir sobre as relações estruturalmente estabelecidas para as idealizações de mulheres e homens. É um marco para questionar as falas ‘inocentes’ e confrontar as práticas brutais cometidas contra as mulheres, é demarcar um dia para relembra aquelas que não conseguiram sair dos arcaibouos violentos. Um momento para permanecermos críticos e desmornarmos relações abusivas culturalmente construídas.

Desdobramos a seguir, algumas outras postagens que enunciam estes atos de violência contra as mulheres. Em 04 de fevereiro 2018 (figura 28), por exemplo, uma moça escreveu um depoimento a *Vamos Juntas?* contando como foi o trauma sofrido quando esta resolveu dar um basta em relacionamento abusivo.

A convicção de pertença que a ‘cultura’ permitiu o homem ter sobre o corpo da mulher, leva a comportamentos desastrosos e completamente insanos sobre a vítima. O ato do poder, do comando, que sempre presumem ter em relação às mulheres e principalmente quando esta é ou já foi namorada, esposa, eleva que no ato de um termino e se este não consentir, tem o direto de revogar, fazendo com que esta sofra ou até mesmo e na maioria dos casos termine em morte.

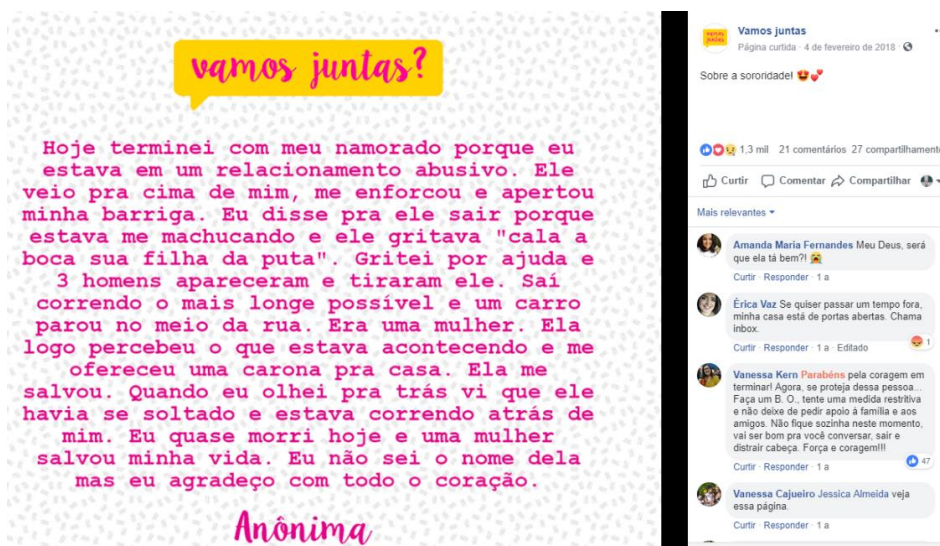


Figura 28. Postagem do dia 04/02/2018 com 1,3 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

⁵⁰ “Em 1999, a ONU transformou este dia em uma data comemorativa internacional, em lembrança as irmãs ativistas Mirabal (Minerva, Patria e María). Em 1960 seus corpos foram enforcados, espancados e encontrados no fundo de um buraco dentro de um carro para simular um acidente. Foram vítimas do regime do presidente Rafael Leónidas Trujillo. Hoje elas são símbolo da República Dominicana. No país caribenho, além de uma província com o nome delas, há um monumento em uma avenida central da capital Santo Domingo e um museu em sua homenagem, que se transforma em local de peregrinação a cada 25 de novembro. Além disso, desde 1981 a data de suas mortes se tornou, em toda a América Latina, um dia para marcar a luta das mulheres contra a violência. A cada 25 de novembro, a força de Minerava, Patria e María Teresa (Las Mariposas) se faz sentir. A data foi declarada pelas Nações Unidas como o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher” (ARROYO, 2017, *on-line*).

A dominação do homem preside por um controle, este é o primeiro das formas de interdição, da proibição, ‘eu não aceito o término dessa relação’, ‘se você terminar eu não permito que você viva’, ‘eu não aceito ver você em um outro relacionamento’. Foucault (1988), ao falar de poder, ele não está dispondo de como este é o efeito da dominação, mas são as inferências de como o poder é a raiz para que se chega a atitudes de controle e dominação. “As análises em termos de poder, deve primeiro se compreender como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem” (FOUCAULT, 1988, p. 88).

Os aspectos rizomáticos que se coadunam pelo poder é a porta aberta para estabelecerem todas as posterioridades de domínio e controle. Esses mecanismos, segundo o autor, são obras últimas que os termos sobre o poder deliberam, antes disso são só idealizações as estratégias para chegar em um produto final. E esse produto, são as ações que indivíduos exercem deliberadamente nos meios sociais, onde acarretam sempre as dualidades.

A questão da violência contra mulher foi sempre tratada no Brasil como um tema tabu, restrito à esfera privada. A posição do homem como portador do direito de vida ou morte sobre aqueles sob o seu teto tem raízes na casa-grande escravocrata. A mulher naquela situação era frequentemente objeto de estupro. Ou era a mulher branca, que se submetia ao homem por ser este seu dever de esposa para reproduzir a prole, ou era a mulher negra, objeto de desejo do homem branco que se permitia com ela prazeres não permitidos na casa-grande. A não-submissão dessas mulheres ao poder do homem justificava a violência. Somava-se a esse poder de mando a moral católica e sexista que reinava no país e que constituía as mulheres como sujeitos submissos e castos desde a mais tenra idade, estabelecendo esse como o único padrão aceitável de feminidade (PINTO, 2003, p. 80).

As ações simbólicas que marcam relações afetivas, conjugais, entre amigas/amigos, sempre são relações que exprime a forma última do poder, ou seja, a efetuação de suas estratégias. Todos os vínculos que exprimem formas duais – superior/inferior – são construídas por operações determinantes dentro de uma sociedade.

Nesse sentido, busco trazer meios para se pensar os casos das duas postagens a seguir retiradas da *fanpage Não Me Kahlo*, ambas tratam como a violência também é preponderante pelas figuras que estão nos poderes estatais.

A primeira, marcada pelo discurso que desabilita a mulher enquanto sujeita de respeito, o atual Presidente do Brasil, porém antes Deputado Jair Bolsonaro pronunciou em 2014 que não estupraria a Deputada Maria do Rosário porque ela não mereceria “*porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz seu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador,*

mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece". Em um tom sarcástico, estas foram suas palavras, ganhado amplo destaque nacional.

Nesse caso, tomarei partido aqui em como são geridos e direcionados a violência moral, a difamação e o modo como este tipo de atitude refletem para a vítima.



Figura 29. Postagem do dia 16/08/2017 com 1 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

Quero que pensemos como se desenha a ordem desse discurso. Qual a parte boa para uma pessoa merecer ser estuprada? Onde é que ser estuprada é bom? O que se deve fazer para merecer ser estuprada? Foucault (1988) já nos alertava que o discurso está na ordem do poder e o poder está na ordem das relações desiguais, “ele não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar” (FOUCAULT, 1988, p. 89-90), ele é volúvel, está presente nas atitudes, ele afronta quando o predador tem vantagem no ataque.

O ambiente político (das figuras estatais) tem sido um dos caldeirões mais perversos quando se pensa uma sociedade machista, culminamos isso, com a segunda postagem (figura 30) que desta também se torna misógina e racista. Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, deste seu assassinato em março de 2018 tem sido pauta de muitas lutas de mulheres no Brasil. A indignação e as impunidades de um crime sem respostas foram perpendicularmente uma crescida exponencial para movimentos de várias partes do país se mobilizarem diante de um crime de se distingue estatal, misógino e racista.

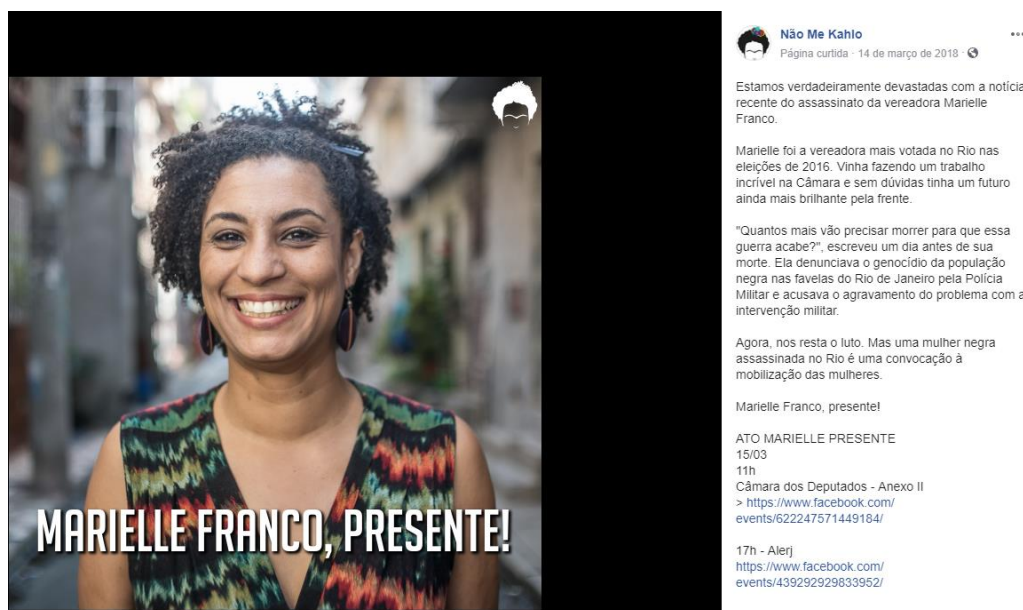


Figura 30. Postagem do dia 14/03/2018 com 6,7 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

Marielle como vereadora, conhecida como ativista do Movimento Negro e dos Direitos Humanos estava sempre denunciando, como descreva a *Não Me Kahlo* na imagem acima, o genocídio da população negra e como esses crimes tenham sido reforçados pela denominada intervenção militar. O que há de implícito nesse assassinato, não é só a morte de uma mulher vereadora. Mas o assassinato de mais uma mulher negra, que lutava pela população negra, que lutava contra crimes que tinha vertente essencialmente racista. Como umas das mais bem votadas da cidade do Rio de Janeiro, ela exprimia poder, na capacidade de atuação e permanência de uma voz que estava ali para desestruturar mecanismos que invariavelmente tinha como alvo a comunidade negra, as mulheres.

Nesse caso, levo a caracterizar o que Foucault (1988) nos evidencia sobre as táticas de poder como mecanismo de exercer sobre a outra/o posições estratégicas de comando (FOUCAULT, 1988, p. 95). A sociedade vendo uma mulher, melhor, uma mulher negra nascida e criada dentro de uma estrutura discursiva que tem como pauta os exercícios estratégicos de poder sobre seus corpos, não consentia em vê-la tão expressivamente em uma posição que presumia tanto influência social.

O silenciamento de Marielle Franco, quanto a difamação exercida com a Deputada Maria Do Rosário, são os exercícios finais de mais uma das formas violentas que o estado de controle tem causado as mulheres. A problemática que se instaura nessas atitudes advindas institucionalmente, são que tais tomam proporções gigantescas, mas há uma crítica consistente e transfere para o convívio familiar novas formas de obscurecer atos e permanecerem ocultas as relações privadas do controle do corpo feminino.

O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam sua interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT, 1988, p. 96).

As duas imagens abaixo, revela outras duas condições que mulheres tem constante enfrentado. Proveniente de um ideal de feminilidade, estes fizeram com que desencadeassem dentre muitos fatores, a própria violação sobre o bem-estar de seus corpos. Os exemplos a seguir, mostram como em muitos casos os processos obstétricos se revelam um pesadelo na vida das mulheres/mães; e em outras ocasiões como tem sido doloroso para àquelas que sedimentam de outros desejos que não sejam o peso da normatização cultural de ser feminina.

A maternidade foi a partir do século XIX uma das construções idealizadas sobre o papel das mulheres na sociedade que mais tem condicionado seus corpos a uma normatização cultural, à suas atribuições ‘biológicas’ e como pertencentes ao lar. Porém, a violência obstétrica tanto psicológica, quanto físicas tem desencadeado uma completa noção de desumanização diante àquelas que se planejam serem mães.



Figura 31. Postagem do dia 02/12/2016 com 9,5 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

A violência, gerida e manifestada sob uma concepção da naturalização das dores enquanto processo normal da gravidez, são um dos mecanismos mais cruéis que a mulher se encaminha diante seu parto. Estes procedimentos que se colocam ‘naturalizados’, se fundamentam em um discurso universal, no qual “ser mãe é uma realização” ou “mulheres são mais fortes a sentirem dores que homens”. Tais discursos normalizam que os corpos das

mulheres são suscetíveis a sentirem dores e cometem repetidamente atos violentos, podendo estes serem evitados.

A mulher, pelas condições psicológicas e físicas de uma gravidez encontra como sujeita vulnerável para que estes atos sejam encobertos e estabelecidos como procedimentos comuns dentro dos métodos obstétricos. Porém, não existe nenhum grau biológico que justifique tal agressividade, ela é pura e totalmente criada por um discurso cultural que colocam como instintos femininos o aguentar a dor. Dessa violência, as mulheres negras são ‘culturalmente’ mais propensas a sofrerem do que mulheres brancas, por historicamente estar delineadas a pressupostos declinantes de classe e raça, simbolicamente criaram que estas mulheres são mais resistentes, ficando, no entanto, mais suscetíveis a mecanismos agressivos, racistas e desumanos.

Pouco se fala ou tem conhecimento sobre este tipo de violência. A Fundação Perseu Abramo (FPA), mesma fonte que a *fanpage* retirou as informações, na pesquisa *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados* divulgada em 2010 caracteriza que “uma em cada quatro mulheres sofre violência no parto. As mais comuns, segundo o estudo, são gritos, procedimentos dolorosos sem consentimentos ou informação, falta de analgesia e até negligência” (*on-line*, 2013).

A pesquisadora Simone Diniz, formada em Medicina Preventiva participou da pesquisa *Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento*, diz que a assistência ao parto para as mulheres de menor renda e escolaridade e para aquelas que o IBGE chama de pardas e negras, é muito diferente das mulheres escolarizadas, que estão no setor privado, pagantes. Normalmente as mulheres de renda mais baixa têm uma assistência que não oferece nenhum direito a escolha sobre procedimentos. Os serviços atendem essas mulheres para um parto vaginal com várias intervenções que não correspondem ao padrão ouro de assistência, como ficar sem acompanhante e serem submetidas a procedimentos invasivos que não deveriam ser usados a não ser com extrema cautela, como o deslocamento das membranas, que é muito agressivo, doloroso, aumenta o risco de lesão de colo e infecções, a ruptura da bolsa, como aceleração do parto. É uma ideia de produtividade que parte do pressuposto que o parto é um evento desagradável, degradante, humilhante, repulsivo, sujo e que, portanto, aquilo deve ser encurtado. No setor público é pior, mas é preciso levar em conta que no setor privado, 70% das mulheres nem entra em trabalho de parto, vão direto para cesariana eletiva (DINIZ, *apud*, FPA, *on-line*, 2013).

Nesse âmbito, é importante destacar como se fundam os discursos enquanto agentes sociais para permanência e divulgação de uma idealização romantizada da maternidade. Onde tem feito mulheres reféns de um sistema que oprime em nome de uma “natureza feminina”, para citar Kehl (2016, p. 40).

Podemos, no entanto, entender na segunda postagem (figura 32) um outro mecanismo de violência. Esta se instaura no âmbito de quando a mulher não se reconhece nas atribuições

enquanto sujeita heteronormativa. O lesbianismo, a homossexualidade, a comunidade LGBTI+ tem sido alvo de uma estrutura que opera nos valores sociais da normatividade cultural. Nesse âmbito, a partir do momento que uma pessoa não se reconhece enquanto parte de uma relação heteronormativa biológica, ela é definida socialmente enquanto sujeita/sujeito 'anormal'. A partir disso, os gestos agressivos começam a aparecer delimitando que o espaço que ocupa na comunidade não a pertence mais.

Na figura exemplificada baixo com 1,6 mil curtidas, demonstra como tem sido difícil a convivência intrafamiliar da anônima diante da não aceitação, principalmente por parte da mãe, enquanto ela (moça) sendo uma sujeita que não se reconhece dentro das estratégias normativas das relações afetivas.

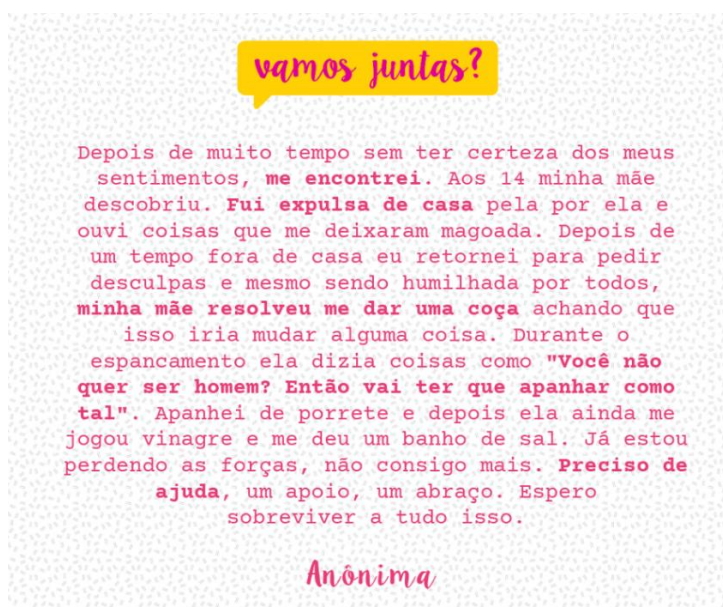


Figura 32. Postagem do dia 04/04/2017 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

Em nossa sociedade a base heteronormativa é a fundante que desenha o estado afetivo entre duas pessoas. Tudo que foge desse conceito se deflagra a negatividade e a um consentimento de reprovação diante de indivíduos. Em lares que isso é uma regra, principalmente constituídos por práticas sociais rígidas, crenças religiosas e políticas conservadoras, sublimam-se a um regime discursivo de ódio e opressão. A padronização social diante os prazeres afetivos se desarma na violência para aqueles que seguem caminhos opostos.

Supomos, no entanto, que a mãe da anônima foi delineada dentro dos preceitos cristãos. A dimensão cultural em que foi construída sua subjetividade se estabelece dentro de valores tradicionais, onde tudo que foge dessa ordem é definido como desordem social e o resultado dessa desordem são atos de agressão, raiva e descontentamento. Não devemos abandonar a

estrutura que a mãe foi criada, mas também não devemos nos desligar de como esses atos discursivos tem construído concepções e relações intrapessoais.

Orlandi (2003) acentua que uma das premissas em colocar sentido ao invisível, é procurar entender o sujeito enquanto ator inserido na e afetado pela história. A autora classifica esse processo como: “identificação do sujeito, argumentação, subjetivação, construção da realidade” (ORLANDI, 2003, p. 21). Discurso, é bem mais que comunicação, é sentido do que não foi dito, é o que existe além da fala, aquilo que nos molda, aquilo que é tratado estrategicamente pela cultura. Podemos identificar a construção da subjetividade da mãe dentro da categoria ‘afetada pelos procedimentos discursivos históricos’, porém, a violência, enquanto condição corretiva, se apresenta em um outra escala, é regulada por uma exigência pessoal do ser humano, onde tem a necessidade de se apoderar do corpo da/do outra/o nos fatores “eu mando”, “eu ordeno”.

Foucault (1988), quanto as significações de poder tencionam a uma perspectiva que nos leva a questionar sobre como são efetuadas suas ações enquanto mecanismo público. Poder para o autor é algo onipresente, suas dimensões não se resumem pelo privilégio em agrupar tudo, mas é capaz de se auto reproduzir a cada instante. “O poder está em toda parte: não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”, nutrindo de todas as partes, este não é algo sólido, palpável “ele é uma estratégia complexa” (FOUCAULT, 1988, p. 89), sua flexibilização se esbarra em todas as relações, estabelecendo e regimentando ‘discursos verdade’.

Podemos, no entanto, condicionarmos estes discursos que se tornam verdades a um outro mecanismo de exclusão mencionado por Foucault (2014), a vontade de verdade. Essa vontade de verdade pressupõe ao longo da história uma definição entre forma, domínio e técnica. Instituída na palavra do discurso, tivera sempre alguém que ditava suas verdades e nelas deveriam crer. Sendo elas coordenadas exterior aos discursos, o autor exemplifica que para além de ser reforçada e reconduzida por um suporte institucional, ela também é alimentada no “modo como este saber é aplicado em sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2014, p. 16-17).

Destaco em seguida uma postagem da *fanpage Não Me Kahlo* do dia 08 de março de 2016. Deixei esta por último pois teremos como argumento pensarmos como o campo do imaginário, das subjetividades é facilmente corrompido, pegando o gancho em Foucault, através de discursos ‘verdades’.

O 08 de março no calendário, é um dia símbolo para comemorarmos o dia Internacional da Mulher. Porém, assim como na imagem abaixo a um viés questionador sobre esse simbolismo, o dia 08, realmente, se observamos historicamente o porquê dessa data não é de comemoração, é um dia para rememorarmos. É dia de refletirmos sobre as violências que a cada dia fica mais brutal, poder ser ela física, psicológica, moral, patrimonial, institucional, violência por diminuir cognitivamente a mulher, no trabalho, em casa, na rua, seja ela violência doméstica, obstétrica, de liberdade sexual, entre outras. É para pararmos e pensarmos em nossa história enquanto mulher, sempre ligada a sujeições, opressões, agressões, imposições, proveniente de um machismo cultural que a cada dia se torna mais sutil e mais difícil de ser desestruturado. Onde a vítima se torna culpada e o agressor a vítima.

Representar o 08 de março com flores para comemorar o dia da mulher, tem sido uma falácia a muito tempo por parte do Movimento Feminista.



Figura 33. Postagem do dia 08/03/2016 com 31 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

A construção romântica, velada por traz dos discursos do 08 de março escondem uma luta histórica de mulheres, onde centenas delas tiveram como decreto sua morte. Essa data além de trazer desconforto social, ela expressa um dia para questionarmos como ainda milhares de mulheres estão sendo mortas vítimas de um sistema patriarcal, misógino e racista. É para questionarmos o estado de privilégio que homens tem utilizado para demonstrar seu ódio estratégico de matar em nome da virilidade e da sentença da ordem.

Esquecermos nesse dia todas que morreram ou foram vítimas de agressões sob pena de um sistema opressor é renegar que nós também somos alvos, pois, ao sermos educadas dentro de uma mesma ordem que oprime, não saímos ilesas dessas violências.

Voltamos, porém, na ideia que Orlandi (2003) apresenta sobre o sujeito afetado na e pela história, tencionamos a isso quando observamos o comentário (figura 34) feito na postagem da figura 33.

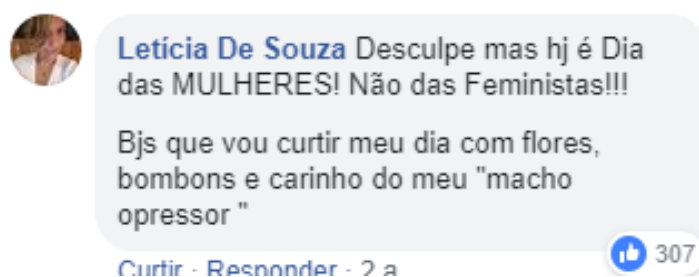


Figura 34. Comentário feito na postagem do dia 08/03/2016. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

Não trabalhamos sob relações de julgamentos. Trabalhamos a noção enquanto ela sendo uma sujeita inserida e construída por uma estrutura histórica. Teles (2017), ao falar da história do feminismo principalmente aqui no Brasil, nos constrói toda uma base para entendermos como tem sido a luta de muitas mulheres para que pudéssemos fazer parte da construção de nossa própria história. Há uma passagem onde ela diz que “falar da mulher, é assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades, no decorrer dos tempos” (TELES, 2017, p. 21). Assumir uma postura que incomoda as estruturas opressoras, é perpendicularmente realinhar a órbita onde muitas mulheres ainda estão a permanecer.

“Hoje é dia das MULHERES! Não das Feministas!!!” é o último dos estágios sobre como os arcabouços opressores agem na organização das subjetividades de muitas mulheres. Estabelecer que feministas, enquanto grupo organizado politicamente, não pertence ao ser biologicamente mulheres, é negar toda uma trajetória que fizeram a reconstituição de uma história que se fale das mulheres. É negar uma trajetória de lutas, conquistas e mortes por uma causa que é de todas.

Há enviesado no comentário da moça, uma condição que a ela foi estabelecida e posicionada como verdade, pensando isto sobre o processo da ordem da verdade em Foucault (2014). Os discursos velados sobre a constituição de uma feminilidade, como bem Kehl (2016) já nos contextualiza, é o que se estabelece nos limites de sua fala enquanto sujeita inserida no

tempo e na história, sendo estes, os pontos de encontros do que foram perpetuados pelos discursos estratégicos de uma sociedade cerceadas pelas estruturas de controle.

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais. Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade (TELES, 2017, p. 22).

Nesse sentido, a importância das redes digitais em poder não só falar e/ou mostrar, mas também ter possibilidades que o público interaja, culminaram um novo momento para os ativismos feministas. Enquanto, durante o século XIX e início do XX, a única forma de comunicação em massa característica da época era por meio da escrita, principalmente por meio de publicação de jornais e panfletos (PINTO, 2003, p. 31), atualmente, com as redes de *internet* abrem outras possibilidades de comunicação, sendo estas características dessa época, levando a nível mundial a informação, bem como a participação da/do sujeita/o social nela.

Nesse sentido, fazendo um panorama entre as duas *fanpages* diante as postagens que referenciam esta categoria e um link com a categoria 1, pudemos perceber que dentre os três anos que delimitamos as análises estivemos frente a uma quantidade expressiva de postagens que se coincidem. Ao observarmos os gráficos, por exemplo, se somarmos os três anos entre as duas *fanpages* tivemos um total de 14 postagens, sendo 7 para cada uma. Pela estimativa, em 2016 somando entre as duas páginas foi o ano que mais teve visualizações sobre a temática, foram no total 7, mas decaiu para 4 em 2017 e 2 em 2018. Contudo, isso não significa a redução dos atos de violência em matéria de 2018 publicada pela Agencia Brasil demonstra que “denúncias de violência contra a mulher chegam a 73 mil, em 2018”.

A Lei Maria da Penha completa 12 anos nesta terça-feira (07/08/2018) em meio a várias notícias de crimes cometidos contra as mulheres, principalmente homicídios. Sancionadas em 7 de agosto de 2006, a Lei 11.340 cometidos contra as mulheres, principalmente homicídios. Sancionadas em 7 de agosto de 2006, a Lei 11.340 representa um marco para a proteção dos direitos femininos ao endurecer a punição por qualquer tipo de agressão cometida contra a mulher no ambiente doméstico e familiar. Em pouco mais de uma década de vigência, a Lei motivou o aumento das denúncias de casos de violação de direitos. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos (MDH), que administra a Central de Atendimento à Mulher em situação de violência, o Ligue 180, foram registrados no primeiro semestre deste ano (2018) quase 73 mil denúncias. O resultado é bem maior do que o registrado (12 mil) em 2006, primeiro ano de funcionamento da Central (BRITO, 2018, *on-line*).

Contudo, finalizando com Pinto (2003) observa-se que a violência contra a mulher não sessou diante às políticas públicas instauradas para sua seguridade, como ela cita por exemplo as delegacias especializadas. Estas são apenas uma garantia de amparo para as mulheres, mas não quer dizer a extinção da mesma.

A autora entende, que nas últimas décadas houve foi um aumento da violência contra as mulheres e para as minorias num geral. Porém, o que se pode notar através destas políticas foi o reconhecimento pelo lado dos órgãos públicos da mulher enquanto vítima, pois, explica, “até pouco anos atrás, a violência contra a mulher não era reconhecida como tal, dizia respeito a cada homem” (PINTO, 2003, p. 82). Sarti (2004) comenta que foi só no finalzinho da década de 1980 como um resultado de todo um processo “social, político e cultural pelo lado do movimento feminista que deu-se uma significativa alteração na condição da mulher na Constituição de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal” (p. 42).

2.4. CATEGORIA 3 – DIREITO REPRODUTIVO/LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Entendemos que as categorias de análises aqui no trabalhado selecionadas interligam-se. Todavia, esse mecanismo não poderia ser diferente, uma vez que, estamos questionando sobre como o corpo social da mulher tem existido, configurado e permanecido. É latente como em todas as esferas, o modo como a feminilidade tem traçado as relações distintivas de suas subjetividades.

Nenhuma lei acaba com o abortamento. A criminalização do aborto não coíbe, apenas o coloca na clandestinidade. Por último, concluímos que o abortamento deve ser direito da mulher, decidir livremente o que lhe é mais conveniente. Direito não é obrigação. As pessoas devem agir conforme sua consciência, sua formação religiosa e moral. Direito não quer dizer em hipótese alguma imposição, obrigação ou dever. As pessoas e, particularmente, as mulheres brasileiras têm suficiente capacidade para tomarem suas decisões – *Maria Amélia de Almeida Teles – representante do Movimento de Mulheres, Brasília, 26 de agosto de 1987.* (TELES, 2017, p. 180).

Os direitos constitutivos da autonomia da mulher sobre seus corpos, tem sido pauta de enfrentamentos políticos a bastante tempo. As constantes ratificações de mulheres, principalmente dentro de Movimentos Feministas de que “meu corpo me pertence” e “meu corpo, minhas regras”, são consoantes desses enfrentamentos políticos desde a década de 1970. Quem lembra isso é Sampaio (2015), ao falar que em pleno século XXI “movimentos feministas, movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e

Transgêneros), entre outros, gritam e publicam “Meu corpo, minhas regras!”” (SAMPAIO, 2015, p. 166).

Na década de 1970⁵¹, o movimento feminista afirmava em conferência e campanhas publicitárias que “Nossos corpos nos pertencem”. Ontem e hoje, falamos, escrevemos e reiteramos os direitos das mulheres decidirem o que fazer e como fazer com seu próprio corpo. Naquele momento e no atual, as mobilizações, as lutas e os estudos eram e são em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (SAMPAIO, 2015, p. 166).

Começo esta categoria com uma postagem da *fanpage Não Me Kahlo* em referência a uma citação de Simone de Beauvoir. Essa frase tem se tornado cada dia mais atual. Os direitos conquistados pelas mulheres se equilibram em uma linha tênue, qualquer que for o vento estes podem ser questionados. A liquefação que as leis brasileiras tratam os direitos das mulheres em específico, baseadas em um sistema patriarcal, tornam-nas cada vez mais complicadas de se solidificarem. E por estes entraves, que Movimentos Feministas nunca cessam de estarem se posicionando, debatendo.



Figura 35. Postagem do dia 09/11/2017 com 4,4 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 17/04/2019.

⁵¹ “em 1979, na fundação da Rede Nacional pelos Direitos Reprodutivos, no Estados Unidos, o termo “direitos reprodutivos” teve visibilidade e integrou companhias em defesa dos direitos, sendo tema central do movimento feminista e gay nos anos 1970. Nas lutas do movimento feminista norte-americano, o termo permitia ampla crítica à concepção de maternidade como dever das mulheres, fortalecia a luta pelo direito de decidir sobre o aborto e formas e usos dos anticoncepcionais. “Nossos corpos nos pertence” tornou-se palavra de ordem do movimento feminista dos anos 1970. Este slogan evidenciou o reconhecimento do corpo como lugar primeiro da existência e a reapropriação do corpo feminino” (p. SAMPAIO, 2015, p. 168).

A permanência das idealizações que o corpo das mulheres é produto do Estado e seu objetivo é efetuar somente práticas que são advindas das ‘realizações naturais’, preconiza ainda mais sua saída dessas amarras opressoras. Hoje, o processo que pedem a descriminalização do aborto é pauta frequente em debates no congresso nacional, porém, são negadas em nome de preceitos religiosos, ‘éticos’, sendo estes substanciais para que mulheres todos os dias tenham suas vidas ceifadas em procedimentos de abortos ilegais.

Atualmente, o Brasil permite o aborto em três casos: quando a mulher sofre um estupro, quando o feto é anencéfalo ou quando a gestação representa um risco para a vida da mulher. Ainda assim, a lei⁵² atual pouco fez para diminuir o número de procedimentos ilegais. Segundo a última Pesquisa Nacional do Aborto (PNA), divulgada em 2016, cerca de 500.000 mulheres realizaram um aborto clandestino no ano anterior. Já o Ministério da Saúde fala de 9,5 milhões a 12 milhões de abortos inseguros – através de remédios, chás abortivos ou procedimentos em clínicas clandestinas – entre 2008 e 2017, os quais geraram um custo de quase 500 milhões de reais para o SUS, que não raramente tem que internar e tratar as mulheres que sofrem complicações após os procedimentos. Um levantamento da Defensoria Pública do Rio de 2005 a 2017 mostra que a maioria das mulheres que respondem na Justiça são pobres, negras e com baixa escolaridade. São elas também as que mais morrem devido procedimentos inseguros – ao menos quatro por dia, segundo dados de 2015 e 2016 do Ministério da Saúde – já que não podem arcar com os altos custos de uma clínica abortiva em boas condições (BETIM, 2018, *on-line*).

No Brasil, a luta das mulheres pela liberdade de exercerem autonomia própria, tanto pelas questões sobre direito reprodutivo, quanto a livre escolha do aborto diante uma gravidez indesejada, estava dando seus primeiros passos em meados do século XX, precisamente a partir da década de 1980. De acordo com Pinto (2003), a partir dessa época novos temas começaram a serem pautas do Movimento Feminista, um deles foi o da saúde da mulher, nele incluía, além de temas tradicionais como maternidade e prevenção do câncer, incluíram também “planejamento familiar, sexualidade e aborto” (PINTO, 2003, p. 83).

Direito reprodutivo da mulher consiste em um direito básico da sujeita em decidir sobre questões, principalmente maternais, quando e quantos se quer ter filhas/os sem interferências externas ou regulamentação de seu corpo. Quando em 1995 aconteceu a *IV Conferência*

⁵² “No Brasil, o Código Penal de 1940, decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, no Artigos 124, 125 e 126, a prática da interrupção da gestação é considerada crime quando praticado por uma mulher gestante, a seu pedido e/ou sem o consentimento da gestante. Este Código Penal vigente, de 1940, permite o aborto nas situações de gravidez em que há risco de morte para a mulher e em caso de estupro. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal aprovou a terceira situação na qual o aborto não é considerado crime no país: quando o feto é anencéfalo/inviável. Nestas situações de abortamento previstas é necessária a autorização da interrupção da gravidez. Ainda, em caso de estupro comprovado é autorizado o abortamento (SAMPAIO, 2015, p. 16).

*Mundial Sobre a Mulher*⁵³ em Pequim, foi criado um documento sob o nome *Declaração e Plataformas de Ação da IV Conferência Sobre a Mulher*, onde reitera em seu parágrafo 96 sobre sua saúde sexual e reprodutiva. Portanto, este, foi de extrema importância para que se instaurasse um “instrumento internacional de direitos das mulheres”, sendo promovido pela ONU.

96. Os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens no tocante às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito à integridade da pessoa humana, exige o respeito mútuo, o consentimento e a responsabilidade comum pelo comportamento sexual e suas consequências (DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO..., 1995, p. 179).

A garantia de direitos não quer dizer que vá acontecer a suas efetividades. Este é um campo minado, como bem Sampaio (2015), já disse, ao citar Danielle Ardaillon,

Falar abertamente sobre aborto é enfrentar as políticas de controle sobre o corpo feminino. Esta política ao dominar, determinar e disciplinarizar os corpos com úteros impõe a gravidez como realização e, ao contrário, a interrupção como a condenação moral e legal (ARDAILLON, *apud*, SAMPAIO, 2015, p. 16-17).

A descriminalização do aborto, juntamente com os direitos reprodutivos da mulher interferem profundamente em uma sociedade marcada pelo modelo patriarcal. A estruturação do corpo feminino determinado pelo silêncio e reforçado pelas leis da sociedade civil, tende a se instaurar por padronizações que pesam tanto em suas decisões enquanto mulher, quanto em suas realizações pessoais. O problema em definir o que é ser mulher, podemos lembrar da frase de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se”, é pelo fato que dessas sempre já nos está anteposto como obrigações, servir/reproduzir/cuidar. Estes são os traços mais marcantes quando biologicamente tem-se uma menina. A idealização do tornar e não ser, recaí em todos os estágios das nascidas com vagina.

O controle incitado pelas significações de tabus sociais, expressamente são as fases secretas da produção do silenciamento feminino. E sempre, o ‘tornar-se’ mulher incide pelas

⁵³ “1. Nós, Governos participantes da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, 2. Reunidos em Pequim, em setembro de 1995, ano do quinquagésimo aniversário de fundação das Nações Unidas, 3. Determinados a fazer avançar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres, em todos os lugares e no interesse de toda humanidade, 4. Reconhecendo os anseios de todas as mulheres de todas as partes do mundo, considerando a diversidade das mulheres e de seus papéis e condições de vida, prestando homenagens às mulheres que abriram novos caminhos e inspirados pela esperança que está depositada na juventude mundial (DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO..., 1995, p. 151).

delimitações éticas, morais, religiosas, políticas, sociais e culturais. E esses são os pressupostos que mais balizam quando mulheres lutam pela liberdade de seus corpos.

Verificamos nas postagens abaixo como este assunto encontra cada um dos indivíduos, nas relações binárias entre mulheres e homens. Tenciono para postagem 36 a correlacionarmos esta prisão punitiva pelas construções simbólicas sociais frente às mulheres que realizaram procedimentos abortivos. Para além do modo figurativo que a postagem demonstra do ato, a punição da mulher é devir de uma sociedade que sempre a moldou como o ser para servir e seguir regras: Mãe, esposa e do lar. A criminalização do aborto é a forma pela qual responsabiliza a mulher por não cumprimento de uma de suas funções que foi dada pela ‘natureza’.



Figura 36. Postagem do dia 28/06/2016 com 54,3 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 17/04/2019.

Penso sobre isso, quando Foucault (1988) nos posiciona frente a quatro conjuntos estratégicos para refletirmos a ideia do saber e poder sobre o sexo. Focamos em uma destas estratégias voltada sobre a ideia da *histerização do corpo da mulher*, sobre como é formada a sexualidade/personalidade feminina em ideais simbólicos que produz e induz espaços e sentidos demarcados.

O triplice processo pelo qual o corpo da mulher for analisado – qualificado e desqualificado – corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual este corpo foi integrado, sob efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, no campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e

deve garantir, através de uma reponsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação) (FOUCAULT, 1988, p. 99).

Observamos na figura 37 como são perpetuados os efeitos dos tabus/mitos envolta dessas ações. Lembrando que um dos mais pesados que se estabelecem no imaginário social é relacionar aborto com assassinato. Descredenciar esses mitos sobre tais procedimentos, é determinar que mulheres possam garantir e exercer livre arbítrio em suas decisões. Através disso, podemos lembrar do que dizemos acima sobre o direito reprodutivo da mulher, de sua escolha, sem interferências externas.



Figura 37. Postagem do dia 14/11/2017 com 12,1 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 17/04/2019.

As postagens acima nos dão duas faces de como tem evidenciado as noções sobre aborto. De um lado, temos como se ajustam socialmente os atos de punição e de outro os mitos criados envolta desse procedimento. Os sentidos produzidos por ambas, interligam necessariamente aos aspectos simbólicos que as ações culturais delegaram às mulheres. Se tivéssemos como exercício fazer o detalhamento sobre as operações subjetivas da mulher, poderíamos falar tranquilamente quais são suas operacionalizações e deliberações enquanto indivíduo. Todo ato que foge de suas funções ‘naturais’ há um desequilíbrio da sociedade, principalmente quando pensado nas formações/idealizações ‘ético e moral’.

O direito sobre o aborto deve ser um direito constitutivo. Sampaio (2015) nos conduz sobre a ideia de que caminhar por este terreno é ver nascer “a produção de conhecimentos histórico sobre as práticas de aborto”, porque isso mexe com o social, com a formação “díade ética e moral” das pessoas, e com as particularidades da formação do corpo da mulher no mundo

(SAMPAIO, 2015, p. 17). Pensar nessas duas postagens, é visualizar como uma idealização constrói a outra, como a formação do tornar mulher regula sua expressão social.

No entanto, se interpretarmos pelos contingentes legislativos o entendimento se torna cada vez mais tênue, uma vez que, as mulheres que têm sido processadas por estes atos são uma das problemáticas mais acentuadas que tencionam a luta pela descriminalização do aborto.

Há uma existência estereotipada como já mencionada acima por Betim (2018) em matéria para o El País Brasil (*on-line*), de mulheres pobres e negras por estarem em uma estrutura fragilizada socialmente sempre procuram por vias ilegais. Dessas, as que não acabam morrendo, procuram o SUS (Sistema Único de Saúde) para tentarem subverter complicações após tentar um aborto. A partir disso, as coadunações das punições se verticalizam e mostram as duas faces da repressão – tanto social, quanto judicial.

As constantes vigilâncias sobre o corpo da mulher, presa a práticas simbólicas do cumprir obrigações, é que tem levado mulheres/feministas a estarem sempre em observação quanto às conquistas de seus direitos. Existe um plano movediço sobre a seguridade desses ‘benefícios’ que levam estas a sempre estarem questionando seu lugar enquanto corpo social/político no mundo.

Abaixo por exemplo, a uma série de postagens referenciando companhas e manifestações feministas sobre a descriminalização do aborto e a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. As circulações dessas postagens se concentram na importância da legitimação de sempre estarmos mostrando o quanto ainda falta para que a sociedade civil enxergue o corpo feminino enquanto uma matéria não insignificante.



Figura 38. Postagem do dia 06/06/2017 com 373 curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 17/04/2019.

“Eu vou contar” é uma campanha iniciada pela Anis – Instituto de Bioética com apoio da ONG Think Olga. Essa iniciativa, juntamente com a antropóloga e professora Débora Diniz teve por objetivo ouvir histórias de mulheres que já abortaram há mais de 8 anos. Ao disponibilizarem um número de telefone mulheres de várias idades tiveram um espaço em externalizar momentos de violência, medo e solidão. Os sentidos que pretenderam com esta campanha não se tratavam de lei, justiça, e sim de sensibilidade, de ética, de encontros entre mulheres, foi um momento de troca e desabafo.

Os movimentos feministas em prol dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, ao fazer frente a criminalização da interrupção da gestação, defendem a livre decisão das mulheres sobre seu próprio corpo; e vão além, lutam pela descriminalização do aborto no Brasil e pela vida das mulheres que decidem pelo procedimento abortivo (SAMPAIO, 2015, p. 17).

Entender que abortar não é sinónimo de assassinato não é uma tarefa fácil de digerir para quem está dentro do processo, todo o estigma social reflete sobre sua ação e é aí que se encontra a solidão. Debora Diniz (2007) em seu escrito *Aborto e Saúde Pública no Brasil* deixa evidente a tese de que “aborto é uma questão de saúde pública”. Ela explica que há uma abundância de fontes que trabalham esta temática, mas pouco estudos empíricos, uma das causas primeiras que levam a estes pequenos números é o imaginário que ainda trata estes atos, como uma imoralidade, uma ilegalidade. Este é um tema que sempre está submerso socialmente, tratar, trabalhar com estas ações é agir sobre ‘impurezas, monstruosidades’ (DINIZ, 2007, p. 1992).

O debate sobre o aborto é um espaço de confronto de duas teses pré-estabelecidas: a tese do aborto como uma grave infração moral e a tese do aborto como um exercício de autonomia reprodutiva das mulheres. É nesse cenário de confronto de teses incomensuráveis com esparsas evidências empíricas que a reafirmação de que “aborto é uma questão de saúde pública” ganha força e vitalidade política. Na verdade, as poucas e seguras evidências disponíveis no cenário das pesquisas em saúde no Brasil comprovam a tese que a ilegalidade traz consequências para a saúde das mulheres, que não coíbe a prática e perpetua a desigualdade social. Enfrentar com seriedade o fenómeno do aborto como uma questão de saúde pública significa entendê-lo como uma questão de cuidados em saúde e não como ato de infração moral de mulheres levianas (DINIZ, 2007, p. 1992).

Construir esses sentidos socialmente corrobora para desvencilharmos de um imaginário que de tempos em tempos tratam as mulheres como as principais culpadas. Quando tratam o aborto como saúde pública, um dos primeiros mecanismos a serem desenvolvidos é a informação, a instrução, quais são os métodos contraceptivos. Há muitos meios de evitar uma

gravidez, mas também existem muitos tabus sobre a sexualidade, o corpo das mulheres. Tratar com seriedade e ouvir o porquê uma mulher escolhe abortar, é uma das causas primeiras para poder compreender como funciona as relações, a estrutura e o imaginário social.

Entender que a expressão “meu corpo, minhas regras” não é uma prerrogativa para que estas sejam abandonadas socialmente nos âmbitos da saúde, segurança, informação. É, portanto, uma filosofia feminina para que estas testem suas próprias vontades e decisões sem imposições, forçamentos, autoritarismo, descaso e abandono. Diniz (2007) pontua que mortes de mulheres em abortos clandestinos é um trabalho que deve ser repensado dentro dos conjuntos de medidas estatais, uma vez que, é de direito da população a garantia de qualidade ao atendimento, a saúde e a informação em âmbito público (p. 1992).

O aborto é a 4ª causa mortis de mulheres em idade fértil. A Fundação Carlos Chagas realizou junto ao Inamps [Instituto Nacional de Assistência Médica de Previdência Social], que mostra que o aborto provocado é a causa de 22% de todas as internações e ocupa 40% dos leitos destinados à ginecologia e obstetrícia, representando um ônus econômico para o Estado muito maior do que seria a prática do abortamento legal⁵⁴ (TELES, 2017, p. 175).

Podemos visualizar estes dados nas identificações expostas pela da figura 39. A luta pela vida das mulheres não significa morte de bebês (ver os comentários), desvincular aborto de assassinato já é meio caminho andado para desintegrar gestação como a base natural da realização da mulher. Ter biologicamente mecanismos para gerar fetos, não significa que esta é uma obrigação, uma meta de vida. A obrigatoriedade que se funda nos imaginários sociais é o que leva as práticas abortivas a consciências de imoralidade e falta de ética.

⁵⁴ Passagem do documento *A defesa do aborto no Constituinte* de 1987 (TELES, 2017, p. 175).



Figura 39. Postagem do dia 02/08/2018 com 160 curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 17/04/2019.

Ser a favor dessas incitações não prepondera ser assassina em série de bebês, mas pondera entender que o corpo da mulher é matéria de sua própria liberdade e autonomia, uma vez que, o percentual de mulheres abandonadas por seus maridos no período ou depois da gravidez é um fato constante no Brasil. Nesse caso, estabelecer culpa somente a elas em praticarem tais atos, é essencialmente conservar uma estrutura que tira do homem sua obrigação enquanto ser consciente de atitudes.

Entendemos que o aborto não é crime, desde que praticado de forma livre e, consciente, sem a coação de terceiros. Criminosa é a sociedade que impõem à mulher que deseja ou não ter filhos a praticar o aborto em condições precárias ou ver seus filhos crescerem na miséria. [...] Não basta defender a vida. Sem defender a qualidade de vida. A luta pela legalização do aborto faz parte da luta pela maternidade livre, que por sua vez integra a luta pela dignidade da vida humana⁵⁵ (TELES, 2017, p. 177).

As campanhas, os atos políticos sobre sua descriminalização são marcas regulamentares para interpelarem como as concepções culturais constituíram a individualidade das mulheres. Tirar do centro sua compreensão como crime e entendê-lo como uma causa de saúde pública, é diagnosticar que todos os dias há mulheres morrendo ou passando por processos dolorosos em procedimentos ilegais.

Se estamos falando de viver ou morrer, mulheres morrem diariamente pela violência exercida sob alicerces do patriarcado. E todos estas são construídas pelas bases de um sistema que oprime e degradam sua existência a relações de subserviência e monitoramento.

⁵⁵ Passagem do documento *A defesa do aborto no Constituinte* de 1987 (TELES, 2017, p. 177).

A figura 40 (abaixo) foi um dos grandes atos pela descriminalização do aborto em 13 de junho de 2018 na Argentina. Nesse dia acontecia a votação para a legalização do aborto até o 14º dia de gestação, o grande passo era a aprovação por parte do senado, este, visto como o grande obstáculo para fechamento de um ciclo que tanto tem ceifado a liberdade do corpo feminino. Porém, com votação acirrada o governo argentino rejeita esse avanço na lei e continua com seu projeto como crime. E acentua como ainda, o corpo enquanto ser social e político é preso às dependências dos poderes estatais.

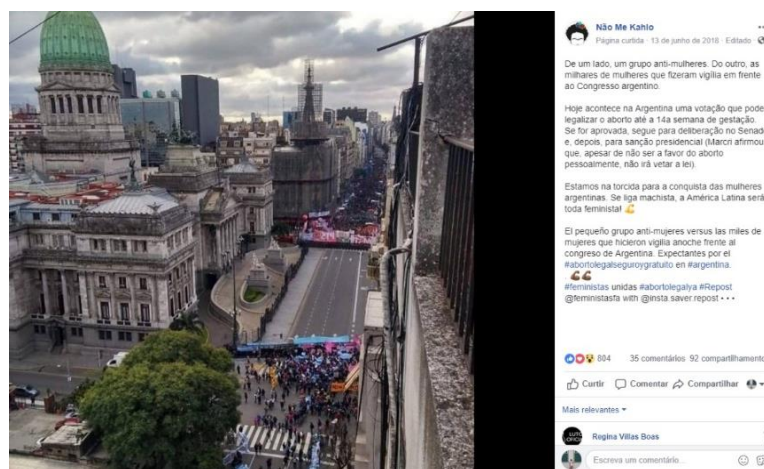


Figura 40. Postagem do dia 13/06/2018 com 802 curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 13/06/2018.

O que vimos nesse embate argentino entre sociedade civil e Estado são as coadunações da estrutura machista qual a política se apodera. As mobilizações de mulheres tem sido a principal maneira de a população enxergar que existe ali um problema que é social. Porém, a resistência de uma razão conservadora declina às mulheres a resistirem ainda a uma estrutura que desarma.

Nesse sentido, verificando a partir da Pesquisa Nacional de Aborto realizada em 2016 feita no Brasil, onde já citamos mais acima, foi uma precisão para visualizarmos o tamanho do problema. O artigo produzido a respeito desta pesquisa por Débora Diniz; Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro trouxe a estimativa da magnitude que essa prática é utilizada no Brasil⁵⁶ e de como nossas instituições estatais devem melhorar diante esses fatos. Segundo a pesquisa,

O aborto é comum entre as mulheres brasileiras. Das 2.002 mulheres alfabetizadas entre 18 a 39 anos entrevistadas pela PNA 2016, 13% já fez ao menos um aborto. [...]

⁵⁶ “A PNA 2016 é um inquérito domiciliar cuja amostra probabilística representa a população feminina de 18 a 39 anos alfabetizada do Brasil. Combina entrevistas face-a-face realizadas por entrevistadoras mulheres com a técnica de urna e, portanto, tem vantagens sobre os levantamentos que dependem integralmente de entrevistas diretas. Foi desenhada de modo a que seus resultados fossem comparáveis aos da Pesquisa Nacional de Aborto de 2010 (PNA 2010)” (DINIZ, D. *et al.*, 2017, p. 654).

Como é de se esperar, a maior parte dos abortos é realizado durante o período mais intenso de atividade reprodutivo das mulheres. Todavia, há uma frequência maior do último aborto entre as mulheres jovens, 29% dos abortos ocorrendo em idades que vão de 12 a 19 anos, 28 % dos 20 aos 24 anos, caindo para abaixo de 13% a partir dos 25 anos⁵⁷ (DINIZ, D. *et al.*, 2017, p. 655).

Além disso, a pesquisa ainda dimensiona que,

Cerca de 11% dos abortos no Brasil foram realizados em 2015, o que equivale a dizer 1% das mulheres da PNA 2016 abortou nesse ano. Os 89% restante foram realizados antes ou depois de 2015, ou em momentos desconhecido, pois quatro mulheres que fizeram aborto não responderam à questão de data (DINIZ, D. *et al.*, 2017, p. 655).

O que diagnosticamos até aqui, são como os sentidos nos quais os corpos e os comportamentos das mulheres são regulamentados para exercerem papéis pré-estabelecidos a regras e proposições. Todos os passos que fogem de suas ‘obrigações’, são motivos para exercerem sobre elas a violência, a vergonha e o medo.

Flávia Biroli (2014) apresenta que o debate sobre o aborto é um argumento que se esbarra em duas faces, tanto em âmbitos privados, quanto em âmbitos públicos, essa dualidade é perspicaz porque esse direito “tem situado em um domínio da vida e das escolhas individuais que é profundamente pessoal, ao mesmo tempo que é político” (BIROLI, 2014, p. 123). A importância que firma este debate se funda pelas relações de poder que se exercem do público para o privado, este é o debate preciso que movimento feminista vem desenhando. As mulheres sempre consentidas os cuidados, entre mãe e esposa, carregam através do tempo uma cultura que suas realizações se esbarram quando estas lacunas são preenchidas. No tocante, quando estas são vistas desarticulando certos preceitos, certos ‘valores’ sociais os resultados são duramente severos.

Desde modo, finalizo esta categoria com a postagem do dia 28 de setembro de 2016 pela *Não Me Kahlo*, quando é celebrado o Dia Latino-Americano e Caribenhos pela Descriminalização do aborto, são basilares ao lembrarem o quanto as diferenças sociais entre classe e raça são substanciais para pesarem quem mais morre vítima dessa desqualificação que é enfrentar sua própria consciência. Diniz, *et al* (2017) conclui dizendo que “contrário aos estereótipos, a mulher que aborta é uma mulher comum”, isso quer dizer que o aborto não acontece de forma homogênea, coeso entre todas, o que percentual demarca, mas “há diferenças que merecem atenção de análises adicionais, em particular as maiores taxas entre mulheres de

⁵⁷ O que se deve ser ressaltado é que esta informação refere-se ao último aborto e, portanto, pode ter algum viés para cima entre as mulheres que realizaram mais de um aborto e, mais importante, as taxas de não respostas nesta questão são altas nos dois levantamentos, 15% em 2010 e 18% em 2016” (DINIZ, D. *et al.*, 2017, p. 655).

baixa escolaridade e renda, pretas, pardas e indígenas, além das expressivas diferenças regionais” (DINIS, *et all*, 2017, p. 659).



Figura 41. Postagem do dia 28/09/2016 com 18,5 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 17/04/2019.

Sendo um tema ainda bastante velado nos traços simbólicos de crenças, culturas, moralismo, ética e ideologias. O controle social da mulher é tencionado por uma máquina estatal de poderio masculino que tem dominado muito suas significações quanto a sua própria autonomia. Seu corpo sob vigilância constante, é uma presa muito calculada entre os preceitos instituídos sobre como ser uma ‘boa mulher, uma boa esposa, uma boa mãe’.

Marcar este dia como um dia para pensar e detectar que há um problema vigente onde mulheres em atos desesperados por estarem em uma gravidez indesejada, sejam elas coagidas, forçadas, falhas em contraceptivos, ou simplesmente por não estarem aptas naquele momento a maternidade, morrem em procedimentos ilegais, clandestinos, é demarcar este dia como uma luta voluntária pela vida e pela liberdade de escolha. A citação abaixo, referente a Pesquisa Nacional de Aborto 2016 nos ajudará a fechar esta categoria, porém, intensificando que o debate que envolve os direitos constitutivos das mulheres, sua vida e sua liberdade social é uma lacuna que ainda são necessários muitos encontros políticos.

A frequência de abortos é alta e, a julgar pelos dados de diferentes grupos etários de mulheres, permanece assim há muitos anos. Entre a PNA 2010 e a PNA 2016, por exemplo, a proporção de mulheres que realizaram ao menos um aborto não se alterou de forma relevante. Ou seja, o problema de saúde pública chama a atenção não só por sua magnitude, mas também por sua persistência. As políticas brasileiras, inclusive as de saúde, tratam aborto sob uma perspectiva religiosa e moral e respondem à questão

com a criminalização e a repressão policial. A julgar pela persistência da alta magnitude, e pelo fato do aborto ser comum em mulheres de todos os grupos sociais, a resposta fundamentada na criminalização e repressão tem mostrado não apenas inefetiva, mas nociva. Não reduz nem cuida: por um lado, não é capaz de diminuir o número de abortos e, por outro, impede que mulheres busquem o acompanhamento e a informação de saúde necessários para que seja realizado de forma segura ou para planejar sua vida reprodutiva a fim de evitar um segundo evento desse tipo (DINIZ, D., *et al.*, 2017, p. 659).

Especificar a relevância desta temática em lugares abertos como as redes sociais, é intensificar um debate conciso frente às muitas vertentes de pensamentos que tomam conta do ideário de cada seguidor. Publicizar formas que estas/es usuárias/os possam entender a magnitude e a coerência do porque são efetuados estes procedimentos, é construir novas redes de relações que permite mulheres se colorarem no lugar da outra, homens desmistificar sua soberania, crenças, tabus e o Estado em clarificar seus parâmetros quanto a sexualidade e as escolhas que partem do sexo feminino.

Ao observarmos os gráficos nas páginas 67-68, verificamos que somente a *fanpage Não Me Kahlo* teve um maior número de visualizações desta categoria/tema. Por parte da *fanpage Vamos Juntas?* há postagens dentro dessa temática, mas estas não atingiram um número visual maior do que a de uma outra postagem de outra categoria.

Consideramos que pelo fato de a página trabalhar a maioria das vezes com depoimentos de suas seguidoras e por este assunto ainda ser bastante obscurecido, “vergonhoso”, o medo em expor tão abertamente levam as mulheres a se esquivarem e permanecerem no silêncio. Um outro fator, é pensar se a *fanpage* tem criado estratégias que estimulem que estas falem dessas ações, falem de suas dores, da violência, da solidão e do medo de serem recriminadas por uma sociedade com um sistema ainda muito controlador e conservador. Estas são razões para se pensar e debater, elaborar técnicas para que os ativismos em redes digitais sejam favoráveis a estas mulheres que precisam de informações e de acolhida.

2.5. CATEGORIA 4 – MULHERES NEGRAS: LUTAS ANTIRRACISTAS

Nesta categoria, assim como a anterior não tivemos postagens com um número expressivo de visualizações por parte da *fanpage Vamos Juntas?*. Podemos considerar mais uma vez este fato como problemático, uma vez que, tratar e agregar uma temática como esta é passo essencial para quem está à frente de ações que trabalham com ativismos feministas.

Uma das várias saídas explicativas que é que em uma das *fanpages* (a *Não Me Kahlo*) há presente uma protagonista negra e por ela estar mais perto de questões que envolvam temas

como diversidade racial e gênero (ver página 37) seja um diferencial ao preparar publicações que agreguem tais elementos. Mas, isso não inviabiliza que as discussões sobre raça sejam restritas a comunidade negra, pois o racismo, operado em todas as circunstâncias e instâncias sociais, sendo este, matéria estruturada por um tempo e espaço determinados, devem ser – qual seja o objetivo que se pretende a *fanpage* para o ativismo – um elemento necessário para questionar e desestruturar relações opressoras. Nesse caso, não generalizamos que essa temática não apareça dentre as publicações da página *Vamos Juntas?*, mas questionamos como esta tem articulado para que o público venha refletir sobre o assunto.

Biroli & Miguel (2014) entende que para se instaurar ou ao menos iniciar uma democracia igualitária, precisamos inicialmente enfrentar aquilo que faz a roda das desigualdades de gênero girar, sendo que isso não acontece se não trazemos para dentro discussões sobre classe e raça (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 14). Por mais que estejamos involuntariamente nos lares das pessoas por redes que se conectam, há nos ativismos e no ativismo virtual causas que precisam serem discutidas com mais rigor. A base da pirâmide, é a substância mais acentuada quando pensamos desigualdades/diferenças. A produção de poder instaurada por um período histórico, demarcaram traços profundos diante às relações sociais, produzindo formas e contextos diferentes tanto na produção quanto nas ações entre todos os indivíduos da construção simbólica da pirâmide.

Nesse contexto, apresentar mecanismos que conceda diálogos interseccionais é uma das fórmulas eficazes em compreender o problema no todo e entender que para além da luta pelas desigualdades entre sexo há uma causa primeira que deve ser questionada, as relações de classe e raça dentro da categoria gênero. É preciso observar que no interior das circunstâncias que se entende a política feminista, as desigualdades entre as mulheres são associadas no eixo da raça.

Biroli & Miguel (2014) argumentam que para uma “confrontação radical das desigualdades de gênero, de uma forma que considere *igualmente* as diferentes posições de mulheres, parece implicar a confrontação de outras formas de desigualdade, como as de raça e classe” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 148). Posicionarmos diante a estas colocações é repensar normas estruturais designadas através do sexo e dessas através da cor. Entender que para além das mulheres negras constituírem dentro dos percalços das desigualdades classificadas pelo sexo, raça também configura diferenças intensas diante homens brancos, homens negros e mulheres brancas.

Davis (2017), em seu livro *Mulheres, Cultura e Política*, por exemplo, trabalha uma perspectiva quanto as diferenças entre mulheres brancas e mulheres negras. Sua compreensão

baseia na ideia de que se pensamos uma pirâmide social de grupos femininos ligada a posições de classe e raça, mulheres brancas da classe média constitui a parte superior e as mulheres negras e outras oprimidas racialmente na parte inferior, disso porém, Davis (2017) entende que se não houver uma comoção em massa para desarticular relações opressoras dentro mesmo de grupos femininos não haverá avanços quanto às desigualdades de gênero, posto que, enquanto um grupo tem lutado diante às desigualdade entre homens e mulheres, o outro tem lutado para sobreviver e serem aceitas socialmente, inclusive dentro do próprio núcleo de mulheres.

Quando aquelas no ponto mais alto da pirâmide obtêm vitórias para si mesmas, geralmente a condição de todas as outras mulheres permanecem inalterada. [...] Mas, ao contrário, se aquelas no ponto mais baixo da pirâmide conquistam avanços para si mesmas, é praticamente inevitável que seu progresso empurre o conjunto da estrutura para cima. O avanço das mulheres de minorias étnicas quase sempre dá início a mudanças progressivas para todas as mulheres (DAVIS, 2017, p. 36).

Desse modo, dar subsídios reflexivos para que o público acompanhante das *fanpages* tenham-se maiores flexibilizações em questionar comportamentos sociais, é uma das maneiras em chamar atenção no entender que ativismo não é uno, mas são por múltiplos fatores que nos fazem analisarmos como se classificam as relações de poder na sociedade.

As relações de poder instauradas entre sexo e conseqüentemente entre raça é a própria marca das desigualdades práticas e discursivas dentro de uma comunidade. Ainda com Angela Davis (2017) na introdução de seu livro, há uma frase muito eficaz para se pensar as circunstâncias em possibilitar uma luta política em prol da liberdade das mulheres, ela entende que o “principal desafio a ser enfrentado no ativismo é responder plenamente às necessidades do momento e fazer isso de modo que a luz que se pretende lançar sobre o presente possa ao mesmo tempo iluminar o futuro” (DAVIS, 2017, p. 12). Este é um trabalho minucioso que é preciso diariamente ser posto a debate, uma vez que as permanências racistas são efeitos de uma estrutura que ainda se mantém velada e para sua desarticulação deve haver uma constante reavaliação de nossas posturas sociais e culturais.

Estas reavaliações são associadas quando em nossos discursos e lutas políticas desassociamos de posturas hegemônicas tendo o foco em agregar e interseccionalizar todos os grupos raciais e étnicos, pois somente assim podemos considerar que o ativismo seja enfrentado de forma sólida, não em prol de temas individuais, mas sobre uma estrutura de poder que domina gênero, raça e classe.

Nesse sentido, as postagens que iremos analisar nessa categoria são dadas somente pela *fanpage Não Me Kahlo*, observando o gráfico da página 79, tivemos ao somar os três anos um

total de 9 *posts* mais curtidos para esta temática, sob estes, teremos questionamentos de como tem perpassado e estruturado as armadilhas do racismo socialmente e além, como a página tem articulado com seguidoras/es.

A imagem abaixo, refere a uma das várias postagens sobre o Dia da Mulher no ano de 2017, a frase enunciativa “eu não quero flores, presentes ou homenagens” como forma de reivindicar respeito quando estas forem ocupar uma vaga de emprego, se responsabiliza diante ações que involuntariamente mulheres negras tem passado quanto a seus traços estéticos.



Figura 42. Postagem do dia 08/03/2017 com 1,8 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 08/05/2019.

Ancorada por um ideal de beleza padronizado advindo de uma construção histórica branca, o corpo social negro durante anos tem se firmado em muitas lutas, debates e aceitações para se constituírem como sujeitas/os civis portadores de direitos, bem como dignos de respeito como seres humanos. Posicionamos diante destas ancoragens para explicitar as significações quando é posto na imagem a frase “boa aparência”. Intensificando um olhar somente ao feminino, o corpo da mulher negra com expressões étnica específica, tem assiduamente sido vítima de discursos que as desclassificam e desmoralizam.

As marcas e os traços expressos em seu modelo estético são marcadamente estereotipados, isso tudo construído e permanecido por um período histórico colonial a luz de um padrão branco e europeu. Segundo Orlandi (2003), ao falar da produção de sentido através do discurso, tenciona que a palavra dita é fruto de uma relação entre sujeito e aquilo que permanece nos comportamentos culturais, a negação social segundo vias de padronizações

estéticas é o que suplementa às mulheres negras a entrarem no mercado de trabalho e ocupar cargos que não possuem remunerações tão acentuadas.

Pensando sobre isso, quando Joice Berth (2018) ao trabalhar em seu livro questões sobre empoderamento traz à tona uma indagação bastante contundente para relacionarmos com estas discussões, ela, no entanto, questiona: “*estética é empoderamento?*” (p. 91). Berth (2018) entende que esta discussão não teria contundência se socialmente não existisse um padrão estético que fomenta, articula e exclui grupos que possuem traços que não atende uma expectativa dentro do plano social como o belo.

Estética, uma palavra originária do grego *aisthesis* significa, genericamente, percepção ou sensação. É a parte da Filosofia que estuda o que julgamos e percebemos daquilo que é considerado belo, as emoções que essa percepção produz e a definição que se pode fazer entre o que é de fato belo ou não. Portanto, o belo é uma percepção e como percepção pode ser alterada, manipulada ou influenciada (BERTH, 2018, p. 91-92).

Quando a *fanpage* traz esta discussão para dentro do ambiente virtual, tendo este um fluxo grande de pessoas e dessas mulheres negras, fazem questiona-las que o emprego que já lhe foi negado, pode ser que não caracterizava “corte de gastos ou quadro de funcionários já preenchido”, mas mostra que é um discurso e um comportamento estruturado pelas bases racistas que levou a sua não contratação.

Pensar o estético como formas que estimulam comportamentos opressores, é entender que as percepções advindas de razões sociais para aquilo que seja aceitável é a própria marca para se pensar os “processos de dominação de grupos historicamente oprimidos” como já dizia Berth (2018, p. 92), uma vez que “se cria padrões estéticos pautados pela hierarquização das raças ou do gênero, concomitantemente criamos dois grupos: o que é aceito e o que não é aceito e, portanto, deve ser excluído para garantir a prevalência do que é socialmente desejável” (BERTH, 2018, p. 92).

Isso portanto, é um dos maiores obstáculos principalmente quanto às mulheres negras auto afirmarem a sua estética, pois no mercado empregatício há um padrão aceitável e desejável que passa por características, pensando historicamente, nas perspectivas fisionômicas do colonizador e todavia se mostra auto gestora de permanências discursivas que sobrepõem traços como base do não e do sim.

Não obstante, Berth (2018) juntamente com Madalena Leon (2001), vai entender que para haver princípios de empoderamento levando a cabo traços estéticos *afro*, é preciso se ter em primeiro plano uma comoção de redemocratização na sociedade por inteiro. Berth (2018)

fala de um resgate, “um resgate lento e gradual daquilo que fomos e que podemos retomar para continuar sendo” (BERTH, 2018, p. 93), e isso parte de um resgate social do que é ser belo e do que foi tido como belo.

Parece-me inquestionável que sem o fortalecimento da autoestima não tenhamos força para iniciar sequer um processo lúcido de empoderamento. [...] “o empoderamento como autoconfiança e auto-estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança” (LEON, *apud* BERTH, 2018, p. 93-94).

Nesse sentido, para entendermos ainda mais sobre como o corpo negro tem sido inserido/construído socialmente, podemos observar outros *posts* feitos pela *fanpage*. A imagem abaixo com um total de 5,2 mil curtidas nos faz refletir sobre como as relações hierárquicas têm perpetrado em todos os âmbitos sociais barreiras quanto aos acessos da comunidade negra nos espaços, e a partir disso refletirmos sobre quais as transformações pessoais que estamos construindo para reabilitar noções enquanto comunidade branca privilegiada historicamente.

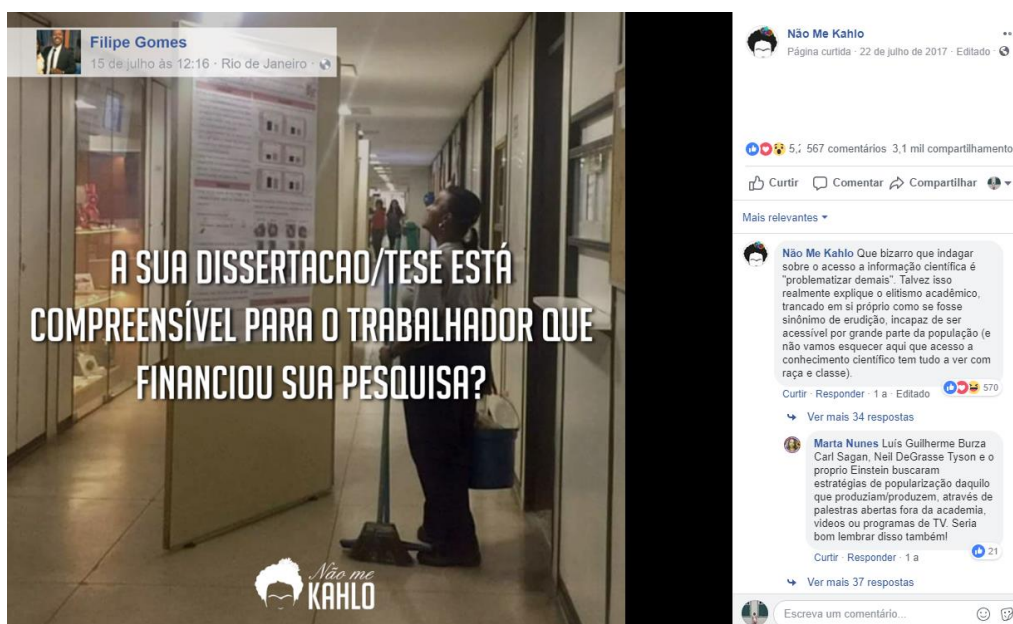


Figura 43. Postagem do dia 22/07/2017 com 5,2 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 06/05/2019.

Em 2018 Marina Wentzel, publica uma matéria pela BBC News Brasil sob a indagação “o que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo” e caracteriza

Se organizasse um encontro de todos os seus trabalhadores domésticos, o Brasil reuniria uma população maior que a da Dinamarca, composta majoritariamente por

mulheres negras, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (WENTZEL, 2018, *on-line*).

Segundo suas constatações e de acordo com especialistas, o perfil que predomina nesses serviços são “maioria mulher, afrodescendente e de baixa escolaridade, alimentado pela desigualdade e pela dinâmica social criada principalmente após a abolição da escravidão no Brasil” (WENTZEL, 2018, *on-line*). A pesquisa ainda corrobora ao mostrar um estudo feito em parceria entre Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ministério do Planejamento e a ONU Mulheres onde compilou dados históricos do setor de 1995 a 2015 e “construiu um relato evolutivo das noções de raça e gênero associadas ao trabalho doméstico” e concluiu como a predominância das mulheres negras nesse serviço tem efeito permanência e sua evolução nos bancos escolares caminham de forma lenta (WENTZEL, 2018, *on-line*).

Em 1995, havia 5,3 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil. Dessas, 4,7 milhões eram mulheres, sendo 2,6 milhões de negras e pardas e 2,1 milhões de brancas. A escolaridade média das brancas era de 4,2 anos de estudos, enquanto que das afrodescendentes era de 3,8 anos. Vinte anos depois, em 2015, a população geral dessas profissionais cresceu, chegando a 6,2 milhões, sendo 5,7 milhões de mulheres. Dessas, 3,7 milhões eram negras e pardas e 2 milhões eram brancas. O nível de escolaridade das brancas evoluiu para 6,9 milhões de estudos, enquanto que, no caso das afrodescendentes, chegou a 6,6 anos (WENTZEL, 2018, *on-line*).

Há problemáticas que precisam ser desarmadas socialmente e culturalmente. Legado de um período que condenou milhares de pessoas a uma não cidadania digna, hoje o racismo que se instaura estrutural e institucional, dentre classe, raça e gênero tem sido um dos maiores percalços para que a mulheres negras dentre estes crivos alcance uma liberdade que não sejam taxadas pela sua aparência. A negação dessas aos bancos escolares é um dos fatores que mais prejudica sua ascensão para um trabalho que lhe garanta um status profissional advindo de uma carreira acadêmica e remunerações que lhe garanta maior estabilidade de vida. Para se ter uma ideia, foi somente em 2013 com a Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013 conhecido como PEC das domésticas, que veio a equiparação dos direitos das/os trabalhadoras/es domésticas/os aos demais trabalhadores.

A imagem da senhora acima com equipamentos de limpeza observando um cartaz pregado a porta de onde podemos entender ser uma instituição de ensino, é a descrição determinante da enunciativa “a sua dissertação/tese está compreensível para o trabalhador que financiou sua pesquisa?”, é importante ressaltarmos que as relações de poder presente dentro de um ambiente acadêmico é a demarcação precisa para visualizarmos quem é que compõem o alunado, quem é que ocupa os cargos mais altos dessas instituições e quem representa o quadro

de funcionários de serviços gerais, vendo isso precisamente dentro dos marcadores de gênero e raça. No entanto, avistamos também, que uma reviravolta nesses casos só será palpável quando as políticas públicas realmente tenham efetividade dentro do que entende por reparação histórica social.

Uma dessas políticas de reparação tem sido verificada pela Lei de Cotas pela qual só veio a ser sancionada nacionalmente em 2012 pela Lei nº 12.711/2012, porém algumas instituições já tinham aderido este sistema em suas instâncias, como por exemplo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2000 e a Universidade de Brasília (UnB) em 2003, garantindo que 50% das vagas em instituições públicas sejam para alunas/os negras/os que adveio integralmente do ensino básico público. Alvo de muitas críticas, esta lei tem sido uma das principais seguridades da/o afrodescendente adentrar em um curso superior.

Débora Brito em reportagem para Agência Brasil, identifica que “a chance de ter um diploma de graduação aumentou quase quatro vezes para a população negra nas últimas décadas no Brasil” (2018, *on-line*), houve um crescimento desde a primeira experiência com este sistema de ações afirmativas, uma vez que “o percentual de pretos e pardos que concluíram a graduação cresceu de 2,2% em 2000, para 9,3% em 2017, porém, ela acrescenta, que apesar do crescimento, os negros não alcançaram o índice de brancos diplomados” (2018, *on-line*).

Há 15 anos, [a partir da data desta reportagem], o conceito de ações afirmativas para a inclusão de negros na educação superior motivou intenso debate no meio universitário. Em junho de 2003, decisão tomada pela Universidade de Brasília (UnB) de adotar o sistema de cotas raciais em seu processo de seleção abriu caminho para uma mudança no paradigma de acesso à universidade, antes fortemente baseada na meritocracia (BRITO, 2018, *on-line*).

O contexto meritocrático, base daqueles que afirmam que o sucesso pessoal depende somente de seu esforço, é fundante para muitos criticarem a efetividade dessa ação afirmativa, uma vez que, entende. Entendem que o sistema de cotas veio como mecanismo para a população afrodescendente bem como indígena, ter mais facilidade em apossar de uma vaga que até então seria de um indivíduo não pertencente a este traço étnico. Pensar a população negra e indígena dentro das relações meritocráticas é estabelecer uma grande discrepância sócio/econômico e cultural, visto que, pelo contexto histórico, a inserção desses indivíduos dentro das políticas sociais tem permanecido numa grande falácia, tendo em vista que as oportunidades não igualam àqueles que sempre estiveram no topo da pirâmide.

Podemos identificar como se dão tais relações meritocráticas em dois *posts* (figuras 44 e 45). Ambos possuem subsídios reflexivos para pensarmos os enfrentamentos que diariamente

a população negra vem articulando para garantir mínimo de respeito, segurança e educação, e, no entanto, como a sociedade e o sistema num geral tem verificado a presença desses grupos no conjunto das relações sociais.

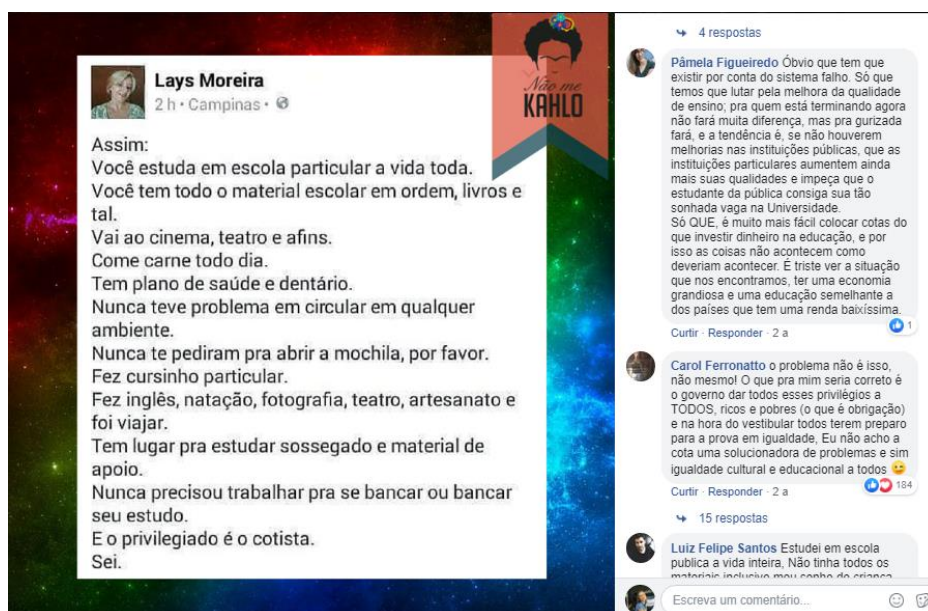


Figura 44. Postagem do dia 04/07/2016 com 58 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 06/05/2019.

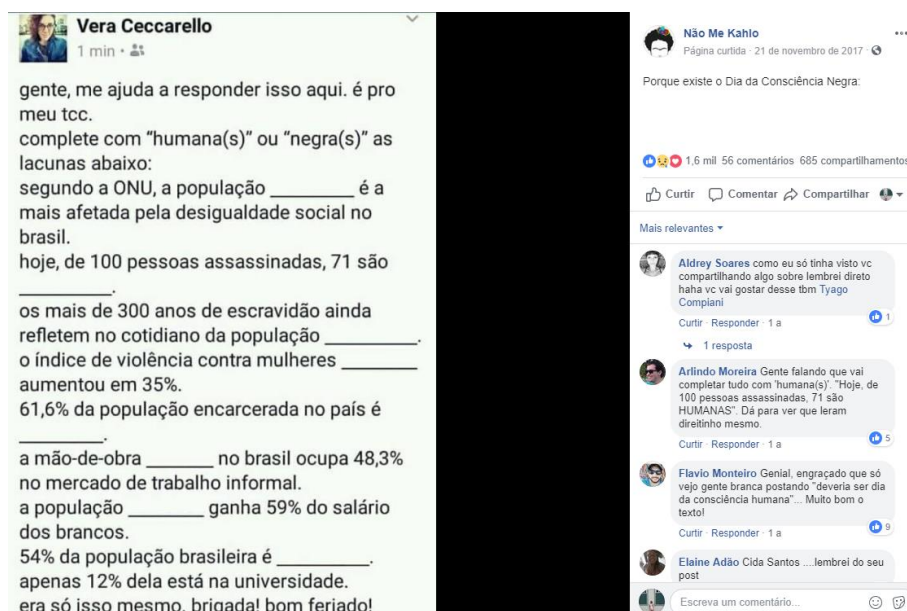


Figura 45. Postagem do dia 21/11/2017 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 06/05/2019.

Voltando a Foucault (2014), vamos entender através de seus subsídios teóricos como se constrói a formação discursiva entremeio ao que se propõe sistemas de sotas, privilégio, meritocracia e desigualdades raciais. Orlandi (2003) por exemplo, indica que os sentidos não estão compenetrados na palavra dita, mas está arraigado na construção social do indivíduo que

a pronúncia, a palavra fonética é vazia, o que distingue seu significado está implícito no sujeito qual toma-a de posse.

As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. A noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidade no funcionamento do discurso (ORLANDI, 2003, p. 42-43).

Desse modo, pensando junto com Foucault (2014), uma vez a palavra pronunciada, seu peso material carregado de significações culturais se articula diretamente como uma massa de manobra na manipulação e articulação simbólica daquilo que se entende como o verdadeiro. O discurso meritocrático está bem nessa articulação, interpretado por muitos como privilégio isso faz com que tire sua importância social para relações de equiparação e eleva como um meio de consolidar ou até mesmo articular, na dualidade dos grupos, formas de confrontos. Podemos entender este processo, quando Foucault (2014) fala da apropriação social dos discursos. Sendo este o último mecanismo da sujeição, quando determina suas condições de funcionamentos no ordenamento dos procedimentos e das regras daqueles que pronunciam, a apropriação é a rédea de um sistema que permite e ao mesmo tempo tem efeito de coerção.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que fala; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 2014, p. 41-42).

É nesse caminho que as políticas afirmativas tomam tantas discordâncias dentro do sistema de ensino, sendo estas ancoradas em discursos hegemônicos e fixados a grupos específicos, a massa populacional mesmo sendo permissível a estes espaços sempre terão como empecilho um discurso nascido e fortificado nas estruturas de um sistema que ainda permanece bastante segregado.

As desigualdades sociais não se presam somente por classes sociais, sendo isso um dado já bastante veemente, visto que a população negra sendo de maior número é a que menos ocupa os âmbitos de poder, dificultando um elevar dos índices desse grupo para uma ascensão social e as possibilidades de acessos. Um outro fator que pesa, são pelas bases da raça (cor, traços fisionômicos) pois para indivíduos pertencentes a estas características há uma preocupação de

se auto afirmarem diariamente para que não sejam gradualmente empurrados para fora do sistema de políticas públicas comandado socialmente por um grupo popularmente menor, mas que tem em mãos o poder.

Então, pensar na igualdade de políticas públicas entre grupos não significa ascensão universal, dado que o peso histórico é marca evidente de um sistema que oprime e vela relações no tripé de classe, raça e gênero. Assim, em matéria para a Agência IBGE Notícias, Gomes e Marli (2018), considera que segundo estatísticas produzidas pelo IBGE dentro dos denominadores de cor ou raça, o país está “longe de se tornar uma democracia racial”, para isso, em conversa com o professor Otair Fernandes e a promotora Livia Santana Vaz, elas puderam confirmar que tais fatos estão cada vez mais profundos e precisam serem questionados.

Para o professor Otair Fernandes, doutor em Ciências Sociais e coordenador do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Leafro/UFRRJ), mesmo após 130 anos de abolição, ainda é muito difícil para a população negra ascender economicamente no Brasil. Ele afirma que atitudes individuais não são suficientes para romper essa questão socialmente e historicamente, e ressalta a importância de políticas públicas de ações afirmativas para o negro. “Políticas de valorização daqueles que foram marginalizados e excluídos”. Para a Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Livia Santana Vaz, reconhecer que o problema existe é o primeiro passo para tentar resolver essa dívida histórica. Por isso, a consideração de cor ou raça nas pesquisas oficiais produzidas pelo IBGE é fundamental, pois é a partir disso que “se conhece o contexto de desigualdades raciais e a criação de políticas públicas” (GOMES; MARLI, 2018, *on-line*).

Nesse sentido, políticas públicas afirmativas são programas criados para assegurar cidadania nos âmbitos étnicos, sociais, econômicos e culturais, levando a cabo que todos possam participar e interagir da vida pública. A Lei de Cotas, no entanto, não significa privilégio, muito menos discriminação, mas é um meio de seguridade à grupos específicos que historicamente foram afetados por ações desonrosas, sendo agora um meio de equiparação social e política para se estabelecerem como indivíduos portadores de acessos e direitos.

Para tanto, veremos nas postagens abaixo como ainda os tramites legislativos em consonância com práticas sociais estão longe de possibilitar uma equiparação nas perspectivas de classe, raça e gênero. São postagens que nos fazem refletirmos que o trabalho das políticas públicas tanto em educação, segurança, cultura não caminham para banir atos de impunidade perpetuados contra a população negra, mas trabalha quase que no reforço delas, pois, ainda, conscientemente, existe estruturado um discurso sutil de práticas racistas, manobradas e articuladas por aqueles que estão no poder estatal.

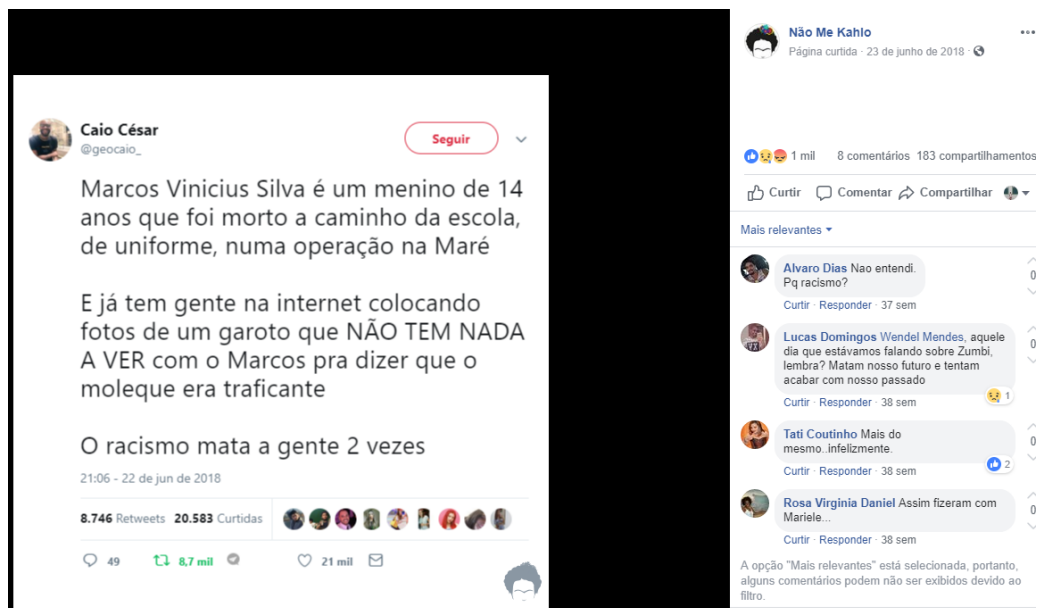


Figura 46. Postagem do dia 23/06/2018 com 1 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 06/05/2019.



Figura 47. Postagem do dia 14/09/2018 com 140 curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 06/05/2019.

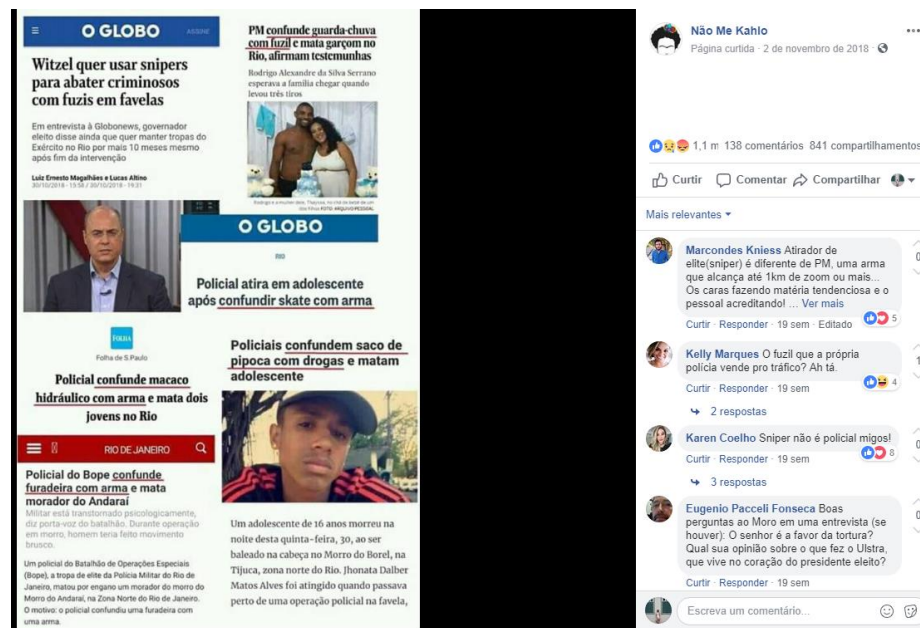


Figura 48. Postagem do dia 02/11/2018 com 1,1 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 06/05/2019.

O Atlas da Violência de 2018 realizado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) identifica sob inúmeros indicadores que em 2016 segundo informações do Ministério da Saúde (MS) o Brasil alcançou uma marca histórica de 62.517 homicídio, segundo suas constatações “isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes” (IPEA, 2018, p. 03). Desse resultado, focalizamos nas intersecções entre raça e gênero para mensurar como que ao longo dos anos vem sendo perpetuadas as desigualdades sociais.

Segundo constatações da pesquisa a passos das imagens acima, temos dimensões do problema que ainda é vigente no país.

Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídio de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídio de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídio de mulheres negras foi de 71% superior à de mulheres não negras (IPEA, 2018, p. 40).

O crescente número de homicídios da juventude negra tem sustentação sob o descaso das autoridades estatais em construir bases que garantem a segurança dessa comunidade, políticas públicas que fortifiquem a entrada dessas nos espaços sociais, seguridade para que estes possam entrar e permanecer em instituições de ensino, bem como no mercado de trabalho.

Porém, este exercício é feito e assegurado quando toda sociedade passa a entender os significantes desses números, compreender que transformações são constituídas de forma conjunta e sua efetividade só dará sentido a partir do momento que atitudes diárias sejam reavaliadas.

Desse modo, voltando a falar especificamente das mulheres negras temos como análise a figura 47 sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco (como já mencionado na categoria Violência: agressão física e moral) teve e tem vários fatores que se interligam, dessas, as classificações de gênero e raça. Marielle sendo mulher, negra, mãe, lésbica, moradora da favela da Maré e ocupante de um cargo de vereadora mais bem votada do Rio de Janeiro, tem seu assassinato ancorado nas perspectivas mais latentes de nossa sociedade, o machismo e o racismo, sendo estes, permanecidos nas presas do poderio social e político.

Assim como a morte Marielle, nas perspectivas de um crime sem respostas, mas sabendo quais foram suas circunstâncias, mulheres negras de todo Brasil vêm sendo alvo desses que se apresentam de forma cristalina e sutil. Segundo dados do Atlas da Violência no Brasil 2018, “em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa um aumento de 6,4%” (IPEA, 2018, p. 44), dessas

A categoria de gênero e raça são fundamentais para entender a violência letal contra a mulher, que é, em última instância resultado da produção e reprodução da iniquidade que permeia a sociedade brasileira. Desagregando-se a população feminina pela variável raça/cor, confirma-se um fenômeno já amplamente conhecido: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8% (IPEA, 2018, p. 51).

Fruto de ações políticas e sociais baseadas na parte da população sofre e morre diariamente, Berth (2018) indica que na “encruzilhada das opressões que constituíram nossa sociedade⁵⁸, há uma invisibilidade que é consequência da articulação dos grupos subalternos dentro da pirâmide social” (BERTH, 2018, p. 45). Esta encruzilhada parte do princípio que nas articulações sociais há uma bifurcação onde, o homem negro sofre o racismo e a mulher branca sofre o machismo, mas, nesse processo “onde fica a mulher negra?” (BERTH, 2018, p. 45-46) Quando Berth (2018) faz esta indagação sua resposta possui traços bastantes reflexivos, a pertença do não lugar nas relações sociais instauradas às mulheres negras é onde nasce toda

⁵⁸ “para lembrar da interseccionalidade cunhada por Kimberlé Creenshaw” (BERTH, 2018, p. 48).

uma engrenagem para se pensar a posição dessas diante as relações sociais entre homem branco, homem negro e entre as mulheres branca, discutido no início dessa categoria.

As mulheres da classe trabalhadora, em particular as de minorias étnicas, enfrentam a opressão sexista de um modo que reflete a realidade e a complexidade das interconexões propositais entre opressão econômica, racial e sexual. Enquanto a experiência das mulheres brancas de classe média com sexismo incorpora uma forma relativamente isolada desse opressão, a experiência das mulheres da classe trabalhadora obrigatoriamente situa o sexismo no contexto da exploração de classe – e as experiências das mulheres negras, por sua vez, contextualizam a opressão de gêneros nas conjunturas do racismo (DAVIS, 2017, p. 37).

Finalizamos esta categoria sob referência a imagem do Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, destacando a importância da *fanpage* em trazer à tona discussões como esta, bem como nos instigar a refletir sobre parâmetros sociais permanecido histórico e culturalmente.



Figura 49. Postagem do dia 25/07/2018 com 203 curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 06/05/2019.

As mídias digitais mesmo trazendo em seu bojo elementos de poder e opressão tem ao mesmo tempo significado uma plataforma eficaz para ativismos se estabelecerem em discursos que garantam uma efetiva e/ou uma lenta e gradual transformação em muitas pessoas onde tais conteúdos tem chegado. A visibilidade da *Não Me Kahlo* com mais de um milhão de curtidas em sua página no *Facebook* é uma janela aberta para que posicionamentos sejam postos e repercutidos, que as estatísticas sejam analisadas para fazerem sentidos quando Movimentos e Feminismo negro gritam “parem de nos matar”. Nesse sentido, a população, negra num geral e

as mulheres negras em específico, tem sua trajetória traçada sob muita resistência. O processo que estas enfrentam diariamente para serem aceitas marcam uma constante confrontação ao racismo que se configura institucional, político e social.

Joice Berth (2018) afirma por exemplo, que dentre os inúmeros percalços que estas mulheres vivenciam, o empoderamento e a reafirmação de sua estética negra é um contato direto para o desmoronamento do que seja belo para o senso comum. A autora escreve que avanços estão sendo verificados principalmente dentro do mercado de cosméticos e artigos de cuidados estéticos. Este fato se deve a influência por uma leva de mulheres exigentes que além de “não aceitarem mais gastar seus recursos financeiros com criações que não atendem suas necessidades, passaram a usarem na medida do possível produtos de fora, bem como utilizar o SAC de empresas com reclamações (BERTH, 2018, p. 113). Outro fator bastante presente foi a possibilidade que estas avistaram no mercado de digital formas de se posicionarem enquanto mulheres negras assim como de cobrarem a marcas de beleza um tratamento mais específico ao seu tipo de tom de pele e cabelo.

Estamos longe do ideal, mas é inevitável que avançamos nesse sentido. Linhas inteiras de produtos formulados para cabelos crespos, maquiagens para todos os tons de pele negra, cremes e filtros solares específicos, etc. O trabalho expressivo de *youtubers* e *digital influencers* negras também fazem importante frente de luta pela valorização da estética negra, uma vez que mesmo longe do discurso feminista ou racial, dialogam com a própria imagem dizendo e reafirmando que sim, pessoas negras, sobretudo mulheres negras, são naturalmente bonitas (BERTH, 2018, p. 113).

2.6. CATEGORIA 5 – EMPODERAMENTO FEMININO E SORORIDADE

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (SARDENBERG, s.d., p. 02).

Joice Berth (2018) discute que para adentrarmos às significações de empoderamento precisamos primeiramente compreender de qual poder exatamente estamos falando. Isso principalmente, quando “utilizamos um neologismo que significa, grosso modo, “dar poder” (BERTH, 2018, p. 11). De acordo com a autora, as conceituações sobre poder se constituem

teoricamente das mais variadas formas, porém, “o entendimento do significado de poder é quase que intuitivo” (BERTH, 2018, p. 11).

Sob vias de um recorte racial, Berth (2018) traz um olhar diante as características estéticas e culturais negras mostrando que dar poder nesse sentido seria estimular que tal grupo possa orgulhar e auto aceitar traços herdados pela ancestralidade. Isso seria permissível na base da informação, do conhecimento e na “capacidade crítica sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca, capacitando para que com suas habilidades próprias criem ou descubram ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vivem e em prol da coletividade” (BERTH, 2018, p. 14). A autora entende empoderamento como “um instrumento de emancipação política e social” (BERTH, 2018, p. 14).

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade, estamos na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, principalmente, um entendimento sobre a sua condição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. [...] O empoderamento que seguimos no presente trabalho não visa retirar poder de um para dar a outro a ponto de se inverter os polos de opressão, mas sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existência em sociedade (BERTH, 2018, p. 14-16).

Com base nessas explicitações empoderamento é algo constitutivo, ele é inerente a qualquer ser humano, porém saibamos o que ele significa em cada grupo e como ele opera em/sobre cada um. Dar poder, é possibilitar ferramentas para que naturalmente indivíduos possam se auto reconhecerem como realizadores de suas próprias ações. Para isso, Joice Berth (2018) nos conduz que empoderamento nasce pelo conhecimento e informação, pelo fortalecimento financeiro, pelas relações estéticas quando esta deixa de universalizar sobre um só tipo de beleza e passa a construir significados sobre outros traços estéticos e étnicos.

Visto que, o exercício de nos fortalecer individualmente é a porta de entrada para que o coletivo possa se espelhar, e quando a comunidade toda se fortalece é que se constitui um resultado suficiente. Nunca estamos inteiramente empoderados se a coletividade não conduzir estas mesmas significações.

Nesse sentido, podemos considerar o critério do porquê juntarmos os dois termos nesta categoria, sororidade e empoderamento. Mesmo possuindo significados dispares, o diálogo entre ambos não parece tão distante assim. Tanto um quanto outro não andam sozinhos, sororidade é a nossa capacidade empática de enxergarmos na outra reações de fragilidade, e

acreditamos que só podemos ser capazes de visualizar este estado quando fortalecemos nossas capacidades individuais sendo estas umas das significações do empoderamento.

Para tanto, nas postagens que serão aqui analisadas iremos questionar como tais elementos estão sendo tratados em ambas as *fanpages*. Contabilizando um total 50 *posts*⁵⁹ entre as duas páginas, esta categoria, entre as 6 aqui analisadas foi a que mais somou publicações. Podemos mensurar este número como uma possibilidade crescente que cada vez mais o público tem interessado nesses assuntos, fazendo observar que é preciso dar condições, mecanismos para entenderem o significado de empoderar-se.

Sugerimos como inicial, a indagação postada pela *fanpage Não Me Kahlo* na figura abaixo.



Figura 50. Postagem do dia 20/02/2016 com 29 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

As percepções que esbarram nessa pergunta é o princípio ativo para revermos como nossas ações são reflexos de tudo que tem sido construído sob a ideia do que é ser mulher. Simone de Beauvoir nos diz que mulher é a espécie invisível, sempre depois, o segundo sexo. Este argumento nunca foi nulo, visto que as consequências de sempre estarmos à sombra fizeram com que mulheres ao longo da história negassem sua própria existência enquanto sujeita política, bem como serem delineadas a funções sociais específicas.

Se levarmos a cabo esta interrogação, ela pode ter outras interpretações dependendo do contexto a que você emprega, onde você compartilha, sobre o que você se refere ao fazer a

⁵⁹ Porém não colocamos todos dentro do corpo do texto. Vendo que muitos tinham as mesmas significações descemos para anexo.

pergunta. Porém, pensando na delimitação do espaço onde esta foi publicada, tencionamos um olhar mais político, social, crítico na relação entre sujeita e os limites de um sistema patriarcal. Podemos correlacionar “o que você deixou de fazer por ser mulher” sob o que Foucault (2014) chama de interdição, quando se trata do primeiro procedimento de exclusão dentro do que está inserida a sociedade na produção do discurso. A proibição como arma que delimitações, é a causa primeira dentro de uma estrutura dual que tenciona gênero e dessa raça.

Os dois comentários que aparecem na imagem interpretam os sentidos da pergunta sob aspectos que não abarcam o central da problemática, de uma lado tem-se a ideia da força física, do trabalho pesado, que obviamente a anatomia do homem tem essa pertença, mas não é pretexto para pensarmos em diferenças, pois se olharmos para o corpo da mulher sua anatomia a gestação é tão resistente quanto à força de um homem por exemplo. Do outro lado, remete sobre como o processo dos silenciamentos se constrói a partir dos julgamentos sociais, onde também não é nosso caminho para entender o contexto da pergunta, pois tencionamos nossa olhar para o que não é visível, problematizar sobre o subjetivo, o não palpável, sobre aquilo que é invisível e naturalizado sobre o que é ser mulher.

Para isso, exemplificamos abaixo uma série de depoimentos⁶⁰ postados pela *fanpage Vamos Juntas?* para entendermos como as subjetividades criadas envolta do corpo feminino coadunam tanto nos comportamentos dos homens na perspectiva de aspirar uma liberdade, diante o inverso às mulheres. A construção histórica nas percepções masculinas, fizeram com que hoje estudos feministas estejam latentes na reconstrução das relações das mulheres pelo seu empoderamento e pelas bases da sororidade.

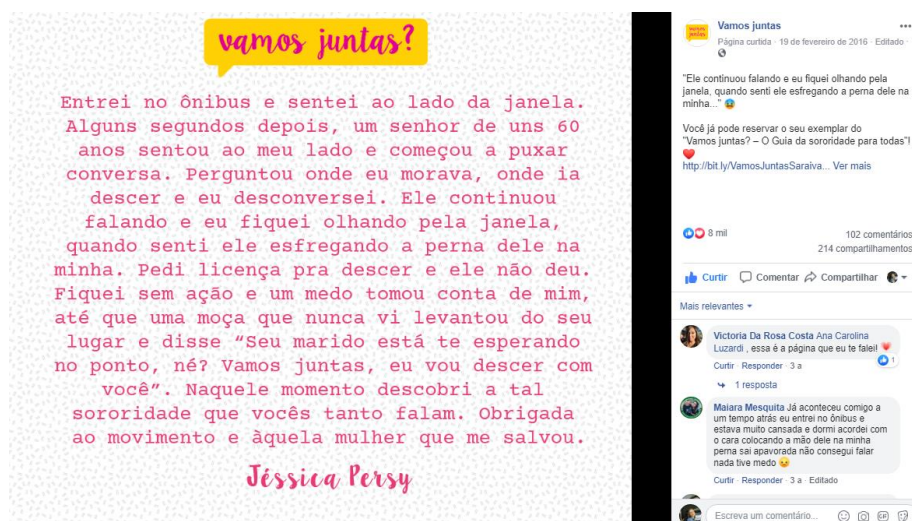


Figura 51. Postagem do dia 19/02/2016 com 8 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso. 22/05/2019.

⁶⁰ Como há um número expressivo de postagens iremos colocar algumas em anexo, porém referenciando-as no corpo do texto.

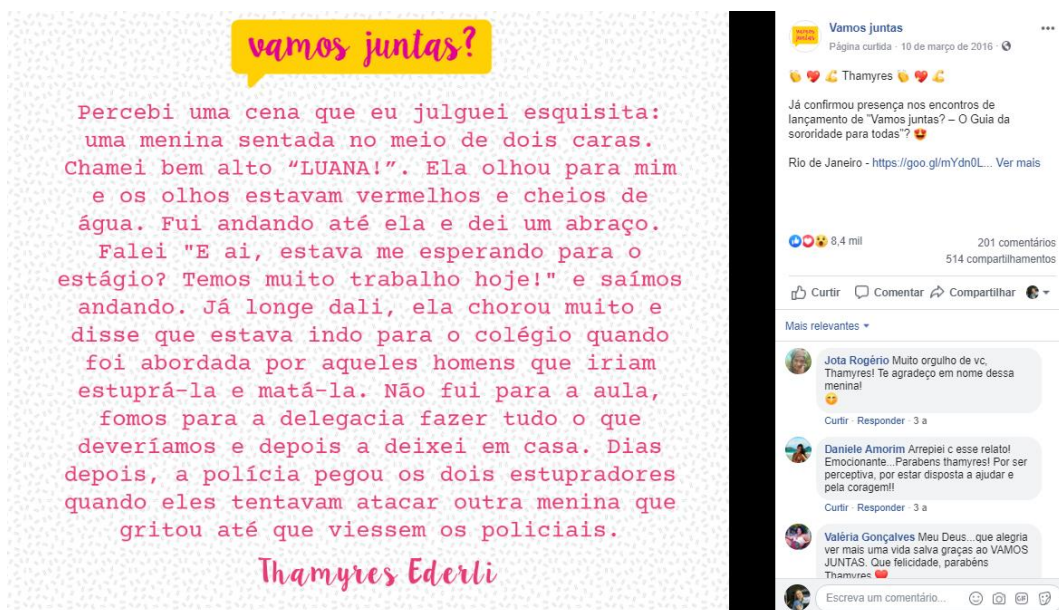


Figura 52. Postagem do dia 10/03/2016 com 8,4 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

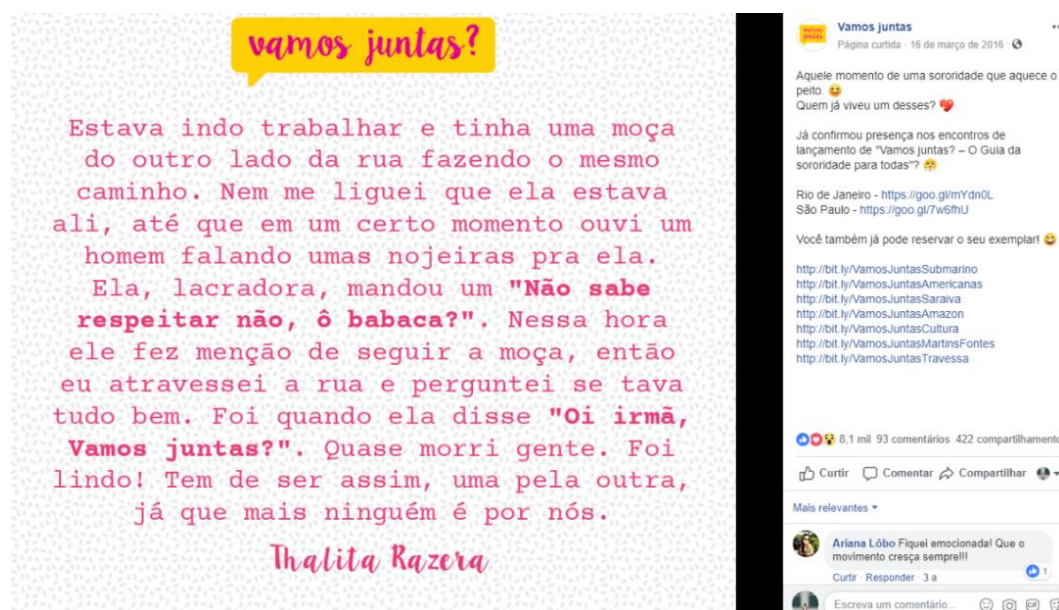


Figura 53. Postagem do dia 16/03/2016 com 8,1 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

Berth (2018) entende que “o empoderamento individual e coletivo são duas faces indissociáveis do mesmo processo, pois o individual está fadado ao coletivo, uma vez que, uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades” (BERTH, 2018, p, 42). A ideia de empoderar, parte do individual para o coletivo e vice-versa, não há uma comunidade empoderada senão houver uma reconstrução particular nos indivíduos. Esta é uma atividade integrada e necessariamente coletiva. Berth (2018), segundo conceituações de Madalena Leon vai dizer que uma “coletividade empoderada,

consequentemente será formada por indivíduos com alto grau de recuperação da consciência do seu eu social, de suas implicações e agravantes” (BERTH, 2018, p. 41).

Nesses parâmetros, se relacionarmos a ideia de empoderamento com as conceituações de sororidade podemos calcular um certo grau de avanço dentre as perspectivas que abrangem as relações sociais entre mulheres. Ao observamos o cerne de cada depoimento acima, vemos como se dão o apoio uma com as outras na busca por superar medos e frustrações que carregam diante uma realidade que sempre as sobrecarregaram⁶¹.

O medo, uma marca constante no dia a dia das mulheres, construído na base de uma dominação masculina, articularam que o lugar social da mulher não deve ser compatível aos espaços públicos. A ideia subjetiva de que para ser homem de verdade é preciso proceder de forma grotesca, viabilizou que o corpo social da mulher estando fora do privado esteja naturalmente posto a desmoralização e banalidade. A palavra *não* advinda da boca das mulheres nunca esteve em êxito diante a olhares, julgamentos e ‘cantadas’ do outro, o homem.

A partir do momento que entendermos a importância em estimular a empatia entre mulheres, interpretada dentro das conceituações de sororidade e pelas bases teóricas do empoderamento feminino, é que vamos assentir com que cada *fanpage* propõe, pois, elas representam atualmente o mecanismo mais fácil para que muitas mulheres possam estar mais perto de informações antes obscurecidas: sejam pelas explicações de como articulam as relações opressoras em sociedade e como tais precisam ser questionadas, a importância para muitas em ler uma frase motivadora, que faça acreditar em seu potencial ou um espaço onde muitas desabafam, escrevem seus depoimentos e ainda a importância de palestras que as idealizadoras fazem fora do mundo *on-line*.

O empoderamento precisa incluir mudanças individuais e coletivas, em “um processo desenvolvido com a comunidade, com a cooperação e solidariedade. Ao levar em conta o processo histórico que cria a falta de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais atuais; isto é, reconhecer o imperativo da mudança” (LEON, *apud*, BERTH, 2018, p. 41).

Identificamos dentre as postagens selecionadas como esta categoria é essencial para a pertença das mulheres aos espaços, e além, a importância que é proporcionar um espaço para que suas vozes sejam ouvidas. As *fanpages*, ao trabalharem de forma diversificada, tendem ao máximo trazer para o bojo das discussões demandas que agregam todas as lutas feministas, com frases motivadoras, palestras, problematizações de noticiários e estatísticas. O objetivo de

⁶¹ Podemos identificar também como se dá esta rede de apoio nos depoimentos das figuras 101; 102; 103; 104; 105; 106; 107, 108; 110; 111; 112; 113; 116; 118; 119; 121; 122 e 123 (em anexo).

ambas, coadunam quando estas inter-relacionam mulheres como protagonistas, fazendo com que confrontem de forma sólida uma estrutura que tem se firmado para deslegitimar suas condições enquanto sujeitas.

Pensando nisso, as postagens que seguem, são frases que as fanpages publicam como mecanismo para encorajarem, estimularem mulheres a refletirem sobre suas forças, coragens e se reconhecerem como indivíduos pertencente ao meio social, que merecem respeito bem como ser tratada como sujeita portadora de direitos civis. A primeira frase, por exemplo, é uma citação feita por Nelson Mandela, podemos considerá-la como uma referência direta frente as conceituações de empoderamento, pois se analisarmos bem, as mudanças das estruturas formadas culturalmente só vão surtir efeitos quando as concretudes das quais o poder está firmado sofrerem alterações.



Figura 54. Postagem do dia 18/07/2018 com 878 curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

O debate sobre dominação masculina nas sociedades contemporâneas – ou o “patriarcado”, como preferem algumas – abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia (MIGUEL, 2014, p. 18).

O debate diante as perspectivas de mudanças, principalmente frente as desigualdades em gênero e as desigualdades de raça entre mulheres, só chegará a um êxito quando estruturalmente a base social da pirâmide caracterizar como ponto inicial para começar as transformações, em um movimento de baixo para cima. Angela Davis (2017) lembra que empoderamento para mulheres afro-americanas não é um conceito novo, de tempos elas já

discutem a importância de ocupar espaços e compreende como se articulam suas pertencas dentre as relações sociais (DAVIS, 2017, p. 15).

Por quase um século, temos nos organizado em grupos voltados a desenvolver coletivamente estratégias que iluminem o caminho rumo ao poder econômico e político para nós mesmas e para nossa comunidade. [...] Hoje, quando refletimos sobre o processo de empoderamento das mulheres afro-americanas, nossas estratégias mais eficazes continuam sendo aquelas guiadas pelo princípio adotado pelas mulheres negras do movimento associativo⁶². Precisamos nos esforçar para “erguer-nos enquanto subimos”. Em outras palavras devemos subir de modo a garantir que todas as irmãs, independente da classe social, assim como todos nossos irmãos, subam conosco (DAVIS, 2017, p. 15-17).

A autora ainda acentua que o lema das afro-americanas “erguer-nos enquanto subimos” tem sido um forte percurso para que as mudanças se acentuem nas partes mais cruciais dentre as desigualdades que se firmam entre as origens raciais. Posicionar diante o problema e desses articular estratégias que abarquem todas de modo geral é fazer com que a roda das desigualdades gire, possibilitando novos momentos para grupos historicamente invisibilizados. Angela Davis (2017) entende que se as preocupações advindas de dentro do grupo de mulheres negras, estas constituindo a base da pirâmide e historicamente submetidas a invisibilidade, não estarem dentro das discussões pelos direitos das mulheres, então não estamos atribuindo um compromisso sério com o conceito de empoderamento (DAVIS, 2017). Pois, acrescenta a autora, “essas são algumas das questões que devemos considerar se queremos erguer-nos enquanto subimos” (DAVIS, 2017, p. 17).

Este é um importante posicionamento para as crescentes gerações que avistam o feminismo por meio de redes sociais de *internet*, precisamos estar atentas quando dizemos e como atribuímos o termo empoderamento de forma geral às mulheres. De que empoderamento estamos falando para uma mulher negra que sempre se viu na obrigação de sustentar sozinha desde muito nova uma família inteira advindo de um trabalho doméstico tendo sempre como padrões pessoas brancas? É preciso, ao abordar noções de empoderamento, termos uma

⁶² Ao longo da última década do século XIX, após serem repetidamente rechaçadas pelo racialmente homogêneo movimento pelos direitos das mulheres, as mulheres negras formaram seu próprio movimento associativo. Em 1895 – cinco anos depois da fundação da General Federation of Women’s Clubs [Federação Geral de Agremiações de Mulheres], responsável por consolidar um movimento associativo que refletia as preocupações das mulheres brancas de classe média –, cem mulheres negras de dez estados se reuniram na cidade de Boston, sob liderança de Josephine St. Pierre Ruffin, para discutir a criação de uma organização nacional de agremiações de mulheres negras. Em comparação com suas colegas brancas, as mulheres afro-americanas que instituíram esse movimento associativo nacional articularam princípios de natureza mais evidentemente política (DAVIS, 2017, p. 15).

consciência sólida em avaliarmos qual é nosso lugar de fala e como estamos tratando os mecanismos do empoderar-se diante as mulheres de todas as classes e cores.

Soares (1994), por exemplo, ao falar sobre a trajetória do movimento feminista no Brasil considera que a partir da década de 1980, o movimento se ergueu mais “complexo em sua organização e mais diversos ideologicamente, isso advindo de uma reorganização partidária, tendo se polarizado pelas diversas propostas que surgiram” (SOARES, 1994, p. 18). A autora acrescenta que o “feminismo se diversificou criando novas formas de organização e instituindo práticas como coletivos voltados para ações relacionados ao corpo, à saúde, à sexualidade feminina e questões da violência” (SOARES, 1994, p. 19).

Nesse mesmo panorama, Soares (1994) entende que para se ter uma compreensão quanto a história do movimento de mulheres é necessária que para além das discussões de gênero, sejam debatidos os temas que englobam relações de classe e raça. Isso porque a reestruturação de mulheres e homens negros no Brasil pós-escravocrata se prendeu a uma liberdade velada diante a inserção desses indivíduos socialmente (SOARES, 1994, p. 20).

As mulheres negras, ao criarem suas formas próprias de organização, seus próprios encontros etc, se constituíram numa outra vertente do movimento de mulheres, e têm mantido uma relação educativa com o feminismo ao iluminarem as questões da diferença e igualdade entre as mulheres negras e brancas e ao introduzirem a necessidade concreta de se utilizar também a categoria raça, além do gênero, para uma compreensão mais concreta da realidade de exclusão das mulheres (SOARES, 1994, p. 20-21).

Nessa perspectiva, a imagem direcionada abaixo é de uma frase dita pela jovem ativista paquistanesa Malala Yousafzail, suas concepções são de grande importância para esta nova geração que vem pensar a luta pelos direitos das mulheres. Estabelecendo seu foco na educação como arma para as transformações, o posicionamento de Malala abarca um ponto forte diante o empoderamento feminino. Sua busca em tentar uma equidade entre homens e mulheres, principalmente, diante a cultura estruturada em seu país tem passagem direta diante a escrita, a leitura, informação e a educação.



Figura 55. Postagem do dia 29/09/2018 com 988 curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

Rute Baquero citada por Joice Berth (2018) acentua que a “escrita sempre esteve, de alguma forma, associada ao poder, isso desde as civilizações antigas quando os escribas tinham o poder da escrita” (BERTHI, 2018, p. 23). Portanto, isto se entrecruza com toda história das mulheres e dessas com a recente história de Malala que em 2012 foi alvo de ataques por estar defendendo que a educação chegasse a todas as meninas de seu país.

Desse modo, podemos estabelecer que o conhecimento é uma das armas mais potentes em ocasionar mudanças nos cenários sociais. Possibilitar que estas adentrem nos espaços educacionais, estimular as crianças que o conhecimento é sinônimo de poder, não para efetuar sobre a/o outra/o, mas para dar credibilidade na construção do seu eu, de sua autoconsciência e auto reconhecimento enquanto sujeita, tem situado uma das chaves diante do que Berth (2018) chama de Teoria do Empoderamento.

Um outro fator crucial que devemos enaltecer advindo da luta feminista, foram as incisivas pressões sociais em constituírem como indivíduos portadoras de direitos podendo escolher e serem escolhidas dentro dos âmbitos políticos através do voto. A página *Não Me Kahlo* ao publicar esta foto como forma de lembrar que 24 de fevereiro é marco para as brasileiras na luta por uma cidadania civil digna demarca um avanço exponencial diante as relações sociais daquilo que se estruturaram para as mulheres.



Figura 56. Postagem do dia 24/02/2018 com 1,8 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 22/05/019.

De acordo com Céli Regina Jardim Pinto (2003), as mulheres tiveram seu aparecimento nas lutas por seus direitos desde os primórdios da Revolução Francesa século XVIII. Estas relacionadas a sua emancipação enquanto produto da vida privada. Desde então, as manifestações se intensificaram dando saltos para uma “campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e serem votadas”, isso já na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX (PINTO, 2003, p. 13). Desde então, conhecidas como as sufragistas, o movimento se engendrou pela Europa e pelos Estados Unidos, “construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo” (PINTO, 2003, p. 13).

No Brasil, associada ao nome Bertha Lutz, “a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras” (PINTO, 2003, p. 13). Denominada de sufragismo à brasileira, a autora classifica que o direito de voto das mulheres era algo já condizente e “foi discutida na Constituição republicana de 1891” (PINTO, 2003, p. 15). Porém, só depois de muitas idas e vindas que efetivamente em 1932 consolidaram a participação das mulheres na política no Brasil⁶³. Porém, é preciso ressaltar que o feminismo de primeira onda teve muitos entraves, principalmente dentro das linhas de classe e raça, como identifica Silva (2019),

⁶³ A luta pelo direito ao voto da mulher chegou a seu fim em 1932, quando no Código Eleitoral incluiu a mulher como detentora do direito de votar e de ser votada. Mas a FBPF (Federação Brasileira pelo Progresso Feminino) não diminuiu suas atividades nos primeiros anos da década de 1930: tentou, sem sucesso, eleger Bertha Lutz para a Constituinte de 1934; pressionou parlamentares para incluíram na Constituição novos direitos para a mulher; promoveu uma convenção nacional na Bahia, que pretendeu dar nova estrutura hierárquica e burocrática à federação com o objetivo de transformá-la em uma grande organização nacional (PINTO, 2003, p. 28).

As primeiras reivindicações do feminismo de primeira onda foi basicamente que elas tivessem direitos já considerados básicos aos homens, tais como o direito ao voto, à participação na política e na vida pública. [...] É fácil notar por essas demandas que a primeira onda do feminismo era praticamente dominada por mulheres brancas e burguesas [...] enquanto as mulheres brancas estavam lutando por direito de participação política, as mulheres negras estavam lutando para serem reconhecidas como seres humanos [...] Por isso essa primeira fase foi bem dividida, pois parte das feministas lutou por algo ainda mais básico, a abolição da escravidão (SILVA, 2019, p. 8-9).

A importância das *fanpages* em publicizar acontecimentos históricos como este, é um passo para que muitas mulheres desse momento digital se reconheçam e conheçam a história do movimento. Um movimento que começou totalmente inquieto diante as injustiças estruturadas ao sexo feminino e que ao longo dos anos foi se reestruturando, se dividindo, em outros eixos teóricos e tomando fôlego cada vez maior para esclarecer que as conquistas das mulheres devem ser gradualmente reforçadas, assim como Beauvoir já dizia “Não basta uma crise política, econômica ou religioso para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Portanto, reforçar esses direitos com matérias de cunho informativo com a visibilidade que estas *fanpages* possuem, é estabelecer que muito mais se juntem a lutar por uma causa que é de todas/os nós.

O conjunto de postagens abaixo referenciadas identificam o quanto o processo histórico exerceu sobre nós mulheres conflitos internos e externos sobre nossa existência, nossa essência, nossas relações, nossas subjetividades, nossa capacidade, nossa relação e posição com/no mundo social e político, nossas forças e coragens. Tudo isso foi exercido e dominado por práticas e discursos hegemônicos advindos de um grupo restrito composto por homens e desses brancos.

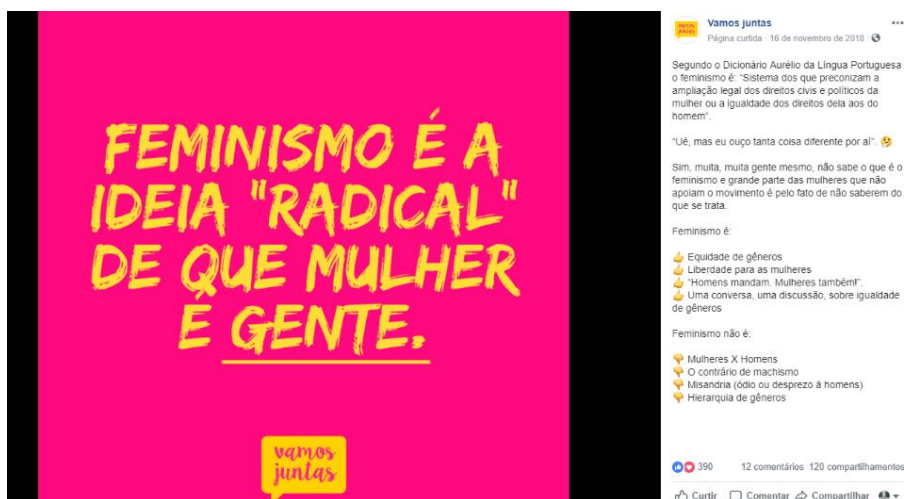


Figura 57. Postagem do dia 16/11/2018 com 390 curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.



Figura 58. Postagem do dia 28/12/2018 com 198 curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

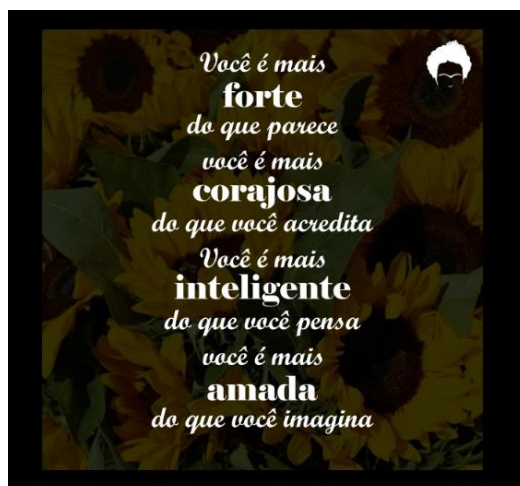


Figura 59. Postagem do dia 06/09/2017 com 1 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.



Figura 60. Postagem do dia 13/01/2016 com 10 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

Márcia Tiburi em um artigo para a Revista Cult descreve da seguinte maneira,

Historicamente as mulheres não tiveram direito à voz. Por isso, ficaram de fora do poder. A conquista do poder é a conquista da voz. A voz também é corpo. A conquista da voz é a conquista do corpo. Por isso, quando uma mulher se pronuncia sobre sua vida, seu desejo, seu lugar, quando ela vota, ou quando ela se candidata a um cargo, quando ela assume espaço na vida pública, tudo isso é efeito da voz, que é mais do que uma metáfora do poder. É o caminho do poder e sua expressão. A história das mulheres é a história de um grande silêncio. Um silêncio na política, na ética, na estética, na religião. Um silêncio que é fruto do controle que a denominação masculina exerceu sobre mulheres impedindo-as de chegarem ao poder (TIBURI, 2015, *on-line*).

São nessas circunstâncias que nascem as possibilidades em entender as bases do empoderamento, Berth (2018) vai colocar que “muitas vezes estar imerso na realidade opressiva impede-lhe uma percepção clara de si mesmo enquanto oprimido” (BERTH, 2018, p. 15). O princípio do empoderamento feminino é procurar nos instruir para enxergarmos de fora o que acontece no restrito das ações que nos dominam, e isso só é possível quando nos fortalecemos e reestruturamos nossas capacidades individuais através de um auto reconhecimento de si para com o opressor.

O sentido de empoderamento dentro desse trabalho dissertativo não é ocasionado pela inversão de papéis, não é o oprimido se transformar no opressor, mas é instrumentalizar as mulheres, em todas as circunstâncias de classe e raça e a comunidade num geral que existe um problema social e para que isso resulte em algo transformador precisamos que o poder da voz equalize diante todas as diferenças biológicas, étnicas, classe, gênero e raça.

Empoderar dentro das premissas sugeridas é, antes de mais nada, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da história. Esse entendimento é um dos escudos mais eficientes no combate a banalização e esvaziamento de toda a teoria construída e de sua aplicação como instrumento de transformação social (BERTH, 2018, p. 16).

Na figura 54 por exemplo, observamos que a palavra feminismo não é considerada como uma ‘boa coisa’ socialmente. Há emoldurado uma concepção sob essa prática que por tempos vem colocando toda uma luta de mulheres em significações pequenas e sem contundências. Deliberar que ser feminista é olharmos para nós enquanto sujeita, é um ato político e dentro de uma sociedade conservadora/patriarcal isso significa um rompimento, mexer com as bases sólidas/confortáveis que culturalmente tem posto nossos corpos.

Segundo Teles (2017), assim como aparece como significado no Dicionário Aurélio exemplificado na imagem, “feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade (TELES, 2017, p. 22). Nesse sentido, estar ciente diante a história e qual sua posição nela, é compreender o quão controverso tem sido a construção de nosso pertencimento enquanto sujeitas históricas.

O feminismo coloca o dedo na ferida, mostrando que as mulheres foram e ainda têm sido esquecidas não só em suas reivindicações, lutas, direitos, mas em suas ações. Suprimidas da História, foram alocadas na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado. O feminismo aponta para a crítica da grande narrativa da História, mostrando as malhas de poder que sustentam as redes discursivas universalizantes. O feminismo denuncia e critica. Logo, deve ser pensado e lembrado (RAGO, 1996, p. 15).

Na imagem abaixo, figura 61 com 8,4 mil curtidas, o que nos chamaram atenção foram os 4 comentários que aparecem. Podemos identificar que tais comentários utilizam da sátira como forma de desmerecer ações que didaticamente a *fanpage* tem articulado para que mulheres possam se instrumentalizar de forma que façam parte de suas ações no dia a dia.

Soihet (2005) ao citar Ariès (1998) coloca que a “utilização dos discursos cômicos a fim de manter a inferioridade feminina, é uma das marcas que possibilitam um contato com a construção dos papéis de gênero” (ARIÈS, *apud* SOIHET, 2005, p. 593). Nesse caso, podemos compreender que esses 4 homens estando em seu estado de privilégio social e, todavia, utilizando “seu poder de fala” conduzem muitas a uma reflexão distorcida diante da luta que tem como principal objetivo a emancipação dessas às armadilhas opressoras. Quando identificamos comentários advindos de homens com esta linha de raciocínio entende-se que estamos entrando em posições que até então eram exclusivas e pertencentes a este grupo, estamos deslocando uma estrutura que tem permanecido por tempos naturalizada.



Figura 61. Postagem do dia 30/09/2017 com 8,4 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

As *fanpages*, no entanto, tem disponibilizado e preparado formas para estarmos cada vez mais perto desses instrumentos de transformações, em palestras, eventos, entrevistas, disponibilizando números de telefones que podemos ligar e conversar, como por exemplo o 141 (Centro de Valorização da Vida), organização de espaços para o fortalecimento de mulheres empreendedoras como a FIME-Feira Itinerante de Mulheres, identificamos fortalecimentos quando as *fanpages* são apoiadas a crescerem como em 2018 a *Não Me Kahlo* se tornar um ONG (Organização Não Governamental).

As cinco postagens acima, deliberam um pouco daquilo viemos falando até aqui. Identifico como positivo a forma com qual as páginas acreditam na transformação social advindo do autorreconhecimento, determinação e colisão com as estruturas opressoras. Há um crescente estímulo em conceder às mulheres uma relação de amor próprio, de identificação com sua própria força, de entender que ainda a sororidade está viva e a empatia uma das saídas frente a desuniam que sempre nos foram ensinadas.

O Movimento Feminista via *internet* é primordial para que a sociedade mesmo não interpretando da forma eficaz os conteúdos explicitados, esteja ao menos visualizando que ainda existe um problema, existe uma realidade que colocam mulheres em condições subordinadas, que ainda a violência é parte viva em muitas relações “afetivas”, que o racismo oprime involuntariamente mulheres e homens, que involuntariamente jovens, mulheres, crianças sofre com abusos, estupros naturalizados por uma sociedade ainda muito patriarcal. Então, conceder espaços e dar vozes para que muitas falem e ouçam é caminho para a

compreensão de muitas atitudes que no processo de naturalização sobre o corpo feminino isso não foi problematizado.



Figura 62. Postagem do dia 10/09/2016 com 6,4 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 22/05/2019.



Figura 63. Postagem do dia 29/07/2019 com 476 curtidas. Fonte: Página Vamos Juntas? no Facebook. Acesso: 22/05/2019.



Figura 64. Postagem do dia 04/11/2018 com 228 curtidas. Fonte: Página da Vamos Juntas? no Facebook. Acesso: 22/05/2019.



Figura 65. Postagem do dia 05/11/2017 com 92 curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 22/05/2019.



Figura 66. Postagem do dia 24/10/2017 com 179 curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

Por outro lado, as *fanpages* no propósito de sempre aperfeiçoarem e trazer novos métodos de fortalecimento e projetos para o público acompanhante intensificaram no ano de 2018 transformações dentro dos âmbitos organizativos e colaborativos. Pelo lado da *Não Me Kahlo* foi verificada uma forte campanha no objetivo que esta tornasse uma ONG. O objetivo em tornar uma Organização Não Governamental adveio da necessidade de conceder projetos que garantam resultados mais abrangentes, de poder passar a credibilidade de um coletivo centrado em fortalecer e trazer com mais veemência “a força da informação para promover a autonomia feminina” (SITE NÃO ME KAHLO, on-line).



Figura 67. Postagem do dia 11/04/2018 com 252 curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

E pensando na *Vamos Juntas?* a mudança veio na escrita de seu nome (ver figura 63) agora não como forma de convite, mas como uma afirmação que estamos juntas. Isso sinal que de alguma forma os efeitos do que era um convite tenderam em tornar uma prática entre as mulheres. A partir do momento que se propõe mudanças nos objetivos iniciais de um projeto, é que de certa forma já pôde visualizar transformações nas relações sociais, o aperfeiçoamento desses projetos buscam se firmarem juntos e contínuo com suas principais solicitações, no caso, visualizar em cada degrau que as mulheres avançaram um momento para estenderem seu fortalecimento. Porém, em toda escrita da dissertação optamos por permanecermos com a grafia em forma interrogativa, pois dado que nosso recorte temporal se inicia em 2016 e a mudança só veio acontecer no final do ano de 2018.



Figura 68. Postagem do dia 21/09/2018 com 925 curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

Finalizo esta categoria, com uma postagem feita pela *Não Me Kahlo*. O contexto pelo qual este poema foi criado atende ao ano de 2016 quando iniciou discussões sobre o *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff na política brasileira. Desde então, começaram pesquisas sobre quem viria a ocupar o posto de primeira-dama ao lado do que era vice de Dilma, Michel Temer. Dentre estas questões, a revista *Veja* em matéria publicada dia 18 de abril de 2016 denominou a esposa de Michel, Marcela Temer pelos adjetivos “bela, recatada e “do lar”. A partir dessa matéria, iniciou na *internet*, principalmente dentro de grupos feministas, debates e problematizações quanto a comparação de uma mulher que estava preste a tornar uma figura pública no cenário político e de onde teria que desempenhar papéis estando neste posto e no entanto carregando como lema atributos que por décadas Movimentos Feministas buscam desnaturalizarem.



Figura 69. Postagem do dia 20/04/2016 com 75 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

Ao explicitar estes denominadores como forma de apresentação de uma mulher, é como se retrocedêssemos todo um o contexto histórico de um sistema intrinsecamente patriarcal onde a mulher deveria satisfazer todos os desejos do homem. As idealizações postas às mulheres em estarem sempre belas, arrumadas, discretas, comportadas, caladas e constante dentro dos âmbitos privados e é o que espera uma sociedade ainda muito conservadora. Dentre as inúmeras formas que mulheres, grupos feministas buscaram criticar este discurso dentro dos mínimos avanços que já haviam obtidos em relação à nossa liberdade de serem o que quiserem, foram através de poemas como o exemplo acima, *hashtags* repudiando tais expressões, textos, imagens, entre outros.

Diante o contexto político conservador qual o Brasil vem enfrentando desde o ano de 2016, Movimentos Feministas em *internet* tem sido importantes aliados para que não percamos esperança em tudo que até aqui tem sido construído. Mesmo que existam dentro das redes digitais opressões em vários âmbitos, mesmo que todos os dias quando abrimos as redes sociais estejam lá notícias de feminicídio, relacionamento abusivo e práticas racistas, este espaço ainda significa como uma das formas mais eficazes dessa década em possibilitar que a maioria das pessoas dentre todas as esferas sociais visualizem um ativismo que acredita na equidade, no fortalecimento e no empoderamento feminino.

2.7. CATEGORIA 6 – OUTROS: SUPERIORIDADE DO MASCULINO, IDEAL DE BELEZA, DESCONSTRUÇÃO DE PADRÕES

Entendemos como importante para esta categoria as percepções desses três estágios que juntos correlacionam o que veio a construir as subjetividades de indivíduos. Em sociedade é ‘natural’ enaltecermos os denominadores que advém do masculino. Pode ser referência a um elogio, quando pergunta o sexo de uma criança, quando fazemos um bom trabalho relaciona primeiro ao homem, entre outros. A problemática da construção do ‘sexo universal’ é o fato que dialogamos primeiro com ele e relaciona a outra a submissão. O denominador razão funciona para o homem e a emoção/sensibilidades às mulheres.

Ao longo dos desdobramentos para esta categoria, veremos como as *fanpages* tem construído e buscado o debate sobre estas questões, sabendo que estas são temáticas que influenciam isoladamente tanto sujeitas e quanto sujeitos.

Orlandi (2003) esboça, que depois de coletado o material bruto da análise (as escolhas das postagens, por exemplo), ele deixa de ser superficialidade linguística e passa a ser objeto discursivo, onde este conduzirá a uma materialidade linguística: “como se diz, quem diz, em que circunstância, de que lugar se fala x, y, z” (ORLANDI, 2003, p, 65).

Descrevendo a figura 70, temos em segundo plano um fundo de cor azul e várias estrelas multicoloridas em pequenas proporções e em primeiro plano uma sobreposição com fundo branco e escrito na espécie de um diálogo o dilema que uma moça está enfrentando para sair de casa. Proponho a pensar este dilema sobre aquilo que Foucault (2014), ao falar sobre o louco na Idade Média denomina de “verdade mascarada” (FOUCAULT, 2014, p. 11). Correlaciono este signo, com o desdobramento de uma “liberdade mascarada” condicionada as mulheres.

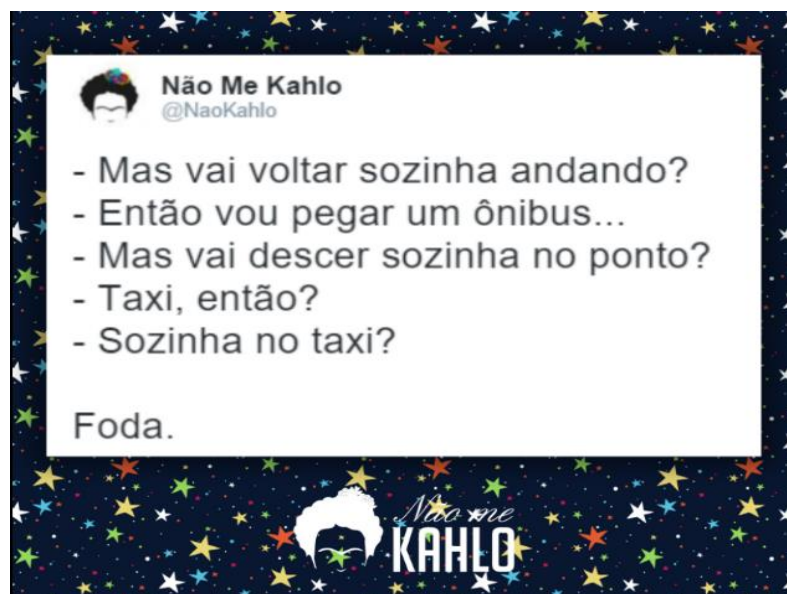


Figura 70. Postagem do dia 23/02/2016 com 73,6 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 26/03/2019.

Há explícito no diálogo, que quem está respondendo é uma mulher, porém, o que há de implícito é quem faz as indagações. Os sentidos interpretativos mudam de acordo de quem seja o locutor. Isto porque, sujeitas e sujeitos no arrolar das construções culturais históricas sempre estiveram atrelados a superior/inferior, dominado/dominador, oprimido/opressor. Estes jogos dualísticos no interior das sociedades são referências daquilo que cada um foi sujeitado, e desses nas relações de gênero, classe, raça e etnia são condicionados poderio as características biológicas ao: homem, branco, hétero.

As perguntas na imagem são feitas por quem dentro dos afetados pelo contexto histórico? Que liberdade é essa que nos veda a andarmos sozinha na rua, a andarmos de ônibus e que nos é aconselhado a não pegarmos um taxi? Orlandi (2003) relaciona que ao trabalharmos dentro da Análise de Discurso é penetrar em “uma região menos visível, menos óbvia, mas igualmente relevante, que é a materialidade histórica da linguagem” (ORLANDI, 2003, p. 68). Os processos linguísticos de quem é afetado diretamente pelos padrões de uma sociedade patriarcal/conservadora é ligeiramente diferente daqueles que proclamam estes mecanismos.

Há, pelo menos três hipóteses de interpretação. Primeiro: a figura de uma mãe às perguntas. Estando ela condicionada aos mesmos perigos que a filha possa correr, a preocupação não é pelo fato dela estar na noite, no táxi, no ônibus, na rua, mas é do que a partir deles possam surgir, a insegurança não está ligada a espaços, mas do é a estrutura cultural histórica dos corpos que neles ocupam.

Segundo, a figura do pai fazendo as indagações. Ele enquanto homem, criado socialmente como um corpo predestinado as relações de poder, a autonomia da fala e aos ordenamentos do sim e do não. Imagine ele, estabelecendo uma espécie de proteção a filha ao pensar nas condicionantes que o sexo masculino obteve enquanto sujeito na história social. A vulnerabilidade ensinada as mulheres, é sinônimo da palavra ‘sozinha’ no diálogo, revelando que estas sempre necessitam estar acompanhadas para exteriorizar respeito enquanto sujeitas. E terceiro, pense em como seria se este diálogo se fosse direcionado ao filho. Seria as mesmas preocupações? As mesmas inseguranças? Teria um diálogo? As formas implícitas de criarem ambos os sexos facultam tipos de comportamentos que velam subjetividades.

Também podemos relacionar “liberdade mascarada” com o depoimento da figura 71 publicada pela *fanpage Vamos Juntas?*. E, mais uma vez insisto, as preocupações sociais variam de quem é quem dentro do processo histórico.

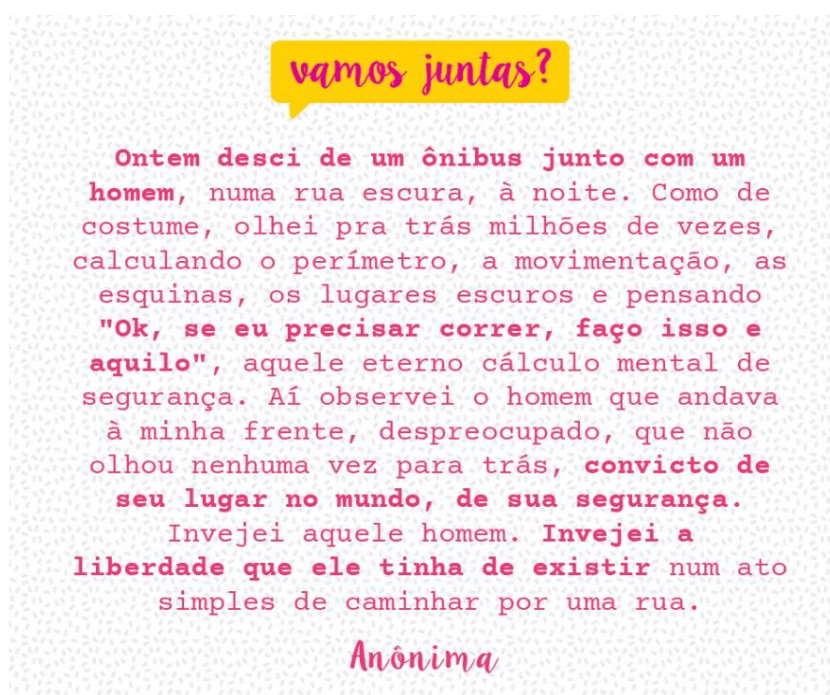


Figura 71. Postagem do dia 20/12/2016 com 8,3 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

Nas falas “eterno cálculo mental de segurança”; “convicto de seu lugar no mundo” e “invejei a liberdade que ele tinha de existir”, são característica de quem está à mercê de uma sociedade que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada e a cada 2 horas uma mulher é morta vítima de feminicídio. A insegurança social de existir da mulher é renovada diariamente quando estas por estarem inseridas em um sistema opressor são estatísticas de uma estrutura que deslegitima sua presença enquanto indivíduo. E esta deslegitimação não é vista somente nos

lugares públicos, ela também é vivida dentro de suas casas, pois em muitos lares os atos de violência são frequentes, cometidos principalmente pelo marido ou por parentes.

Foucault (1988), no entanto, caracteriza que as complexidades que rege os mecanismos da sexualidade não é restrita a um lugar/espço, seu estado onipresente articula relações em todas as instâncias sociais. Para isso, ele estabelece que o poder não é nem uma instituição e nem uma estrutura, é, portanto, estratégias articuladas por indivíduos dentro desses lugares e espaços (FOUCAULT, 2014, p. 89)

Estes mecanismos, socialmente, são fomentados pelo poder diante o sexo, é o jogo daquilo que vemos durante todo o processo de formações dos indivíduos. Correlaciono estes argumentos a duas postagens a seguir. Uma trata das relações com a cores e seu processo educativo e outra pela construção das sensibilidades nos meninos.



Figura 72. Postagem do dia 22/08/2017 com 2,5 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 26/03/2019.



Figura 73. Postagem do dia 23/02/2018 com 1,8 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 26/03/2019.

As coalizações discursivas são determinadas culturalmente para cada sexo antes mesmo dele existir como corpo no mundo. Os ordenamentos simbólicos anteposto diante as subjetividades de cada indivíduo colide para a permanência de estruturas representacionais em todos os estágios da vida. Indo desde a formação cognitiva até as produções práticas enquanto sujeitas e sujeitos inseridas/os no mundo.

As formações de linguagem precedem os indivíduos e os inscrevem em determinadas posições na ordem simbólica; “homens” e “mulheres” são os primeiros significantes que nos designam assim que chegamos no mundo, antes de qualquer possibilidade de escolha. Somos desde o início e para sempre “homens” e “mulheres” porque a cultura assim nos designou, e nossos pais assim nos acolheram a partir da mínima diferença inscrita em nosso corpo, com a qual teremos de nos haver para constituir, isto sim, o desejo, a posição a partir do qual desejamos, o objeto que haveremos de privilegiar e o discurso com o qual enunciaremos nossa presença no mundo (KEHL, 2016, p. 11).

Kehl (2016) analisa que “a constituição dos sujeitos é precedida subjetivamente de algumas definições no campo do Outro” (KEHL, 2016, p. 12). As diferenças que devíamos estabelecer no campo do Outro seriam somente aquelas referenciadas pelas distinções anatômicas, porém, culturalmente, os delineamentos simbólicos fizeram com que comparações estabelecessem formas de tratamentos diferentes entre mulheres e homens. A autora ainda estabelece, que os significantes dessas construções simbólicas não são apenas vistos pelas diferenças anatômicas, mas pelas incisivas significações imaginárias que os corpos são inseridos (KEHL, 2016, p. 23).

Observando as imagens acima, podemos compreender três dessas significações imaginárias: na figura 72 as cores rosa e azul precedidas pelas ilustrações distinguindo seus pertencimentos e os estímulos cognitivos referenciados nos modelos de atividades para formação de cada grupo e na figura 73 as formas comportamentais das sensibilidades que são retiradas na formação subjetiva dos homens.

O pertencimento a um de dois grupos identitários, como já dizia Kehl (2016), reflete para cada diferença anatômica modelos de indivíduos, os conjuntos simbólicos dirigidos as cores rosa e azul reverbera estereótipos que vão desde a essência de sua sexualidade até as suas formações individuais.

A cor rosa, sempre vinculada a questões sensíveis e inofensivas, são idealizações diretamente ligadas as meninas e isto podemos conferir nas ilustrações tanto da capa quanto do desenho da atividade da figura 72. A relação com a fragilidade, sem incentivos para resolverem grandes enigmas, vinculadas a ursos de pelúcia, doces, princesa e questões estéticas, vestido,

cabelo, sapatos, sem mencionar a forma que foi desenhado o conteúdo a ser resolvido e além o nome do bloco de atividades, sendo que são conteúdos para mesma faixa etária e designaram “para meninas” e “para rapazes”.

No entanto, se observamos o bloco de cor azul, vemos a multiplicidades de funções que meninos são estimulados a exercerem e se aventurarem. Foguetes, navios, dinossauros, bola, carrinho, escorregador, lápis, sem contar em como estão as ilustrações em segundo plano para ambos. Para as meninas, estrelinhas e para os meninos pontos de exclamações. Permitindo para um dos lados aguçar os sentidos da observação e da curiosidade. Além disso, temos explícito, como a atividade ‘dos rapazes’ dispõe de uma complexidade maior do que para as meninas, entendendo assim, como são os delineamentos e estímulos a capacidade cognitiva de um e outra.

Os tipos de indivíduos que a sociedade deseja, estão intencionados nos processos educacionais, sendo estes refletidos por comportamentos simbólicos e referenciados pelos processos culturais. Kehl (2016), entende que não existe um manual de instruções que nos ajusta entre este “ser homem” ou “ser mulher”. Mas ela acentua que ele existe, porém, são no campo simbólico, onde “constitui a cultura, que nos designa lugares, posições, deveres, traços identificatórios” (KEHL, 2016, p. 23). Desses, é que nascem as significações da figura 73⁶⁴.

Percebemos que o produto explícito nas ilustrações é possibilitar que chamemos atenção justamente para o que a *fanpage* argumentou “devemos rever⁶⁵ os modelos de masculinidades que estamos ensinando aos meninos”. Escritas na língua inglesa, as ilustrações nos apresentam 9 características sentimentais que no seu processo de formação não são estimulados nos meninos.

A expectativa em criar e serem homens resistentes, demarcam que sua aparelhagem social seja reforçada pelas bases da autoridade, do autocontrole e das regras. Relacionar a figura do homem a sentimentos, sejam de sensibilidade, carinho, gentileza, sonhadores, assustados/medrosos, afetuosos é coexistir com traços afeminados, sendo porque, os aspectos que são deliberados a formação dos meninos são pelas objetividades, as ilusões sentimentais são substância do corpo feminino. E socialmente, eles não devem transcenderem as características criadas simbolicamente daquilo que presume serem “homens de verdade”.

⁶⁴ Sendo um *post* escrito na língua inglesa sua tradução literal é: Boys can be: (Meninos podem ser:) sensitive (sensível), caring (carinhoso), quiet (quieto), gentle (gentil), artsy (artístico), dreamers (sonhadores), scared (assustados), affectionate (afetioso), pretty (bonita). And don't let anyone tell you otherwise (E não deixe ninguém te dizer o contrário).

⁶⁵ Como podemos identificar no depoimento da figura 125 (em anexo).

As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos [cautelosos], apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem (SAFFIOTI, 2015, p. 37).

Nesse caso, assim como a *fanpage* argumentou sobre os modelos de masculinidades, Saffioti (2015) problematiza que estas condutas são deliberadamente pesadas diante dos comportamentos dos homens, evidentemente, quando adultos. Na sua argumentação: “o machismo favorece sempre os homens?” Sua constatação é que, socialmente, as práticas violentas, tanto físicas quanto morais partem de ambos os sexos, pois, todos foram socializados dentro do mesmo sistema, porém, as diferenças são as significações que isso é gerido em cada um. A autora prioriza de forma justa que esta formação é prejudicial tanto para um, quanto para outro e mais ainda nas suas relações (SAFFIOTI, 2015, p. 37), uma vez que, suas práticas são mais prevaletentes diante os corpos das mulheres.

Estas constatações de feminilidade nos ajudam a pensar a expressão “(...) e aí ele gritou igual uma menininha!” no depoimento do dia 21 de dezembro de 2016 publicado pela página *Vamos Juntas?* figura 74.

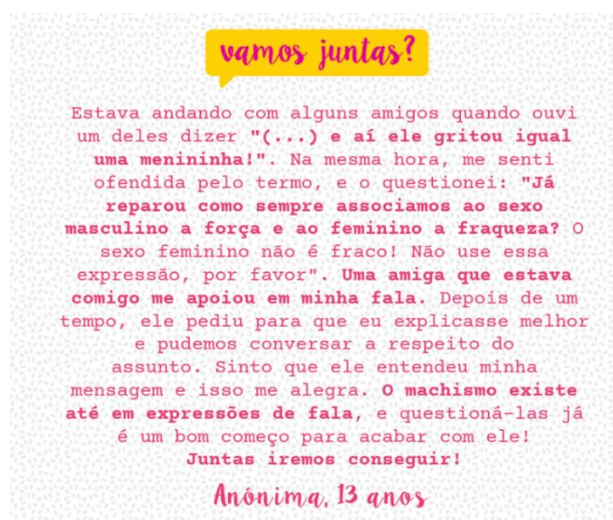


Figura 74. Postagem do dia 21/12/2019 com 3,7 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

O uso de forças físicas, da violência moral, dos poderes discursivos, do assédio, do estupro e dos julgamentos, reforça que os modelos de masculinidades coexistem de um sistema cultural onde educa homens a práticas agressivas e instrui as mulheres a prática da naturalização, da aceitação e do medo. Tudo que esteja ligado a expressões pré-determinadas a ‘feminilidade’, ‘docilidade’ ao que molda como símbolos de meninas, os meninos rejeitam. É como se aquilo seja algo substancialmente sem valor e abertos a zombarias, e, são nesses

estágios que ‘a indivíduo’ passa a entender que ela enquanto sujeita não goza dos mesmos valores e respeito com que os meninos são tratados.

Uma das ocorrências explicativas para que o corpo social da mulher sofra tanta desvalorização é precisamente pelos caminhos da sexualidade e de suas atribuições biologicamente falando (vagina e útero). Em muitos casos, ouvimos que pelo fato de ter concebido a mulher útero, ela, no mercado de trabalho deve ganhar inferior ao homem. Saffioti (2015), nesse caso, esboça que estas ocorrências podem ser designadas como gírias ideologicamente⁶⁶ sexistas. A autora, ao longo das páginas 33 a 36 do livro *Gênero Patriarcado Violência* destrincha uma série de fatores para pensarmos como o machismo pesa a submissão das mulheres dentro das razões biológicas.

Primeiro: Em um casamento, os homens deveriam ter idade inferior à das mulheres porque o prazer sexual feminino transmuta para toda sua vida, enquanto para os homens o tempo é limitado, sem contar que “pôr a mulher não ter *phallus* (significa poder, sendo representado pelo pênis)” um mecanismo para gerir uma superioridade, “ela têm sua sexualidade difusa por todo o corpo” ao contrário dos homens em concentrar somente em seu órgão genital. Porém, vemos que isso não acontece de fato nos processos matrimoniais, pois este universo é carregado simbolicamente por arestas de poder e o homem ‘deve’ sempre estar no plano principal (SAFFIOTI, 2015, p. 33).

Segundo: Existem obscurecidos dois pontos bastantes comuns socialmente da realidade masculina que pouco ou nada é referido: a esterilidade e a inveja à maternidade. A esterilidade é maioria por parte dos homens, mas como a falha nunca deve ser remetida ao seu corpo, a primeira a julgada/examinada são as mulheres. “Confirmada a esterilidade masculina, a mulher é proibida de divulgar este resultado.

A falha no homem deve continuar oculta (SAFFIOTI, 2015, p. 34)”, proveniente disso, procede a inveja que os homens sentem a maternidade “a inveja a maternidade é tão rigorosa que homens sexualmente impotentes pagam um preço mais alto a prostitutas grávidas, somente para conversar com elas e alisar-lhes a barriga” (SAFFIOTI, 2015, p. 34), entretanto, nada disso fica externo socialmente (SAFFIOTI, 2015, p. 34). ‘Estariam estes envergonhados por estabelecerem relações tão afetuosas a “feminilidade”?’.

Terceiro: outro fator que se desdobra é quanto se pensa a genitália feminina. Muitos homens se “vangloriam de haver “comido” fulana, beltrana, cicrana. Ora, a conformação da

⁶⁶ O conceito de ideologia não vai ser discutido neste trabalho dissertativo como eixo central. Abrimos esta fresta somente para exemplificamos as discussões sobre sexualidade em Saffioti.

vulva e da vagina que permite-lhes “comer”” (SAFFIOTI, 2015, p. 35). Mas, como a ideologia sexista ‘concede’ “a inversão dos fenômenos” (SAFFIOTI, 2015, p. 35), os homens trabalham essas gírias para classificar sua sagacidade.

Saffioti (2015), portanto, declara que os homens, no fundo, sabem das diferenças entre organismos, que o feminino é forte estruturalmente, mas sendo menor a força física, sua constatação é que devemos repensar os sistemas sexuais entre os corpos e sempre estar buscando por novas possibilidades de sexualidade, recuperar pelo corpo maneiras de prazer e que os homens desvincule seu desejo único e exclusivamente ao pênis, “ou seja, que sua sexualidade deixe de concentrar nesse órgão” (p. 35-36).

A ilustração, feita por meio da gíria, a propósito de uma ideologia sexista que esconde uma desvantagem masculina, transformando-a em vantagem, servirá para mostrar que, em toda ideologia, seja machista seja étnico-racial, ou ainda de classe social, está sempre presente a inversão do fenômeno. Isto não é apenas um detalhe, mas o núcleo duro da ideologia. Portanto, é interessante retê-lo, uma vez que todos os membros de uma sociedade como a brasileira convivem com tais falácias, acreditando nelas como verdades. Mais do que isto, cada um a sua maneira é portador destas ideologias (SAFFIOTI, 2015, p. 36).

Nesse sentido, podemos visualizar nas ilustrações da imagem a seguir como estas marcas/práticas da sexualidade são deliberadas para os sexos. Publicada pela *fanpage Vamos Juntas?*, sua narrativa demonstra como os cuidados excessivos em controvérsia a segurança concedida faz crescer seres humanos com expectativas diferentes.



Figura 75. Postagem do dia 11/04/2018 com 2,1 mil curtidas. Fonte: Página Vamos Juntas? no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

Os sentidos geridos ao observar o teor cultural nas falas, confirmam como em uma atividade rotineira – um dia no parque com as crianças por exemplo – transmite símbolos que são vistos como “normais” e como isso pode acarretar características dispare para a formação subjetiva de cada um.

Desde a confrontação das cores, até as perspectivas associadas a ambos, possui um diálogo sobre como os “costumes” afetam os sentidos sensoriais das pessoas. Para a menina, sempre espera que alguém vá salvá-la, vá protegê-la, nunca permite que seus medos sejam enfrentados, aos meninos, a autonomia é sempre formada/forçada. Educar para confrontar as inseguranças igualmente, delibera que quando adultos ambos consigam solucionar tarefas sem que um se sobreponha a outra pelos crivos da sexualidade.

Refletindo sobre isso, as três dimensões de temas que propus para esta categoria, foram pensadas dentro das demarcações que entrelaçam nossa formação social. As expectativas fomentadas entre o que é ser homem e o que é ser mulher recaem dentro de padronizações quais Foucault chamam de jogos de poderes discursivos.

Discurso, é todo sentido gerido pelas estruturas simbólicas. Para Soihet (1997), simbólico, é a permanência e a persuasão que indivíduos, inseridos culturalmente na sociedade esboçam comportamentos já estabelecidos. Presente nos mais variados espaços, poder para Foucault (1988) é onipresente, não porque ele seja capaz de reunir tudo em sua própria base, “mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

A imagem abaixo, parafraseando Simone Beauvoir “não nasce mulher, torna-se”, ilustra como são as relações discursivas na construção da “feminilidade” na mulher. As ligações simbólicas estereotipadas desde o nascimento de uma criança, são reforçadas dentro de padrões estéticos transferidos desde as permanências culturais até os modelos de brinquedos de sua infância, perpassando pelas rotulações machistas e indo até as construções simbólicas de ideal de beleza corroborando o ‘ponto a ponto’ a que Foucault denominou acima de poder onipresente.



Figura 76. Postagem do dia 18/11/2017 com 1,5 mil curtidas. Fonte: Página Vamos Juntas? no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento de que apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalista: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 1988, p. 89).

De certo modo, são estas estratégias de poder que conjura as mulheres a padrões sociais. Kehl (2016), nesse sentido, insere uma discussão em seu livro *Deslocamentos do feminino* na relação mulher e feminilidade a partir de argumentos do campo cultural de onde produziu as ideias psicanalíticas e os discursos freudianos sobre a feminilidade “na constituição burguesa europeia na segunda metade do século XIX” (KEHL, 2016, p. 40).

A cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado *feminilidade* (KEHL, 2016, p. 40).

Esses discursos, segundo a autora, fundam-se na ideia de que a mulher dotada de elementos que dela são ‘naturais’, predestinados da anatomia e das vicissitudes, deveriam ser substancialmente domadas e educadas socialmente para exercerem e cumprir as obrigações a elas naturalmente designadas (KEHL, 2016, p. 40). Foucault (1988), sobre isso, permite-nos fazermos uma reflexão quando conjuga que “não devemos descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade” (FOUCAULT, 1988, p. 98),

isso nos levaria a converter, que nas relações sociais não perpassariam sentidos de controle. A sexualidade, por sua vez, é a fronteira de onde possibilita as estratégias do poder.

A feminilidade aparece aqui como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; a partir daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico –, a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade. A fim de melhor corresponder ao que se espera delas (que é, ao mesmo tempo, sua única vocação natural), pede-se que ostentem as virtudes próprias da feminilidade: o recato, a docilidade, uma receptividade passiva em relação aos desejos e às necessidades dos homens e, a seguir, dos filhos. A dialética entre o que é natural e o que deve ser cultivado, nas mulheres, para que elas correspondam aos ideais da feminilidade⁶⁷ (KEHL, 2016, p. 40).

As complexidades rotuladas ao corpo das mulheres é a relação que firmo com a frase de Simone de Beauvoir, ‘Tornar-se mulher’, isto é o reflexo daquilo que é predestinado a sua essência enquanto sujeita social.

Abaixo, temos outro conjunto de imagens que cabem a nós refletirmos seus efeitos socialmente. O teor discursivo das duas primeiras é sobre as identificações entre mulher e homem nas portas dos banheiros de um restaurante. Em uma porta estava escrito somente um “Blá” e na outra, a porta inteira estava “BláBláBlá...” (figura 78).

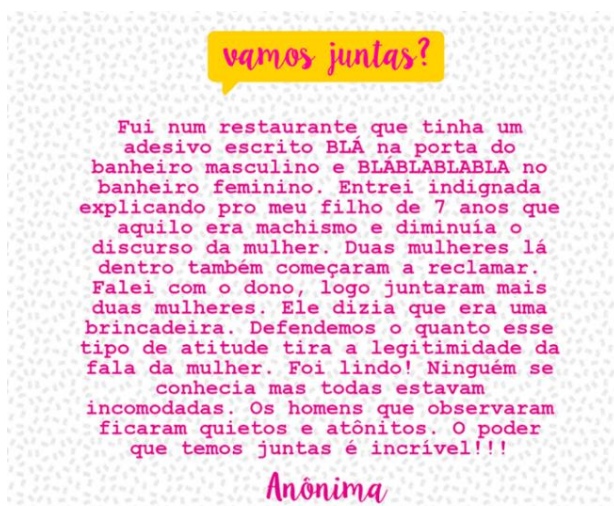


Figura 77. Postagem do dia 10/04/2018 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página Vamos Juntas? no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

⁶⁷ “Do mesmo modo, a fragilidade, a doçura, a submissão ao homem são atitudes cultivadas pela educação das moças para que elas, a partir dessa posição, *constituam os machos de que precisam* para formar família, criar os filhos, garantir a espécie. As mulheres devem ser educadas para se tornar recatadas e resistentes ao sexo de modo a sustentar, com seu negaceio, a virilidade dos parceiros; frágeis e desprotegidas para mobilizar neles a força, a potência, o desejo de proteção; submissas e modestas para melhor governar a casa e família. Com uma dialética admirável, Rousseau pondera que justamente estas, que conservam, a partir de seu corpo, um vínculo profundo com a natureza, devem ser mais bem submetidas às coerções da educação para, a partir da força domesticada de seu sexo, melhor governar o uso das potências masculinas. Estas, necessárias à espécie, não devem ser coibidas, e sim organizadas pela astúcia das mulheres, que, cientes de suas necessidades como procriadoras, têm a tarefa de agradar aos homens para melhor governá-los” (KEHL, 2016, p. 53).



Figura 78. Postagem do dia 04/04/2016 com 36,8 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 28/03/2016.

Metaforicamente e de um modo enviesado culturalmente, a porta com muitos “Blás” corresponde as mulheres e o que tem um “Blá” aos homens. Isto porque, socialmente, o silenciamento feminino teve ligado a uma não consistência de suas falas, o hábito das mulheres de conversarem não condiciona socialmente uma literalidade de suas palavras, elas não são legítimas, são apenas fonéticas soltas. É por isso a indignação da depoente da figura 77, quando ela esboça que “esse tipo de discurso tira a legitimidade da fala da mulher”. Conduzir o discurso das mulheres dentro destas identificações é considerar suas palavras como fúteis, e, portanto, sempre uma maneira de tirar sua autoridade e aprisiona-las ao silêncio.

Observando dois dos comentários (figura 79) feitos na postagem da *fanpage Não Me Kahlo* (figura 78). É válido, novamente, estabelecermos um raciocínio sobre considerar as atitudes pejorativas contra as mulheres como algo cultural. Isso deslegitima e prepondera uma irre realidade as suas ações.

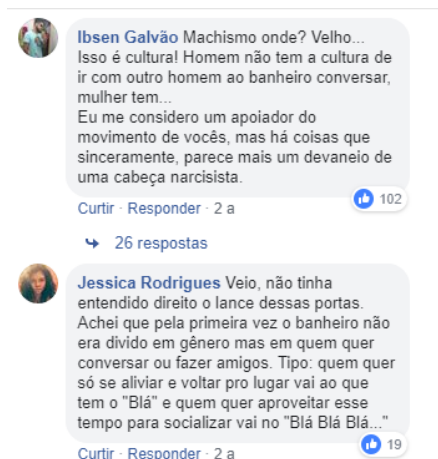


Figura 79. Comentários referente a figura 93. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

Há, portanto, duas hipóteses que podemos considerar através das significações dessas portas. Primeiro: percorrendo segundo as constatações do segundo comentário estabelecemos que “pela primeira vez o banheiro não tem gênero” e pensar que realmente o objetivo desses banheiros é estabelecer socializações e liberdade de escolha, mas deixar de lado todo o processo social/cultural do que foi construído sobre “ser” mulher.

Segundo: considerar que é só um devaneio de nossas cabeças, uma brincadeira como diz o primeiro comentário. E esquecermos que esse tipo de discurso tem moldado as subjetividades das mulheres por décadas. Esses *modus operandi* em relacionar que as mulheres causam confusão por coisas que não são relevantes, é estabelecer que seu corpo social já é definido para o controle, dele não precisa se preocupar, uma vez, que a ‘cultura’ já tratou de construí-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face os objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam a demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos. (ORLANDI, 2003, p. 63).

É notável que nos últimos tempos as redes de *internet* têm tomado proporções gigantescas em todas as esferas, seja social, profissional e pessoal, tem afetado a cultura, nossa vida individual e principalmente nossos relacionamentos com outras pessoas. Abriu vantagens na comunicação, na interação e reconfigurou as conexões em escalas espaciais e temporais. Houve, sobretudo, fortes implicações em nossas formações subjetivas na relação da construção do nosso *eu* enquanto indivíduo/o, nas socializações interpessoais e de nossa capacidade interativa em um mundo que o ciberespaço nos desloca a conexões instantâneas.

Possibilidades e controvérsias se misturam nesse ambiente virtual, enquanto ele se estabelece como uma ferramenta eficaz para as pessoas na modernidade, ele também tem capacidades discursivas posicionadas na violência simbólica, no discurso enquanto forma de poder, na opressão, entre outras. Suas funcionalidades trabalham nas perspectivas da dualidade assim como Isidoro (2017) pontuou, que “a esfera pública virtual é conduzida por novos valores e condutas que afetam a democracia no que se refere à informação, à expressão, à associação e à deliberação dos cidadãos” (ISIDORO, 2017, p. 12).

A autora identifica que sendo indivíduos que manuseiam suas ferramentas e não ao contrário, seu interior é carregado de todo tipo de individualidades, pessoalidades, símbolos e estruturas culturais. Porém, mesmo assim, este é o meio que se coloca como o mais eficaz quanto a publicização de informações, comunicações a distâncias, mecanismos de atuação em favor de causas, torna uma realidade pública, entre outras versatilidades.

Foi nesses espaços que objetivamos a construção desta pesquisa. Quando nos posicionamos em estabelecermos um diálogo entre redes/mídias virtuais com os estudos que embasam os ativismos feministas nos ocorreram em questionar qual foi a porta de entrada disponibilizada por estes espaços que mulheres avistaram para perpetuarem suas agendas e pautas. É notável, que o movimento feminista a contar de sua formação enquanto movimento político viram nos meios de divulgação uma das formas mais eficazes para que os conteúdos pudessem atingir o máximo de pessoas possíveis. E nesta ocasião, com este jovem feminismo das redes não foi diferente.

A construção descritiva deste trabalho parte de uma vertente do feminismo que vem atraindo cada vez mais olhares, um movimento que engrandece nos espaços virtuais e permuta às relações públicas e privadas. Os temas que se concentram nesta pesquisa são fundamentos para compreendermos nossas inquietações teóricas, sendo estes baseados nas relações de poder, história cultural, história das mulheres e gênero, mídias digitais e redes sociais.

Começamos fazendo um panorama sobre as transformações da chegada das mídias digitais, dos acessos virtuais nas e para a vida de sujeitas e sujeitos. Com os desdobramentos ressaltamos as possibilidades e as desventuras que esse novo mecanismo desencadeou na organização prática das relações sociais e individuais. Para além, prescrevemos as posições teóricas ciberfeministas para os ativismos a partir da década de 90 com seus objetivos e atuações, mostramos os passos a serem trilhados na relação entre metodologia e fonte de pesquisa e reunimos uma gama de escritos na perspectiva que com base neles pudéssemos trabalhar as inquietações que regimentaram esse trabalho dissertativo.

E também, trouxemos como central a indagação de uma nova fase do feminismo, culminado principalmente pela sua massificação em redes de *internet* dentro do panorama ciberfeminista. Esta categoria, segundo Isidoro (2017) “se fundamenta nas lógicas da comunicação em rede, na interatividade, na colaboração e na dinâmica coletiva, com ênfase nas formas e espaços de comunicação utilizadas na internet” (ISIDORO, 2017, p. 60).

Traçamos a partir disso, uma análise teórica discursiva frente as postagens escolhidas de cada *fanpage* na finalidade de apoiarmos em seus conteúdos para trazermos ao centro os

sentidos geridos na relação entre redes sociais e público seguidor. Realizamos este percurso dentro das bases conceituais de autores como Orlandi (2003) e Foucault (2014;1998) fazendo com que os efeitos desses procedimentos analíticos nos descem suportes para compreendermos estes espaços como instrumento importante para uma maior divulgação das pautas feministas, dos compartilhamentos e participações mais pessoais das mulheres seguidoras, de um contato direto entre teoria e prática, da assertiva em trazer de modo mais acessível conteúdos acadêmicos para a comunidade geral e nas flexibilizações de pautas que agreguem um feminismo mais pluralizado.

Podemos direcionar a importância dos recursos das *fanpages* quando observamos o índice de seguidoras/es e curtidas acumuladas em cada uma. O volume expressivo de pessoas que interessou de alguma forma estar por dentro dessas pautas é animador quando se pensa as mudanças graduais do Movimento Feminista ao longo do processo histórico. Para se ter uma ideia, pensando na efetividade do *Facebook* enquanto rede social presente no cotidiano, exemplificamos um relatório realizado em 2017 pela *We Are Social*⁶⁸ em parceria com a *Hootsuite* (gerenciador de mídias digitais) sobre a visão global digital. Este relatório revela que “mais da metade da população mundial agora usa *internet*” (KEMP, 2017, *on-line*). Os resultados obtidos por esta pesquisa trazem empolgações tanto para empresas, governos bem como para a sociedade num geral, porém “atestam como a velocidade da conectividade digital está mudando a vida das pessoas em todo o mundo” (KEMP, 2017, *on-line*).

Quase 2,8 bilhões de pessoas em todo o mundo agora usam as mídias sociais pelo menos uma vez por mês, com mais de 91% delas fazendo isso por meio de dispositivos móveis. O uso de mídia social cresceu 21% ano a ano, com quase *meio bilhão* (482 milhões) de novos usuários se inscrevendo ao longo de 2016. Apenas cinco países responderam por mais da metade desse crescimento: a China, que registrou 134 milhões novos usuários de mídia social nos últimos 12 meses, Índia (+55 milhões), Indonésia (+27 milhões), EUA (+22 milhões) e Brasil (+19 milhões) (KEMP, 2017, *on-line*).

O relatório ainda assegura que a rede social que mais teve participação nesse crescimento foi o *Facebook*, “aumentando seu alcance global em 363 milhões de contas ativas mensais em 2016, apresentando um crescimento ano-a-ano de 24%” (KEMP, 2017, *on-line*). A viabilidade para este crescimento pode ser observada diante principalmente os planos de dados e operadoras de telefonia que tornam ainda mais acessível a conexão móvel estando a pessoa em qualquer lugar que a rede alcance (KEMP, 2017, *on-line*). No Brasil por exemplo, a empresa

⁶⁸ *We Are Social* (Nós somos sociais) é uma agência global que acredita no poder da percepção social para gerar valores no negócio (WE ARE SOCIAL, *on-line*)

de operadora Claro tem em seu plano mensal de *internet* o acesso grátis ao *Facebook* e ao *WhatsApp*, um mecanismo de certo modo inteligente e capitalista entre operadora e rede social para angariar clientes bem como influenciar que a/o indivíduo/a esteja ativamente conectada/o.

Visualizamos, no entanto, ao manusearmos as duas *fanpages* um feminismo emergente, com potencialidades entre as vias da informação na busca pela capacidade e autonomia feminina através de publicações, ações, eventos que promovem interações entre ambas, na construção colaborativa de sempre preservar a familiaridade entre sujeitas e os temas abordados. Esta maneira que *Não Me Kahlo* e *Vamos Juntas?* procuram para o melhor engajamento do público com sua página é uma das particularidades desses feminismos virtuais, uma vez que, uma das características desta fase é o uso exacerbado de imagens, frases/textos curtos, sendo estes os símbolos organizativos e mais consumido das sociedades que procuram nas redes de *internet* seu produto diário.

Muitos são os fatores que identificam os usos desse virtual como um importante elemento para a nova fase do movimento, visto por exemplo, pela construção e ampliação semântica das pautas dos feminismos anteriores. Isso é identificado quanto as 6 categorias aqui elegidas como norte para fazermos essa busca crítico/interpretativa. O que pudemos ver, com exceção da *fanpage Vamos Juntas?*, é que em todas elas há uma presença ativa de seguidoras tanto nas curtidas quanto nos comentários mostrando que de alguma maneira aquele produto está fazendo sentido. A presença dessas redes sociais fizeram com que público/privado e *vice-versa* se entrecruzassem, o diálogo destes espaços no mundo virtual possuem como mecanismos a visibilidade e a denúncia de comportamentos que ao longo do tempo foram colocados como naturalizados dentre as relações de gênero, classe e raça.

A discussão de uma nova fase do Movimento Feminista colocada por alguns como uma quarta onda se dá principalmente pelos espaços que estes vem utilizando como recurso de uma maior disseminação e massificação de suas pautas, pela presença ativa na vida social das pessoas, nos usos de linguagens de fácil acesso, na capacidade em agrupar, denunciar, organizar protestos por meio do elemento *hashtag*. Uma das ferramentas centrais desse feminismo jovem nascido pelas redes. Este elemento possibilita uma horizontalização do debate, abrindo múltiplos pontos de vistas, na capacidade em agrupar diálogos de todas as vertentes dos feminismos (negros, lésbicos, *trans*, LGBT) e uma democratização da fala.

Fazendo um panorama entre as duas *fanpages* consideramos que seus objetivos se diversificaram na forma em que cada uma se organiza. Alguns desses traços foram vistos, aqui,

pela forma estética e na maneira como inseriram seus objetivos nas pautas que foram trabalhadas.

Isso influência, dentre outras coisas, o público em que cada uma irá alcançar. No livro da *Vamos Juntas?* Babi Souza em muitos pontos da escrita enuncia que o público adolescente tem marcado presença tanto em depoimentos quanto em comentários em postagens da página. Evidenciamos que para além do que a *fanpage* propõe, podemos indicar que suas características estéticas, cores e desenhos, foi algo que atraiu grupos tão jovens há agregar sentidos nos temas discutidos, participar e até mesmo se sentirem acolhidas.

Se hoje, nossas seguidoras mesmo tão novinhas já são empoderadas, imagina quando forem adultas. A nova geração é a que mais tem contato com as redes sociais e as que mais interagem com a página, e sabemos que elas fazem questão de espalhar o *Vamos Juntas?* para todas as amigas e os colegas de escola (SOUZA, 2016, p. 119).

Enquanto que na *Vamos Juntas?* são as seguidoras que produzem seu significado, que fazem de suas histórias inspirações para que venham praticarem a sororidade, a *Não Me Kahlo* tem seu dialogado focado em como o machismo é produzido/estruturado, na forma como ele constrói feminilidades e masculinidades, na importância da informação como mecanismo de autoconhecimento, empoderamento e fortalecimento de nossas capacidades críticas em relação aos posicionamentos que nos querem impor. Firma-se, como observamos nas categorias selecionadas, que suas pautas caminham de forma crítica em todas as áreas opressoras pelas quais mulheres vivenciam, é um ativismo mais interseccional, informativo.

Inferimos, portanto, após todo esse apanhado dentre *corpus* documental, objeto, fonte e teoria que é imprescindível não reconhecermos o que as redes de *internet* têm causado para os ativismos feministas. Sua capacidade em aglutinar mensagens de todos setores sociais fizeram com que avistassem nesses ambientes um caminho para desdobramentos críticos de comportamentos ainda invisibilizados na cultura, nos núcleos familiares, em narrativas, nas esferas estatais, religiosas e sociais.

Problematizar discursos como estes em redes nacionais determinam que novas reflexões vão sendo traçadas para um público ainda muito adolescente. Porém, avaliamos que muito tem que ser trabalhado, sendo uma fase qual seu ponto forte são as revisitações das pautas anteriores para novos direcionamentos na vida das mulheres, principalmente para aquelas mais jovens. Há uma discrepância no que tange objeto de pesquisa e uma representatividade mais acentuada em temas que perpendicularmente foram estruturados a décadas nas organizações sociais. Sabendo que as redes sociais é um caminho propício de circulação e rapidez, trazer debates mais

presentes via dessas circunstâncias, agregam significações mais críticas na construção de sujeitas e sujeitos.

REFERÊNCIAS

FONTES

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua TIC 2016: 94,2 % das pessoas que utilizam a Internet o fizeram para trocar mensagens**. Editoria: Estatísticas Sociais, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens>. Acesso em: 27 dez. 2018, 09:43h.

BRASIL. Portaria Nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – A Rede Cegonha. **Ministério da Saúde**. Gabinete do Ministro, Brasília – *on-line*. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html. Acesso em: 16 abr. 2019 as 08:52h.

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DO IV CONFERÊNCIA SOBRE A MULHER. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres / ONU Mulheres – PEQUIM, 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019 as 17:27h.

FACEBOOK. **Facebook Newsroom**. Setembro de 2006. Disponível em: <https://br.newsroom.fb.com/company-info/>. Acesso em: 10 de mai. de 2018 as 13:45h.

FACEBOOK. **Fanpage Não Me Kahlo**. Disponível: <https://www.facebook.com/NaoKahlo/>.

FACEBOOK. **Fanpage Vamos Juntas?**. Disponível: <https://www.facebook.com/movimentovamosjuntas/>.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Violência no parto: na hora de fazer não gritou**. *On-line*, 25/03/2013. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2013/03/25/violencia-no-parto-na-hora-de-fazer-nao-gritou/>. Acesso em: 16 abr. de 2019 as 19:45h.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADAS (IPEA). **Tolerância Social a Violência Contra as Mulheres**. Colaboradores Rafael Guerreiro Osorio e Natália Fontoura. SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social – 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em: 01 abr. 2019 as 18:15h.

IPEA. Atlas da Violência, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2018. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DAS DIREITOS HUMANOS. **Ligue 180**. Governo Federal, *on-line*. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/ligue-180>. Acesso em: 09 abr. 2019 as 19:47h.

SENADO FEDERAL. **Serviços Especializados de Atendimento à Mulher**. Institucional – Observatório da Mulher contra a Violência. *sd. On-line*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/servicos-especializados-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em: 09 abr. 2019 as 20:43h.

SITE NÃO ME KAHLO. Disponível em: <https://www.naomekahlo.com/>. Acesso em: 15 fev. 2017 as 14:20h.

SITE THINK OLGA. **Chega de Fiu Fiu**. Disponível em: <https://thinkolga.com/2018/01/31/chega-de-fiu-fiu/>. Acesso em: 19 fev. 2019 as 15:19h.
SITE VAMOS JUNTAS?. Disponível em: <https://www.movimentovamosjuntas.com.br/>. Acesso em: 15 fev. 2019 as 17:50h.

SOBRE MATRIZ VNS. **MATRIZ VNS**. Disponível em <https://vnsmatrix.net/about/>. Acesso em: 10 jul. 2018 as 15:45hs.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). Poder Judiciário da União. **Formas de Violência Doméstica Contra a Mulher**. Por ACS – publicado em 18/08/2017. Disponível: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/direito-facil/edicao-semanal/formas-de-violencia-domestica-contra-a-mulher>. Acesso em: 08 abr. 2019 as 19:36hrs.

LIVROS E CAPÍTULO

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. 162p.
BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto. In: **Feminismo e Política**. Luis Felipe Minguel; Flávia Biroli. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

BOGADO, Maria. Rua. In: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade** /Heloísa Buarque de Hollanda – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. Tradução: Roneide Venancio Majer; colaboração: Klauss Brandini Gerhardt. 8ª Ed. V. 1. – Paz e Terra, 1999.

COSTA, Cristiane. Rede. In: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade** /Heloísa Buarque de Hollanda – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução: Heci Regina Candiani. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. FREITAS, Marcos Cezar (Org.) 6 ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2010 – p. 217-235.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da língua portuguesa. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. – 5. ed. – Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014. – Leituras Filosóficas.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 13ª ed., 1988.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Clifford Geertz. – 1.ed., 13 reimpr. – Rio de Janeiro : LTC, 2008.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**.

HARAWAY, Donna J.; KUNZRU, Hari. Tradução e Organização Tomaz Tadeu – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. – Tradução: Wilma Patrícia Maos, Carlos Almeida Pereira; revisão: César Benjamin. Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

LARA, Bruna de; RANGEL, Bruna; MOURA, Gabriela; BARIONI, Paola; MALAQUIAS, Thaysa. **#MeuAmigoSecreto: Feminismo além das redes**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016, Kindle Edition.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. – 10 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Editora 34 – 3ª edição, 2010.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: **Dicionário Crítico de Gênero**. / Organizadores: Ana Maria Colling, Losandro Antonio Tedeschi – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 515-519.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: métodos e procedimento**. Campinas, SP. Pontes, 5ª edição, 2003.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. Escrever a História das mulheres. In: **Minha história das mulheres**, PERROT, Michelle. São Paulo: Contexto, 2012, p. 13-39.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: **O corpo feminino em debate**. MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil** / Céli Regina Jardim Pinto. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção História do Povo Brasileiro).

QUEIROZ, Nana. O Feminismo, esse filho bastardo. In: **Você já é feminista! Abra este livro e descubra o porquê**. Nana Queiroz (org.). – 1ª ed. – São Paulo: Polén, 2016.

RANGEL, Livia A. Silveira; NADER, Maria Beatriz. História das Mulheres e Estudos de Gênero: identidade e relações de poder. In: **Mulheres e Gênero em debate: representações, poder e ideologia** / Maria Beatriz Nader, Livia de Azevedo Silveira Rangel, organizadoras. – Vitória: EDUFES, 2014. 121 p.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** / Djamila Ribeiro. – Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota de. **A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMPAIO, Paula Faustino. Aborto. In: **Dicionário Crítico de Gênero**. / Organizadores: Ana Maria Colling, Losandro Antonio Tedeschi – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 16-21.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. / Jacilene Maria Silva. Recife: Independently published. 2019. 44 p.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Feminilidade/Feminino. In: **Dicionário Crítico de Gênero**. / Organizadores: Ana Maria Colling, Losandro Antonio Tedeschi – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 242-244.

SOUZA, Babi. **Vamos Juntas? – O guia da sororidade para todas** / Babi Souza. -1. Ed. – Rio de Janeiro: Galera Record, 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo : Editora Alameda, 2017.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. 15. Ed. – Petropolis, RJ: Vozes, 2014.

TESES E DISSERTAÇÕES

CANUTO, Alice de Alencar Arraes. **(Re)visitando personagens, cenários e vozes: nas tramas sobre o “sujeito” do feminismo no *Bloqueiras Feministas***. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

FARIAS, Leidiane Alves de. **Comunicação e Feminismo: experiência ciberfeministas no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2015.

FERRAZ, Claudia Pereira. **Ciborgues coquetes: a condição da mulher no século XXI pela cultura ciberfeminina**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2015.

FERREIRA, Juliana Cristina da Silva. **Em busca da autonomia da mulher: análise do contrato de comunicação da Marcha das Vadias**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2017.

ISIDORO, Carolina Zafino. **A Comunicação nas Fanpages: o desafio da cidadania na interação entre deputados e cidadãos**. Dissertação de Mestrado em Comunicação – Universidade Federal de Goiás (UFG), 2017.

LE MOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em rede eletrônica**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2009.

MOTA, Ronny Cesar Camilo. **Direito de mídia: instrumento de liberdade ou de controle?** Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, Programa de Pós-Graduação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento - Dissertação (mestrado) – 2012.

RABELO, Leon Eugênio Monteiro. **Internet, esfera pública e comunicação: dois estudos de caso**. Dissertação [Mestrado] – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, 2012.

ARTIGOS

ARROYO, Lorena. **A tragédia das irmãs Mirabal: o assassinato que deu origem ao dia mundial da não-violência contra a mulher**. BBC News Brasil – 25 de novembro de 2017, *on-line*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42125587>. Acesso em: 15 abr.2019 as 09/13h.

BETIM, Felipe. **Existem fundamentos legais para que o Supremo legalize o aborto no Brasil**. Edição El País Brasil, *on-line* – 03 de agosto de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/03/politica/1533291491_643952.html. Acesso em: 17 abr. 2019 as 14:19h.

BONAFÉ, Marcela. **Chega de ser menina e sentir medo nas ruas. Conheça o projeto 'Vamos Juntas?'**. Revista *on-line* Capricho – Grupo Abril, 2015. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/cheega-de-ser-menina-e-sentir-medo-nas-ruas-conheca-o-projeto-vamos-juntas-2/>. Acesso em: 15 fev. de 2019 as 08:11h.

BRITO, Débora. **Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista**. Agência Brasil - publicado em 27/05/2018 por Débora Brito – repórter da Agência Brasil/Brasília, *on-line*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso em: 16 mai. 2019 as 18:17.

BRITO, Débora. **Denúncias de violência contra a mulher chegam a 73 mil, em 2018**. Débora Brito – repórter da Agência Brasil. Agência Brasil, 04/08/2018, Brasília – *on-line*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/denuncias-de-violencia-contramulher-chegam-73-mil-em-2018>. Acesso em: 16 abr. 2019 as 19:56h.

CANALTECH. **O que é hashtag?**. Disponível em: <https://canaltech.com.br/produtos/O-que-e-hashtag/>. Acesso em: 19 fev. 2019 as 15:11h.

CARAZZAI, Estelita Hass; CANOFRE, Fernanda; BARBON, Júlia; ZAREMBA, Júlia; SPERB, Paula. **71% dos feminicídios e das tentativas têm parceiro como suspeito**. Folha de S.Paulo / Folha Mulher – 08 de março de 2019, *on-line*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/71-dos-feminicidios-e-das-tentativas-tem-parceiro-como-suspeito.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2019 as 09:59h.

CENTRO DAS MULHERES. **Cultura do Estupro**. Marshall University. – s.d. Disponível em: <https://www.marshall.edu/wcenter/sexual-assault/rape-culture/>. Acesso em: 01 abr. 2019 as 17:30h.

CHARTIER, Roger. Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). Tradução Sheila Schvarzman Doutoranda em História Social, IFCH-UNICAMP. **Cadernos Pagu** (4) 1995: pp. 37-47.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. Novas formas de comunicação: história do Facebook – Uma história necessariamente breve. **ALCEU** – V. 14 – N. 28 – P. 168 a 187 – jan./jun. 2014.

DINIZ, Débora. **Aborto e Saúde Pública no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(9): 1992-1993, set, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n9/01.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2019 as 16:40h.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional de Aborto 2016**. Ciência & Saúde Coletiva, 22(2):653-660, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017222.23812016.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. *Feminismo Web*: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu** (44), p. 199-228 - janeiro-junho de 2015. ISSN 1809-4449.

FERREIRA, Gleidiane de S. **Feminismo e Redes Sociais na Marcha das Vadias no Brasil**. Revista Ártemis, vol. XV nº 1; jan-jul, 2013. pp. 33-43. ISSN: 2316-5251. Disponível em:

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/16636>. Acesso em: 19 fev. de 2019 as 17:18h.

FRAGA, Rafaella. **Criadora do ‘Vamos Juntas?’ lança companhia para financiar aplicativo**. G1 Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/09/criadora-do-vamos-juntas-lanca-campanha-para-financiar-aplicativo.html>. Acesso em: 15 fev. de 2019 as 09:08h.

FREITAS, Hyndara. **Buscas no Google sobre feminismo crescem 200% em dois anos no Brasil**. O Estadão de S.Paulo – publicado 27/10/2017, 14:00. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,buscas-no-google-sobre-feminismo-crescem-200-em-dois-anos-no-brasil,70002062987>. Acesso em: 24 jun. 2019 as 11:08h.

GAVENAS, Claudia. Ciberativismo feminista. Por que continuar? **Blog Blogueiras Feministas**. Outubro, 2011. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2011/10/30/ciberativismo-feminista-por-que-continuar/>. Acesso em: 02 out. 2018, 09:30h.

GIL, Ana. **Defensores: Entrevista com Bruna Rangel, Coletivo Não Me Kahlo**. ObservatorioViolencia.org. Recopilatorio de conocimiento sobre Violencia de género. Proyecto de Fundación Mujeres, 2016 (*on-line*). Disponível em: <http://observatorioviolencia.org/defensoras-entrevista-a-bruna-rangel-coletivo-nao-me-kahlo/>. Acesso em: 15 fev. de 2019 as 15:58.

GOMES, Irene; MARLI, Mônica. **IBGE MOSTRA CORES DA DESIGUALDADE**. Agência IBGE Notícias – Editoria: Revista Retratos. Publicado 11/05/2018, *on-line*. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade?fbclid=IwAR3sC38XCcF0a_rWTguSPBnZVLKlsJJrVh_aTwOlekDsSmZ85cjU5Gmf57Y. Acesso em: 21 mai. 2019 as 14:35h.

GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios: um longo debate. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26 (2): e3965, 2017.

GOULART, Elias Estevão; HETEM Jr, Annibal. Pesquisas na web: as diferenças de gênero. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 10, n. 18:(19-24) jan-jun 2009.

KEMP, Simon. Digital em 2017: visão global. **We Are Social** – Relatórios Especiais, 24 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overview>. Acesso em: 20 jun. 2019 as 23:24h.

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidade e violência. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. Série Antropológica / Departamento de Antropologia / Instituto de Ciências Sociais / Universidade de Brasília – 2001.

MARINS, Patrícia; MOURA, Miriam. Redes Sociais potencializam o movimento feminista. **Revista Congresso em Foco**. Brasília, março, 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opinia0/colunas/redes-sociais-potencializam-o-movimento-feminista/>. Acesso em: 01 out. 2018, 13:05h.

MARQUES, Ana Paula. **Gabriela Moura (Não Me Kahlo): “Sabemos que a opressão não é só de GÊNERO”**. Revista Gambiarra, Publicada em 04 de março de 2016, *on-line*. Disponível em: <http://revistagambiarra.com.br/site/gabriela-moura-nao-me-kahlo-sabemos-que-a-opressao-nao-e-so-de-genero/>. Acesso em: 06 mai. 019 as 09:10h.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia** – vol. 4, Nº 1. Jan. – abr. 2015.

MELLO, Olga de. **O fenômeno ‘#vamosjuntas?’**. Projeto #colabora. *On-line*. Julho/2015. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/cidades/o-femoneno-vamos-juntas/>. Acesso em: 15 fev. 2016 as 15:30h.

MORI, Letícia. **Levantamento revela caos no controle de denúncias de violência sexual contra crianças**. BBC News Brasil, São Paulo, 21 de fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43010109>. Acesso em: 13 mar. 2019 as 18:21h.

NOBRE, Márcio Rimet; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. A fantasia no ciberespaço: a disponibilização de múltiplos roteiros virtuais para a subjetividade. **Ágora** (Rio de Janeiro) v. XVI, n. 2, jul/dez 2013, p. 283-298.

NOSCHANG, Pâmela; TESCH, Bruna. **Frida Kahlo: conheça a mulher ícone do feminismo**. No papo das gurias, 06 de maio de 2016. Disponível em: <http://nopapodasgurias.com/frida-kahlo-biografia-obras-e-feminismo/>. Acesso em: 26 fev. 2019 as 11:04.

NUNES, Karliete. **Cofundadora do Coletivo Não Me Kahlo fala sobre feminismo nas redes sociais**. Portal O Dia, (*on-line*). Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/brasil/cofundadora-do-coletivo-nao-me-khalo-fala-sobre-feminismo-nas-redes-sociais-302630.html>. Acesso em: 18 fev. 2019 as 08:19h.

OSORIO, Rafael Guerreiro; FONTOURA, Natália. **Tolerância Social a Violência Contra as Mulheres**. Colaboradores Rafael Guerreiro Osorio e Natália Fontoura, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (IPEA), 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em: 01 abr. 2019 as 18:15h.

PENKALA, Ana. **A mulher é o novo preto: pensando identidades a partir das representações arquetípicas de gênero na série Orange is the new black**. Trabalho apresentado IV SIGAM – Simpósio Internacional Gênero, Arte e Memória em novembro de 2014. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/paralelo31/files/2015/03/13_dossie_04_artigo_penkala.pdf. Acesso em: 13 fev. 2019 as 19:13h.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3 / 4, 1995/1996 – ISSN 1413-6597. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2612/2022>. Acesso em: 04 jun. 2019 as 00:28h.

RAIS, Diogo. O que é “Fake News”. **Portal Mackenzie**. 13/04/2017. Disponível em: <http://portal.mackenzie.br/fakenews/noticias/arquivo/artigo/o-que-e-fake-news/>. Acesso em: 19 jun. 2018 as 09:12h.

RECUERO, R; SOARES, P. **Violência simbólica e redes sociais no Facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”**. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 26, p. 239-254, dez. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399641252019>. Acesso em: 13 fev. 2019 as 15:28h.

RIBEIRO, Djamila. Figurações do Outro. In: Simone de Beauvoir e os paradoxos do feminino. **Revista Cult** – Edição especial – nº 10, janeiro 2019.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(3): 801-811, setembro-dezembro/2006.

RODRIGUES, Carla. **A quarta onda do feminismo**. *Revista Cult* – Dossiê – Nº 219, 2016.

RODRIGUEZ, Deborah. **Mujeres em círculo: análise do ativismo virtual gerado por uma comunidade feminista no Facebook**. *Signos do Consumo*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 4-18, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/download/114878/120188/>. Acesso em: 19 fev. 2019 as 09:31h.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. Repositório da UFBA, s.d. [Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia]. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019 as 09:17h.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2), 264, maio-agosto/2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860>. Acesso em: 03 jun. 2019 as 17:49h.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 20 (2): 71-99 jul/dez 1995 (Edição Revisada).

SOARES, Vera. Movimento Feminista paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas** – Nº especial/2ª sem./94 – Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec. ISSN: 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089/14633>. Acesso em: 24 jun. 2019 as 11:38h.

SOIHET, Rachel. Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Representações Femininas. **Revista Estudos Feministas**, v.5, n.1, p. 7-29, 1997.

SWAIN, Tânia Navarro. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o *continuum* lésbiano. **Revista Bagoas – estudos gays: gênero e sexualidades** v.4 n.05 p.45-55 (2010). ISSN – 2316-6185. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2310>. Acesso em: 24 jun. 2019 as 10:51h.

TIBURI, Marcia. Lugares do feminismo – sobre o feminismo que aparece nas redes. **Revista Cult on-line**. São Paulo, dezembro, 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lugares-do-feminismo-sobre-o-feminismo-que-aparece-nas-redes/>. Acesso em: 17 out. 2018, 14:42h.

TIBURI, Márcia. **Mulheres, poderes e vozes**. Revista Cult, *on-line* – publicado dia 24 mar. de 2015. Disponível: <https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-poderes-e-vozes/>. Acesso em: 28 mai. 2019 de 15:11h.

WEBER, Jéssica Rebeca. Rede Sociais amplificam vozes feministas, mas o quanto a luta pela igualdade de gênero avançou? **Gaúcha Zero Hora**. Porto Alegre, setembro, 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/09/redes-sociais-amplificam-vozes-feministas-mas-o-quanto-a-luta-pela-igualdade-de-genero-avancou-9885684.html>. Acesso em: 01 out. 2018, 16:24h.

WENTZEL, Marina. **O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo**. BBC News Brasil, 26 fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>. Acesso em: 26 fev. 2019 as 09:47h.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 11, nº 1 Janeiro a Junho de 2014. ISSNe 1984-6924 - DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2014v11n1p104>.

ANEXO

FIGURAS - CATEGORIA 1: CULTURA DO ESTUPRO: ABUSO/ASSÉDIO SEXUAL



Figura 80. Imagem postada dia 27/03/2016 com 25 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 16/05/2019.

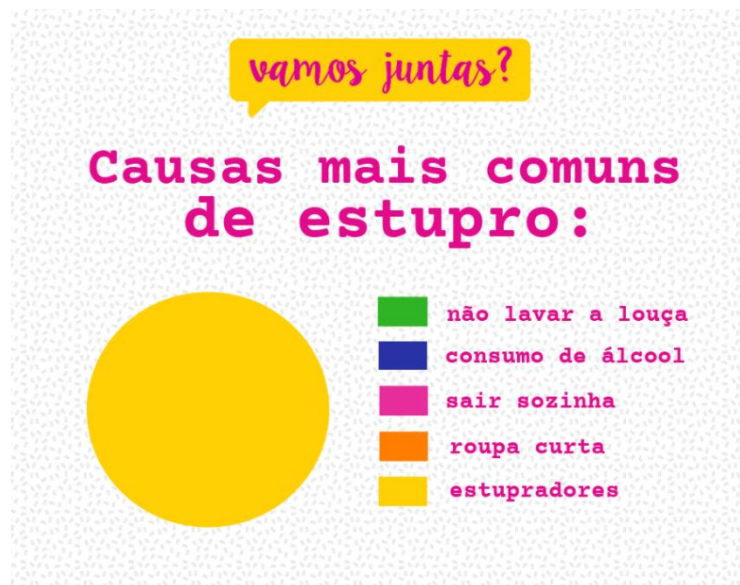


Figura 81. Imagem postada dia 27/05/2016 com 7,5 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

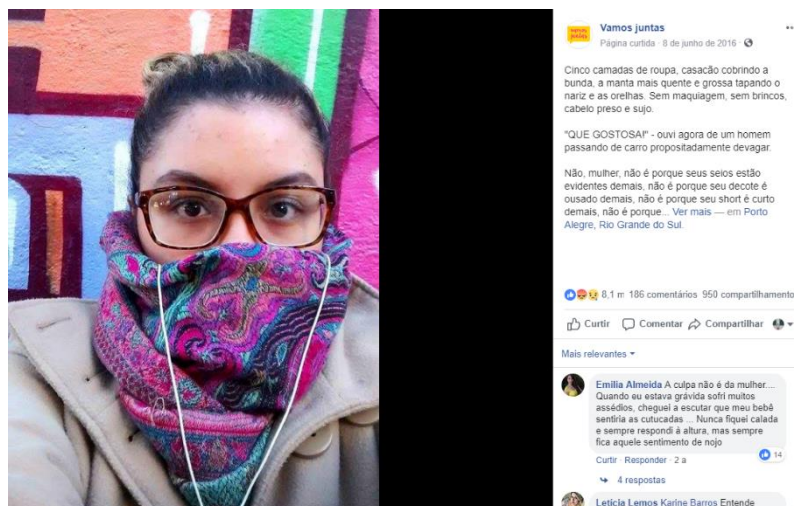


Figura 82. Imagem postada dia 08/06/2016 com 8,1 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

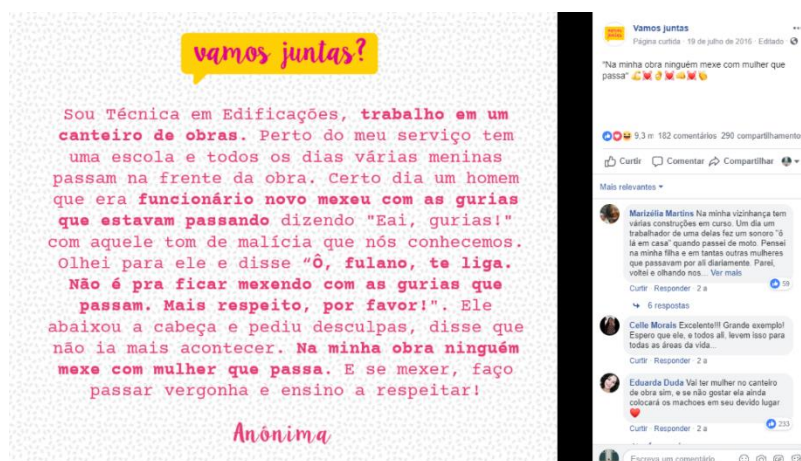


Figura 83. Imagem postada dia 19/07/2016 com 9,3 mil curtidas. Fonte: Páginas *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

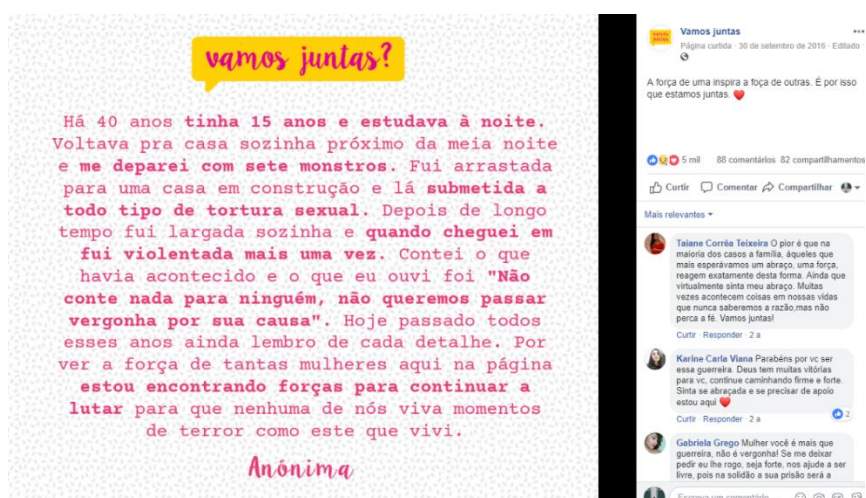


Figura 84. Imagem postada dia 30/09/2016 com 5 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.



Figura 85. Imagem postada dia 05/10/2016 com 6,4 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

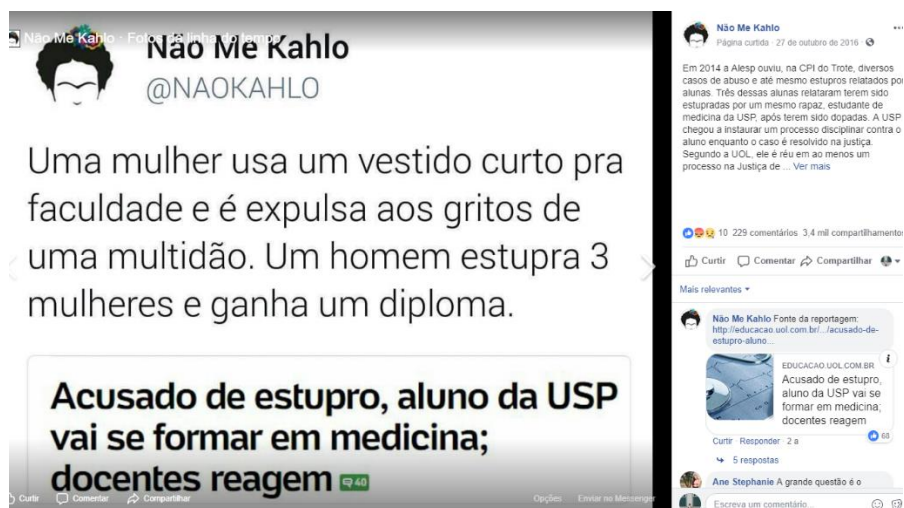


Figura 86. Imagem postada dia 27/10/2016 com 10,2 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 08/04/2019.



Figura 87. Imagem postada dia 09/11/2016 com 7,5 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

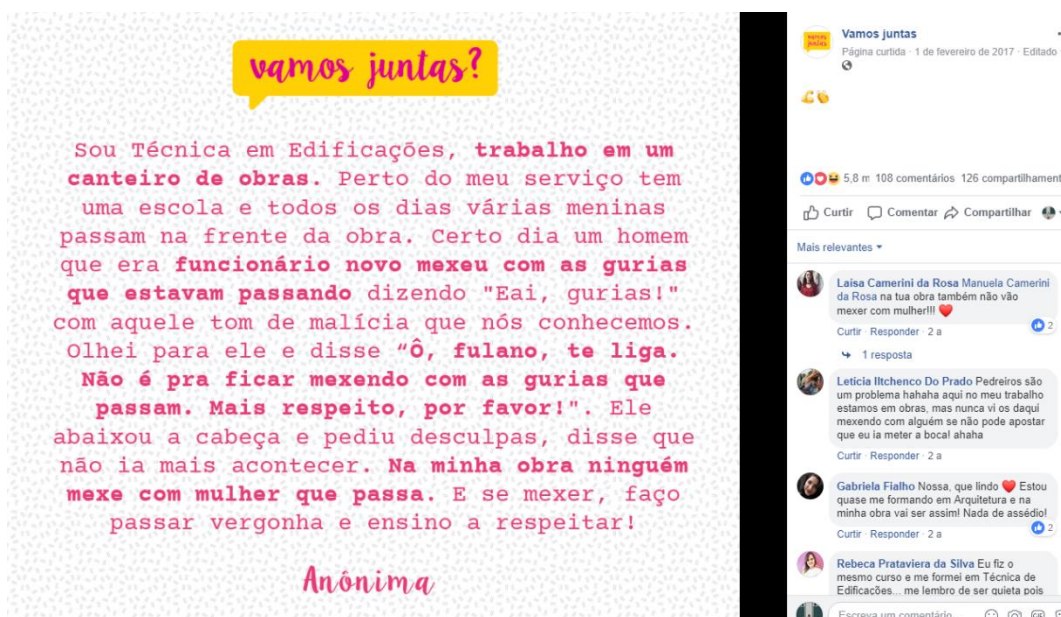


Figura 88. Imagem postada dia 01/02/2017 com 5,8 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

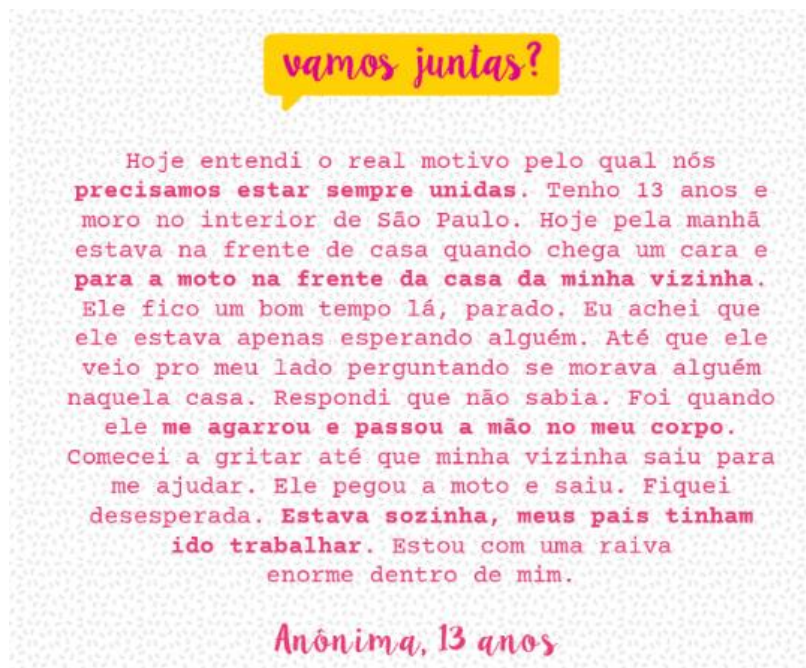


Figura 89. Imagem postada dia 04/04/2017 com 1,4 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

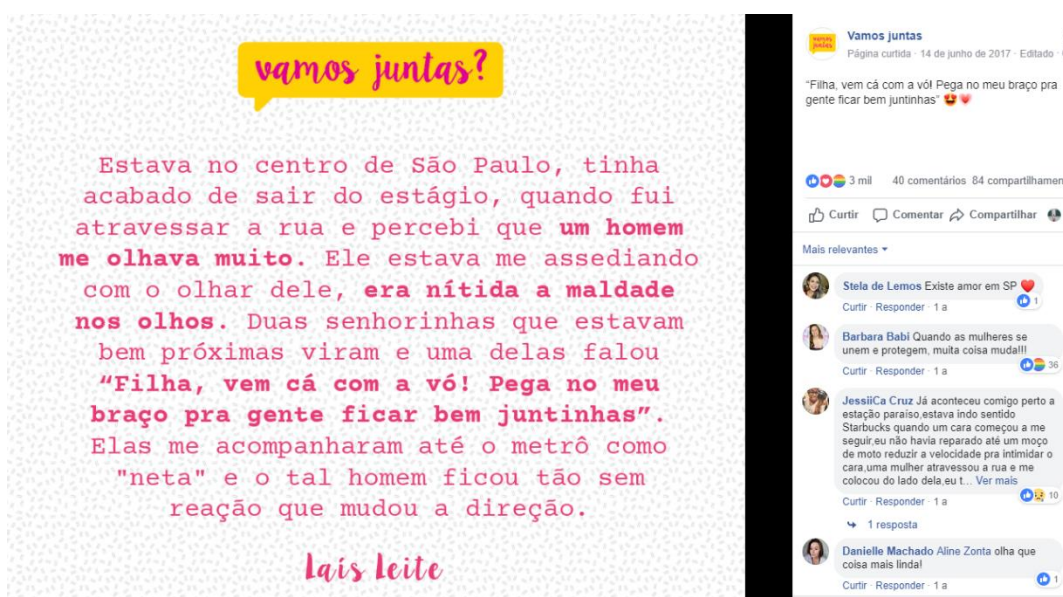


Figura 90. Imagem postada dia 14/06/2017 com 3 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

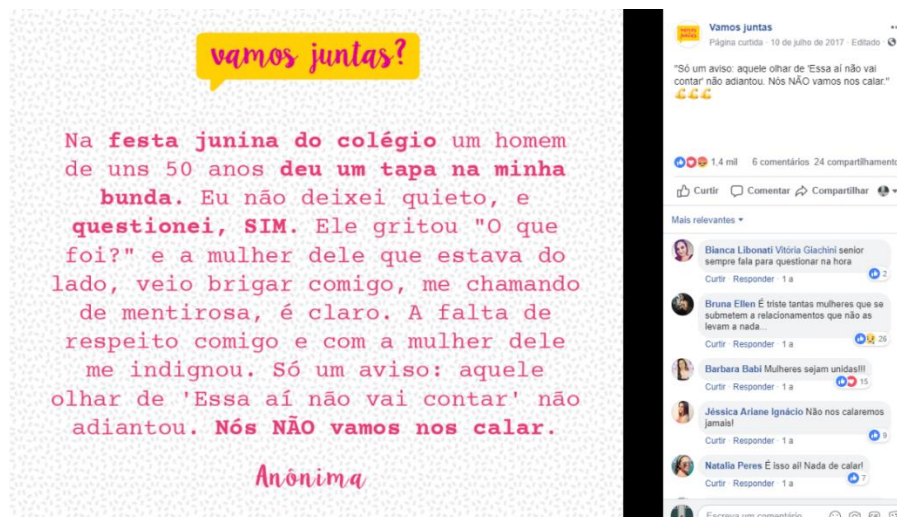


Figura 91. Imagem postada dia 10/07/2017 com 1,4 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.



Figura 92. Imagem postada dia 19/10/2017 com 249 curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

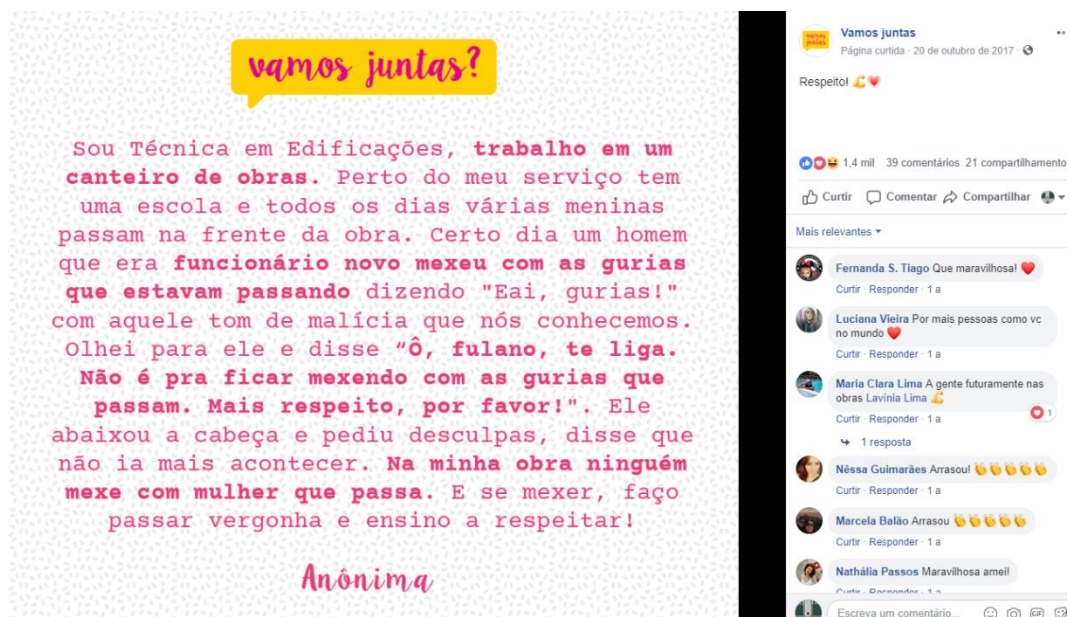


Figura 93. Imagem postada dia 22/10/2017 com 1,4 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.



Figura 94. Imagem postada dia 02/12/2017 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

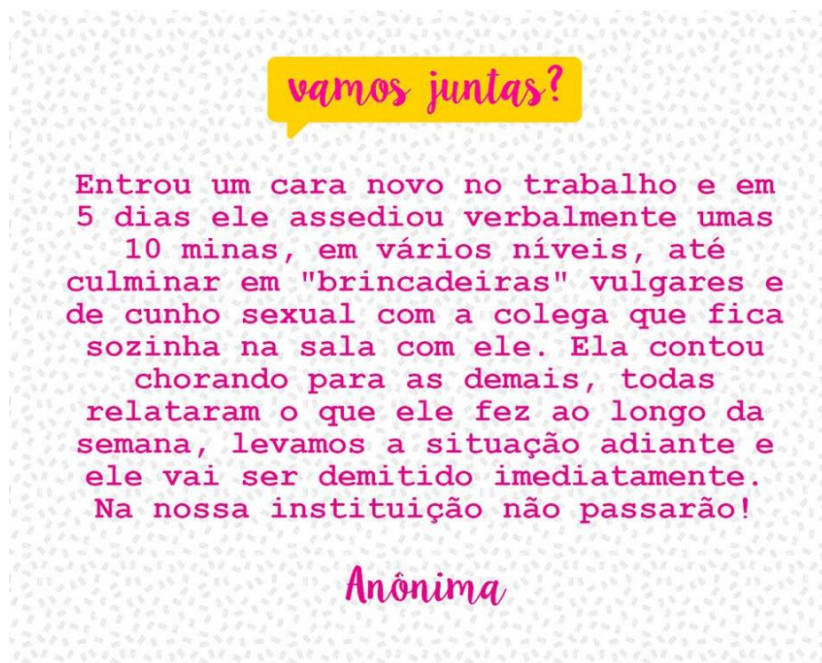


Figura 95. Imagem postada dia 10/12/2017 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

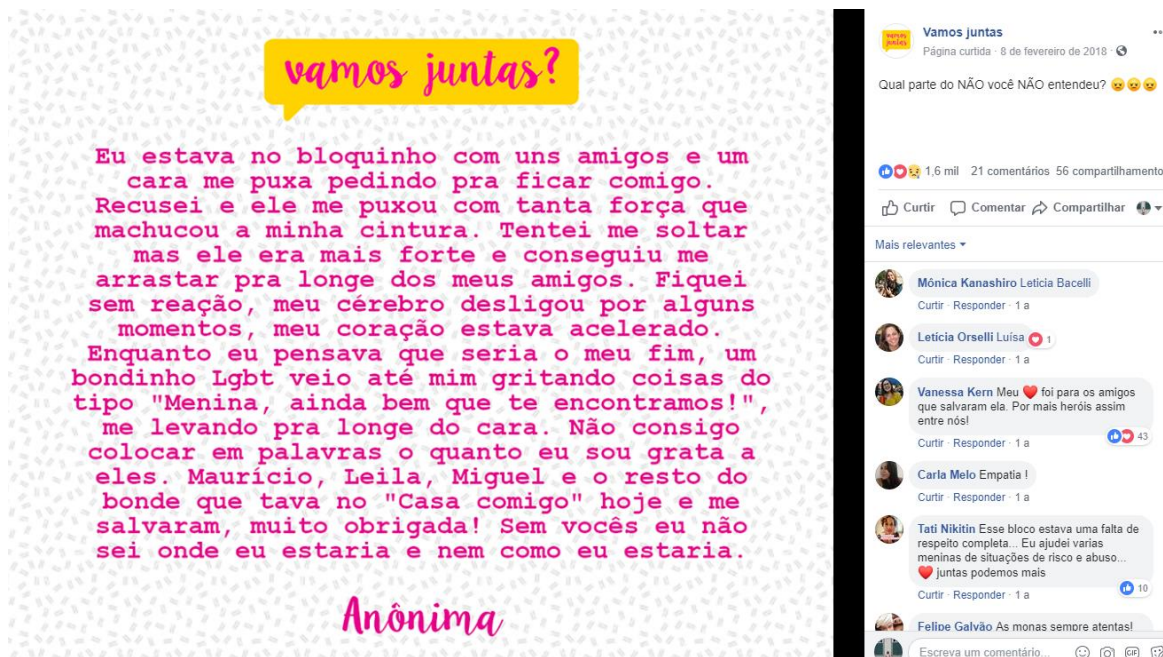


Figura 96. Imagem postada dia 08/02/2018 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

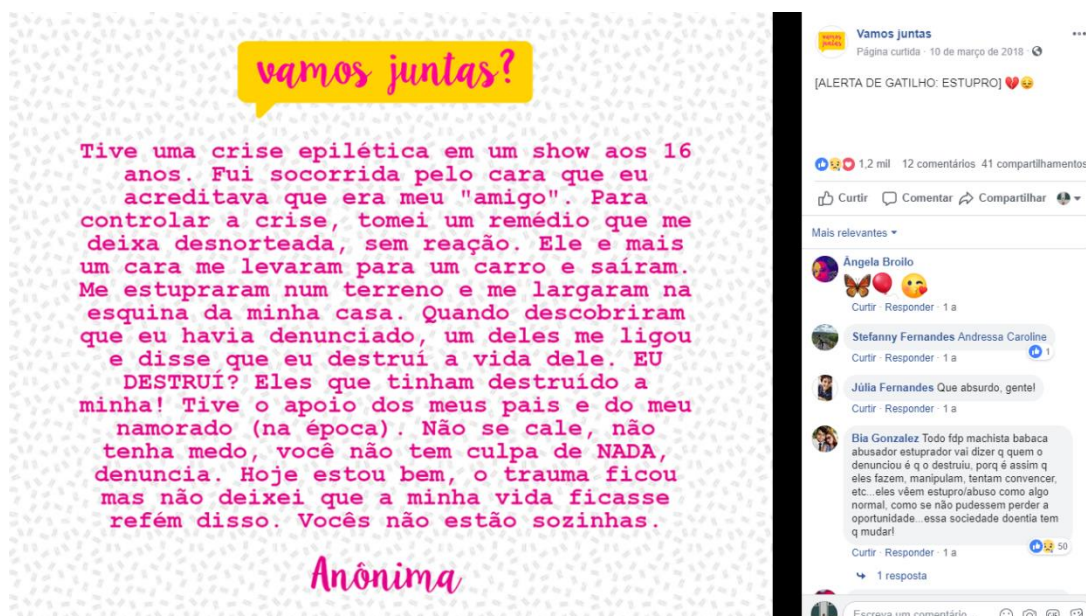


Figura 97. Imagem postada dia 10/03/2018 com 1,2 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

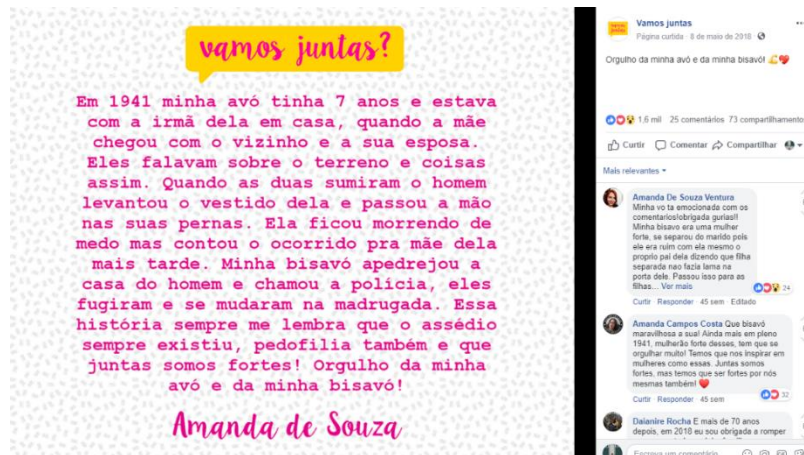


Figura 98. Imagem postada dia 08/05/2018 com 1,6 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.



Figura 99. Imagem postada dia 18/05/2018 com 2,7 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 01/04/2019.

FIGURA - CATEGORIA 4: MULHERES NEGRAS: LUTAS ANTIRRACISTAS



Figura 100. Imagem postada dia 03/12/2016 com 7,8 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 06/05/2019.

FIGURAS - CATEGORIA 5: EMPODERAMENTO FEMININO E SORORIDADE

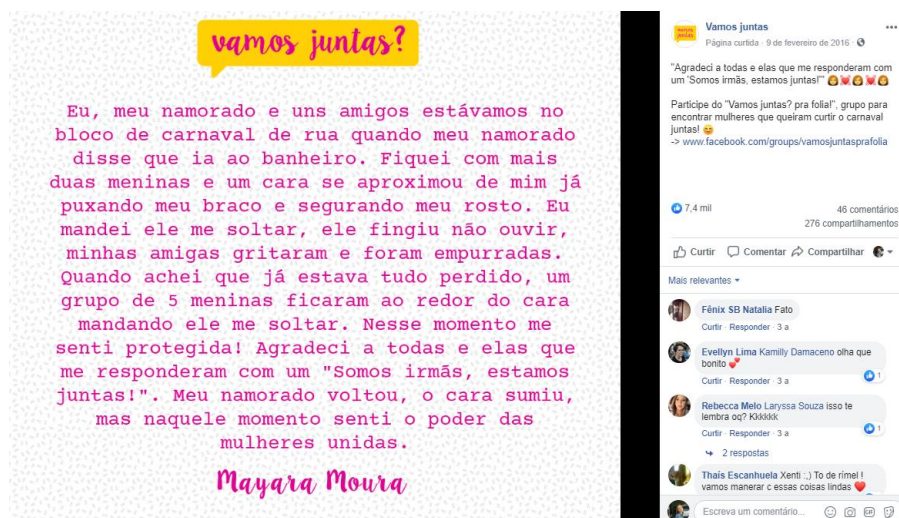


Figura 101. Postagem do dia 09/02/2016 com 7,4 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

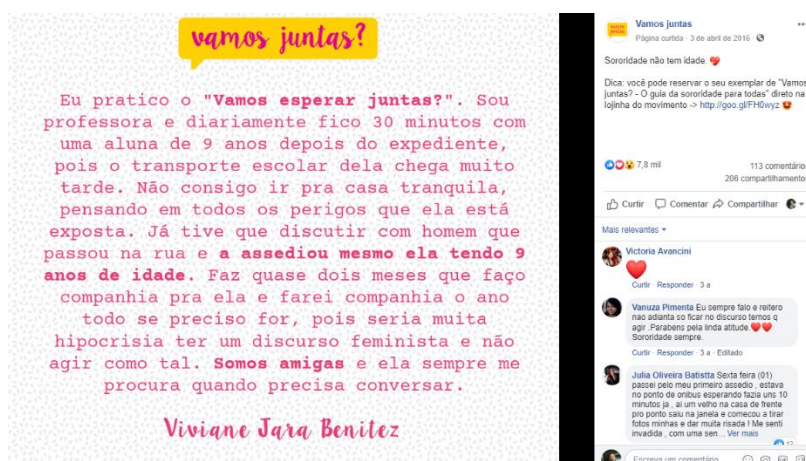


Figura 102. Postagem do dia 03/04/2016 com 7,8 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

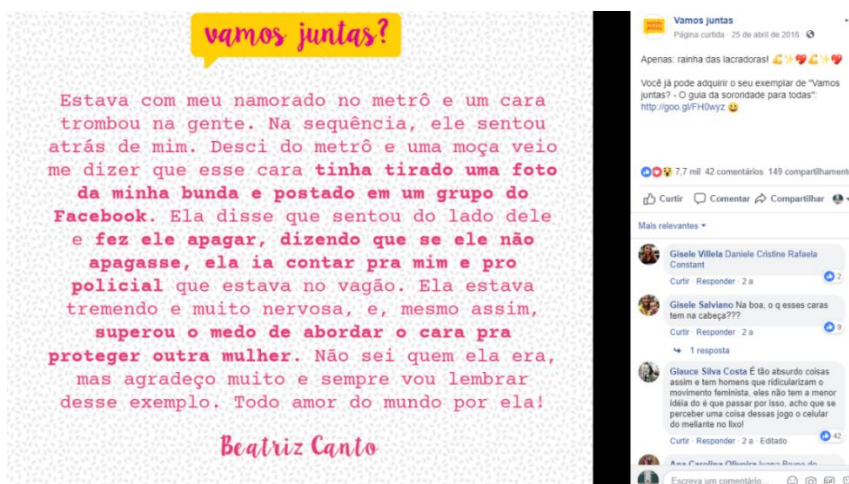


Figura 103. Postagem do dia 25/04/2016 com 7,7 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2016.

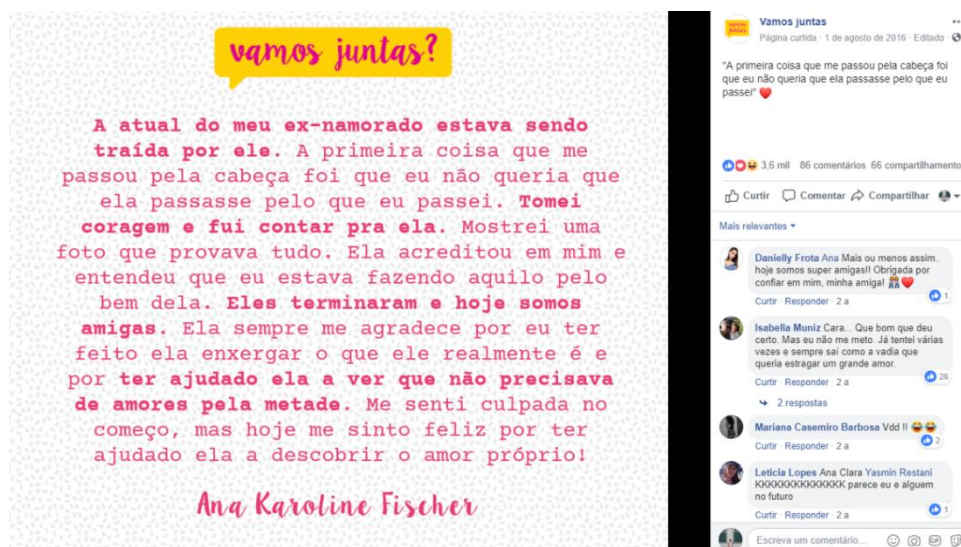


Figura 104. Postagem do dia 01/08/2016 com 3,6 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

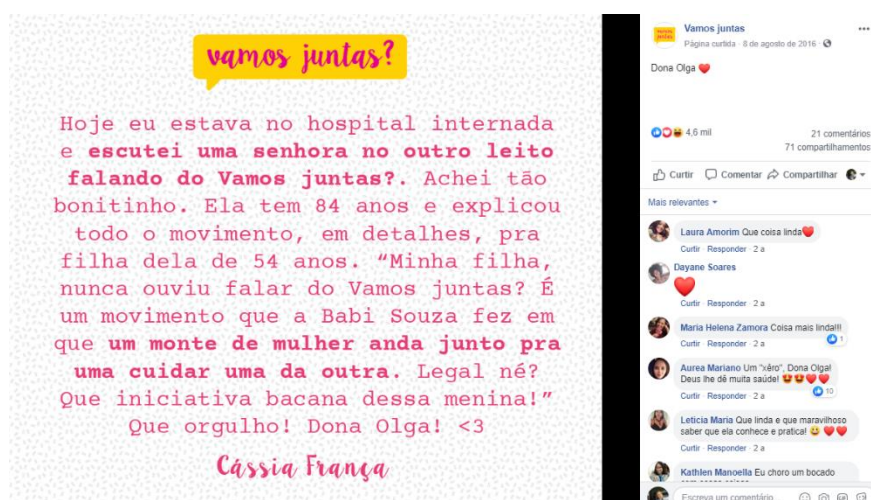


Figura 105. Postagem do dia 01/08/2016 com 3,6 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

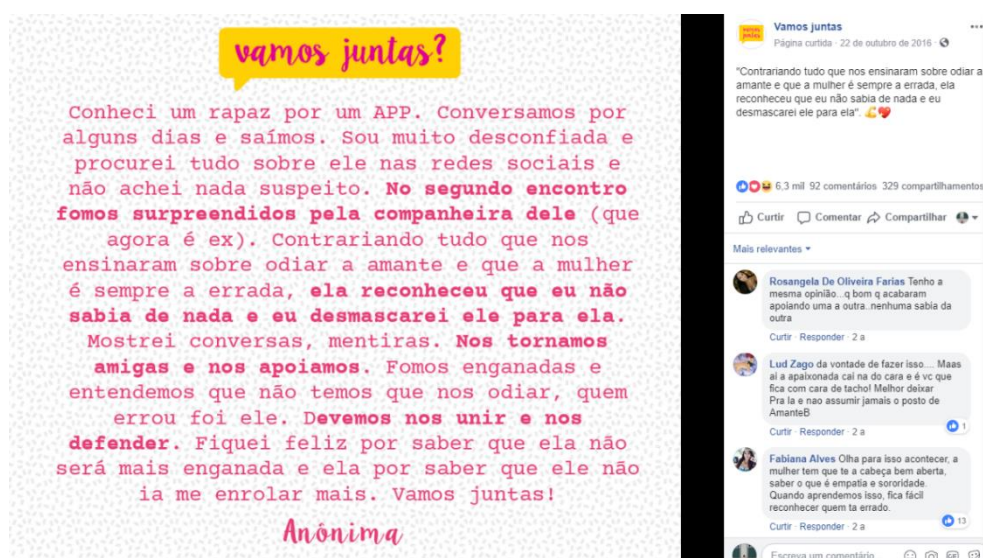


Figura 106. Postagem do dia 22/10/2016 com 6,3 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

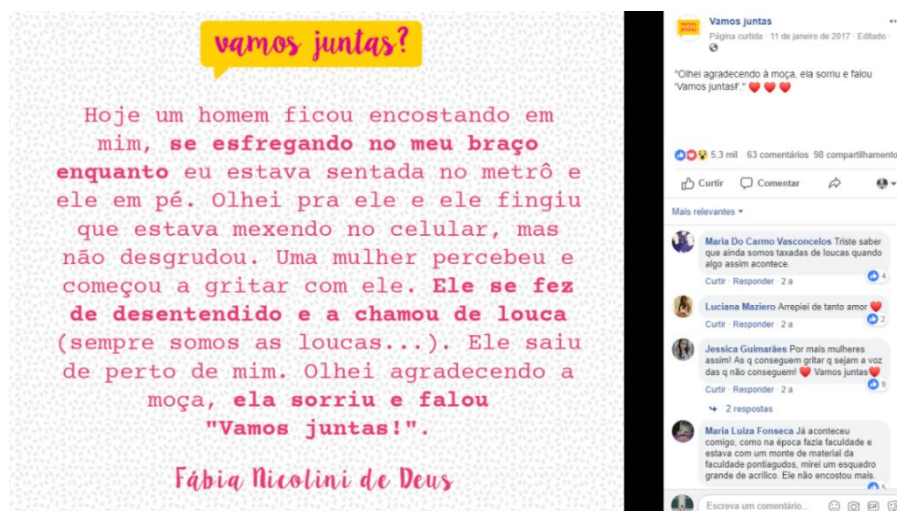


Figura 107. Postagem do dia 11/01/2017 com 5,3 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

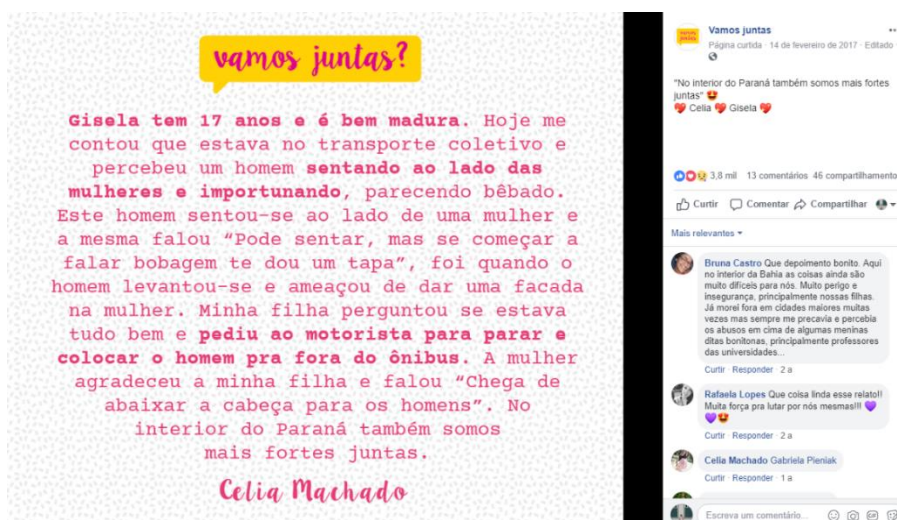


Figura 108. Postagem do dia 14/02/2017 com 3,8 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.



Figura 109. Imagem postada dia 08/03/2017 com 8,7 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.



Figura 110. Imagem postada dia 10/03/2017 com 2,7 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

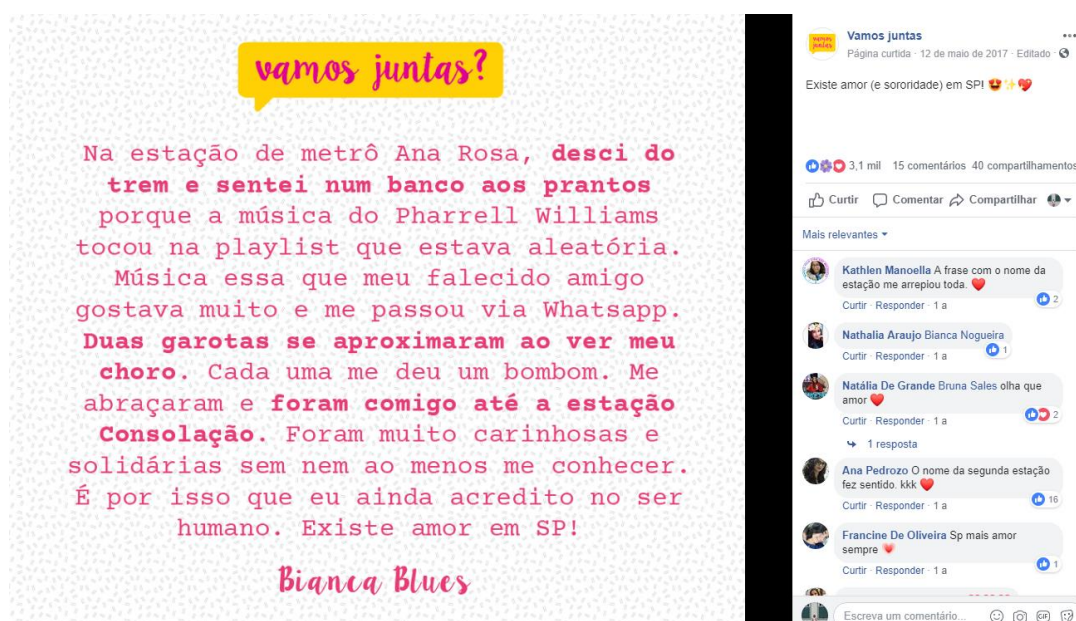


Figura 111. Imagem postada dia 12/05/2017 com 3,1 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

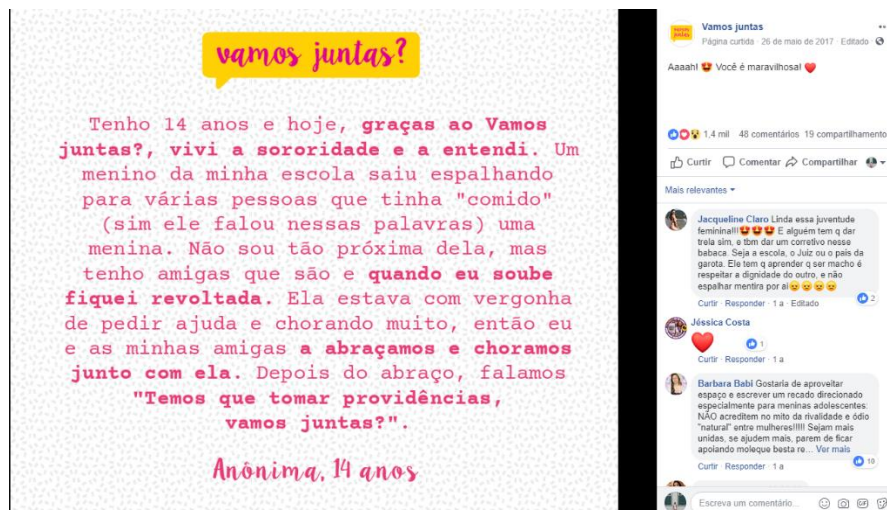


Figura 112. Imagem postada dia 26/05/2017 com 1,4 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

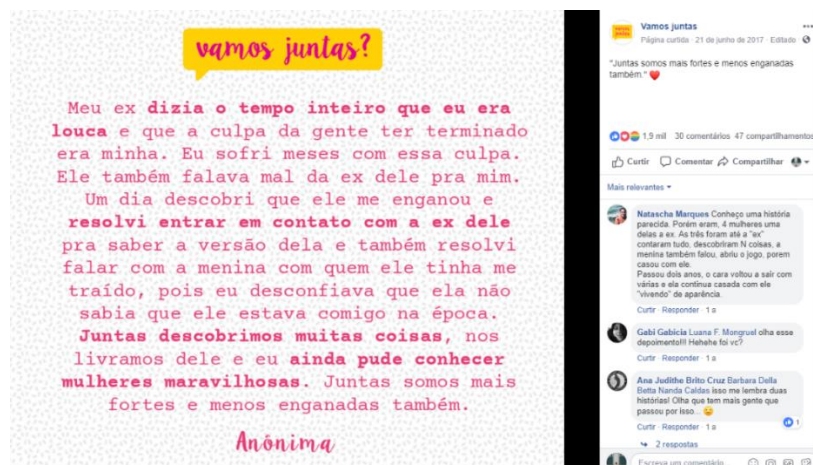


Figura 113. Postagem do dia 21/06/2017 com 1,9 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

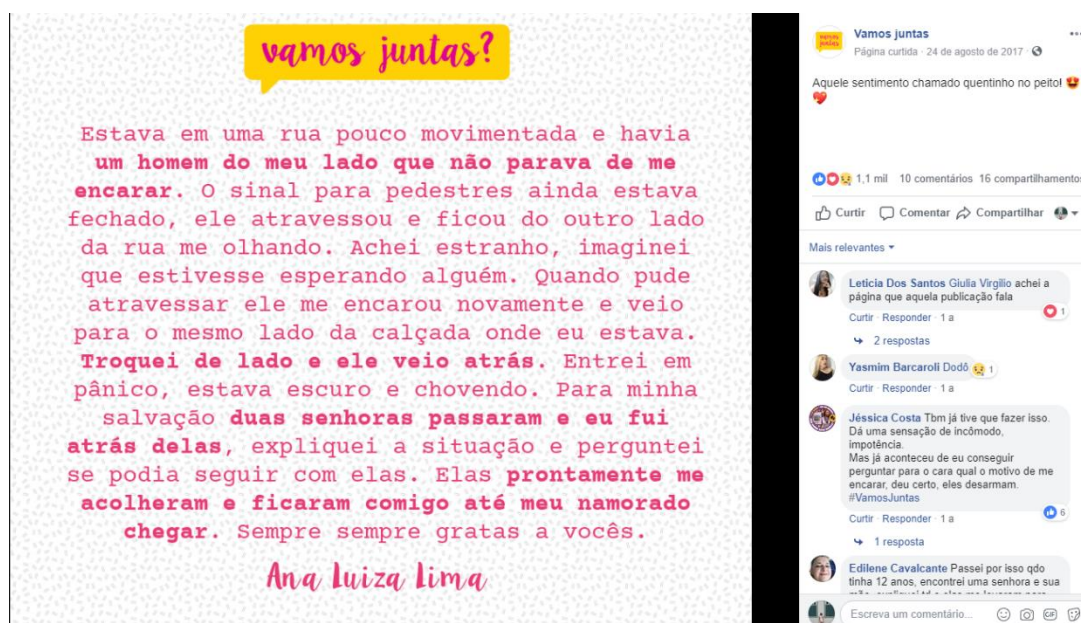


Figura 114. Imagem postada dia 24/08/2017 com 1,1 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.



Figura 115. Postagem do dia 22/09/2017 com 2,4 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

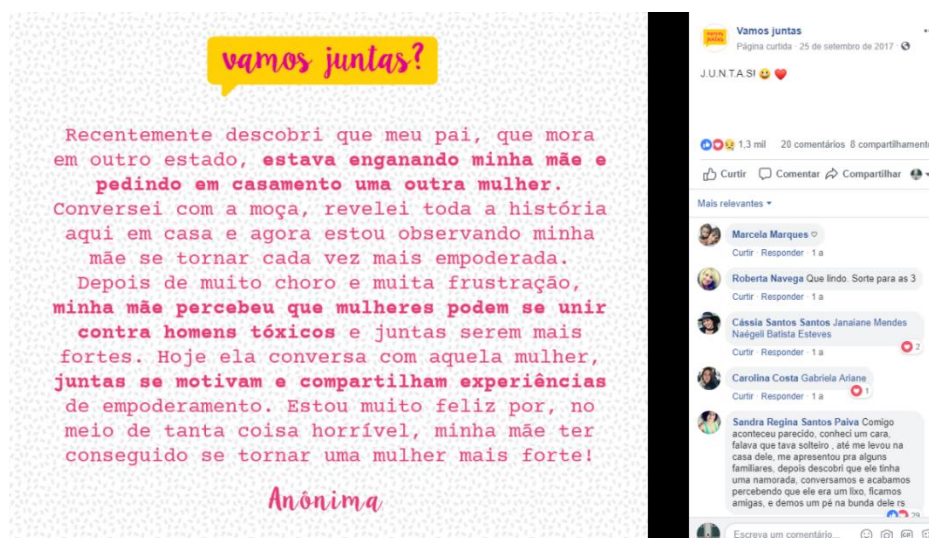


Figura 116. Postagem do dia 25/09/2017 com 1,3 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

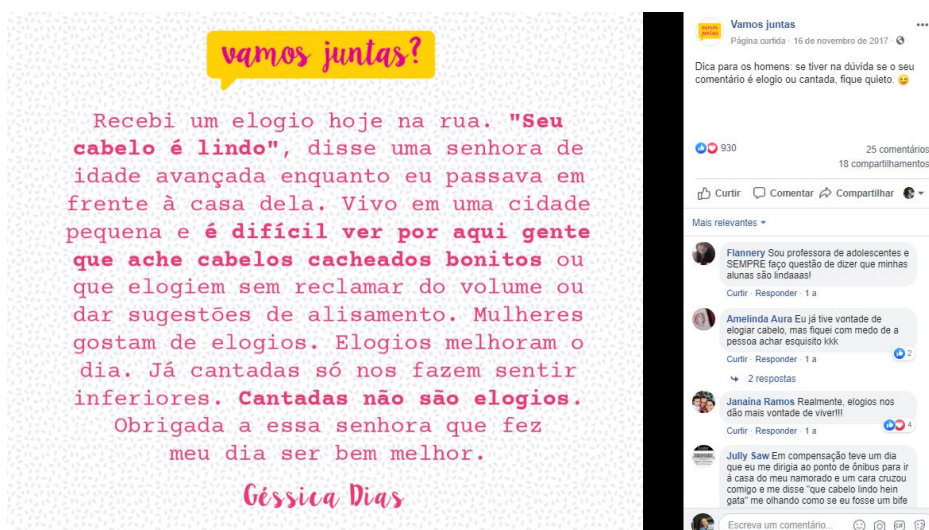


Figura 117. Postagem do dia 16/11/2017 com 930 curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

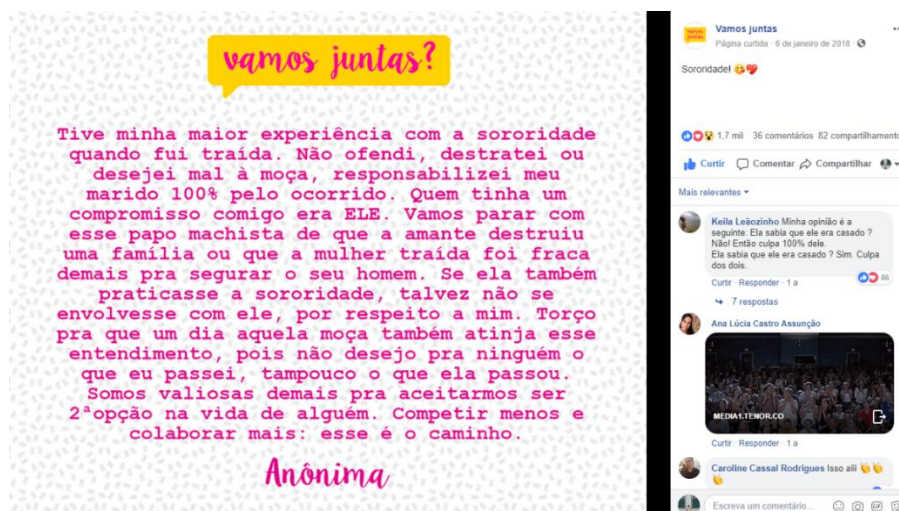


Figura 118. Postagem do dia 06/01/2018 com 1,7 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

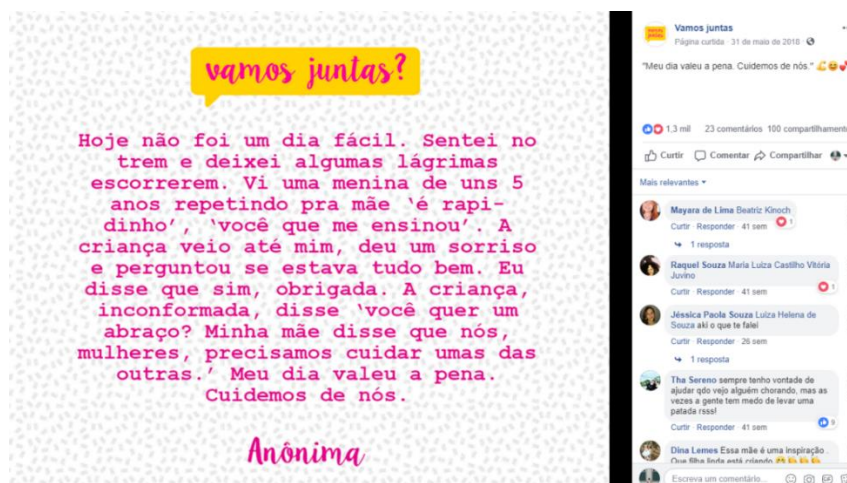


Figura 119. Postagem do dia 31/05/2018 com 1,3 mil curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

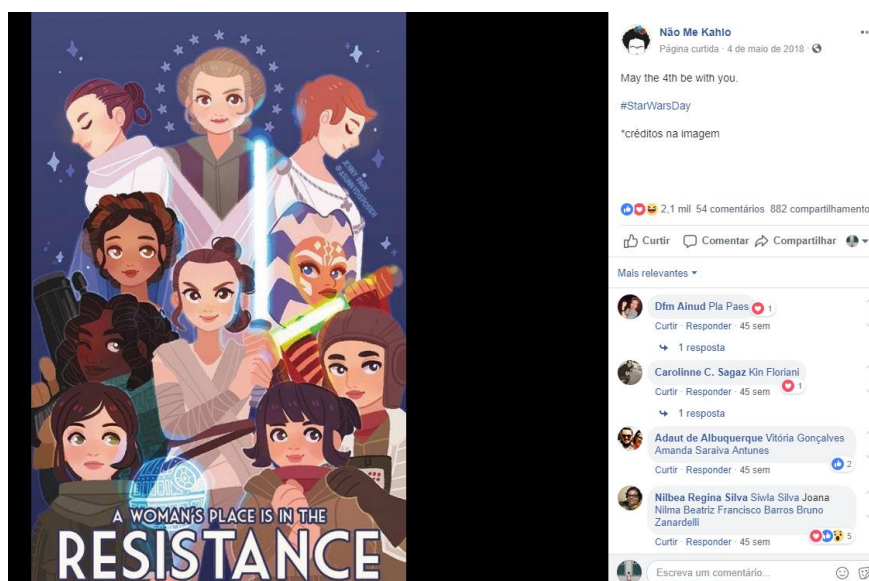


Figura 120. Imagem postada dia 04/05/2018 com 2,1 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

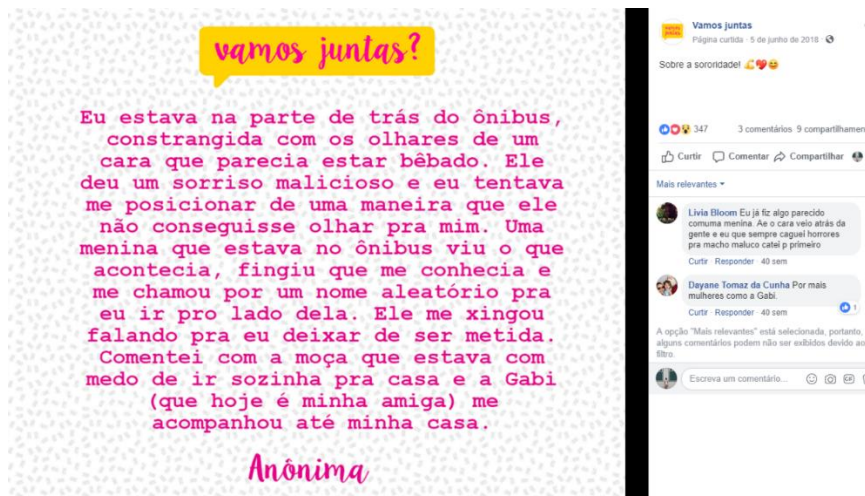


Figura 121. Imagem postada dia 05/06/2018 com 347 curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

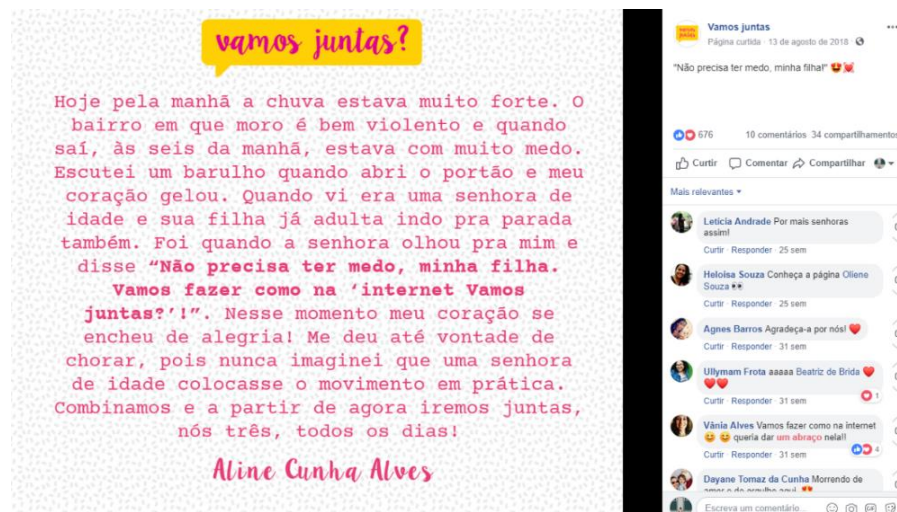


Figura 122. Postagem do dia 13/08/2018 com 676 curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

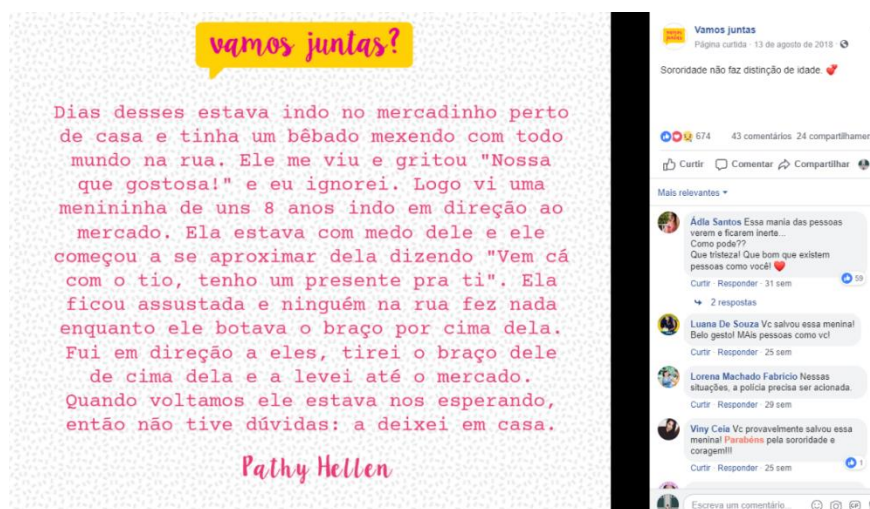


Figura 123. Imagem postada dia 13/08/2018 com 647 curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 22/05/2019.

FIGURAS - CATEGORIA 6: OUTROS: SUPERIORIDADE DO MASCULINO, IDEAL DE BELEZA E DESCONSTRUÇÃO DE PADRÕES

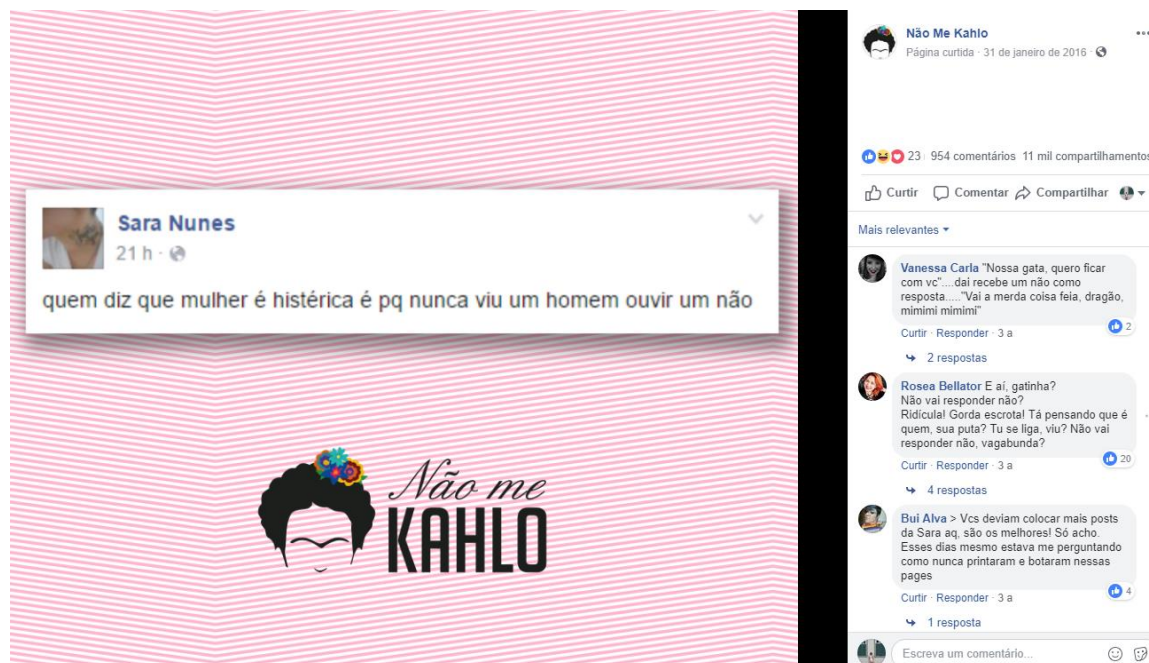


Figura 124. Imagem postada dia 31/02/2016 com 23,8 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

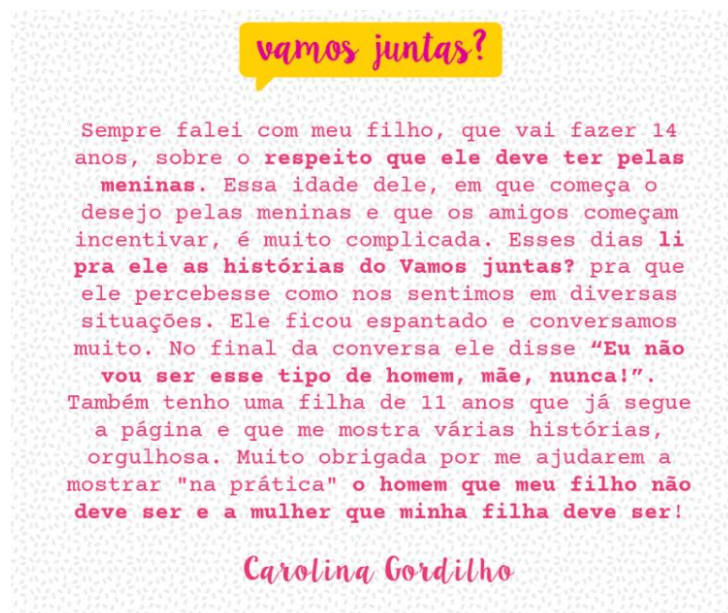


Figura 125. Imagem postada dia 05/05/2016 com 8,2 mil curtidas. Fonte *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

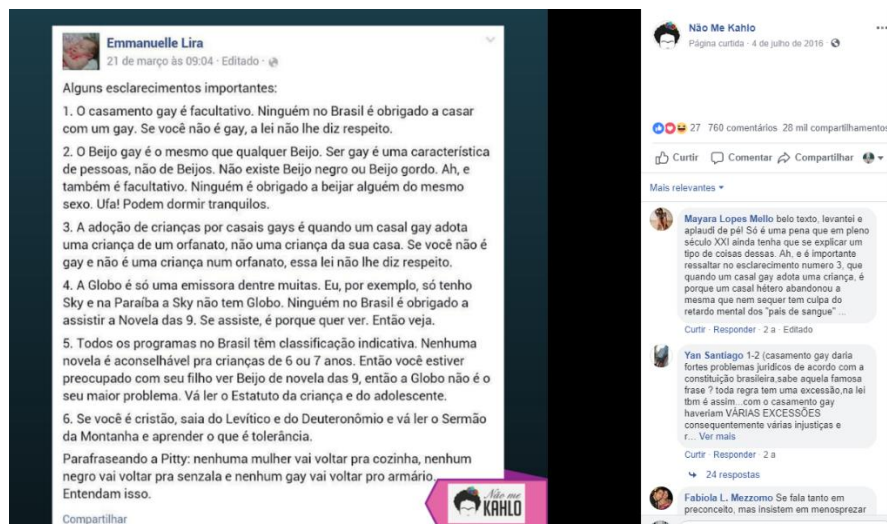


Figura 126. Imagem postada dia 04/07/2016 com 27,3 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.



Figura 127. Imagem postada dia 05/08/2016 com 49,9 mil curtidas. Fonte *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

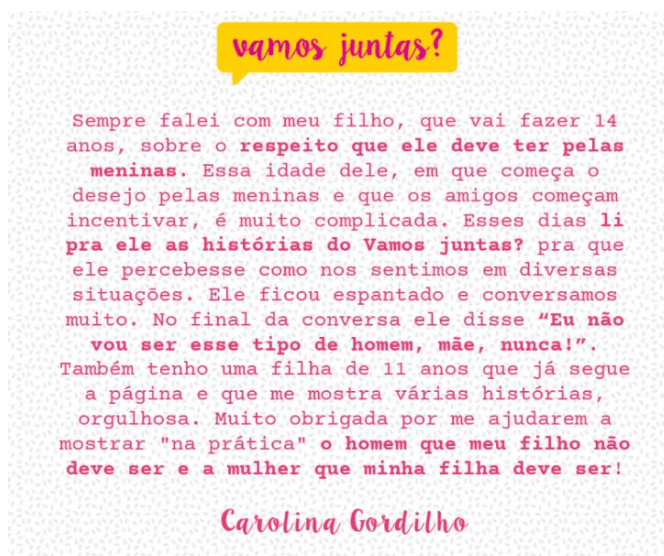


Figura 128. Imagem postada dia 13/09/2016 com 5,7 mil curtidas. Fonte *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.



Figura 129. Imagem postada dia 18/11/2016 com 19,7 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.



Figura 130. Imagem postada dia 16/01/2017 com 2,4 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.



Figura 131. Imagem postada dia 08/03/2017 com 2,8 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

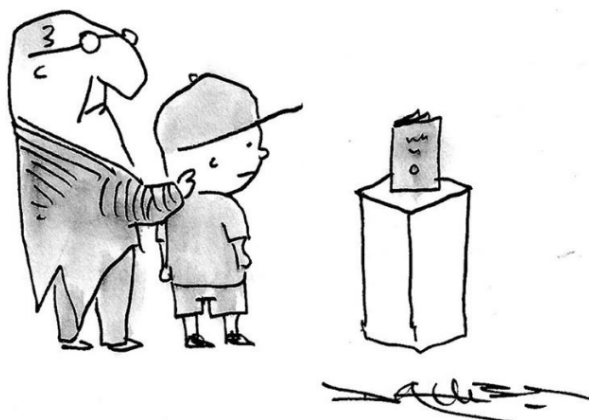


Figura 132. Imagem postada dia 13/03/2018 com 2,2 mil curtidas. Fonte: Página *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.



Figura 133. Imagem postada dia 24/03/2018 com 1 mil curtidas. Fonte: *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

MUSEU DOS DIREITOS



- Isso era uma carteira de trabalho.
- Eu quero ver uma aposentadoria, papai.

Não Me Kahlo

Página curtida · 11 de julho de 2017 · Editado

A aprovação da Reforma Trabalhista no Senado é um marco na precarização do trabalho no Brasil.

2,2 mil 22 comentários 847 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Mais relevantes

Brenda Geani Guedes Zzzzzz

Curtir · Responder · 1 a

Rose Klein Reforma trabalhista é boa para os empresários.

Curtir · Responder · 1 a

Luiz de Souza Gostaria de saber por favor, qual direito foi perdido?

Curtir · Responder · 1 a

3 respostas

Fernando Cantelmo "ORAÇÃO DO POBRE DE DIREITA

Em nome do meu ódio ao PT, eu entrego meus direitos trabalhistas..... Ver mais

Curtir · Responder · 1 a

2 respostas

Escreva um comentário...

Figura 134. Imagem postada dia 11/07/2017 com 2,2 mil curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 28/03/2019.

CLITÓRIS



SIGNIFICADO:

1. Objeto não identificado
2. Botão Mágico

luvotels
www.luvotels.com

Não Me Kahlo

Página curtida · 14 de setembro de 2018

Você sabia que mais da metade das brasileiras não têm orgasmo nas relações sexuais?

Um estudo realizado em 2016 pelo Projeto de Sexualidade da Universidade de São Paulo (Prosex) constatou que:

- 56,6% das mulheres entrevistadas têm dificuldade para chegar ao orgasmo;
- 67% das mulheres entrevistadas disseram ter dificuldade para se excitar;
- 59,7% das mulheres entrevistadas sentem dor na Hora H;

É por isso que, nós mulheres, devemos explorar mais o nosso corpo, descobrir cada cantinho nosso que possa nos gerar prazer! Chega de Tabu!

Que tal começar pelo clitóris? Afinal, esta parte do corpo contém de 6 a 8 mil fibras nervosas, ou seja, nada mais é do que um botãozinho mágico para o prazer!

E por que não experimentar essa descoberta a dois?

Para você que está em São Paulo, o www.luvotels.com pode ajudar você a quebrar mais um tabu e ter momentos inesquecíveis no motel! #PubliLuvotels

Escreva um comentário...

Figura 135. Imagem postada dia 14/09/2018 com 164 curtidas. Fonte: Página Não Me Kahlo no Facebook. Acesso: 28/03/2019.



Figura 136. Imagem postada dia 03/10/2018 com 941 mil curtidas. Fonte *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.



Figura 137. Imagem postada dia 07/11/2018 com 46 curtidas. Fonte *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso: 28/03/2019.



Figura 138. Imagem postada dia 06/12/2018 com 152 curtidas. Fonte: Página *Vamos Juntas?* no Facebook. Acesso: 08/04/2019.

